

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luiz Alberto de Souza

**A COR E A FORMA:
História e literatura na obra do jovem Cruz e Sousa
(1861-1888)**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do grau de Mestre em
História Cultural. Orientadora: Prof.^a Dra.
Ana Lise Brancher.

Florianópolis

2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Luiz Alberto de

A Cor e a Forma [dissertação] : História e literatura
na obra do jovem Cruz e Sousa (1861-1888) / Luiz Alberto
de Souza ; orientadora, Ana Lice Brancher -
Florianópolis, SC, 2012.
370 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. século XIX. 3. Desterro . 4. Cruz e
Sousa. I. Brancher, Ana Lice . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

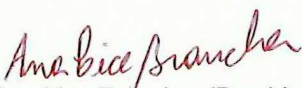
A Cor e a Forma: História e Literatura na obra do jovem Cruz e Souza (1861-1888).

Luiz Alberto de Souza

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

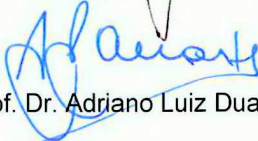
Banca Examinadora



Profª. Drª. Ana Lice Brancher (Presidente e Orientadora) - UFSC



Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – UFRGS



Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte – UFSC



Profª. Drª. Beatriz Gallotti Mamigonian – UFSC

Profª. Drª. Maria Tereza Santos Cunha – (suplente de fora) – UDESC



Profª. Drª. Eunice Sueli Nodari

Coordenadora do PPGH/UFSC

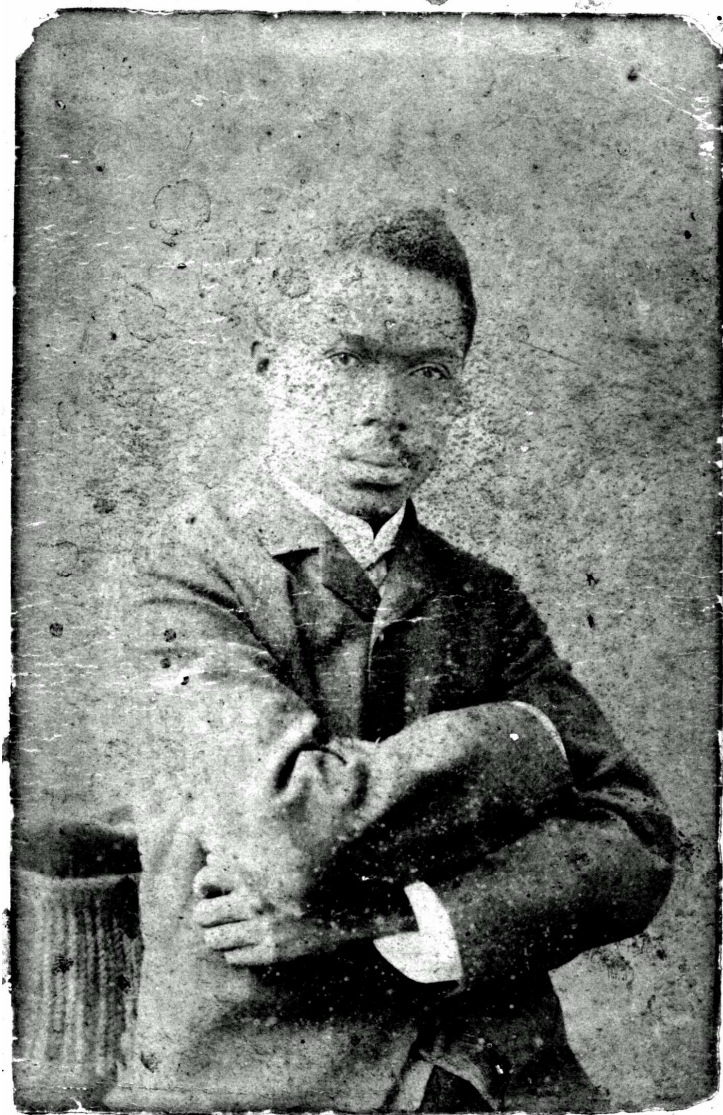
Florianópolis, 17 de agosto de 2012.

À Maria Bernadete (*in memoriam*) e
Luiz Carlos, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, ao longo das suas diferentes etapas, contou com a valiosa colaboração de inúmeras pessoas. Mais, talvez, do que seria possível citar nominalmente, com justiça, uma a uma. Contudo, entre os grupos e instituições aos quais eu gostaria de expressar diretamente a minha dívida e reconhecimento cumpre mencionar: a Academia Catarinense de Letras (ACL), a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, a Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), o Núcleo de Estudos História, Literatura e Sociedade (NEHLIS-UFSC), o Núcleo Literatura e Memória (nuLIME-UFSC) e o Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística (NUPILL-UFSC). Já quanto ao seu subsídio, esta pesquisa foi, inicialmente, financiada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, em seguida, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço a todos os professores, colegas e amigos que, com críticas e indicações bibliográficas, enriqueceram este trabalho.

Florianópolis, julho de 2012.



Mas, que importa tudo isso?!
Qual é a côr da minha fôrma, do meu sentir?

CRUZ E SOUSA

RESUMO

Esta dissertação analisa a trajetória de João da Cruz e Sousa (Desterro, 1861 – Rio de Janeiro, 1898) privilegiando o estudo dos seus textos de juventude e, em especial, a sua produção abolicionista. A sua estrutura está organizada em três partes: no capítulo 1, trata das origens familiares e dos primeiros contatos de Cruz e Sousa com a cultura dominante no seu tempo; no capítulo 2, aborda os anos de formação político-intelectual do escritor; por último, no capítulo 3, reconstrói a militância abolicionista de Cruz e Sousa em Desterro e reflete sobre as relações entre produção intelectual e engajamento político na experiência de escritores negros no Brasil do final do século XIX.

Palavras-chave: século XIX – Desterro – Cruz e Sousa.

RÉSUMÉ

Cette dissertation analyse la trajectoire de João da Cruz e Sousa (Desterro, 1861 – Rio de Janeiro, 1898) en privilégiant l'étude de ses textes de jeunesse et, particulièrement, sa production abolitionniste. Sa structure est organisée en trois parties : le Chapitre 1 traite des origines familiales et des premiers contacts de Cruz e Sousa avec la culture dominante de son temps ; le Chapitre 2 aborde les années de formation politique et intellectuelle de l'écrivain ; finalement, le Chapitre 3 reconstruit la militance abolitionniste de Cruz e Sousa et réfléchit sur les relations entre production intellectuelle et engagement politique dans l'expérience des écrivains noirs au Brésil à la fin du XIXe siècle.

Mots-clés : XIXe siècle – Desterro – Cruz e Sousa.

ABSTRACT

The present study investigates João da Cruz e Sousa's career (Desterro, 1861 – Rio de Janeiro, 1898), focusing on the literary work produced during his youth, especially his work on abolitionism. The dissertation is organized into three parts: chapter 1 discusses his family origins and the writer's initial contacts with the mainstream culture of his time; chapter 2 addresses the writer's political and intellectual education; finally, chapter 3 aims at reconstructing his abolitionist political affiliation in Desterro city and at discussing about the intellectual production and political engagement of black writers in Brazil at the end of the 19th century.

Keywords: 19th century – Desterro city – Cruz e Sousa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A “scena escandalosa” protagonizada por Estevão Brocardo	158
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 UMA VIDA DE ENTREMEIO	27
1.1 Avô escravo, pai liberto, filho escritor	31
1.2 “Hei de morrer, mas hei de deixar nome!”	42
1.3 Atrevimentos de negro	63
1.4 Vivendo na fronteira	76
2 IDEIAS NOVAS	83
2.1 “À luz da idéia nova”	89
2.2 Entre a “tétrica penumbra” e o “Filósofo Supremo”	102
2.3 Convicções republicanas	121
2.4 O “estorrecedor paradoxo”	132
3 COMO VENDO AOS BRANCOS	137
3.1 Um emparedado na “Torre de Marfim”?	140
3.2 A favor da “desgraçada raça dos tristes”	154
3.3 Umas “histórias simples”	178
3.4 “Paladinos” e “homens-cousa”	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
FONTES	225
REFERÊNCIAS	229
ANEXOS	243
ANEXO 1 – Perfil de Cruz e Sousa por Virgílio Varzea (<i>Correio da Manhã</i> , 1907)	245
ANEXO 2 – Perfil de Cruz e Sousa por Virgílio Varzea (<i>A República</i> , 1923)	251
ANEXO 3 – Memórias de Araújo Figueredo (capítulos de <i>No Caminho do Destino</i>)	257
ANEXO 4 – Entrevista de Pedra Antióquia ao jornal <i>A Noite</i> (1915)	285
ANEXO 5 – Entrevista de Pedra Antióquia ao jornal <i>A Gazeta</i> (1941)	281
ANEXO 6 – Perfil de Cruz e Sousa por Gama Rosa (1914)	295
ANEXO 7 – Perfil de Cruz e Sousa por Firmino Costa (1919)	297

ANEXO 8 – Textos antiescravistas de João da Cruz e Sousa (reunião de “resgates”)	299
ANEXO 9 – Textos antiescravistas de João da Cruz e Sousa (transcrições inéditas de notas, artigos e editoriais publicados em <i>O Moléque</i>)	361

INTRODUÇÃO

Como podemos entender as obras e as posturas políticas dos escritores abolicionistas negros, do Brasil no final do século XIX, em relação à escravidão e ao abolicionismo? Seria historicamente preciso interpretar os seus textos e as suas trajetórias de militância como expressões individuais de uma “consciência racial” mais ou menos latente? Seria possível identificarmos, no interior das suas produções artísticas, singularidades formais que indicassem a existência de um modo de ver e de sentir particulares do seu grupo social de origem? As suas experiências pessoais de opressão e de marginalização se tornariam, necessariamente, especificidades estéticas expressas através da linguagem literária? Descendente de africanos, testemunha das décadas finais de um sistema escravista secular, a análise da vida e obra do escritor catarinense João da Cruz e Sousa (1861-1898) pode servir-nos como um dos caminhos possíveis para desenvolvermos um entendimento mais adequado acerca das complexas relações entre “raça”, cultura e sociedade em contextos como os do Brasil do final dos Oitocentos.

Consagrado como poeta simbolista devido à sua produção da maturidade há na fortuna crítica de Cruz e Sousa, certa ironia. Autor profícuo desde os dezoito anos de idade, quando estreou na imprensa de Desterro assinando versos de ocasião, Cruz e Sousa experimentou, durante boa parte da sua vida, uma série de gêneros e fórmulas literárias. A dedicação à palavra escrita, o desejo de ser reconhecido como um “homem de letras” – talvez à moda de Victor Hugo, um dos seus heróis intelectuais ao tempo de juventude –, fazia com que rejeitasse o título de “poeta”. Segundo Pedra Antioquia, ex-noiva e musa de muitas de suas primeiras quadras de amor, Cruz e Sousa preferia, simplesmente, ser chamado de “escritor”.¹

O futuro, no entanto, ignoraria tal predileção. Amplamente reconhecido, entre biógrafos e críticos literários, como um autor eminentemente lírico, os seus ensaios, textos ficcionais e jornalísticos ainda são, em grande medida, mantidos como notas à margem da sua obra poética. Essa diminuição – e amiúde esquecimento –, por sua vez, aplica-se especialmente à sua produção de mocidade (conjunto de textos anteriores à fase simbolista). Um numeroso e variado *corpus* documental que, quando

¹ JUVENAL, Ildefonso. O primeiro amor do poeta dos “Últimos Sonetos”. A *Gazeta*, Florianópolis, 23 nov. 1941.

muito, é tratado como simples sítio de arqueologia intelectual. Fonte de artefatos, cujo valor e interesse, se restringiriam à condição de, supostamente, representarem o embrião de uma obra literária esteticamente relevante. Ensaaios, portanto. Toscos esboços do grande poeta que, posteriormente – mais precisamente por volta de 1890 – Cruz e Sousa viria finalmente a se tornar.²

Na contramão dessa tendência, esta dissertação busca outro enfoque sobre a vida e outra ênfase na obra de Cruz e Sousa. Nas próximas páginas, não privilegiarei o “gênio” laureado com os epítetos altissonantes atribuídos pela posteridade. Neste trabalho, o meu objeto de reflexão não é o “Papa Negro do Simbolismo”, o poeta de *Missal* e *Broqueis*. Aqui, pelo contrário, quem busco é ao jovem João da Cruz. O ficcionista obscuro de *Trópos e Phantasias*. O jornalista olvidado de *O Moléque*. Aqui, releio parte da sua obra subestimada, ignorada ou esquecida. Uma obra, aliás, múltipla, e cujo estudo nos possibilita perceber não só “a etapa inicial” da evolução literária de um artista eventualmente consagrado. Mas, também, alguns dos interstícios dos grandes processos históricos aos quais os seus textos foram, de certo modo, respostas, tentativas de inferir valor e significação.

* * *

Nascido em 1861, na cidade de Desterro, pode-se dizer que Cruz e Sousa teve, até certo ponto, um destino incomum frente ao da maioria dos pobres de seu tempo. Filho de um pedreiro e uma lavadeira – ambos escravos e negros “sem qualquer mescla de sangue europeu” como dizem alguns biógrafos³ –, Cruz e Sousa recebeu desde cedo uma sólida educação escolar conseguida, em grande parte, devido aos esforços dos seus pais, ciosos da formação e futuro dos filhos. Fluente em latim, inglês e francês; leitor de Dante, Tasso, Camões, Voltaire e Castro Alves, ao chegar a certa idade Cruz e Sousa desejou algo diferente daquilo que, durante séculos, no Brasil, esteve reservado à maioria dos de sua “raça” e classe social: “Hei de morrer, mas hei de deixar nome!”, teria dito certa vez, segundo a

² RABELLO, Ivone Daré. Prefácio. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Dispersos: poesia e prosa*. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp; Giordano, 1998. p. 18.

³ ALVES, Uelinton Farias. *Cruz e Sousa: Dante Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008. 13.

tradição anedótica.⁴ O caminho escolhido – ou encontrado como um dos únicos possíveis – para a notoriedade foi a literatura. A mesma via que, ao tempo de Cruz e Sousa, já havia alçado outros negros e mulatos de origem humilde, tais como Luiz Gama, Machado de Assis ou José do Patrocínio, ao patamar de personalidades intelectuais e literárias.

Estreando na imprensa local por volta de 1879, com sonetos de inspiração romântica e versos encomiásticos, logo Cruz e Sousa experimentou outras e novas formas literárias. Colaborando em diversos jornais da cidade de Desterro (*A Regeneração*, *O Despertador*, *O Moléque*...) o jovem autor se firmou, durante os anos de 1880, como um intelectual interessado nos principais debates políticos e culturais de sua época. Dispondo do espaço concedido na imprensa liberal às discussões acerca das reformas estruturais do império (sobretudo à questão da escravidão), datam dessa época boa parte de seus textos manifestadamente engajados. Dentre eles o livro *Trópos e Phantasias* (1885), os contos da série *Histórias Simples* (1887), além de diversos artigos, notas e poemas de temática abolicionista. Textos que, por sua vez, serão tomados aqui não como simples curiosidades de uma célebre biografia intelectual, mas como fontes e acontecimentos para a compreensão da história do Brasil durante os últimos anos de vigência da escravidão e do regime monárquico.

Pode-se dizer que a reflexão acadêmica vem enfatizando pouco o aspecto histórico da vida e obra de Cruz e Sousa. Nesse sentido, as pesquisas realizadas no âmbito universitário vêm tendendo mais a privilegiar as análises circunscritas aos limites teóricos e metodológicos dos Estudos Literários e menos aos da disciplina histórica. Nessas áreas, os textos da fase simbolista do escritor – que, como já dissemos, são considerados por muitos os mais “maduros” e “interessantes” da sua produção – são privilegiados e problematizados, sobretudo, em seus aspectos intrínsecos. São características desse tipo de abordagem algumas pesquisas desenvolvidas junto aos diferentes Programas de Pós-Graduação dos cursos de Letras das instituições de ensino superior brasileiras, dentre elas o da Universidade Federal de Santa Catarina.⁵

⁴ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*. 3. ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. p. 13.

⁵ ALVES, Paulo. *A Farpa e a Lira: uma análise socioliterária a partir de Cruz e Sousa e Lima Barreto*. 2009. 212 f. (Mestrado em Teoria da Literatura) – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009; MELLO, Jefferson Agostini. *Um poeta simbolista na República*

Já no que tange os trabalhos de tipo especificamente historiográfico, estes ainda são bastante raros.⁶ Defendida em 2006, na Pontífice Universidade Católica de São Paulo, a dissertação de Elizabete Maria Espíndola é uma das poucas pesquisas acadêmicas recentes que buscam analisar a trajetória de Cruz e Sousa a partir de uma perspectiva historiográfica.⁷ Buscando “fazer uma re-leitura da experiência de vida” do escritor catarinense, Espíndola estabelece um diálogo entre a tradição biográfica estabelecida e a atual produção científica sobre a história social da escravidão e do pós-abolição no Brasil. Segundo a autora, o seu trabalho teria como objetivo apreender “as contradições, ambigüidades, as possibilidades e as limitações às tentativas de mobilidade social de um homem livre de cor vivendo em um período marcado pelas discussões em torno do trabalho escravo e da instauração da República”.⁸

Buscando contribuir para uma nova interpretação de certos aspectos da vida e obra do escritor catarinense, minha pesquisa também compartilha desse esforço de releitura de Cruz e Sousa desde um ponto de vista eminentemente historiográfico. Para tanto, procuro me acercar dos seus

Velha: literatura e sociedade em “Missal” de Cruz e Sousa. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008; OLIVEIRA, Leonardo Pereira de. *A tensão lírica no simbolismo de Cruz e Sousa*. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre. 2007; REIS, Cristiano Lima de Araújo. *O Simbolismo de Cruz e Sousa*: negritude, dor e satanismo. 2009. 96 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Programa de Estudos Pós-Graduados em literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009; SILVA, Luiz. *A consciência do impacto nas obras de Cruz e Sousa e de Lima Barreto*. 2005. 232 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2005; SILVA, Rosane Cordeiro da. *Entre missais e evocações*: a prosa desterrada de Cruz e Sousa. 2006. 274 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

⁶ Para ser preciso, ao longo do levantamento bibliográfico realizado para esta dissertação encontrei apenas uma pesquisa, realizada em nível de pós-graduação, problematizando, desde um ponto de vista historiográfico, a vida e a obra do escritor João da Cruz e Sousa. Refiro-me à dissertação de Elizabete Maria Espíndola, mencionada a seguir.

⁷ ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Cruz e Sousa*: Modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

⁸ Ibidem. p. 4.

textos literários compreendo-os, antes de tudo, como “testemunhos”, “evidências”. Atitude que implica dizer que, do meu ponto de vista analítico, as suas obras interessam-me mais pelas suas relações com o seu próprio contexto de produção do que pelo seu lugar no cânone literário.

* * *

Inspirada nas perspectivas teórico-metodológicas de Antonio Candido e de Raymond Williams frente ao caráter material da criação literária,⁹ bem como pelas idéias de Pierre Bourdieu relativas à escrita biográfica,¹⁰ esta dissertação problematiza as relações entre “raça”, cultura e sociedade durante os anos finais do Brasil Império. Mais especificamente, examina a trajetória de Cruz e Sousa entre os anos de 1861 e 1888. Época em que, o então jovem escritor, testemunhou e participou ativamente da campanha abolicionista em diversas regiões do país e imprimiu, em muitos dos seus textos, a sua visão crítica, tanto com relação à instituição do cativo, quanto da sociedade monárquica do seu tempo.

A sua estrutura está organizada em três partes. Na primeira, trato das origens familiares e dos primeiros contatos de Cruz e Sousa com a cultura dominante no seu tempo. Neste capítulo o tema principal é o suposto caráter “assimilacionista” da sua experiência (com ênfase nos anos de escolarização e primeiras incursões no meio literário desterrense). A seguir, no capítulo dois, abordo os anos de formação político-intelectual de Cruz e Sousa. Aqui o meu interesse principal é compreender como Cruz e Sousa compartilhou e ajudou a formular muitos dos novos valores e significados que emergiram, individual e coletivamente, a partir das transformações históricas que marcaram a sociedade brasileira nos últimos anos do Império. Finalmente, na terceira e última parte, abordo a militância abolicionista de Cruz e Sousa. Neste capítulo, reflito sobre as relações entre produção intelectual e engajamento político, bem como sobre as possíveis interlocuções entre história e literatura na experiência de escritores negros no Brasil da segunda metade dos Oitocentos.

⁹ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000; WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Por fim, gostaria de fazer uma advertência: como tentarei demonstrar, ao longo das próximas páginas, a construção da memória biográfica e a interpretação crítica da obra de Cruz e Sousa estão no centro de algumas disputas simbólicas que visam instituir identidades coletivas e legitimar diferentes projetos sócio-políticos. Suas muitas biografias e extensa fortuna crítica, portanto, não podem entendidas fora dos processos mais amplos de “invenção de tradições”¹¹ aos quais esses trabalhos estão de forma mais ou menos consciente comprometidos. Contemporaneamente, essas disputas estão, em grande parte, inseridas no contexto dos debates em torno da existência de uma cultura ou de uma literatura especificamente “negra” no Brasil.¹² Tema polêmico, espinhoso, essa discussão representa hoje, no nosso país, um dos principais pontos a partir da qual se erigem diversas políticas públicas de integração das chamadas “minorias” ao conjunto da sociedade mais ampla. Esta dissertação corresponde a uma tentativa de intervenção neste debate. Seu objetivo, contudo, não é tanto o de fornecer respostas definitivas, mas o de relativizar e matizar alguns dos termos dessa discussão. Algo que pretendo realizar assumindo, antes de qualquer coisa, a militância da crítica histórica como pressuposto essencial para toda e qualquer proposição de militância crítica.

¹¹ Utilizo aqui a expressão “tradição inventada” na mesma acepção atribuída por Eric Hobsbawm ao termo. Ou seja, como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas”, de natureza “ritual ou simbólica”, e que “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. 2. ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 9.

¹² Sobre a discussão em torno da existência ou não de uma literatura especificamente “negra”, no Brasil, remeto o leitor à controvérsia envolvendo os críticos literários e poetas Ferreira Gullar e Luiz Silva Cuti. GULLAR, Ferreira. Preconceito cultural. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 dez. 2011; CUTI, Luiz Silva. Negros ou urubus?. Disponível em: <<http://ppaberlin.wordpress.com/2011/12/08/o-poeta-cuti-responde-ao-poeta-ferreira-gullar-sobre-a-inexistencia-de-uma-literatura-negra/>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

1 UMA VIDA DE ENTREMEIO

Vergonha. Vergonha e desprezo por mim mesmo. Náusea. Quando as pessoas gostam de mim, dizem que é apesar de minha cor. Quando não gostam, esclarecem que não é por causa de minha cor. De um modo ou de outro, fico encerrado nesse círculo infernal [...] Acredite-me, [estou] cercado: nenhuma exceção [é] aberta por meus modos refinados ou por meu conhecimento de literatura ou por minha compreensão da teoria quântica.

FRANTZ FANON,
Pele Negra, Máscaras Brancas, 1952.

Artista! póde lá isso ser se tu és d'Africa, tórrida e bárbara, devorada insaciavelmente pelo deserto, tumultuando de mattas bravias, arrastada sangrando no lodo das Civilizações despóticas, tórvamente amamentada com o leite amargo e venenoso da Angustia! [...] Não! Não! Não! Não transporás os pórticos millenários da vasta edificação do Mundo, porque atraz de ti e adiante de ti não sei quantas gerações fôram accumulando, accumulando pedra sobre pedra, pedra sobre pedra, que para ahí estás agora o verdadeiro emparedado de uma raça.

CRUZ E SOUSA,
Evocações, 1898.

No início de 1889, João da Cruz e Sousa era um rapaz de vinte e sete anos de idade. Chegado ao Rio de Janeiro há menos de um ano, havia deixado a sua cidade natal, Desterro, em meio ao clima de euforia com a libertação dos escravizados. Otimista, tinha como muitos outros jovens da sua geração, a pretensão de “fazer carreira” no meio literário da Corte. Queria tornar-se um escritor ilustre. Ter os seus mérito e talentos reconhecidos em plena capital cultural do Império virtualmente “regenerado” com o 13 de Maio de 1888.

Passados alguns meses, contudo, os seus sonhos já começavam a esboroar. Sobrevivendo de pequenos bicos na imprensa local, aquilo que ganhava como colaborador nos jornais era insuficiente e mal cobria as suas despesas particulares. As colocações não apareciam e o reconhecimento

era pouco. Vítima de preconceitos e humilhações constantes, Cruz e Sousa tornava-se cada vez mais amargurado com a realidade a sua volta. A sociedade fechada e hostil que circulava pelas ruelas da pequena freguesia de Nossa Senhora do Desterro, manifestava-se agora, também, nos cafés, livrarias e redações de uma das maiores cidades do Brasil. Frustrado e abatido, em 8 de janeiro de 1889, o jovem escrevia ao amigo Virgílio Varzea:

Adorado Virgílio

Estou em maré de enjôo físico e mentalmente fatigado. Fatigado de tudo: de ver e ouvir tanto burro, de escutar tanta sandice e bestialidade e de esperar sem fim por acessos na vida, que nunca chegam. Estou fatalmente condenado à vida de miséria e sordidez, passando-a numa indolência persa, bastante prejudicial à atividade do meu espírito e ao próprio organismo que fica depois amarrado para o trabalho.

Não sei onde vai parar esta coisa. [...] Não imaginas o que se tem passado por meu ser, vendo a dificuldade tremendíssima, formidável em que está a vida no Rio de Janeiro. Perde-se em vão tempo e nada se consegue. Tudo está furado, de um furo monstro. Não há por onde seguir. Todas as portas e atalhos fechados ao caminho da vida, e, para mim, pobre artista ariano, ariano sim porque adquirir, por adoção sistemática, as qualidades altas dessa grande raça, para mim que sonho com a torre de luar de graça e da ilusão, tudo vi escarnecedoramente, diabolicamente, num tom grotesco de ópera bufa.

Quem me mandou vir cá abaixo arrastar a calceta da vida! Procurar ser elemento entre o espírito humano?! Para quê? Um triste negro, odiado pelas castas cultas, batido das sociedades, mas sempre batido, escoraçado de todo o leito, cuspidor de todo o lar como leproso sinistro! Pois como! Ser artista com esta cor! Vir pela hierarquia de Eça, ou de Zola, generalizar Spencer ou Gama Rosa, ter estesia artística e verve, com esta cor? Horrível!¹³

¹³ CRUZ E SOUSA, João da. [Carta] 8 jan. 1889, Rio de Janeiro [para] VARZEA, Virgílio. Desterro. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Cartas de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1993. p. 33-35. Em tempo, segue

28

Em sua busca por lograr êxito na vida, Cruz e Sousa acreditou no seu maior trunfo: a intimidade com os referenciais simbólicos dos grupos dominantes. Havia se esforçado, ao longo de quase toda a sua vida, para se conformar aos valores culturais e modelos normativos compartilhados pela elite intelectual do país. Era um homem instruído. Educado dentro dos padrões formais de ensino do seu tempo. Tinha “sensibilidade”, erudição, “gosto”. Como “artista”, havia adquirido, conforme a sua própria auto-representação, as “qualidades altas” da “grande raça” ariana. Todo esse esforço, no entanto, parecia estar lhe rendendo pouca ou nenhuma bem-aventurança. De algum modo, por alguma razão, ao seu redor, nada disso parecia estar sendo percebido ou reconhecido. Nada do que ele havia conquistado de melhor parecia ter valor prático. As “castas cultas” só lhe reparavam, com desgraçada obsessão, numa única coisa: a tonalidade da sua epiderme. Frustrado diante dos limites de uma sociedade que lhe negava quase todas as oportunidades e que lhe ignorava o pleno reconhecimento, Cruz e Sousa exclamava causticamente: “Pois como! Ser artista com esta cor!”. O mundo, afinal, lhe insistia que essa era uma contradição. Uma incoerência da qual ele, mais cedo ou mais tarde, precisaria se dar conta.

* * *

O estereótipo do “preto de alma branca”,¹⁴ por vezes, recai como uma acusação sobre a memória de Cruz e Sousa. O crítico Flávio Kothe, em *O Cânone Republicano*, chama-o de “adesista” e “traidor de sua raça e da cultura de seu povo”.¹⁵ Outros autores, como o escritor Martiniano José da Silva, classificam-no como um “assimilado pelo saber letrado da cultura branca”.¹⁶ Já o sociólogo Abelardo Fernando Montenegro esforçou-se por demonstrar a suposta alienação de Cruz e Sousa para com o seu próprio

aqui uma observação: todas as transcrições apresentadas neste trabalho foram realizadas conforme os textos originais consultados. Ortografia de época e eventuais falhas tipográficas *não* foram atualizadas ou corrigidas.

¹⁴ GUSTAVO, Neves. O preto de alma branca. *A Gazeta*, Florianópolis, 12 nov. 1961.

¹⁵ KOTHE, Flávio R. *O Cânone Republicano*. Brasília: UnB, 2003. v. 1. p. 115.

¹⁶ SILVA, Martiniano José da. *Racismo à Brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. p. 67.

grupo “racial” afirmando que, na denúncia da opressão vivida pelo negro brasileiro, o poeta teria se limitado a cantar “*como branco* as angústias das crianças negras”. [Grifos meus].¹⁷

Quer chamemos a sua relação com a “alta cultura” da segunda metade do século XIX de “traição” ou “adesismo”, o fato é que, assim como outros seus contemporâneos, Cruz e Sousa não foi alguém totalmente à margem da sociedade escravista brasileira. Apesar do estigma atribuído a cor da sua pele, a despeito da sua condição social familiar de origem, Cruz e Sousa usufruiu sim, em algum grau, de certos privilégios reservados a uma parcela muito restrita da população brasileira (entre elas a educação formal). Uma circunstância que, muito provavelmente, não contribuía para fazê-lo gozar de uma identificação plena com o seu próprio grupo social de origem. Neste capítulo, gostaria de refletir sobre essa relação. Não obstante, ao contrário do que é mais comumente realizado, não quero fazê-lo como um problema de natureza política ou moral a ser avaliada conforme os nossos próprios parâmetros de “certo” ou “errado”. Anacronismos à parte, o que proponho é pensarmos o inferido “embranquecimento”¹⁸ ou “assimilação cultural” de Cruz e Sousa como um fenômeno historicamente determinado, como uma atitude que pode e deve ser compreendida a partir dos seus próprios referenciais de tempo e espaço, analisada de acordo com os parâmetros sociais, políticos e culturais aos quais ele mesmo estava submetido.

A idéia de “assimilação”, em seu sentido contemporâneo, é uma noção profundamente enraizada no contexto político e social do século XX. É um produto ideológico de lutas como as campanhas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, das guerras anticoloniais na África e do movimento negro surgido ainda nas primeiras décadas do século passado em diversos países da América Latina e do Caribe. Representa tudo aquilo contra o qual o negro politizado, consciente da sua situação de injustiçado, orgulhoso da sua ascendência africana e empenhado no esforço de construção de uma civilização universal, busca combater. É a negação

¹⁷ MONTENEGRO, Abelardo Fernando. *Cruz e Sousa e o Movimento Simbolista no Brasil*. 3. ed. Fortaleza: UFC; Florianópolis: FFC, 1998. p. 221.

¹⁸ Por “embranquecimento” estou entendendo, aqui, a ideologia assimilacionista baseada em critérios culturais e somáticos que, no Brasil escravista, controlava as oportunidades de admissão no mundo dos dominadores e de mobilidade de classe dentro dele. SPITZER, Leo. *Vidas de Entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 121.

da “negritude”. A “assimilação” – isto é, a identificação cultural do negro oprimido com o branco opressor –, representa a expressão máxima da alienação do africano ou afrodescendente com relação a sua própria “condição étnica”, o seu passado histórico e a sua “cultura original”.¹⁹ Ainda assim, apesar dessa noção ser bastante circunscrita temporalmente, a despeito de ela ser profundamente enraizada na conjuntura do século XX, é partindo dela que muitos críticos julgam Cruz e Sousa – um homem do século XIX. É tomando essa idéia como referencial que, muitas vezes, críticos de menor boa vontade ou sensibilidade histórica, condenam-no por, supostamente, não ter “o mínimo” de “consciência negra autêntica”.²⁰

Buscando esclarecer tais anacronismos, o meu objetivo principal, aqui, é compreender a “assimilação” cultural/comportamental de Cruz e Sousa não como um afastamento deliberado de uma pretensa cultura própria e exclusiva do seu grupo social de origem. Minha intenção, pelo contrário, é entender o seu processo de imersão na cultura letrada do Segundo Reinado entendendo-o como uma das contingências de uma realidade humana concreta e historicamente determinada. Mais especificamente, a realidade de um jovem descendente de africanos, filho de ex-escravos, vivendo numa sociedade escravocrata, dominada, política e culturalmente, por homens brancos, eurocêtricos e racistas. A situação de alguém que, trazendo no corpo as marcas das suas origens, precisou lidar com uma estrutura social que, de fato, concedia maiores oportunidades e privilégios àqueles que mais se aproximassem, na aparência e nos modos, da imagem que a sua elite dirigente atribuía a si mesma.

1.1 Avô escravo, pai liberto, filho escritor

Em 16 de agosto de 1871, os crioulos libertos Guilherme de Sousa e Carolina Eva da Conceição, ambos naturais da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, casaram-se na Capela do Rosário.²¹ Juntos há muitos anos em união familiar não oficializada, por essa época o casal já havia concebido

¹⁹ MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988 e BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 24-25.

²⁰ KOTHE, Flávio R. Op. cit. p. 114.

²¹ Certidão de casamento de Guilherme de Souza e Carolina Eva da Conceição. In: SOARES, Iaponan. *Ao Redor de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 69.

duas crianças: um menino de nove anos de idade (João) e outro de sete (Norberto). Os seus dois filhos, em contraste com a sua própria experiência, seriam alfabetizados e frequentariam a escola. Após os seus anos de formação escolar, o mais velho, batizado João da Cruz (mais tarde, Cruz e Sousa), depois de um breve período trabalhando como professor particular e caixeiro de vendas se tornaria secretário de companhia teatral, jornalista e partiria em direção ao Rio de Janeiro. Na capital do país, a despeito de todas as dificuldades, tentaria a carreira de escritor e a vida na imprensa. Morreria em 1898, aos 37 anos, pobre, amargurado, tuberculoso e ignorado por boa parte da elite intelectual brasileira da época. Já Norberto da Cruz, se dedicaria ao ofício de tanoeiro, viveria obscuramente em sua cidade natal e seguiria para São Paulo. Nunca mais retornaria à Santa Catarina e não deixaria maiores vestígios da sua trajetória pessoal.

Apesar do fim trágico de João e da existência aparentemente “banal” de Norberto, o retrospecto das suas trajetórias expressa o êxito relativo de um diligente projeto familiar de mobilidade social. Um esforço no sentido de “melhorar de vida” que se iniciou com a conquista das alforrias de Carolina e Guilherme, passou pela introdução dos seus filhos no sistema de educação pública do Império e que, idealmente, deveria culminar no emprego ou promoção de ambos os rapazes num bom ofício ou cargo burocrático razoavelmente remunerado. Um plano de sobrevivência baseado na incorporação, por parte de João e Norberto, de saberes e habilidades amplamente valorizadas pelas classes dominantes e que não só aumentaria as chances de se livrarem das agruras do trabalho não qualificado, mas que, sobretudo, afastariam dos destinos de Guilherme e Carolina os tormentos de uma velhice desamparada e indigente.

A aposta na sorte dos filhos pareceu representar, portanto, para os dois ex-escravos, a esperança no seu próprio futuro. Um sentimento que deixou traços, por exemplo, na correspondência trocada entre Cruz e Sousa e seus pais ainda durante a década de 1890. Numa dessas cartas, enviada por Carolina em 1891, podemos entrever não só a expectativa de um futuro promissor para o filho, mas, igualmente, para ela própria e o seu marido – ambos, aliás, já bastante idosos e fisicamente debilitados.

Não podes imaginar o prazer que nos deu a tua carta de 2 do passado, pois nella, com satisfação, vemos que tens gosado saude.

Grande satisfação tambem tivemos pela tua collocação e esperanças de melhorares de emprego. Deus e Maria Santissima ouvindo minhas preces te

darão animo e perseverança para vences as dificuldades que se apresentam no decorrer da vida.

Meu filho. Eu e teu pai muito te agradecemos a quantia [20 mil réis] que nos mandasses, e fica certo que muito arranjo nos fez visto que teu pai já pouco pode fazer á vista do estado de velhice.²²

Muitos anos antes disso, por meados do século XIX, Guilherme e Carolina viviam como agregados na propriedade do casal Guilherme Xavier de Sousa e Clara Angélica de Sousa Fagundes. Nesse local, uma chácara situada no antigo bairro do Mato Grosso, nasceram e foram criados os seus dois filhos, João e Norberto.²³

Xavier de Sousa era um homem de grande prestígio na cidade. Nascido em 1818, em Desterro, vinha de uma família de tradição no meio militar. Agraciado com diversas honrarias, e ocupando patentes de destaque na corporação, consagrou-se como celebridade e herói local pelo seu desempenho na Guerra do Paraguai (ocasião em que chegou a ocupar o posto de Comandante-em-chefe do Exército Brasileiro). No mais, além de militar, foi também político tendo exercido o cargo de deputado provincial em duas legislaturas.²⁴ Morreu em 1870, aos 52 anos, como Marechal de Campo.²⁵

²² SOUSA, Carolina de. [Carta] 1 mar. 1891, Desterro [para] CRUZ E SOUSA, João da. Rio de Janeiro. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos pessoais de escritores brasileiros. Arquivo Cruz e Sousa. Correspondência familiar – CS Cf 002.

²³ De acordo com o mapa de número 21, anexo ao livro *Florianópolis: memória urbana*, o espaço em que se situava a chácara onde nasceu Cruz e Sousa – propriedade que, muito mais tarde, viria a ser conhecida como Chácara do Espanha – localiza-se, atualmente, na altura das esquinas da Rua Presidente Nereu Ramos e Rua Marechal Guilherme. VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. 2. ed. revista e ampliada. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

²⁴ PIAZZA, Walter Fernando. (Org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 546.

²⁵ Falecido em 20 de dezembro de 1870, Guilherme Xavier de Souza recebeu da imprensa de Desterro necrológicos e notas de pesares com os seguintes tons: “Depois de longo e penosos padecimentos, succumbiu, antehontem, o conselheiro, de guerra general Guilherme Xavier de Souza, e o seu enterro effectuou-se hontem ás 9 horas da manhã! / Perdeo o paiz mais um dos seus dedicados e distintos servidores – um general intelligente e denodado! e a provincia de Santa Catharina uma das suas mais brilhantes glorias! / A historia da guerra do Paraguay ha de

De família antiga e prestigiada, Clara Angélica, por sua vez, também expressava a fina flor da “boa sociedade” desterrense. Seu pai, o velho Francisco de Sousa Fagundes, foi um músico bastante respeitado na Província, durante a primeira metade do século XIX.²⁶ No mais, Fagundes havia sido também senhor de escravos. Sendo que, entre os de sua propriedade, encontrava-se um tal João. Escravo que, mais tarde, viria a ser o pai de Guilherme de Sousa e avô de João da Cruz e Norberto.²⁷

Dona Clara morreu em Nossa Senhora do Desterro, no ano de 1875. E, pelo que nos indica o seu testamento, muito bem servida de escravos, aliás.²⁸ Com o falecimento da antiga senhora, findos os laços de proteção e fidelidade que os prendiam à casa de Xavier de Sousa, desaparecido o último dos seus patronos, Guilherme e Carolina tomaram os seus próprios rumos na vida. Deixaram, definitivamente, o porão do luxuoso solar do Marechal e partiram para uma meia-água, perto da Capela de São Sebastião, na Praia de Fora. Residência onde o casal viveria até o final dos seus dias e onde o jovem Cruz e Sousa passaria uma boa parte da sua infância e mocidade.²⁹

A dar crédito ao testemunho de Araújo Figueredo, Guilherme de Sousa já seria um homem com cerca de oitenta anos na década de 1880.³⁰ A validade dessa observação lançaria a sua data de nascimento para os

infallivelmente reservar-lhe uma pagina gloriosa, quando tratar dos seus heroicos feitos nessa horrivel luta!.... / A terra lhe seja leve!”. *O Despertador*, Desterro, 23 dez. 1870.

²⁶ Segundo Rodrigues Cabral, Francisco de Sousa teria falecido em 1861 contanto mais de oitenta anos de idade. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v. 2. p. 53.

²⁷ ALVES, Uelinton Farias. Op cit., 2008. p. 22.

²⁸ Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, Clara Angélica concedeu postumamente a alforria a nove trabalhadores escravizados. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p. 199-200.

²⁹ FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. No Caminho do Destino. In: CARNEIRO, Carlos da Silveira. *Enciclopédia de Santa Catarina*. Florianópolis. v. 20. CEOR/BC/UFSC. fl. 31v.

³⁰ Araújo Figueredo, em suas memórias, refere-se do seguinte modo à vida familiar de Cruz e Sousa durante a década de 1880: “Conquanto muito pobres, pois vivia o seu *octogenário* pai, que pouco ganhava, em remendar telhados e remendar paredes, e a sua mãe em lavar roupa, de madrugada à tarde, na fonte à esquerda da sua casa, à mesa na qual o poeta fazia parte como filho.” [Grifo meu]. Ibidem. fl. 42v.

primeiros anos do século XIX e lhe faria um senhor de quase sessenta anos à época dos nascimentos de João e Norberto.

Nascido, em Desterro, entre a escravidão da família Fagundes, Guilherme tornou-se cativo de Xavier de Sousa por ocasião do casamento deste com Clara Angélica Fagundes. Sua alforria, dizem os biógrafos de Cruz e Sousa, teria ocorrido no ano de 1865, antes da partida do militar para o Paraguai.³¹

Guilherme, segundo alguns memorialistas, era um homem “baixinho e magricela, tímido e delicado”.³² Mestre-pedreiro, viveu a escravidão doméstica como trabalhador especializado, atuando como jornaleiro nas diversas construções e obras da cidade. Essa rotina, após a sua libertação, por sua vez, não se alterou substancialmente. Alforriado, Guilherme seguiria, a despeito da sua saúde cada vez mais debilitada, atuando como operário de obras.

A identificação de Guilherme com o seu ofício parece ter sido tamanha, que mesmo Cruz e Sousa, num poema dedicado postumamente ao pai, buscou representá-lo como a um operário. Em *Evocações*, livro publicado em 1898, alguns anos após o falecimento de Guilherme, o escritor iniciava assim a quarta parte de *Abrindo Fétretos*:

O que importa a Vida e o que importa a Morte,
obscuro velhinho que foste, operário humilde da
terra, que levantaste as torres das igrejas e os tectos
das casas, que fundastes os alicerces d’las sobre
pedra e areia como os teus unicos Sonhos.

Deixa symphonicamente cantar sobre ti a
sacrossanta alegria branca e forte do profundo
Reconhecimento que te votei na existencia! [...]³³

Guilherme de Sousa morreu em Desterro, no ano de 1896, contando aproximadamente noventa anos de idade. Aparentemente nunca pôde deixar de lado a pesada ocupação que, ao seu tempo de cativo, lhe garantia os seus jornais. Sua liberdade, como a de tantos outros ex-escravos

³¹ “[...] o marechal Guilherme era contra a escravidão, e antes de partir para o Paraguay, alforriara todos os escravos que herdara dos pais [...]”. VARZEA, Virgílio. Cruz e Sousa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1907.

³² VARZEA, Affonso. Moreira de Vasconcelos no Desterro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1955.

³³ CRUZ E SOUSA, João da. *Evocações*. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1898. p. 289.

brasileiros, na prática, significou precariedade, contingência e incerteza. Como testemunho, desse tempo de escassez e surdo desespero, existem as correspondências que Guilherme travava com o filho João. Numa dessas cartas, datada de outubro de 1894, algum prestativo escrevinhador registrava o lamento do pedreiro analfabeto:

(Eu meu filho) vou passando como velho reumático que pouco pode trabalhar não posso trabalhar no alto mesmo baixo pouco, por que já me faltão as forças. O que me pedes sinto não te poder mandar, (por duas razões) primeira que já não são baratos como éráo, segunda por que me falta o melhor, por isso desculpa não te poder mandar se não com praser o faria.³⁴

Quanto à Carolina, desconhecemos, até este momento, qualquer documentação que nos revele maiores detalhes sobre o seu passado. Não sabemos precisar a data do seu nascimento – a julgar pelo registro de alguns memorialistas, é provável, no entanto, que regulasse a idade do seu marido. Sabemos que ela foi escrava, mas não podemos ainda determinar a qual família pertenceu. Tradicionalmente especula-se que teria sido escrava de Guilherme Xavier.³⁵ A afirmação, no entanto, carece de confirmação documental mais precisa. O que podemos afirmar com segurança é que, em 1862, ano em que batizou o seu filho João, Carolina já vivia sob a condição de liberta.³⁶ Em contrapartida, a época e as condições dessa alforria também são indeterminadas.

³⁴ SOUSA. Guilherme de. [*Carta*] 24 out. 1894, Desterro [para] CRUZ E SOUSA, João da. Rio de Janeiro. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos pessoais de escritores brasileiros. Arquivo Cruz e Sousa. Correspondência familiar – CS Cf 004. (A análise da série de correspondências pertencente ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, infelizmente, não nos possibilitou identificar quais teriam sido as encomendas feitas por Cruz e Sousa a seu pai).

³⁵ “Cruz e Souza fora criado e educado pelo ilustre marechal catarinense Guilherme Xavier de Souza, um dos grandes heróis do Paraguai, de quem seu pai, que tinha o nome daquele marechal, e sua mãe Carolina de Souza haviam sido escravos.” VARZEA, Virgílio. Cruz e Souza. *A Republica*, Florianópolis, 24 mar. 1923.

³⁶ “Aos quatro dias do mez de Março do anno de mil oitocentos e sessenta e dous nesta Matriz de Nossa Senhora do Desterro baptisei solememente e puz os santos oleos ao innocent João da Cruz, nascido a vinte e quatro de Novembro do anno passado, filho natural de Carolina Eva da Conceição, crioula liberta, natural desta

36

A mãe de Cruz e Sousa era uma mulher “gorda, grande, forte” que “lavava e cozinhava para fora”.³⁷ Duas ocupações típicas das escravas de ganho utilizadas nos plantéis urbanos e semi-rurais de cidades como Desterro.³⁸ Tal como no caso de Guilherme, Carolina deve ter dado continuidade em sua vida de liberta às mesmas atividades profissionais do seu tempo de cativo. Faleceu em Desterro, em agosto de 1891.

Em 1900, dois anos após a morte de Cruz e Sousa, foi publicado o livro *Pharões*. Nessa coletânea, organizada por Nestor Victor, encontramos o poema *Pandemonium*. Seu tema principal é Carolina. Nele, Cruz e Sousa traça um doloroso retrato da sua mãe, representando-a como uma visão fantasmagórica, torturada, angustiada. No entanto, comparando esse poema com outros, já dedicados aos seus pais, nesse há um detalhe que o particulariza. Em um de seus versos há uma referência à experiência do cativo vivida por Carolina. Um dos raros momentos, em toda a sua obra, em que Cruz e Sousa se identifica, mesmo que sutilmente, mediado pela linguagem poética e do seu “eu lírico”, com a instituição do cativo.

Em fundo de tristeza e de agonia
O teu perfil passa-me noite e dia.

[...]

Mas, de repente, eis que te reconheço,
Sinto da tua vida o amargo preço.

Eis que te reconheço escravizada,
Divina Mãe, na Dôr acorrentada.

[...]

Que reconheço a tua boca presa

Freguesia. Foram padrinhos Manoel Moreira da Silva Júnior e Nossa Senhora das Dores. Do que para constar fiz este termo. O Vig^o Joaquim Gomes d'Oliveira Paiva. [À margem: Pai: Guilherme Souza, por subsequente matrimonio]”. Certidão de batismo de João da Cruz e Sousa. In: ALVES, Uelinton Farias. Op.cit., 2008. (Caderno de imagens).

³⁷ VARZEA, Affonso. Op cit., 1955.

³⁸ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Chácaras e casebres: o espaço da vivência negra nos arredores de São Paulo. In: _____. *Sonhos africanos, vivência ladinas*: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998. p. 130.

Pela mordada de uma sêde accêsa.

Presa, fechada pela atroz mordada
Dos fundos desesperos da Desgraça. [...] ³⁹

Os principais estudos biográficos consagrados a Cruz e Sousa tenderam a perpetuar uma idéia que, só muito recentemente, vem sendo criticada e relativizada entre os seus estudiosos: o entendimento de que os únicos responsáveis pela educação formal do futuro escritor tenham sido os antigos senhores dos seus pais. Fundamentada, sobretudo, nas memórias de Virgílio Varzea, essa interpretação ganhou maior notoriedade em 1907. Nesse ano, quando escrevia para o jornal carioca *Correio da Manhã*, Varzea publicou uma série de perfis de autores considerados, por ele, como representativos da chamada “Guerrilha Literária Catarinense”. Intitulada “Impressões da Província”, essa galeria foi inaugurada, justamente, com a evocação de Cruz e Sousa (amigo do articulista).

Começava, assim, a síntese biográfica dedicada a Cruz e Sousa em “Impressões da Província”:

Nascido sob os tectos aristocraticos e opulentos, severos tectos aristocraticos e opulentos, severos e disciplinares do lar de um notavel soldado do Imperio, o marechal Guilherme Xavier de Souza, de quem tomara o nome de familia, recebera primorosa educação, boa instrucção primaria e fizera com brilho o curso de humanidades no Atheneu Provincial, [...] ⁴⁰

Mais tarde, já em 1923, o memorialista reforçaria essa idéia. Em artigo publicado no jornal *A República*, de Florianópolis, Virgílio Varzea, imbuído de testemunha pessoal da juventude de Cruz e Sousa, escrevia:

Cruz e Souza fora creado e educado pelo illustre marechal catharinense Guilherme Xavier de Souza, um dos grandes heroes do Paraguay, de quem seu pae, que tinha o nome daquelle marechal, e sua mãe Carolina de Souza haviam sido escravos. A sua

³⁹ CRUZ E SOUSA, João da. *Pharões*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Profissional, 1900. p. 25-29.

⁴⁰ VARZEA, Virgílio. Cruz e Sousa. Op cit., 1907.

infância decorrera, sob todos os confortos e carinhos, no palacete e imensa chacara dessa personagem, uma das vivendas mais graciosas de Florianópolis, situada no antigo e amplo largo da Maçonaria. [...] Ahi passei eu horas durante alguns annos, com Cruz e Souza, a ouvir os seus bellos versos a sombra das velhas e copadas mangueiras que pautavam e sombreavam deliciosamente as aleas desertas desse vasto parque.⁴¹

Também em 1923, ao redigir o seu estudo introdutório à primeira edição das *Obras Completas* de Cruz e Sousa, Nestor Victor incorporava e desenvolvia a versão biográfica fundada nas memórias de Virgílio Varzea.⁴² A partir desse ponto, a valorização dada à suposta influência moral e orientação intelectual de Clara Angélica e Guilherme Xavier só tenderia a ser mais e mais sublinhadas pelos críticos e biógrafos posteriores.⁴³ Uma ênfase que, note-se, sempre se fazia em detrimento de Carolina e Guilherme. Indivíduos que como ex-escravos, pobres e iletrados que eram, supostamente não poderiam ter tido qualquer relevância no processo de formação intelectual do filho. Essa interpretação do passado de Cruz e Sousa teve o seu ápice com Raimundo Magalhães Júnior. No ensaio *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*, um texto clássico para os estudiosos do escritor catarinense, Magalhães imprimiu traços duradouros ao seu biografado. Nele, vemos a cristalização da tendência de se transformar Carolina e Guilherme em simples coadjuvantes, espectadores da formação educacional de Cruz e Sousa.

O fato de ser menino descendente de negros retintos, puros, sem qualquer mescla, não serviu de obstáculo a que a esposa do ilustre militar e o próprio Coronel comessem a tratá-lo com desvelos quase paternais. Casal sem filhos, D. Clarinda Fagundes Xavier de Sousa e seu marido envolviam o negrinho na afetividade que extravasava de seus corações sensíveis. Embora a mãe de João devesse ocupar-se dos mais humildes trabalhos domésticos e o pai fosse um simples pedreiro, sempre a colocar tijolos e a

⁴¹ VARZEA, Virgílio. Op. cit., 1923.

⁴² VICTOR, Nestor. Introdução. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923. v. 1. p. 10.

⁴³ MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Op. cit. p. 29.

rebocar paredes, o menino foi sendo preparado, aos poucos, para outro gênero de vida. A própria esposa do militar desempenhou o papel de professora de primeiras letras, tomando as lições do pretinho em sua sala de jantar. Boa ocupação, essa, para encher as longas horas de quem ia privar-se, por longo tempo, da companhia do marido, chamado, outra vez, a cumprir seus deveres de soldado, em hora das mais graves para a Pátria.⁴⁴

Trabalhadores braçais, criaturas “simples” e pouco destras nas sutilizas do “espírito”, Carolina e Guilherme, nessa perspectiva, não poderiam ter tido a sensibilidade para encaminhar os próprios filhos para cumprirem tipos de papéis sociais diversos dos seus próprios. Assim, caberia à sorte, ao acaso, a concretização dessa felicidade. Afortunadamente, no entanto, Cruz e Sousa teria nascido no lugar certo, bem próximo às pessoas adequadas. Colocado sob a proteção de um senhor bondoso, bem como de uma senhora solícita e pouco atarefada, o “negrinho” pôde, então, se desenvolver e escapar do destino humilde reservado aos seus pais – essas “criaturas anônimas e da mais ínfima condição social”.⁴⁵ Desse ponto de vista, desfrutando “da proteção do poderoso senhor, Carolina e Guilherme viram” – e apenas viram – “o filho João nascer e criar-se como filho de gente branca”.⁴⁶

A reconstrução biográfica de Raimundo Magalhães ainda é, em grande medida, a versão canônica da vida de Cruz e Sousa. No entanto, já há alguns anos, outros pesquisadores tem revisto essa tradição.

Em 1988, o bibliófilo e pesquisador Iaponan Soares registrou num artigo intitulado “O Jovem Cruz e Sousa”, o primeiro indício de uma participação familiar efetiva no processo de formação educacional do escritor. Nesse trabalho, Soares não chega a aprofundar-se em análises mais elaboradas acerca dos documentos aos quais faz menção apenas. Limitando-se, em grande parte, a descrevê-los. A sua contribuição, no entanto, foi valiosa. Um dos documentos mais importantes resgatados pela sua pesquisa foi um ofício indicando que, em 1874, Guilherme de Sousa, baseado num dos artigos do regulamento do Atheneu Provincial, teria

⁴⁴ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*. 3. ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. p. 4.

⁴⁵ Ibidem. p. 2.

⁴⁶ MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Op. cit. p. 29.

“requerido ao Presidente da Província para que seus filhos João e Norberto fossem aceitos como alunos externos da nova escola, por conta do que permitia a legislação”.⁴⁷

Anos mais tarde, os subsídios deixados por Iaponan Soares serviriam de base para estudos mais aprofundados. Em 2006, a historiadora Elizabete Maria Espíndola, analisando as relações entre mobilidade social e os limites da modernidade no Brasil a partir da experiência de Cruz e Sousa, trouxe-nos novas e importantes reflexões sobre a vida familiar do escritor. Uma delas tinha a ver justamente com a percepção do protagonismo de Guilherme de Sousa no processo de educação dos seus filhos, bem como o esforço de valer-se das suas próprias relações sociais para explorar, em benefício da sua família, as brechas da legislação provincial.⁴⁸

Outro trabalho que põe em questão certos aspectos da tradição biográfica representada por Raimundo Magalhães é o livro *Cruz e Sousa: Dante Negro do Brasil*, do escritor e jornalista Uelinton Farias Alves. Nessa obra, entre outros tópicos, o autor pretende realizar uma crítica à interpretação que atribui à educação escolar de Cruz e Sousa o aspecto de dádiva senhorial. Também se fundamentando nos ofícios emitidos pela Diretoria do Atheneu Provincial, o autor corrobora a visão de que, menos do que um gesto magnânimo dos seus patronos, “a educação do poeta e do irmão foi parte de um projeto de vida” de Carolina e Guilherme.⁴⁹ Algo que o autor define como “uma prioridade, praticamente uma obsessão, para os pais escravos e humildes”.⁵⁰

O desejo de se construir uma imagem aristocratizante de Cruz e Sousa afastou-o, durante muito tempo, da sua própria origem de classe. Ao contrário do que nos sugere o cânone biográfico, os libertos Carolina e Guilherme não foram personagens secundários na trajetória do escritor.

Inseridos num *continuum* que transcendia as suas próprias existências individuais, João e Norberto representam um momento de um longo processo de adaptação e ajustamento da sua família à sociedade escravista na qual estavam inseridos. Sendo os primeiros nascidos livres

⁴⁷ SOARES, Iaponan. Op. cit. p. 18.

⁴⁸ ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Cruz e Sousa: Modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX*. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006. p. 21-23.

⁴⁹ ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008. p. 34.

⁵⁰ Ibidem. p. 29.

em gerações de escravos, os filhos de Carolina e Guilherme, seriam, também, os primeiros a adquirirem instrução formal e a vislumbrarem alguma possibilidade de profissionalização de tipo não braçal. A verem, em seus horizontes pessoais, a esperança de uma alocação melhor remunerada e de maior prestígio social do que a de seus próprios pais.

O trunfo da educação escolar atribuída aos filhos prefigurava-se, à Carolina e Guilherme, como uma garantia de livrarem, a si mesmos e aos seus descendentes, dos inconvenientes de uma existência socialmente precarizada. Suas atuações junto ao processo de formação educacional de Cruz e Sousa e Norberto são um pequeno exemplo de protagonismo popular na história do Brasil oitocentista. Uma possível réplica à predisposição (durante muito tempo generalizada) de se subestimar a capacidade dos grupos dominados de explorar os interstícios inerentes a toda e qualquer estrutura social ou sistema normativo. De aproveitarem, em benefício próprio e de maneira controlada e consciente, as brechas e falhas nos mecanismos de controle que pretendem submetê-los e oprimi-los. Enfim, de exercerem aquilo que alguns autores chamam de “agência” dos sujeitos históricos.⁵¹

1.2 “Hei de morrer, mas hei de deixar nome!”

A trajetória de Cruz e Sousa, segundo a narrativa de alguns de seus principais cronistas e biógrafos, é, como muitas outras histórias de vidas de “homens ilustres”, marcada pelo que Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”. A transformação de uma existência individual, marcada pela contingência e incerteza, em “um deslocamento linear, unidirecional” com “um começo (‘uma estreia na vida’), etapas e um fim” pressupõe, contudo, algumas ideias. Uma delas é a noção de que a vida seja “um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”.⁵² É essa percepção que subjaz, por exemplo, em afirmações como a de que “já aos oito anos” Cruz e Sousa “fazia versos à maneira de Bocage”,⁵³ ou de que, ainda na adolescência, estava certo de que seria um “homem de

⁵¹ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 11-49, 2009.

⁵² BOURDIEU, Pierre. Op. cit. p. 183-184.

⁵³ VARZEA, Virgílio. Op. cit., 1907.

letras”.⁵⁴ Nesse sentido, a impressão que se depreende das memórias de Virgílio Varzea, Araújo Figueredo, Nestor Victor ou de biografias como as de Abelardo Montenegro e Raimundo Magalhães é a de que tornar-se uma espécie de “Dante Negro do Brasil” – conforme o epíteto repetido em biografia recentemente publicada – sempre foi o sentido unívoco do caminho percorrido por Cruz e Sousa.

Não obstante a visão teleológica que naturaliza alguns acontecimentos biográficos como fases necessárias de um desenvolvimento individual predeterminado, tornar-se escritor não foi uma escolha óbvia na vida de Cruz e Sousa. Foi isto sim uma possibilidade. Uma alternativa, como tantas outras, explorada segundo os limites e as circunstâncias da sua experiência. Assim, se a dedicação às letras não pode simplesmente ser compreendida em termos de “vocação” ou simples cálculo estratégico, mas como contingência, cabe-nos perguntar: o que teria levado Cruz e Sousa a investir especificamente na carreira literária?

Certamente essa é uma pergunta muito mais retórica do que, de fato, propositiva. Não tenho nenhuma pretensão de oferecer qualquer resposta supostamente definitiva a essa questão. Como se sabe revelar inapelavelmente todas as motivações e intencionalidades de uma vida humana é algo que transcende em muito as capacidades de qualquer biógrafo ou historiador. No entanto, apesar dos limites impostos à reflexão biográfica, ainda assim acredito que possamos desenvolver alguns tópicos que, talvez, nos ajudem a construir uma interpretação mais ou menos aproximada dos processos que levaram Cruz e Sousa, a certa altura da sua vida, a realmente apostar no ofício de escritor. Propondo-me isto, trabalhar com a idéia de uma confluência entre capacidade adquirida, oportunidade e gosto para fazer algo que, muito provavelmente, lhe parecia desejável e praticável, me parece o ponto de partida mais adequado para elucubramos em torno das motivações individuais de um jovem como Cruz e Sousa.

As promessas de reconhecimento e de acesso às instituições da sociedade dominante se apresentaram cedo ao jovem Cruz e Sousa. Afigurando-se inicialmente por meio de pequenas compensações simbólicas, essas recompensas possivelmente lhe reforçaram a impressão de que a sua aceitação social e respeitabilidade dependeriam, sobretudo, do seu grau de semelhança frente à imagem dos seus próprios superiores. Nesse sentido, manifestações cotidianas de aprovação (como elogios e boas avaliações escolares), podem tê-lo levado a nutrir a convicção íntima

⁵⁴ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Op. cit., 1975. p. 13.

de que a sua qualificação como ser humano dependeria do seu grau de familiaridade com os protocolos de civilidade dos estratos médios da sociedade desterreense. Um sentimento que, por vezes, pode tê-lo feito construir para si uma identidade altamente contrastante com as próprias expectativas dessa elite frente a alguém da sua cor e origem de classe.

E é a vivência desse contraste o que parece dar forma, por exemplo, ao comentário atribuído a Guilherme Xavier de Sousa acerca das capacidades intelectuais do menino João da Cruz. Segundo o relato de Emília Schutel, filha de Duarte Paranhos Schutel, Cruz e Sousa, por volta dos oito anos de idade, teria lido alguns dos seus próprios versos ao marechal. Nessa ocasião, a julgar pela narrativa da memorialista, o garoto se afigurou tal como um fenômeno improvável aos olhos do velho militar. Após ouvir atentamente ao recital, Guilherme Xavier teria permanecido incrédulo quanto à autoria daquelas composições e resolvido submeter Cruz e Sousa a uma breve sabatina. Respondidas com acerto a todas as questões, só então a autenticidade da exibição teria sido satisfatoriamente demonstrada. A admiração senhorial, por sua vez, teria se expresso nas seguintes interjeições: “Tens inteligência, crioulo! Ora, agora só para que deu esse crioulo!”.⁵⁵

Contudo, não foram apenas nos espaços domésticos que as habilidades intelectuais e comportamento disciplinado atribuído ao menino Cruz e Sousa teriam sido motivos de admiração e espanto. Na escola, no ambiente institucionalizado da aprendizagem formal, essas demonstrações de reconhecimento também teriam ocorrido entre os adultos brancos e mais instruídos que ele. É o que podemos depreender, por exemplo, a partir da seguinte passagem das memórias de Araujo Figueredo:

Conheci o Cruz e Sousa quando eu tinha seis anos e ele oito, e estudava as primeiras letras em casa da professora Camila, à rua dos Ilhéus, hoje Visconde de Ouro Preto, ao lado esquerdo de quem sobe.

A professora era comadre de minha mãe e morava numa casa de nossa propriedade.

Um dia em que lá chegamos, encontramos sentado, em companhia de alguns rapazes e raparigas, numa esteira ao meio da sala, um crioulinho muito simpático, de testa espaçosa, olhos

⁵⁵ SCHUTEL, Emília. *Informação prestada ao autor*. Apud MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Op. cit. p. 30.

vivos e atraentes, lábios grossos e dentes de uma alvura de marfim brunido.

Soavam as 12 badaladas do meio dia, e ele e todos os seus camaradas levantaram-se um a um, deram as suas lições, rezaram em coro um Pai Nosso e saíram para voltarem de novo às 2 horas.

– Viu a comadre Bela aquele crioulinho de olhos muito vivos, que acabou de sair? Perguntou à minha mãe a professora Camila, pois é o mais estudioso dos meus discípulos e o mais obediente.

Não imaginava a sua comadre Bela como ia de vento em popa aquele seu discípulo, não tardando muito a retirar-se da escola por não ter a sua professora mais o que lhe ensinar.⁵⁶

Similar a esse episódio é, também, o caso narrado por Firmino Costa. Segundo o antigo colega do ginásiano Cruz e Sousa, no ano de 1875, logo após assumir a presidência da Província, João Capistrano Bandeira de Mello decidiu fiscalizar pessoalmente os exames gerais aplicados pela diretoria da instrução pública junto aos estudantes do Atheneu Provincial. Nessa ocasião, diz-nos o memorialista, com o intuito de garantir a probidade das avaliações, no dia em que seriam aplicados os exames preparatórios de língua francesa:

[...] o presidente apresentou-se, inesperadamente, na sala dos exames, com estupefação de todos quantos nella se achavam, na hora em que os trabalhos deviam começar, tomando lugar á direita do presidente da banca, a convite deste.

Os examinandos já estavam nos seus lugares.

Cruz e Souza fazia parte da turma.

Chamando um dos estudantes retirou elle, á sorte, o ponto da urna.

Decorrido o tempo legal foram as provas escriptas entregues aos examinadores.

O presidente da provincia, lendo-as todas, notou, com espanto, que a de Cruz e Souza, era a melhor que havia sido apresentada.

⁵⁶ FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. Op. cit. fl. 29v.

Della desconfiado, pediu licença ao presidente da banca para, no exame oral, fazer algumas perguntas ao examinando que tão bem se exhibia.

Como era natural - o presidente da meza accedeu ao pedido.

Chegada a occasião Bandeira de Mello fez a Cruz e Souza algumas perguntas de algibeira, como se diz na gyria dos estudantes, perguntas que foram respondidas com acerto.

Bandeira de Mello, não podendo conter o enthusiasmo, levanta-se da cadeira em que se achava para abraçar o estudante negro, e, dirigindo-se depois ao presidente da banca, recommendou, com a necessaria reserva, que dêsse a tão applicado estudante a nota de distincção e aos demais a de reprovação.

E assim foi.⁵⁷

A edição de 26 de novembro de 1875 do jornal *O Despertador* nos traz a lista dos estudantes avaliados nos exames preparatórios realizados naquele mesmo ano. Neste número, confirmando o relato de Firmino Costa, é possível encontrarmos o nome de Cruz e Sousa dentre os estudantes aprovado nos exames preparatórios de francês.⁵⁸ Não obstante, independente da suposta veracidade ou precisão factual desta ou de outras histórias, o que me parece interessante nesse anedotário é a ocorrência de um determinado padrão de comportamento atribuído, pelos autores, aos protagonistas de cada uma dessas narrativas. Mais precisamente, o que me parece digno de nota em cada um desses causos é a contínua representação do menino João como uma criatura extraordinária, incomum, surpreendente. Algo que, a meu ver, deve ser interpretado, também, como

⁵⁷ COSTA, Firmino. Cruz e Souza. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, v. 8, p. 17-18, 1919.

⁵⁸ No entanto, como observou Graciane Daniela Sebrão, ao contrário do que afirma Firmino Costa, Cruz e Sousa não foi o único a ser aprovado nos exames preparatórios de Francês. Segundo a pesquisadora, na ocasião, outros dois rapazes também o foram. Esses estudantes se chamavam Carlos Augusto Pereira Guimarães e Francisco Agostinho de Souza e Mello. SEBRÃO, Graciane Daniela. *Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)*. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2010. p. 101.

o indício de algo que, talvez, pudesse ter existido para além da reconstrução dos memorialistas. Um traço da própria experiência vivida por Cruz e Sousa em sua infância e juventude.

O racismo e o preconceito de classe são latentes em cada uma dessas histórias. A despeito do melhor desempenho intelectual, atribuído a Cruz e Sousa em contraste com o de outras crianças provenientes de estratos sociais superiores, o fato é que não ser pior do que elas já podia fazê-lo parecer um caso excepcional. A sua intimidade para com a norma culta da língua, o seu interesse pelos estudos humanísticos e literários realmente questionava os estereótipos do negro preguiçoso e incompetente que a classe senhorial reforçava para si durante aqueles anos. Nesse contexto, o menino Cruz e Sousa poderia muito bem ter se afigurado, eventualmente, como uma verdadeira descontinuidade frente à visão de mundo de muitos daqueles que o cercavam. Assim, diante de algo tido como tão improvável como um “crioulo inteligente”, seria necessário, como teriam feito o Marechal Guilherme e Bandeira de Mello (típicos representantes da elite imperial), se certificar de que não se estava apenas sendo vítima de uma fraude ou brincadeira de mau gosto. Era preciso, portanto, inquirir, questionar, perscrutar, pôr à prova à capacidade alheia. Testar o que, a princípio, poderia se afigurar como insólito demais para ser verdadeiro. No caso, a desnaturalização dos valores e habilidades percebidos, por esses observadores, como dons exclusivos da classe dominante.

A despeito da ilusão biográfica, verificável tanto no depoimento de Firmino Costa quanto no de Araújo Figueredo (ambos os autores enxergavam no “menino inteligente” o germe do “grande escritor”), o fato é que, desde as primeiras letras até o secundário, Cruz e Sousa frequentemente demonstrou muita eficácia ao responder às exigências intelectuais da rotina escolar. Ingresso no Atheneu Provincial em 1874, o jovem recebeu, neste primeiro ano, o conceito de “plenamente aprovado”, tanto nas cadeiras de Português, quanto nas de Inglês e Francês. Mantendo um bom aproveitamento durante os próximos anos, a sua aplicação como estudante, por vezes, tendia a evidenciá-lo entre o corpo discente. Em 1875, por exemplo, dos vinte e quatro inscritos na cadeira de Português apenas ele e outro rapaz obtiveram o conceito de “plenamente aprovados” naquela disciplina.⁵⁹

⁵⁹ Idem.

No entanto, apesar da sua evidente desenvoltura frente às exigências do ambiente escolar, o bom desempenho do estudante Cruz e Sousa não lhe garantiria a conclusão do ensino formal. Daniela Sebrão, em sua pesquisa sobre as experiências de escolarização de africanos e afrodescendentes em Desterro na segunda metade do século XIX, nos informa que, na lista dos aprovados nos exames gerais realizados no Atheneu Provincial no ano de 1877, já não constava os nomes dos alunos João e Norberto. Segundo a pesquisadora, uma das possíveis explicações para o afastamento dos dois irmãos poderia ser de ordem econômica. Em Desterro, para as famílias mais pobres, manter um filho no Atheneu Provincial, mesmo sem pagar as taxas regulares de matrícula, podia significar um sacrifício insustentável a médio e longo prazo. No caso de Carolina e Guilherme, uma das expressões desse sacrifício se materializava, por exemplo, na dificuldade em adquirir livros escolares. Parte desse pequeno drama familiar pode ser entrevisto num dos ofícios da Diretoria da Instrução Pública da Província. Nesse documento, datado de fevereiro de 1876, Joaquim Eloy de Medeiros, o inspetor geral, informa ao Presidente que alguns estudantes, dentre eles João e Norberto, não dispunham de recursos para a compra dos livros exigidos à disciplina de Latim. Uma limitação que, segundo o inspetor, lhes inviabilizaria a frequência nas aulas.

[...] os pais dos alunos Raul Alto Fernandes, João Maria de Bittencourt Cidade, Duarte de Santa Barbara Alleluia, João da Cruz e Souza e Norberto da Conceição e Souza, os três primeiros meio-pensionistas, e os dous últimos externos, todos matriculados por conta dos cofres provinciaes, lhe havião communicado deixarem os ditos seos filhos de continuar o estudo de latim, aula em que se achavão matriculados, pela falta absoluta de meios para comprarem os livros necessários á continuação do estudo dessa língua. Informado, da assiduidade e intelligencia d'alguns d'esses alumnos, e com quanto o Regulamento nada providencia no caso alludido, cumpreme não obstante levar o facto ao conhecimento de V.^a Ex.^a , para que, se julgar conveniente, se sirva mandar fornecer á taes alumnos, os livros necessários, visto como aos alumnos pobres da instrucção primaria elles são fornecidos. E na verdade para lamentar que, á falta de meios seja despovoada uma aula, onde era

reconhecido o aproveitamento dos seus alunos. No entanto, não havendo lei em que possa basear-me, para prevenir este acontecimento eu o sujeito á apreciação de V.^a Ex.^a., que certamente resolverá como julgar mais conveniente aos interesses da instrução publica.⁶⁰

É difícil, talvez impossível, saber se, naquele ano, Cruz e Sousa teria finalmente conseguido adquirir os seus livros de Latim. Não obstante, apesar de qualquer contratempo, a sua intimidade com o uso do idioma parece ter se desenvolvido em alguma medida e de alguma forma. Ao menos é isso o que nos sugere, por exemplo, o emprego de dísticos como aquele incorporado a um dos seus primeiros poemas publicados.

*Vir bonus dicendi peritus laudandum est.**

Senhor de nobre alma, tão
D'entre os sábios conhecido,
De pais excelsos nascido,
Aceitai a minha canção.

Probo pai, bom cidadão,
Sois dos seres melhor ser
Por saber tão profundo ter,
Sois ilustre qual Catão.

Recebei esta prova mesquinha
De penhor e de oração,
Produto da pena minha.

Perdoai, mui digno varão,
Se na mente eu pobre tinha
Cometer-vos indiscrição.⁶¹

Publicado no dia 13 de junho de 1879, no jornal *O Artista*, *Soneto* era oferecido e dedicado “ao Ilmo. Sr. M. Bernardino A. Varela”. O seu

⁶⁰ Ofícios da Diretoria da Instrução Pública para o Presidente da Província de 1875-1876, 23 fev. 1876, p. 84. Apud Ibidem. p. 102.

* Algo como “Um bom orador merece ser elogiado”. (Tradução minha).

⁶¹ Apud MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Op. cit., 1975. p. 16-17.

autor, por essa época, era um moço de dezoito anos de idade. Um rapaz reconhecidamente inteligente e vivaz, mas que, pela sua condição social e situação familiar, dificilmente poderia aspirar a grandes expectativas. Forçado a deixar o Atheneu Provincial, Cruz e Sousa tentara, por algum tempo, o trabalho como professor particular.⁶² Uma experiência que, no entanto, não se estenderia por demais. Pouco tempo depois, por volta de 1881, o jovem já se encontrava empregado como caixeiro de vendas numa casa de comércio do Mercado Público. Essa informação nos é prestada por Araujo Figueredo, que, em suas memórias, relembra o dia no qual reencontrou, pela primeira vez em sua vida adulta, aquele com quem viria a travar uma longa e profunda amizade.

[...] morávamos à rua do Vigário, hoje Fernando Machado, e já era viúvo o meu pai.

Tinha ido cobrar uma dívida a meu pai, da casa comercial do Camilo, vendedor de charque de Montevideú, num dos compartimentos do mercado, do qual era ele, o Cruz e Sousa, caixeiro cobrador e mesmo de balcão, em 1881.

Trajando um fato muito unido ao corpo, de cor clara e salpicos azuis e amarelos, ei-lo com uma rosa branca à lapela, e a sua indispensável bengala de junco, dependurada à curva do braço esquerdo.

Jovial e encantador, conversava a respeito do Marechal Guilherme, de quem meu pai era muito íntimo, quando apareci, para recuar em seguida, à porta que dava para o corredor da casa, no interior.

– Venha cá, meu filho, venha apresentar-se ao Cruz, ao nosso querido poeta.⁶³

É impossível precisar até que ponto Araujo Figueredo tenha sido fiel na sua reconstrução das minúcias do episódio. Não se sabe, por exemplo, se, naquela ocasião, Cruz e Sousa tenha sido realmente apresentado sob a alcunha de “poeta”. No entanto, supondo que o paralelismo entre passado e lembrança pudesse ser assim tão imediato, o detalhe sublinhado por

⁶² Sobre essa fase na vida do amigo, Virgílio Varzea conta que, no fim dos anos 1870, Cruz e Sousa “abriria em sua casa uma aula noturna para adultos e, durante o dia, lecionava, aqui e além, pelos lares, que lhe pediam ensinamento”. VARZEA, Virgílio. Op. cit., 1923.

⁶³ FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. Op. cit. fl. 30.

Figueredo não contrastaria com o contexto aludido nessa passagem das suas memórias. Por volta de 1881, de fato, já fazia algum tempo que Cruz e Sousa se esforçava por ganhar visibilidade entre os letrados de Desterro. A busca por projeção nos círculos literários da cidade implicava, por sua vez, certas estratégias. Uma delas era a conquista dos espaços de divulgação dos seus textos. No caso, a imprensa local.

Garantir o acesso aos meios através dos quais se pudessem transmitir para um público mais amplo as suas produções era algo imprescindível. Uma das exigências da carreira. A necessidade de se “conquistar a imprensa”, no entanto, significava concretamente o cultivo de uma determinada prática social. Mais precisamente, o esforço, mais ou menos sistemático, de se angariar as simpatias pessoais daqueles que dominavam as tipografias e as redações dos jornais. Vivendo num pequeno centro urbano, dotado de um meio jornalístico relativamente incipiente, para ver os seus versos publicados, Cruz e Sousa precisou, também, construir redes de sociabilidade que lhe abrissem algumas vias de acesso a esse meio. Precisou construir e preservar laços de amizade, cordialidade e afeto com redatores, editores e donos de periódicos.

Representativo dessa época talvez seja o poema *A Imprensa*. Publicado em oito de dezembro de 1880, nas páginas do *Jornal do Commercio*, em *A Imprensa* temos um longo e prolixo elogio às virtudes civilizadoras da atividade jornalística. Dedicado às redações de *O Despertador*, *A Regeneração*, *O Progresso*, *O Artista* assim como, é claro, ao próprio *Jornal do Commercio*, nele, Cruz e Sousa não só demonstra compartilhar certas idéias comuns à classe letrada local, mas, também, um evidente desejo de ostentar essa identificação. Dentre elas, a convicção iluminista na natureza redentora da educação e do conhecimento.

[...]

– O *homem* nasceu pequeno
Mas com as letras cresceu
Foi como o vulto de Rhodes
Que lá tão alto s’ergueu !
Foi preciso – estudando
Co’a propria idéa lutando
Mergulhar-se na luz!
Foi preciso ter gloria,
Brilhante, lêda memoria,

Redigidos quando Cruz e Sousa contava cerca de dezenove anos, os versos de *A Imprensa* podem ser mais do que simples reprodução de uma mera trivialidade. Mais do que o emprego leviano de um tropo comum à retórica dos setores instruídos das classes médias brasileiras oitocentistas, a afirmação pública do potencial dignificante e consagrador da educação formal pode significar, também, o indício de uma visão de mundo sinceramente compartilhada pelo autor empírico do poema. Sei que, com essa afirmação, posso estar incorrendo no risco de um entendimento excessivamente simplificador da expressão poética. No entanto, a hipótese, mesmo que problemática, me parece valer as possibilidades de reflexão. Ora, estávamos em 1880. O mundo, para muitos, parecia mudar efetivamente para algo melhor. O século era, como se dizia em alguns meios, um tempo de “luz”. No Rio de Janeiro, capital da última grande nação escravagista das Américas, o filho bastardo de um cônego e de uma estava tornando-se o novo líder de uma campanha abolicionista que tomava proporções cada vez maiores no Parlamento, na imprensa e nas ruas. Este homem, José do Patrocínio, filho de um vigário e uma preta mina, criado entre escravos, havia se educado, tornado-se farmacêutico, jornalista, orador e, naquele exato momento, combatia junto de Joaquim Nabuco (um autêntico filho da classe senhorial) contra o obscurantismo escravocrata.⁶⁵ E essa não era uma visão isolada. Naqueles anos havia muitos outros exemplos possivelmente inspiradores para jovens como Cruz e Sousa. Existia ainda Machado de Assis, os irmãos Rebouças, Luiz Gama... Todos homens livres e “de cor”. Todos “redimidos” pela educação formal. Todos nascidos “pequenos”, mas elevados pelas “letras”. A sociedade brasileira, em suma, parecia estar configurando-se de uma maneira mais aberta. Nesse contexto, a ilusão meritocrática, um dos elementos constitutivos do conteúdo ideológico de *A Imprensa*, cumpria um papel fundamental.

No mais, na Corte, os políticos falavam, depois de muito tempo de angustiante silêncio, no fim à escravidão. Também por lá, os jornais já debatiam a chamada “questão servil” e, nas ruas, o povo se agitava em comícios e conferências. Não demoraria e, por certo, o progresso se consumaria entre nós. O Brasil, para muitos otimistas, estava em vias de se

⁶⁴ CRUZ E SOUZA, João da. *A Imprensa. Jornal do Commercio*, Desterro, 8 dez. 1880.

⁶⁵ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de Jose do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

tornar um país livre, fraterno e igualitário. O Império do privilégio haveria de se tornar, dentro em breve, uma terra de oportunidades iguais.⁶⁶

Os sentimentos que, talvez, animassem a verve do jovem poeta, pelos idos de 1880, eram os mesmos que, muitas décadas depois, ecoavam nas lembranças de sua noiva, Pedra Antioquia. Em 1941, aos 79 anos de idade, a negra Pedra Antioquia Machado, uma “senhora bem conservada” e “dotada de maneiras distintas”, segundo a descrição do jornalista Ildefonso Juvenal, concedeu a seguinte declaração ao jornal *A Gazeta*, de Florianópolis:

[...] Tinha eu 16 anos, quando conheci o João da Cruz, filho do mestre Guilherme. Era êle um moço de maneiras distintas, aprimorada educação e notável instrução; trajava muito bem e andava quasi sempre sosinho, com um livro debaixo do braço ou então em companhia de homens brancos de elevada posição social, pois, como todos sabem êle era poeta, si bem que não gostasse que a gente tratasse de tal. Ficava radiante de encantamento quando se lhe dizia ser êle ESCRITOR, o mesmo não acontecendo quando inadvertidamente alguém evidenciava a sua qualidade de POETA.

Não diga que sou POETA e sim ESCRITOR, observava delicadamente àqueles que olvidando a sua qualidade de sutilíssimo prosador, salientavam a de poeta, em a qual era extraordinário.⁶⁷

Já em outro depoimento, este concedido em 1915 ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, Pedra Antioquia confessou ao jornalista Mario Hora:

[Cruz e Sousa] “Era extremoso, amoroso, apaixonado, ardente mesmo”. Mas ai! meu caro senhor! – era sobretudo um sonhador. Nas horas em que consersávamos juntos, não se fartava de devanear. Um futuro luminoso nas letras e na política era seu permanente desejo: e o que quase sempre eu ouvia dos lábios de Cruz e Sousa que, ao meu lado,

⁶⁶ Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁶⁷ JUVENAL, Ildefonso. O primeiro amor do poeta dos “Últimos Sonetos”. *A Gazeta*, Florianópolis, 23 nov. 1941.

parecia falar a alguém que não estava ali – “Ainda hei de ser governador de Santa Catarina!” ou então: “Hei de morrer mas hei de deixar nome!”⁶⁸

O fascínio pela cultura letrada e a esperança de lograr bons acessos na vida aparentemente fomentavam as aspirações literárias de Cruz e Sousa. Já o seu irmão mais novo, por sua vez, nutria outras ambições. A exemplo do pai, mestre-pedreiro, Norberto tornou-se também um trabalhador especializado. Desde a sua saída do Atheneu Provincial o rapaz, talvez por pura necessidade, talvez por simples gosto, dedicava-se à manufatura de tonéis, pipas, barris e outros utensílios do gênero.⁶⁹ Essa arte, a tanoaria, muito provavelmente, desempenhou uma função econômica importantíssima na cidade de Desterro. Sua relevância, e conseqüente reconhecimento social daqueles que a ela se dedicavam, ficam mais evidente se levarmos em conta o fato de que, desde a segunda metade do século XVIII, a maior parte da produção agrícola cultivada na Ilha de Santa Catarina consistia em alimentos como farinha de mandioca, milho, arroz, feijão e cachaça. Víveres que, para serem conservados, transportados e comercializados, precisavam ser acondicionados em recipientes similares aos produzidos por artesãos como Norberto. Assim, ao lado dos oleiros, os tanoeiros, em Desterro, deveriam desempenhar um papel estratégico na reprodução da vida material da cidade. Eram trabalhadores indispensáveis, portanto, e, como tais, muito provavelmente, bastante requisitados. Nesse contexto, a escolha profissional do irmão mais novo de Cruz e Sousa, pode ter parecido a mais “acertada” aos olhos dos seus pais. Ao menos, naquele momento, um dos filhos deveria conseguir êxito no esforço coletivo de suprir as necessidades financeiras da família. Pelo menos um dos rapazes parecia estar de fato “encaminhado” na vida.

Já por mais insensatos e difíceis que pudessem parecer aos olhos de muitos, os “caminhos” escolhidos pelo próprio Cruz e Sousa, no entanto, eram diferentes. A julgar pelo seu aparente desinteresse por outras

⁶⁸ HORA, Mario. A noiva de Cruz e Souza. *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 set. 1915.

⁶⁹ Segundo o memorialista Affonso Varzea: “O lar dos pais de Cruz, no caminho do Mato Grosso, era muito humilde e desprovido para manter em forma o poeta, cujo espirito delicado se recusava ao trabalho braçal que a mãe exigia, e que, para ajudá-la, enfrentou o irmão Norberto, que se fez tanoeiro”. VARZEA, Affonso. [Carta] 21 dez. 1962, Rio de Janeiro [para] FONTES, Henrique. Florianópolis. Acervo da Academia Catarinense de Letras. Arquivos da cadeira n. 40. Pasta “Virgílio Várzea”.

atividades que não aquelas ligadas diretamente ao ofício de escritor, tudo leva a crer que, ao final da sua trajetória escolar, João da Cruz já estivesse totalmente convencido de que a sua realização profissional não ocorreria atrás de um balcão de vendas, no interior de uma oficina ou diante de uma máquina tipográfica. Nessa época, ele já parecia sonhar com ideais mais “elevados”, “superiores”. Ao final da adolescência, Cruz e Sousa desejava o reconhecimento dos doutores, os aplausos da boa sociedade, a admiração dos colegas escritores, a projeção para além dos círculos literários da província. Não obstante, para obter tais prêmios, seria mister aperfeiçoar-se naquilo que ele julgava fazer de melhor. Para vir a se constituir como um autêntico homem de letras fazia-se necessário o aprofundamento do seu processo de autoeducação. Tornava-se indispensável ler mais, conhecer novos autores, aprender outros idiomas e, concomitantemente a toda essa instrumentação intelectual, também adquirir “bons hábitos”. Era forçoso demonstrar, em suma, que apesar dos estigmas da sua cor e origem de classe, também ele seria capaz de tornar-se um “elemento entre o espírito humano”. Um legítimo produto da civilização. Alguém que, a despeito de qualquer outra coisa, merecesse, de fato, ser tratado com o respeito e a dignidade devidos a qualquer pessoa livre dotada das qualidades morais e intelectuais que o singularizavam como ser humano.

São frequentes, nos textos dos memorialistas, as passagens dedicadas ao esmero com que Cruz e Sousa buscava cultivar a sua imagem pessoal. Virgílio Varzea, por exemplo, descreve-o como um jovem “espiégue e elegante, muito preocupado com a sua pessoa”. Um verdadeiro dândi, “muito asseado e bem vestido”, que “gastava tudo o que ganhava” nas “lições particulares que tinha” e “em trajes variados, finos e bem feitos”.⁷⁰ Corroborando com essa visão, Araújo Figueredo aponta, em mais de uma vez em suas memórias, a preocupação do amigo com o próprio trato pessoal. Segundo Figueredo, o jovem Cruz e Sousa...

Usava a barba seguidamente escanhoadá, aparecendo-lhe as faces e o queixo sempre lisos, sem nenhuma protuberância.

Nunca saía à rua sem os sapatos completamente lustrosos, preferindo gastar com eles o último dinheiro que tivesse, embora lhe faltasse para o café, o qual ele, no entanto, saboreava muitas

vezes ao dia, bebendo-o aos tragos, como se bebem licores.

– Sem os sapatos lustrosos, dizia ele, fugiam-lhe as idéias e a sua vida tornava-se como a do pavão, dessa ave simbolizadora da vaidade sobre um monturo de misérias e decepções.⁷¹

Décadas mais tarde, alguns dos principais biógrafos de Cruz e Sousa interpretaram de diferentes maneiras esses testemunhos. Nos anos 1920, por exemplo, o crítico Nestor Victor atribuiu essas expressões de cuidado pessoal à suposta autoconsciência que Cruz e Sousa teria desenvolvido acerca do seu próprio “valor”.⁷² Mais tarde, já na década de 1950, o sociólogo Abelardo Montenegro as entenderia como sintomas de certo processo de “desafricanização” ao qual o escritor teria se autoimposto.⁷³ No início dos anos 1960, por sua vez, o ensaísta Raimundo Magalhães Jr. as atribuiria, simplesmente à natureza complexa e contraditória da personalidade de Cruz e Sousa – um misto de humildade, despretensão e “dandismo”.⁷⁴

Já no que diz respeito à minha própria leitura, parto da necessidade de contextualização de todas essas práticas. Acredito ser essencial pensarmos, antes de tudo, quais as prováveis significações que atos aparentemente simples, tais como o vestir-se com elegância ou calçar-se bem, poderiam adquirir para um homem livre, pobre e não branco que vivesse num país tal como o Brasil do final século XIX. Em outras palavras, julgo ser necessário reinterpretarmos o suposto “dandismo” de Cruz e Sousa levando-se em conta, sobretudo, quais os possíveis sentidos que a manutenção de uma “boa aparência” poderia adquirir numa sociedade de tipo escravista e arraigadamente hierarquizada a partir de sinais exteriores de distinção e identificação social. Nesse sentido, talvez

⁷¹ FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. Op. cit. fl. 31.

⁷² VICTOR, Nestor. Op. cit. p. 17.

⁷³ Segundo a interpretação de Montenegro – aliás, fortemente influenciada pela psicanálise freudiana e pelas obras do sociólogo Roger Bastide –, Cruz e Sousa praticava “todos os atos capazes de elevá-lo socialmente.” Para o autor, ele adotara “os padrões dominantes. Reprimira os instintos, desafricanizando-se. Combatera valentemente os sentidos, principalmente o olfato. Escreve na língua do branco e seguiu os princípios éticos superiores. O *superego* em estafante tarefa, recalcar o indigno, o impuro e o destoante”. MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Op. cit. p. 64.

⁷⁴ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Op. cit., 1975. p. 29.

trabalhos como os do historiador Paulino de Jesus Cardoso possam ajudar-nos a compreender a complexidade histórica por trás desses gestos. Uma complexidade que, ao menos no caso de João da Cruz e Sousa, é frequentemente reduzida à mera expressão de frivolidade, excentricidade ou mesmo de “alienação cultural”.⁷⁵

Em seu esforço por reconstruir a visibilidade histórica das populações de origem africana na Desterro oitocentista, Cardoso problematizou alguns aspectos referentes à vida material desse grupo. Segundo o historiador, as roupas, “além de abrigar dos rigores do tempo, eram indicativos da situação, condição social e bem-estar dos cativos e libertos”. Assim, se no Brasil do século XIX, o significado simbólico da indumentária podia ser algo comum ao conjunto da sociedade, para os africanos ou afrodescendentes, no entanto, esse código ganhava uma relevância bastante particular. Verdadeiros índices de classificação numa escala que tinha o cativo como o seu marco zero, roupas e sapatos eram, muitas vezes, valorizados como objetos preciosos para homens e mulheres pobres e “de cor”. Peças valiosíssimas, guardadas, inclusive, em “baús bem fechados” junto com “suas poupanças em dinheiro” e o que mais possuísem de importante para si.⁷⁶

O fato de se estar vestido e calçado – e se possível “bem vestido” e “bem calçado” – significava, para homens e mulheres de ascendência africana, a afirmação da sua própria condição social e valor humano. É isto o que podemos depreender, por exemplo, de análises como a do caso envolvendo o cocheiro João Patrício. Tio e padrinho de batismo da órfã Custódia (menina que, na época, estava sob a guarda do tenente Arthur Cavalcanti do Livramento), em certa ocasião, Patrício tentou retomar a guarda da sobrinha. O argumento que o cocheiro apresentou ao juiz, no entanto, é sintomático de todo um conjunto de hábitos mentais socialmente compartilhados naquele contexto. Segundo Patrício, a sua sobrinha, desde que se encontrava sob os cuidados de Arthur Cavalcanti, passara a andar “muito mal trajada, descalça e com as simples roupas imundas, a levar e trazer recados a qualquer que seja e a fazer compras pelas tabernas”. Ou seja, segundo a exposição de João Patrício, Custódia passara a ser tratada, na prática, tal como a uma criança escravizada. A ênfase na pobreza do vestuário da menina, por sua vez, pode ser compreendida como um indício

⁷⁵ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

⁷⁶ Ibidem. p. 246.

de como, no Brasil oitocentista, a apresentação pessoal de um indivíduo podia ser naturalizado como o primeiro e mais evidente sinal diferenciador entre a condição de livre ou cativo. Esclarece-nos, em suma, como, naquela sociedade (e particularmente em Desterro) roupas poderiam representar “muito mais que cobertura”. Dar-nos, enfim, a perceber em qual medida, para muitos indivíduos de origem ou ascendência africana, as suas vestimentas pudessem significar “um movimento de distanciamento” com relação às “marcas da escravidão.”⁷⁷

Tal percepção, a meu ver, pode também ter influenciado a Cruz e Sousa. A despeito de hábitos como o de usar “a barba seguidamente escanhoadá”,⁷⁸ prática que poderíamos atribuir à crescente ascendência cultural inglesa entre os estratos superiores e médios da sociedade brasileira oitocentista,⁷⁹ o esforço de vestir-se bem e valorizar a própria aparência física, sobretudo no caso de pessoas como Cruz e Sousa, não pode ser reduzido, contudo, a um simples modismo ou esforço frívolo de emular elegância. No Brasil escravista, a vestimenta assumia um papel essencial na dinâmica da relação das classes populares com os grupos sociais dominantes. Correspondia a uma espécie de “cartão de visitas” que poderia informar, aos outros, e especial aos seus “superiores”, o grau de subordinação e dependência de um determinado indivíduo na hierarquia escravista. Pontuava, em resumo, o lugar ocupado, por homens e mulheres, na escala geral da sociedade. Algo que, para um filho de ex-escravos, tal como o era Cruz e Sousa, pode muito bem ter significado uma preocupação constante. Sobretudo se levarmos em conta os círculos sociais e os ambientes aos quais o jovem escritor frequentemente se expunha (cafés, teatros e redações de jornal). Meios e espaços de sociabilidade majoritariamente constituídos e freqüentados por homens brancos e instruídos de classe média que, muito provavelmente, se dispunham constantemente a desclassificá-lo com base na sua origem de classe ou aludindo meramente ao sinal da sua cor.

No entanto, além dos sinais expressos pela aparência e modos de trajar, a respeitabilidade também era uma questão de postura. Nesse sentido, é freqüente encontrarmos, nos testemunhos acerca do jovem Cruz e Sousa, a imagem de um rapaz de modos contidos e recatados. Alguém

⁷⁷ Ibidem. p. 246-247.

⁷⁸ FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. Op. cit. fl. 31.

⁷⁹ HANNA, Vera Lúcia H. “Está Bem Bom Para Inglês Ver”: A influência da língua e da cultura inglesas no Brasil (1802-1920). *Todas as Letras*, São Paulo, n. 6, 2004. p. 64.

que repugnava o álcool e tinha evidente aversão ao linguajar rude e grosseiro das ruas e tabernas. A impressão que a sua figura, por vezes, podia causar, está registrada numa passagem de Araújo Figueredo. Em suas memórias, ao reconstruir as noites de boêmia na casa de Dona Maria das Velas, Figueredo nos evoca essa visão de Cruz e Sousa.

A crioula Maria das Velas – uma espécie de Tia Ciata local⁸⁰ – era como chamavam à mãe do alfaiate, escritor e seresteiro Timótheo Maia. Vivendo numa casa situada na Rua Augusta (atual João Pinto), no bairro da Pedreira, a sua residência, aparentemente, fazia parte do que poderíamos chamar de “circuito cultural alternativo” da antiga Desterro. Segundo Araújo Figueredo, ali, naquele ambiente,

[...] líamos e fazíamos versos e muitas vezes aí dormíamos na mais viva alegria de boêmios reduzidos pelas idéias de Álvaro de Azevedo, pois tínhamos sempre entre as mãos e diante dos olhos a "Noite na Taverna", e alguns versos de Fagundes Varela, escritos ao calor das orgias noturnas, quando o álcool subia à cabeça desses menestrelis das glórias que jamais se apagaram. [...]⁸¹

A casa de Dona Maria das Velas pode ser definida como um típico espaço de circularidade cultural. Nesse curioso ambiente de sociabilidade, endereçado num dos bairros mais pobres da área urbana da freguesia de Nossa Senhora do Desterro, jovens com pretensões artísticas encontravam-se para, nas horas de lazer, elaborar e reelaborar idéias, sentimentos e valores. Era esse o caso, não só de Araújo Figueredo, mas, também, do poeta Carlos de Faria e de outros nomes representativos dessa geração

⁸⁰ Hilária Batista de Almeida, também conhecida como “Tia Ciata” (Salvador, 1854 – Rio de Janeiro, 1924), foi uma cozinheira e mãe de santo muito conhecida no antigo Rio de Janeiro. Considerada como uma das figuras mais influentes no processo de desenvolvimento do que viria a se tornar o samba carioca, ficou marcada como uma das principais animadoras da cultura negra nas nascentes favelas da capital. Era na casa de Tia Ciata o espaço no qual se reuniam os primeiros sambistas e foi lá que os músicos Donga e Mauro de Almeida compuseram *Pelo Telefone*, o primeiro samba registrado em disco (gravação realizada no ano de 1916). Cf. MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

⁸¹ FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. Op. cit. fl. 24v.

intelectual. No mais, além dos aspirantes a literatos, na casa de Timótheo Maia reuniam-se outros tipos curiosos. Personagens cuja descrição aponta para diversidade de conhecimentos e informações que, muito provavelmente, devia transitar por aquele meio.

Em casa de Timóteo não só nos reuníamos, eu e o Carlos, mas também erudito professor Wenceslau de Gouveia, com a sua voz cavernosa, e o Capitão-Tenente Ximenes de Araújo Pitada, barbado de branco à Pedro II, de quem se dizia irmão. Na verdade, ninguém mais parecido com o Pedro d'Alcântara do que o Pitada, cuja ilustração, principalmente em Matemática, a todos admirava, e ainda mais, pela bondade de sua grande alma. [...] E lá ia também bater, quando a noite nos convidava a uma serenata, o nosso querido João..., músico de alta competência, alma de artista, sobraçando o seu violão amigo, que ele admiravelmente tocava e a todos nos enchendo de encantos, como às próprias famílias que se debruçavam às janelas, para ouvi-lo.⁸²

Apesar do texto de Araújo Figueredo não deixar claro qual seria a identidade desse tal violeiro “João”, outro documento, no entanto, nos dá margem para supormos que se tratasse mesmo de João da Cruz e Sousa. Trata-se da entrevista concedida por Pedra Antióquia ao jornal *A Gazeta*, em 1941. Nela, a ex-noiva de Cruz e Sousa faz a seguinte declaração: “Apesar de muito querido dos homens cultos da raça branca, [Cruz e Sousa] não desprezava os pretos como ele: sempre os saudava cortesmente e freqüentava as sociedades e reuniões familiares de gente da cor, onde se fazia ouvir ao piano ou ao violão.”⁸³

Piano e violão. Dois instrumentos que, a propósito, eram bastante representativos de dois universos culturais supostamente diversos e distantes: o violão e a viola (mais ligados à sensibilidade lírica e musical das classes populares) e o piano (símbolo máximo da ilustração pequeno-burguesa do século XIX). Vista por esse ângulo, a intimidade de Cruz e

⁸² Ibidem. fl. 26.

⁸³ JUVENAL, Ildefonso. O primeiro amor do poeta dos “Últimos Sonetos”. *A Gazeta*, Florianópolis, 23 nov. 1941.

Sousa com ambos os instrumentos não deixa de ser sintomática da sua própria ambigüidade cultural e de classe. Uma pluralidade de referenciais simbólicos que, aliás, parecia impregnar espaços como a residência de Dona Maria das Velas e que, certamente, deveria ser compartilhada por outros seus contemporâneos.

Presença ocasional na casa de Timótheo Maia, a figura austera de Cruz e Sousa, no entanto, não deixava de destoar da atmosfera depreendida criada pelos rapazes que ali se encontravam. Reunidos, sobretudo, para beber, conversar, recitar poemas e tocar viola, o jovem sério e abstinente tendia a contrastar com os seus companheiros de boêmia. A sensação de vaga deferência que a sua imagem causava aos olhos dos seus próprios pares – constituídos, na maioria, por indivíduos pobres e “de cor” como ele – é esclarecedora de alguns resultados práticos da experiência individual de sociabilização e formação cultural vivenciada por Cruz e Sousa.

Uma vez ou outra lá se achava também, nesta casa, que o meu espírito recorda com tantas saudades, o nosso querido Cruz e Sousa, sempre metido em roupas claras, com uma bengala mefistofélica, cor de âmbar e uma linda flor à lapela. Quando esse chegava, havia, no entanto, um quer que fosse de respeito, embora na camaradagem ele não se distinguisse dos companheiros, menos nos tragos à caminho, pois o Cruz e Sousa nem de leve suportava o álcool.⁸⁴

É interessante observarmos que “respeito” seja palavra escolhida por alguns memorialistas e biógrafos tanto para qualificar a atitude dos iguais para com Cruz e Sousa, quanto deste para com os seus superiores na hierarquia social. Abelardo Montenegro, por exemplo, quando entrevistou Emilia Schutel – filha do médico Duarte Paranhos Schutel – ouviu dela que, quando jovem, Cruz e Sousa e Araújo Figueiredo frequentavam a residência do Dr. Schutel com o intuito de submeterem as suas produções à crítica do ilustre escritor e político liberal. Nessas ocasiões, escreve Montenegro, “Cruz e Sousa não se sentava, permanecendo em pé em sinal de *respeito*” [Grifo meu].⁸⁵

⁸⁴ FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. fl. 26v.

⁸⁵ MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Op. cit. p. 37.

A conquista de aprovações por parte de personalidades locais como o Dr. Paranhos Schutel – aliás, amigo íntimo de figuras renomadas na capital do Império, como, por exemplo, o romancista Alfredo d’Escragnon Taunay – exigiria, no entanto, muito mais do que simples manifestações de deferência. Para alcançá-la, Cruz e Sousa precisaria corresponder a certas expectativas intelectuais. Pôr-se “ao nível” dos seus avaliadores. Foi assim que, mesmo após o afastamento compulsório das aulas no Atheneu Provincial, Cruz e Sousa levou a frente o seu esforço de aperfeiçoamento educacional. Transformando-se em autodidata, leu, muitas vezes por empréstimo, livros que lhe possibilitaram formar uma cultura geral minimamente similar àquela cultivada pelos setores mais instruídos da sociedade brasileira oitocentista. Esse esforço, por sua vez, valeu-se também de algumas vantagens casuais. Uma delas foi a de poder contar com a existência de uma considerável comunidade de imigrantes europeus em Desterro. Uma circunstância que lhe facilitou grandemente o acesso a alguns autores fundamentais da literatura “universal”. Foi através desses contatos com estrangeiros que Cruz e Sousa pôde ler, por exemplo, as obras completas de Dante Alighieri – emprestadas a ele, segundo Araújo Figueredo, por “um padre italiano, muito usurário e porco”⁸⁶ – ou, ainda, Schiller, Goethe e outros poetas germânicos – todos em edições disponibilizadas por um vizinho alemão que vivia perto da sua casa na Praia de Fora.⁸⁷ No mais, em seu empenho por ampliar a sua formação literária, Cruz e Sousa também pode contar com a disponibilidade dos amigos mais íntimos. Jovens que, como ele, não dispensavam a leitura de autores brasileiros e portugueses tais como Fagundes Varela, Castro Alves, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Concomitantemente, além dessas redes informais de sociabilidade cultural, entre as décadas de 1870 e 1880, Desterro já contava com uma Biblioteca Pública razoavelmente fornida de obras fundamentais do cânone nacional e europeu.⁸⁸ Uma fonte de informações e conhecimento ao qual o jovem escritor, muito provavelmente, deve ter lançado mão inúmeras vezes.

⁸⁶ FIGUEREDO, Araújo. Op. cit. fl. 31v.

⁸⁷ Ibidem. fl. 36v.

⁸⁸ BRANCHER, Ana. A classe letrada em Desterro: entre a história e a literatura. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *História de Santa Catarina no Século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. MATOS, Felipe. Uma ilha de leitura: notas para um história de Florianópolis através de suas livrarias, livreiros e livros (1830-1950). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Cruz e Sousa não nasceu predestinado a nada, muito menos a ser poeta. Bem pelo contrário, podemos imaginar que, para alguém como ele, tornar-se escritor não tenha sido em momento algum, nem a decisão mais óbvia, nem a mais fácil. Não devemos pensar, contudo, que os seus ímpetos tenham sido completamente voluntaristas. Cruz e Sousa certamente não se atirou às cegas num abismo desconhecido. Sua opção pelas letras se fez baseada na percepção de algumas possibilidades abertas pelas circunstâncias da sua vida e do seu tempo. Diante de um futuro que não deveria lhe parecer nem plenamente garantido, nem completamente impedido, a melhor imagem para considerarmos a sua escolha talvez seja a de uma aposta – um investimento a partir de um palpite elaborado frente às possibilidades de uma dada conjunção. Convencido do seu próprio talento, estimulado pelo reconhecimento dos seus “superiores”, num certo momento da sua vida, Cruz e Sousa deve ter se convencido de que dedicar-se a literatura significava uma alternativa profundamente desejável e viável de atuação profissional e realização pessoal. Seu empenho em transformar-se num homem de letras, portanto, não foi a consequência de um chamado irrefreável, a erupção de uma sensibilidade extraordinária, o fim teleológico de uma personalidade “genial”. Foi isso sim o resultado de uma construção elaborada, não necessária e totalmente escusável. Uma – e apenas uma – das muitas possibilidades abertas no contexto de uma trajetória individual sujeita às pressões, limites e possibilidades de um determinado contexto histórico.

1.3 Atrevimentos de negro

A habilidade no trato com a palavra e a admiração de um grupo humilde de boêmios, no entanto, não garantiria a Cruz e Sousa o tão desejado reconhecimento artístico. Projetar-se eficazmente como “escritor” implicava uma operação bem mais complexa e ambiciosa. Tornar-se amplamente reconhecido como um autêntico criador de obras de arte literária pressupunha falar *para*, *com* e *como* aqueles que, no seu contexto imediato, atuavam como os árbitros autorizados do gosto. Exigia conquistar a empatia de homens e mulheres que, na cidade, atribuíam-se a função de definidores legítimos do “bom” e do “belo”. Nesse sentido, ultrapassando os círculos restritos de jovens neófitos – como aqueles constituídos pelos rapazes que lhe acompanham ao violão durante os saraus da Rua Augusta – Cruz e Sousa necessitava adequar as suas atividades criativas às demandas e aspirações estéticas da minoria letrada

como um todo.⁸⁹ Mais do que causar boa impressão no interior de pequenas rodas literárias, o aspirante a escritor carecia aprender a exprimir-se de um modo tal que a sua produção não deixasse de contemplar as expectativas e as sensibilidades dos setores instruídos das classes médias e dominantes. Em suma, para além dos serões à casa de Dona Maria das Velas, Cruz e Sousa precisaria se fazer ouvir, também, nas *soirées* dos casarões de Desterro.

Tornava-se imperioso, portanto, saber comover as damas e embevecer os cavalheiros. Diante dessa necessidade, tornou-se característica desse primeiro momento da produção juvenil de Cruz e Sousa, a abundância de poemas encomiásticos e versos de circunstância. Produções banais, de natureza mundana, diletante, redigidas, em sua grande maioria, com o objetivo de serem declamadas em alguns dos principais espaços públicos freqüentados pelas famílias ricas da cidade. Um deles, o Teatro Santa Isabel, constituía-se, durante o final do século XIX, num autêntico monumento à civilidade “burguesa” local. Um verdadeiro templo de culto às idéias e valores ostentados pela elite ilustrada desterrense.⁹⁰

Cruz e Sousa foi um freqüentador assíduo do Teatro Santa Isabel. Foi nesse espaço, aliás, que, entre o final dos anos 1870 e início da década de 1880, o jovem escritor explorou algumas das suas melhores chances de exposição pública. Uma dessas ocasiões, por exemplo, foi à inauguração da “Sociedade Beneficente dos Artistas”. Ocorrida em setembro de 1879, essa inauguração não chegou a ser, de fato, um evento extraordinário (tendo em vista a profusão de sociedades artísticas inauguradas e logo extintas naqueles anos na cidade), mas fora considerada suficientemente importante para conta com a presença de alguns representantes da classe dirigente local. Fazendo-se visto, a presença de Cruz e Sousa seria registrada, inclusive, numa pequena nota do jornal *O Despertador*.

Sociedade Artistica Beneficente – Realizou-se no domingo ultimo, ás 11 horas da manhã, no theatro Santa Izabel, a instalação desta sociedade, assistindo á ella S. Ex. o Sr. Presidente da província, Dr. Chefe de Policia, algumas senhoras e numeroso concurso de cidadãos de todas as classes.

⁸⁹ CANDIDO, Antonio. Op. cit., 2000. p. 22-27.

⁹⁰ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. cit., 1979. (Capítulos 1, 2 e 4).

O Sr. Dr. Genuino Vidal, presidente da sociedade, depois de chamar e pedir aos membros da directoria que tomassem assento, declarando que achava installada a referida sociedade, pronunciou um eloquente discurso.

Em seguida, depois de obterem a palavra, tambem pronunciarão e lerão bonitos discursos os seguintes Srs.: professores, W. Bueno e Antonio Martins Viera; Alfredo da Costa Albuquerque, typografo e secretario da mesma sociedade; advogado Manoel José de Oliveira; Euphrasio José da Cunha, pharmaceutico; Valerio Publicola, artista, e os jovens João da Cruz, João Francisco da Costa e José Francisco Paz, o primeiro destes recitou uma bem inspirada poesia, que foi muito aplaudida.

Concorreu para abrilhantar a reunião a banda de musica do 17.^a batalhão de infantaria, que foi cavalheiramente cedida pelo seu muito digno commandante o Sr. coronel Bibiano de Castro.

Terminou o acto com os vivas á Religião do Estado e á S. Magestade o Imperador, dados pelo presidente da sociedade.⁹¹

Um ano depois, o nome de Cruz e Sousa continuaria sendo mencionado, pela imprensa, como participante eventual de eventos similares. Uma dessas ocasiões foi a inauguração do curso noturno de Matemática, oferecido pelo Professor Antônio Ximenes de Araújo Pitada – capitão-de-mar-e-guerra e, segundo Araújo Figueredo, presença constante nos saraus da Rua Augusta. Nesse dia, de acordo com a nota publicada no jornal *A Regeneração*, além do “joven inteligente Sr. Cruz”, estiveram presentes algumas personalidades ilustres da vida política e cultural da cidade. Entre elas um tal Dr. Symfronio, poeta de circunstância que, naquele tempo, também era conhecido como uma figura habitual em festividades do tipo.

Apesar do mau tempo, houve grande concurrencia e foi o acto bem solemne.

Achava-se presente S. Ex. o Senhor presidente da provincia, Dr. chefe de policia e grande numero de pessoas importantes de nossa sociedade.

⁹¹ *O Despertador*, Desterro, 24 set. 1879.

O distinto professor pronunciou um bello discurso de inauguração, seguindo-se-lhe o Sr. Manoel José de Oliveira, o joven inteligente Sr. Cruz, que recitou uma linda poesia, e finalmente o muito illustrado, conhecido e festejado poeta Dr. Symfronio, que prendeu a atenção do auditorio com uma soberba poesia.⁹²

A intimidade com o universo simbólico dos grupos dirigentes foi uma das chaves que possibilitou a Cruz e Sousa o acesso parcial a alguns dos espaços mais exclusivos da sociedade desterrense. Dificilmente, em meio a cada um desses lugares por entre os quais circulava, outro filho de ex-escravos estivesse presente ou se fizesse notar. A educação formal e o empenho em reproduzir padrões de conduta e moralidade valorizadas pela classe dominante e seus representantes ideológicos fazia de Cruz e Sousa, se não um elemento plenamente aceito, ao menos uma presença suportável no convívio com autênticos representantes da elite senhorial. Diante desse aparente êxito de integração à vida social e cultural dos estratos superiores da sociedade desterrense, alguns pesquisadores, por sua vez, chegariam a conclusões extremas. Uma delas seria a simplificação de que, ao menos em sua juventude, Cruz e Sousa teria passado “sem encontrar restrições quanto à habilitação literária nem esbarrar com repulsas por causa da [sua] origem familiar”.⁹³ Sustentada por Henrique da Silva Fontes, sócio fundador da Academia Catarinense de Letras e autor de diversos estudos sobre o poeta, essa opinião se baseia em registros como os da participação de Cruz e Sousa em cerimônias como o lançamento da “Sociedade Beneficente dos Artistas” e a inauguração do curso noturno de Matemática do Prof. Araújo Pitada. Segundo o acadêmico:

Nas duas festas, há de o jovem preto ter aparecido sem maior constrangimento, graças ao seu vivo, cultivado e reconhecido talento, graças à sua educação e às maneiras e trajes, iguais aos dos moços das mais importantes famílias, nas quais tinha condiscípulos. Mimosamente criado no lar de Guilherme Xavier de Sousa e de D. Clara Angélica

⁹² *A Regeneração*, Desterro, 9 set. 1880.

⁹³ FONTES, Henrique. *Cruz e Sousa em A Companhia Dramática Julieta dos Santos e o meio intelectual desterrense e outros ensaios*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1997. p. 33.

Fagundes, casal sem filhos, rico e de tratamento, ao entrar na juventude, continuou na classe social em que vivera desde criancinha, nela começando a colaborar, sem repulsas.⁹⁴

A julgar por análises como as de Henrique Fontes, a experiência de Cruz e Sousa, em Desterro, teria sido a de uma inserção completa, praticamente sem obstáculos, na sociedade dominante. Desde esse ponto de vista, as agruras da discriminação racial e de classe teriam sido episódios tardios em sua trajetória. Dissabores próprios dos seus anos de maturidade, vividos, em grande parte, na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1890.

Exposta num ensaio intitulado “A Companhia Dramática Julieta dos Santos e o meio intelectual desterrense”, essa interpretação, contudo, não passaria sem gerar desconfortos e despertar polêmicas. Em carta enviada a Henrique Fontes, em dezembro de 1962, o filho de Virgílio Varzea, o jornalista Affonso Varzea, teceu uma série de comentários críticos acerca do texto. Demonstrando-se extremamente cioso da memória familiar dos Varzea, Affonso pontuou, nessa correspondência, inúmeras divergências com relação ao balanço que Henrique Fontes fizera do panorama literário desterrense durante a década de 1880. Sublinhando, sobretudo, o tratamento desigual dispensado às figuras de Virgílio Varzea e Cruz e Sousa (este último, em sua opinião, supervalorizado em detrimento da contribuição do seu pai ao debate literário local), Affonso atacou sistematicamente o estudo de Henrique Fontes. Numa lista de mais de uma dezena de apontamentos, a certa altura, o jornalista lembrou que, ao menos uma das supostas virtudes da família Varzea, teria sido a de ter se solidarizar com as hostilidades sofridas por Cruz e Sousa devido ao fato deste ser negro. Uma postura que, segundo o missivista, contrastava com a atitude francamente discriminatória da maioria das famílias brancas de Desterro.

Muito diferente do que você diz, a sociedade desterrense oitentina era racista. As senhoras ciosas de suas raízes açorianas, batiam com as janelas na cara dos irmãos de Aurélia:

– Lá vão os filhos da Julia com aquele preto!

⁹⁴ Ibidem. p. 113.

Pode você assegurar que esse anti-negrismo está inteiramente diluído aí?⁹⁵

Uma resposta possível às provocações de Affonso Varzea pode ser encontrada nos textos de um dos colegas de Henrique Fontes na Academia Catarinense de Letras. As opiniões do crítico Altino Flores com relação ao escritor e jornalista Ildefonso Juvenal são exemplares de como as populações de origem e ascendência africana foram, frequentemente, vistas e tratadas em Desterro/Florianópolis durante a transição do século XIX para o XX. Já septuagenário em 1962, o Professor Altino Corsino da Silva Flores foi um dos membros mais antigos e respeitáveis da Academia Catarinense de Letras. Sua carreira como jornalista, iniciada ainda nos primeiros anos do século XX, foi marcada, desde logo, pelas polêmicas e controvérsias literárias. Como crítico, por sua vez, Altino Flores cultivou, ao longo de toda a sua vida, uma análise tributária de teóricos como Ernest Renan, e um padrão de avaliação formal referenciado nas correntes estéticas positivistas do final do século XIX.⁹⁶ Ideólogo típico dos setores mais conservadores da sociedade florianopolitana, em 1920, nas páginas da revista *Terra*, o acadêmico assinou um artigo intitulado “A sombra de Cruz e Sousa”. Nesse texto, uma violenta desqualificação dos atributos artísticos e intelectuais de Ildefonso Juvenal – um autor que, à semelhança do próprio Cruz e Sousa, era negro, de origem modesta e relativamente marginal ao *establishment* cultural da cidade⁹⁷ –, Altino Flores tecia os seguintes comentários:

Cruz e Sousa foi um bem e um mal para as letras catarinenses: foi um bem porque, dando-nos versos admiráveis, tornou o nome do nosso Estado conhecidíssimo entre os demais; foi um mal porque, por ser negro, despertou em todos os negros de Santa

⁹⁵ VARZEA, Affonso. [Carta] 21 dez. 1962, Rio de Janeiro [para] FONTES, Henrique. Florianópolis. Acervo da Academia Catarinense de Letras. Arquivos da cadeira n. 40. Pasta “Virgílio Várzea”. (Nessa passagem Affonso se refere à Aurélia Isabel, irmã de Virgílio Varzea. Moça que, segundo o missivista, teria sido uma verdadeira “patronesse literaria naquela sociedade provinciana” e um “dos anjos da guarda que João encontrou” na residência dos Varzea).

⁹⁶ SACHET, Celestino. *A literatura catarinense*. Florianópolis: Lunardelli, 1985. p. 78-79 e JUNKES, Lauro. (Org.). *Altino Flores: textos críticos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006. p. 15-22.

⁹⁷ SACHET, Celestino. Op. cit., 1985. p. 43.

Catarina, que acompanhavam a evolução literária do Brasil pelo texto dos almanaques, a veleidade de poetas...⁹⁸

O artigo de Altino Flores pode ser definido como uma verdadeira barafunda de impropérios racistas mal travestidos de apreciações críticas. Insistindo nas referências pejorativas à cor da pele de Ildefonso Juvenal, Altino Flores acusa-o de ser um negro sem talento e pretensioso. Um parvo “com testa de ébano” que, apesar de medíocre e ignorante teria pretensões de igualar-se a Cruz e Sousa. Segundo Flores, “os literatos da raça caucásica” considerariam Ildefonso “píffio e idiota” e apenas os de sua “estirpe” o contemplariam “embasbacados, como se neles enxergassem o messia XPTO do continente”.⁹⁹ Assim, sentenciava o “crítico”, é “claro, ou melhor, é escuro” que “este pobre literatelho não poderá de forma nenhuma ser o sucessor de Cruz e Sousa”.¹⁰⁰

Redigindo os seus insultos a Ildefonso Juvenal há menos de 22 anos desde a morte de Cruz e Sousa, Altino Flores deixa-nos entrever os vestígios de uma sociedade abertamente hostil às suas populações de origem e ascendência africanas. Reverberando velhas práticas e valores de uma elite presumidamente “branca” e de ascendência “européia”, Altino Flores, nascido com “boa cor” e “bom sobrenome”, confirma-nos a acusação de Affonso Varzea. A saber: ao contrário do que pretendia Henrique Fontes, “a sociedade desterrense oitentina era racista”. E foi, sem dúvida, o racismo, latente entre as classes dominantes de Desterro, um dos elementos definidores da experiência de Cruz e Sousa durante os seus anos de formação.

Ao longo de toda a sua vida, Cruz e Sousa precisou lidar com múltiplas manifestações de discriminação. Expressa através de diferentes linguagens e de maneiras mais ou menos diretas, a intolerância e o preconceito foram elementos definidores também da sua juventude. Configurando-se como chistes de mau gosto, apelidos “cordialmente

⁹⁸ FLORES, Altino. A sombra de Cruz e Sousa. In: JUNKES, Lauro. Op. cit. p. 240. (Publicado originalmente em: *Revista Terra*, Florianópolis, n. 19, p. 9-10, 7 nov., 1920).

⁹⁹ As letras X P T O designam a abreviatura da palavra grega “Χριστός que, no alfabeto romano, é grafado como “Khristós”, ou seja, “Cristo”. XPTO. Wikidicionário. Disponível em: < <http://pt.wiktionary.org/wiki/xpto>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

¹⁰⁰ JUNKES, Lauro. Op. cit., 2006. p. 241.

preconceituosos”, ou, até mesmo, como ameaças diretas de agressão física, a violência e a opressão racial foram traços marcantes da sua vivência em Desterro. Estiveram presentes, também, nos seus anos de mocidade.

As percepções sociais da cor da sua pele tendiam a marcar Cruz e Sousa, permanentemente, como a como a um “outro”. Experimentado até mesmo nos seus círculos mais íntimos, a convivência com o estigma foi algo que, muito provavelmente, contribuiu para infundir-lhe a sensação constante de diferença entre si mesmo e o mundo no qual pretendia se firmar. Nesse sentido, uma das expressões mais sutis – e, possivelmente, mais dolorosas – da totalidade dessa experiência pode ser verificada na sua relação com Virgílio Varzea. Rapaz branco, filho de pai português, Varzea era um dos que insistiam no hábito de chamar de “Homem de Darwin” a Guilherme de Sousa.¹⁰¹ Tomado pelo grupo de colegas como uma simples tirada espirituosa, o gracejo, no entanto, talvez não fosse percebido pelo próprio Cruz e Sousa como algo tão desprezioso ou inócuo. Indiretamente desqualificado enquanto ser humano, ouvir alguns dos seus melhores amigos comparando o seu próprio pai – alguém por quem Cruz e Sousa nutria profundo afeto – ao chamado “Elo Perdido” – o objeto paleontológico que, segundo o imaginário científico do século XIX, atestaria a ancestralidade comum entre homens e macacos – não deixa de ser uma agressão por demais brutal para não ser considerada em suas possíveis implicações morais e psíquicas. Uma ação desconcertante expressa num meio, a princípio, livre de intimidações, ofensas e segregações. Algo que, de certo modo, deve ter auxiliado no fomento daquela sensação claustrofóbica que, anos mais tarde, Cruz e Sousa formalizaria em poemas como *Emparedado*.

Não obstante o “racismo cordial” das relações privadas, Cruz e Sousa precisava lidar também com a violência abertamente hostil das ruas. Independentemente de quaisquer possíveis subterfúgios, o fato é que a presença de um rapaz sabidamente pobre e de cor negra em eventos cuja realização, em última análise, se destinava a reafirmar simbolicamente o domínio de classe de uma minoria “branca” e presumidamente distinta do conjunto da sociedade brasileira, era algo que causava estranheza e até indignação em alguns membros dessa elite.

Foi isso o que ocorreu, por exemplo, em 1881, no Teatro Santa Isabel. Segundo o testemunho de Araújo Figueredo, nesse ano, por ocasião de uma passagem da Companhia Dramática do ator português José Simões

¹⁰¹ VICTOR, Nestor. Op. cit. p. 10.

por Desterro, Cruz e Sousa declamou, entre os dois primeiros atos de uma peça, alguns versos em homenagem ao principal artista e empresário do grupo teatral.¹⁰² A manifestação, contudo, não teria sido bem recebida por todos os presentes.

[...] Achava-se o teatro completamente cheio, e o Cruz e Sousa, num dos intervalos, subindo numa cadeira, começou a recitar umas décimas oferecidas ao ilustre artista, num tom majestoso de voz clara e emocional.

Choveram as palmas, numa repercussão vibrante, por todo o teatro, mas não deixou de haver quem, no camarote, em que me achava com meu pai, dissesse aos nossos ouvidos, baixinho:

– Que atrevimento de negro! Não acham?

E quem nos disse essa frase era irmão do maior poeta catarinense, Luís Delfino [...]¹⁰³

O relato em primeira mão de um gesto como esse me parece extremamente esclarecedor não só de certos aspectos da experiência de Cruz e Sousa, mas, sobretudo, de alguns traços definidores da sociedade brasileira do final do século XIX. Ele nos ajuda a relativizar, por exemplo, a imagem de um público branco e de classe média perfeitamente confortável com a presença de um indivíduo de extração social considerada inferior atuando junto a espaços de sociabilidade e consumo culturais considerados exclusivos desse público. Assim, concomitantemente aos adjetivos amistosos eventualmente atribuídos a Cruz e Sousa pelas notas da imprensa local, o burburinho das platéias dos teatros era capaz, também, de apregoar-lhe as designações mais rudes e aviltantes. Da verificação desse contraste depreende-se que, se nesse contexto havia de fato algum reconhecimento possível das virtudes alheias, cabia, no entanto, deixar claro quais seriam os limites dessa concessão de legitimidade. Ao homem livre, pobre e não branco podia-se, eventualmente, outorgar-se alguma dignidade. No entanto, também era preciso que esse gesto não fosse aquiescente demais. Beneplácito demais. Era essencial que esse eventual abonado se mantivesse resoluto no seu lugar de subordinação. Em suma, Cruz e Sousa vivia num mundo que, a despeito dos seus ares de

¹⁰² PAULI, Evaldo. *Cruz e Sousa: poeta e pensador*. São Paulo: Editora do Escritor, 1973. p. 42.

¹⁰³ FIGUEREDO, Araujo. Op. cit. fl. 30-30v.

liberalidade, esforçava-se por manter a precisão e eficiência dos seus limites hierárquicos. Uma sociedade que transigia, mas que também cobrava por cada uma das suas pequenas indulgências.

Sem dúvida que “a sociedade desterrense oitentina era racista”. Até porque a realidade de Desterro se inseria no conjunto da sociedade brasileira e esta, por sua vez, não se isolava do movimento histórico mais amplo do que foi o século XIX. Expresso de inúmeras maneiras, esse racismo se diluía e se naturalizava nas relações cotidianas mais prosaicas. Nesse contexto, o ambiente ideológico com o qual Cruz e Sousa precisava lidar era um espaço onde, por exemplo, o matiz da pele servia como o principal critério utilizado para a avaliação intelectual do outro. O pressuposto da debilidade mental associada à condição social e à cor era um preconceito tão arraigado, sobretudo entre as elites brancas, que pautava, inclusive, as discussões públicas entre os adversários políticos. Um exemplo disso foi a resposta dada por Wenceslau Bueno de Gouveia a um adversário e publicada nas páginas do jornal *A Regeneração* em 22 de junho de 1882. Nesse dia, respondendo a uma nota pessoalmente ofensiva publicada nesse mesmo periódico, Gouveia escreveu:

Idiota és tu, que quando pensas virtuperar louvas;
idiota és tu, que pensas ter o leão mais existência do
que o verme, como si a essência fosse constituída
pela quantidade e pelo volume; idiota és tu, que não
comprehendes aquillo que está ao alcance de
qualquer preto do ganho!...¹⁰⁴

Para além das discussões político-partidárias, a violência verbal e, por vezes, física, era um elemento também constituinte da vida literária desterrense. As ofensas mútuas trocadas pelas páginas dos jornais, ou até mesmo a franca troca de socos nas ruas da capital, era algo relativamente corriqueiro nas relações entre os escritores da cidade.¹⁰⁵ Exposto a esses

¹⁰⁴ GOUVÊA, Wenceslau Bueno de. O homem de viseira erguida e o mascarado. *A Regeneração*, Desterro, 22 jun. 1882.

¹⁰⁵ Basta lembrarmos, por exemplo, a polêmica na qual se envolveram, em 1884, o então jovem poeta Virgílio Varzea e o “respeitável” professor de Latim, Eduardo Nunes Pires. O caso, que se iniciou como uma simples troca de ofensas pelas páginas dos jornais da cidade acabou em discussão e agressão física em plena praça pública. Sobre essa curiosa passagem da vida literária desterrense, ver: FLORES, Altino. O franzino poeta, o latinista quadragenário. In: JUNKES, Lauro. (Org.). Op. cit. 2006. p. 223-231.

protocolos de civilidade, na medida em que se impunha como protagonista no cenário cultural local, mais Cruz e Sousa se tornava também suscetível às manifestações diretas de violência. A particularidade da sua situação, contudo, residia no conteúdo das expressões de hostilidade com as quais eventualmente teve de lidar. As ofensas que lhe eram dirigidas quase sempre eram racializadas, formuladas a partir de um vocabulário que tomava a palavra “negro” – bem como as suas variantes possíveis – como um termo desmoralizador e infamante (“pretinho de água doce”, “negrinho mau rimador”, etc.).¹⁰⁶ No mais, além dessa espécie de ultraje, Cruz e Sousa suportou, também, outros tipos de insultos racistas. É o caso, por exemplo, das comparações desumanizantes realizadas por Horácio Nunes Pires. Destacado membro de uma tradicional família de professores e intelectuais locais, na década de 1880, por ocasião de algum desentendimento, o então respeitável dramaturgo teria se dignado a sair à rua, de porrete em riste, para cima do jovem poeta. Nessa ocasião, segundo relato de Affonso Varzea, ao tentar agredir Cruz e Sousa, Horácio Nunes Pires teria gritado-lhe: “Macaco! Macaco!”.¹⁰⁷

Os limites impostos à participação de Cruz e Sousa na vida cultural de Desterro podiam chegar às raias da violência física. Tal como a cena evocada anteriormente nos sugere as eventuais tentativas de bloqueio à sua integração nos círculos da elite letrada, por vezes, ultrapassavam a simples repressão moral. Nesse sentido, bem mais grave do que o episódio protagonizado por Nunes Pires, foi o seguinte caso (narrado por Araújo Figueredo):

Achávamo-nos todos nós na redação da "Tribuna Popular" inclusive o Lopes Júnior, com o seu ar bonacheirão, faces túmidas e olhares velhacos, quando o Cruz e Sousa, há pouco chegado da Praia de Fora, abriu o paletó e lhe tirou do bolso de dentro umas tiras de papel comercial, nas quais a sua letra muito linda e sempre uniforme, brilhou aos nossos olhos ávidos de curiosidade.

– Eis aqui, camaradas, um conto que acabo de fazer, disse ele sorrindo, enxugando ambas as

¹⁰⁶ MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Op. cit. p. 36.

¹⁰⁷ VARZEA, Affonso. [Carta] 21 dez. 1962, Rio de Janeiro [para] FONTES, Henrique. Florianópolis. Acervo da Academia Catarinense de Letras. Arquivos da cadeira n. 40. Pasta “Virgílio Várzea”.

mãos num lenço branco cheirando a violeta, que era o seu perfume predileto.

Era realmente um conto e intitulava-se "A Felicidade", no qual o poeta escrevia os episódios da vida íntima de um rico casal de alemães que moravam num palacete à beira mar, numa das praias da Ilha, para dentro de um luxuriante jardim, de onde surgiam belíssimas rosas e se estendiam aveludadas tapeçarias de verdura.

O alemão de uma nobre estirpe, bem como a sua esposa, julgava-se o homem mais feliz da terra; mas, numa bela manhã, ei-lo encontrando a sua linda companheira de felicidades, em adultério com o criado mais boçal e feio das suas cavaliças.

Lido o conto entre os mais vivos aplausos, passou-o o Cruz às mãos do Juvenal, para compô-lo, porque a "Tribuna" sairia no dia seguinte.

– Negro cachorro! Negro atrevido! Negro canalha! Era a gritaria infernal que de todos os recantos saía; que o jornal aparecesse.

Forjava-se, pois, uma luta titânica contra o nosso grupo, sendo a figura mais almejada a do querido poeta. E por quê? Porque as personagens do conto do Cruz eram louras e de olhos azuis, alemães natos, que tinham vindo morar na Ilha de Santa Catarina à beira mar, num rico palacete rodeado de árvores agasalhadoras, para dentro das grades prateadas de um jardim do qual se destacavam as flores mais belas e cheirosas da terra.

Acusavam-no de haver ofendido um casal de alemães que moravam em frente à sua casa, num recorte de praia alvíssima, em cujo tofo de salgueiros trinavam coleiras e canários, sob o fulgor cristalino dos dias de sol.¹⁰⁸

A reação contra Cruz e Sousa foi tão violenta que, naquele dia, o jovem só teria conseguido voltar para casa protegido por uma pequena escolta de amigos. O mal-estar provocado pela divulgação de "A Felicidade" (ou "Os Felizes" como foi republicado, anos depois, na imprensa do Rio de Janeiro) se explicaria, em parte, pelo conteúdo "ultrajante" e "imoral" do conto. A narrativa não só abordava

¹⁰⁸ FIGUEREDO, Araújo. Op. cit. fl. 35v-36.

explicitamente a temática do adultério – um assunto, aliás, já bastante banalizado pela literatura da segunda metade do século XIX –, mas algo bem mais chocante para o seu contexto. No caso, a insinuação de uma relação sexual entre uma mulher branca (de elite) e um homem (pobre) *supostamente* negro: uma temeridade não só ofensiva ao “bom gosto”, mas, sobretudo, “insolente”. Um verdadeiro “atrevimento”, como diriam alguns.

Mas, entretanto, não vos assombreis, não duvideis um instante, ó iludidos felizes do mundo! se alguém vos for dizer que esse casal divorciou-se porque o alemão, num doloroso momento, encontrou a ativa *ménagère* entregue à pecadora lascívia de outro – daquele, talvez, que ele acreditara incapaz de inspirar afeto a quem quer que fosse, e de quem, por julgá-lo tão ignóbil e fútil, não se daria a honra de ter, ao menos, nem piedade, nem ódio, nem compaixão sequer.¹⁰⁹

O intercurso sexual entre a mulher branca e o homem não branco representou um dos principais tabus raciais, não só no Brasil oitocentista, mas em praticamente todas as sociedades escravistas americanas. Sua explicitação problematizava a própria dominação do *pater familias* colonial. Desmoralizava o poder virtualmente ilimitado do senhor de escravos. Transgredia, portanto, um dos pressupostos estruturadores de realidades sociais como aquelas na qual o jovem Cruz e Sousa estava imerso. Daí a raridade do tema no conjunto da literatura brasileira do século XIX (inclusive entre os escritores naturalistas).¹¹⁰ Daí o escândalo e a violência com a qual “A Felicidade” fora recebido por parte do público desterrense.

Convencido do próprio talento e da viabilidade de tornar-se um verdadeiro “escritor”, Cruz e Sousa pretendeu ser protagonista num campo especialmente refratário à atuação popular, não só em Desterro, mas em todo o Brasil do século XIX: a cultura letrada – controlada pela classe

¹⁰⁹ CRUZ E SOUSA, João da. Os Felizes. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 2000. p. 717. (Republicado, sob o pseudônimo de “Filósofo Alegre”, em: *Novidades*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1891).

¹¹⁰ GOMES, Heloisa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 163-164.

dominante, em sua maioria branca e predominantemente eurocêntrica. Não percebendo ou simplesmente ignorando o fato de que a literatura, nesta terra, quase sempre fora um privilégio de minorias bem nascidas, Cruz e Sousa investiu na sua visibilidade intelectual. Publicou na imprensa, participou de eventos públicos, fez-se notar pelos árbitros locais do “bom gosto”. Impondo-se num momento de reelaboração racial das justificativas ideológicas legitimadoras das hierarquias sobre as quais se estruturava a sociedade brasileira,¹¹¹ logo a lembrança da cor da sua pele passaria a ser apontada como o principal argumento contrário às suas ambições. Como consequência, de “jovem inteligente”, Cruz e Sousa se tornaria, também, o “Negro cachorro! Negro atrevido! Negro canalha!”.¹¹²

1.4 Vivendo na fronteira

Como demonstrou Raymond Williams, ao analisar o caso do escritor inglês Thomas Hardy, a situação intermediária entre universos simbólicos identificados com classes sociais distintas pode ser uma experiência pessoal profundamente ambígua. Segundo o autor, o sujeito colocado nessa posição, “não está separado apenas dos padrões do mundo instruído e próspero ‘de fora’”. Está também – o que é em certo grau inevitável – separado das pessoas que não seguiram a mesma trajetória que ele”.¹¹³ No caso de Cruz e Sousa, o seu distanciamento do mundo do qual ele mesmo provinha, o estranhamento entre o homem letrado, consciente “da transformação adquirida através da instrução”,¹¹⁴ e as práticas, valores e sentidos identificados com os modos de vida das classes populares de Desterro, se evidenciavam de modo especialmente dramático na sua relação com os seus próprios pais.

O distanciamento entre Cruz e Sousa e o mundo dos seus genitores pode ser traduzido em expressões como “tensão” e “estranhamento”. Palavras que aludem a atitudes emocionais de mão-dupla, provocadas e sentidas mutuamente por ambos os agentes dessa complexa relação de identificação/estranhamento, proximidade/distanciamento. É o que parece

¹¹¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

¹¹² FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. Op. cit. fl. 36v.

¹¹³ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 277.

¹¹⁴ Ibidem. p. 270.

ser possível se depreender, por exemplo, da análise das memórias do escritor catarinense Manoel dos Santos Lostada.

Em 1900, Santos Lostada publicou, no jornal *A Pagina*, uma série de crônicas intituladas “Etapas da Herança”. Nelas, com o intuito de homenagear postumamente o amigo de juventude, Lostada reconstruiu literariamente algumas lembranças acerca da mocidade de Cruz e Sousa. Nessas crônicas, bastante eivadas de ficcionalidade e lirismo, é possível vislumbrarmos alguns aspectos importantes da experiência de imersão de Cruz e Sousa no universo cultural dos seus pais.

Olá!... Hontem, aonde te metteste? Não te vimos todo o dia...

– Não lhes conto nada! Fui á Lagoa. Por isso é que não appareci. Mas, imaginem vocês, imaginem bem o que é esta minha vida! Aqui para nós: meu pai obrigou-me a ir á Lagoa para ser benzido!! Vejam lá, veja lá a quanto chega a minha desgraça – a ser benzido por um curandeiro!!

Meu pai, coitado, vocês sabem... vê se no desespero da fome. Isto em reserva, havia tres dias que só se comia couve cosida, dos restos de mudas que minha mãe, doente como anda, rebusca pelo quintal. Vejam só isto!...

Ante-hontem foi uma tempestade medonha, quando eu lhe disse que não acreditava em feitiço. Agastou-se.

– Pois então o que é? Todos dizem que sabes tanto, tens tantos amigos, e por que essa gente não te dá um emprego que nos mate a fome, que nos tire desta miséria?! Tu que lês tanto não vês logo que é “cousa feita”?! Está resolvido, João, has de ser benzido, eu o exijo e ordeno.

– Mas então estes livros mentem, por ventura estes homens mentem, meu pai?!

Oh! mas era a suprema ironia do seu destino cruel! Duvidar de Spencer, duvidar de Darwin, duvidar de toda a Philosophia, para acreditar num embusteiro imbecil, “preto como nós, meu pai. mas que não tem, eu o sei, a brancura de sua alma ingenua, sincera e boa!” Oh! Isto é um horror!!

Bem via a miséria que ia por casa, a tenebrosa epopéia deste cortejo da Fome; bem sentia

que os braços de seu querido pai, vencidos pela idade e pelo trabalho, não podiam mais com a trolha e com a colher pelos altos andaimes; que sua mãe por ali andava, cadaverica e fula, tussindo sempre, que mal podia comsigo, quanto mais com a fonte e o ferro; bem via tudo, mas o que podia fazer senão calcar bem fundo todas estas amarguras, que tanto lhe affligiam o seu coração de filho?!

Os seus amigos! Tinha-os, era verdade, poucos e bons, mas esses, coitados, também só possuíam o talento, e por isso mesmo eram os preteridos de sempre, os calumniados com inveja e rancor. E sabia por que ? porque este povo, modorrento e pesado, preferia fechar os olhos á luz, e mergulhar nas crenças mais absurdas de benzeduras incongruentes, de bruxas e lobis-somens.

Isto tambem era demais! Já tinha sentado na irmandade de N. S. do Rosario a pedido de sua mãe; mas... ter de b[e]nzer-se!... “Eu... eu sujeitar-me a benzeduras contra feitiço”!! Era a maior das provações! O pai que lhe poupasse essa amargura...

Não houve meios, teve de obedecer. Apenas conseguiu que sahissem de noite e que voltassem na noite seguinte. Foi descalço para não gastar as botinas.

Duas legoas, ensanguentou os pés todos. “Mas vejam, vejam bem, se ha quem tenha tragado tanto fel! Era em casa, era por toda a parte!”

E lá foi elle, genial e vencido, noite em fóra, na via dolorosa da Lagoa, botinas ás costas, topada aqui, escorregão acolá, ensanguentados os pés todos, para ser benzido contra feitiço!!¹¹⁵

A longa citação se justifica não só pelo interesse da fonte, mas também pelo meu desejo de manter a integridade da estrutura narrativa do texto. Quanto à análise, não proponho aqui, evidentemente, uma leitura baseada na interpretação literal da obra, mas no princípio da sua verossimilhança. Com isso o que quero dizer é que, mesmo que os acontecimentos narrados sejam factualmente verídicos, admito que, ao

¹¹⁵ LOSTADA, Santos. As Etapas da Herança I. A *Pagina*, Florianópolis, 29 abr. 1900.

descrevê-los, Lostada não esteja propriamente documentado fatos verdadeiros. Ora, memória e imaginação são processos inseparáveis. Tomo isso como um pressuposto de avaliação crítica. Portanto, mesmo que o autor não desejasse deliberadamente criar uma peça de ficção, mas, pelo contrário, se propor à elaboração de uma descrição rigorosa dos acontecimentos, mesmo assim seria preciso levar em conta a dimensão ficcional do seu relato. Não obstante, admito que, ao “recriar” Cruz e Sousa e a sua relação com Guilherme, o autor, provavelmente, estivesse interessado em reconstruí-los de forma minimamente exata. Assim, apoiando-se nas suas lembranças pessoais, Lostada parece-me ter dado forma a personagens e situações que, se não são “verdadeiros” (no sentido de mimetizarem perfeitamente a realidade), podem, ao menos, serem considerados como verossímeis. Sua prefiguração de Cruz e Sousa pode não ser a réplica do Cruz e Sousa “real”, mas, provavelmente, assemelha-se ao seu correspondente histórico. Portanto, se a história acima não pode ser tomada como um relato “tal qual o que realmente aconteceu” pode-se dizer que ela seja, pelo menos, uma aproximação relativamente fidedigna de determinada realidade provável. Algo que, para mim, como historiador, já me serve como um indício útil e legítimo.

A experiência de tensão cultural vivenciada por Cruz e Sousa na sua relação com o seu próprio meio social de origem surge, na crônica de Santos Lostada, como conflito. Cruz e Sousa, imbuído de um saber esforçadamente adquirido junto à versão da cultura promovida pela classe dominante, olha para o seu pai, iletrado, e não se reconhece. Não compartilha de muitos dos seus valores, não admite a efetividade das suas práticas, ignora a legitimidade do seu saber. Não obstante, não se sente suficientemente distante para negá-lo por completo. Está submetido a laços de identificação que não controla, não percebe ou não ousa questionar. Nessa posição, limita-se a uma postura de condescendência crítica para com o outro (“Duvidar de Spencer, duvidar de Darwin, duvidar de toda a filosofia, para acreditar num embusteiro imbecil, ‘preto como nós, meu pai, mas que não tem, eu o sei, a brancura de sua alma ingênua, sincera e boa!’ Oh! Isto era um horror!!!”). Submete-se, assim, aos desígnios do pai (figura ainda representativa de autoridade incondicional). Acompanha-o na sessão de “feitiçaria”, na distante freguesia da Lagoa da Conceição, assim como já havia acompanhado a sua mãe na capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Assim, acaba constrangido a se manter ligado ao mundo dos seus antepassados. Vive, também, a sua versão da cultura. Mas a vive com resignação e sofrido olhar de superioridade. Afinal, adquirido “as

idéias, os valores, os métodos instruídos” torna-se fácil perceber que “o mundo do trabalho comum e das famílias comuns é inferior, distante”.¹¹⁶

Por outro lado há a visão de Guilherme. Seu filho, Cruz e Sousa, parecia-lhe ter adquirido todos os pré-requisitos para transpor os limites da pobreza. Havia se tornado portador, por meio de um longo processo de aculturação via educação formal, de todas as qualidades de um homem da classe “superior”. Esperava, portanto, colher os frutos de tantos esforços pessoais e familiares (“Todos dizem que sabes tanto, tens tantos amigos, e por que essa gente não te dá um emprego que nos mate a fome, que nos tire desta miséria?!”). Abismava-se diante da contradição entre o conteúdo da ideologia meritocrática burguesa, diluída e reinterpretada pelos diferentes estratos, e a realidade objetiva de uma estrutura social rigidamente hierarquizada. Enquanto a primeira desvelava-se em promessas de uma vida melhor aos mais perfeitamente adequados à imagem e semelhança dos seus próprios dominadores, a segunda, por sua vez, pouco fazia para reconhecer os “êxitos” pessoais dos mais diligentes. Incapaz de relativizar o pressuposto meritocrático, impossibilitado de pôr em dúvida a própria realidade da idéia de educação como alavanca para a elevação social, Guilherme, então, interpreta o fracasso do filho a partir dos seus próprios parâmetros culturais: “Tu que lêes tanto não vês logo que é ‘cousa feita’?!”. Identificado o problema, parte em seguida para uma resolução eficaz: “João, hás de ser benzido, eu o exijo e ordeno”. A eficácia da solução mágica, nesse caso, não se faz no plano material e concreto da luta social e política, mas no campo da subjetividade. Podemos ler essa proposta, menos como a tentativa real de solucionar o problema econômico da família e mais como a tentativa de Guilherme de salvaguardar as suas próprias esperanças. Manter o seu ordenamento do mundo. Um recurso útil no sentido de resguardar a infalibilidade do princípio do “esforço pessoal”. Uma idéia reconfortante e, talvez, estruturadora da sua própria trajetória de vida desde os tempos de cativo.

* * *

Há uma anedota sobre Cruz e Sousa que, a meu ver, sintetiza bem a ambiguidade da sua posição frente ao seu próprio grupo social de origem. Partindo de um dos relatos de Araújo Figueredo, Raimundo Magalhães Júnior conta-nos que, certo dia, alguém perguntou ao jovem escritor: “Por

¹¹⁶ WILLIAMS, Raymond. Op. cit., 1989. p. 271.

que não procuras uma rapariga pelo menos cor de jambo, para aperfeiçoares a raça?”. A resposta do rapaz, que à época estava enamorado de uma moça cuja cor da pele era idêntica a sua, teria sido a seguinte: “Para que ela, julgando-se quase branca, não me chame maliciosamente de negro?”.¹¹⁷

O processo de “assimilação cultural” é um caminho sem volta. E João da Cruz e Sousa foi, de fato, alguém intensamente empenhado num esforço de ascensão social através da “adoção sistemática” de práticas e valores culturais identificados com a sociedade dominante do seu tempo. Esse projeto implicava não só a *opção* por certas posições políticas, como veremos, mas também profissionais, éticas e estéticas.

Admitir e problematizar isso não implica em corroborar posições acusatórias. Somos historiadores, e a análise histórica, apesar de não ser neutra, não deveria privilegiar julgamentos. Como escreveu Marc Bloch “por muito tempo o historiador passou por uma espécie de juiz dos Infernos, encarregado de distribuir o elogio ou o vitupério aos heróis mortos”.¹¹⁸ No mais, além de um despropósito, tal procedimento constituiria um equívoco teórico e metodológico elementar.

Desejar que Cruz e Sousa, homem de educação eurocêntrica e identificado com os valores liberais da civilização burguesa do final do século XIX, pensasse e sentisse como um Aimé Césaire – revolucionário, poeta e ideólogo das lutas de libertação africanas no século XX – é um absurdo historiográfico.¹¹⁹ Constitui um despautério, um erro, uma violência. É o mesmo que obrigar o passado a deitar-se no leito de Procusto do nosso próprio anacronismo.

Perceber que Cruz e Sousa levou uma “vida de entremeio”, para usar a expressão de Leo Spitzer,¹²⁰ não significa subscrever a versão reducionista do “preto de alma branca” ou dizer que fosse alheio aos “de sua raça”. Significa isso sim dizer que a sua identificação “racial” se dava de um modo necessariamente diverso daquele que os afrodescendentes estabeleceriam ao longo dos séculos XX e XXI. Corresponde a admitir que Cruz e Sousa estivesse submetido aos limites do seu tempo e que houvesse articulado algumas das possibilidades disponíveis no seu próprio contexto

¹¹⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Op. cit., 1975. p. 14.

¹¹⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 125.

¹¹⁹ A comparação foi realizada por Flávio Kothe em *O Cânone Republicano*. KOTHE, Flávio R. *O Cânone Republicano*. Brasília: UnB, 2003. v. 1. p. 109.

¹²⁰ SPITZER, Leo. Op. cit.

histórico. Que teria sido, em suma, um homem da sua época – e não da nossa, como gostariam algum críticos e biógrafos nossos contemporâneos.

2 IDEIAS NOVAS

Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; [...]

MACHADO DE ASSIS,
A nova geração, 1879.

A mocidade é a alavanca do templo da sciencia, no futuro; só ella tem o direito de ser a força motriz dos phenomenos intellectuaes, das grandes revoluções do pensamento.

CRUZ E SOUSA,
Soneto, 1882.

No início do ano de 1884, contando agora 22 anos de idade, João da Cruz e Sousa ganhava a vida como funcionário de uma empresa teatral itinerante. O antigo caixeiro de vendas havia deixado Santa Catarina no começo de 1883 para se tornar “ponto” da Companhia Dramática Julieta dos Santos – trupe na qual ingressou por ocasião da sua passagem por Desterro, em dezembro de 1882, e à qual se manteria ligado até a sua dissolução, em novembro de 1884, depois de uma longa turnê pelo país.¹²¹ Agora distante dos balcões de empório, o filho de Carolina e Guilherme havia iniciado um novo momento na sua vida. Uma época de viagens constantes e longínquas, de ampliação das suas redes de sociabilidade, de novas e marcantes experiências intelectuais e, também, de amadurecimento político e reelaborações ideológicas.

Empenhado e eficiente, Cruz e Sousa conquistara a confiança e amizade de Francisco Moreira de Vasconcellos, ator e dramaturgo responsável pela direção do grupo.¹²² Com o tempo, mais do que simples

¹²¹ ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008. p. 59-100.

¹²² Vasconcellos, Francisco Moreira de (1859-1900). Nasceu no Rio de Janeiro e morreu em Pernambuco. Republicano e abolicionista foi, além de empresário do ramo teatral, jornalista, ator e dramaturgo. Obras: *A descoberta do Brasil*, *A vida e a natureza*, *O Espectro do Rei*, *Scenographias Sensíveis*, *Á luz da Rampa*, *Tragédia no Eito*, *Ângelus* e *Manhãs Sonoras*. Faleceu em pleno palco, vítima de uma “síncope cardíaca”, durante uma montagem realizada na cidade de Palmares.

“soprador” de textos, o jovem poeta tornou-se um dos elementos de destaque no interior da companhia. Como secretário, Cruz e Sousa escrevia discursos, compunha versos de ocasião e chegou mesmo a redigir roteiros em coautoria com o diretor.¹²³ Rememorando esses anos de parceria, Antônio Moreira de Vasconcellos, irmão de Francisco, declarou:

A dessemelhança entre Moreira de Vasconcelos e Cruz e Sousa era absoluta. Ambos continuavam na vida a situação que ocupavam no teatro. Moreira de Vasconcellos, espigado, torcendo os grossos bigodes castanhos, movendo-se, falando com entusiasmo e vibração, trazia à idéia claridades de gambiarras. Era o ator e Cruz e Sousa o ponto. Parecia estar sempre dentro da caixa ignorada. Um pouco curvo, como que para se adaptar à exigüidade desse local, falando de raro em raro e brandamente, uma voz quase silêncio, acomodado à função discreta de soprar o papel dos artistas.¹²⁴

A timidez, o laconismo e a discrição, no entanto, não impediam o rapaz de, eventualmente, tomar a palavra e se impor ao público. O “ponto”, por vezes, deixava as sombras da coxia, subia o estrado e ganhava a luz dos lampiões. Algo que, frequentemente, não fazia apenas como poeta, mas também como tribuno.

No começo da década de 1880, com o surgimento de um movimento antiescravista relativamente vigoroso e de expressão nacional, a Companhia Julieta dos Santos explorou bem o interesse popular acerca da chamada “questão servil”. Abolicionista e republicano, Moreira de Vasconcellos esforçava-se por levar aos palcos espetáculos ajustados às “aspirações do tempo”. Com esse intuito, seu repertório inseria, ao lado dos convencionais dramas e comédias de costumes, outros textos de acentuado teor político. Era assim, portanto, que num mesmo recital os espectadores poderiam acompanhar, ao lado de dramas anódinos e comédias descompromissadas, textos como o poema anticlerical *O*

¹²³ Refiro-me, aqui, à peça *Calembourgs e Trocadilhos*, comédia em um ato escrita por Cruz e Sousa e Moreira de Vasconcellos por volta de 1884. ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008, p. 94.

¹²⁴ VASCONCELLOS, Antônio Moreira de. Apud PAULI, Evaldo. Op. cit. p. 49-50.

*Melro*¹²⁵ e as peças abolicionistas *A Filha da Escrava*, de Arthur Rocha, e *O Demônio Familiar*, de José de Alencar.¹²⁶

Viviam-se anos em que, frequentemente, o tablado se confundia com o palanque e, não raro, em que homens de teatro atuavam, também, como publicistas.¹²⁷ E esta foi a experiência vivenciada pelo então jovem e retraído João da Cruz e Sousa quando, em janeiro de 1884, após uma boa recepção do drama *A Filha da Escrava*, a atriz Julieta dos Santos foi homenageada, na cidade de Salvador, por duas das mais importantes organizações abolicionistas da Bahia: o Clube Luiz Gama e a Sociedade Benemerita Libertadora.¹²⁸

Naquele dia, reunidos na redação do jornal *A Gazeta da Tarde* – podemos imaginar –, artistas e personalidades locais teriam visto o jovem “ponto”, sempre discreto e de fala baixa, aprumar-se, elevar a voz e, com gestos largos, falar em nome de toda a Companhia. Seu discurso, eivado de jargões republicanos e liberais, pode ser lido como vestígio de uma importante transformação em curso nas últimas décadas do século XIX: a reorganização das práticas e hábitos mentais que davam orientação e sentido à experiência vivida pelos diferentes grupos sociais durante a crise do Brasil Império.

Estamos em face de um acontecimento estupendo,
cidadãos:

A abolição da escravatura no Brasil.

¹²⁵ O longo poema *O Melro*, de autoria do português Guerra Junqueiro, foi composto em 1879 e faz parte do livro *A Velhice do Padre Eterno* (1885), um panfleto-sátira contra o obscurantismo do clero católico. São de *O Melro* os versos: “Há mais fé e há mais verdade, / Há mais Deus com certeza / Nos cardos secos dum rochedo nu / Que nessa Bíblia antiga Ó Natureza, / A única Bíblia verdadeira és tu!...”. LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1979. 167-169.

¹²⁶ O drama *A Filha da Escrava* foi composto, em 1883, pelo dramaturgo gaúcho Arthur Rocha e tornou-se um dos principais sucessos originais da Companhia Dramática Julieta dos Santos. Já a comédia *O Demônio Familiar*, escrita em 1857 pelo romancista, dramaturgo e político conservador cearense José de Alencar, era um dos títulos mais populares do teatro nacional da época.

¹²⁷ SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição. In: *Anais da XXVI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Disponível em: <http://sbph.cliomatica.com/2006/sociedade-cultura-e-poder-no-imperio/eduardo-silva>. Acesso em: 16 out. 2011.

¹²⁸ ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008. p. 82-86.

Neste momento, do alto desta tribuna, onde se tem derramado em ondas de inspiração, o verbo vigoroso e maculo de diversos outros oradores, eu vou tentar vibrar nas vossas almas cidadãos, no fundo de vossos corações, brasileiros, os grandes sentimentos emanados da abolição; eu vou appellar pára vossas mães, para vossos filhos, para vossas esposas.

A abolição, a grande obra do progresso è uma torrente que se despenca; não ha mais pôr-lhe embaraços à sua carreira vertiginosa.

As consciencias compenentram-se dos seus altos deveres e caminham pela vereda da luz, pela vereda da Liberdade, igualdade e fraternidade, essa trilogia enorme, pregada pelo philosopho do Christianismo e ampliada pelo author dos – Chatiments, – o velho Hugo.

Já è tempo cidadãos, de impuuharmos o archote incendiario das revoluções da ideia e lançarmos a luz onde houver treva, o riso onde houver pranto a abundancia onde houver fome.

Basta de gargalhadas!

Este seculo, se tem rido muito, e se o riso é um caustico para a dôr physica, é um veneno para a dôr moral, e o sécl'o ri-se á porta da dor, ri-se como um Voltaire, ri-se como Polichinello.

O riso, cidadãos, torna-se a synthese de todos os tempos.

Mas, ha occasiões, em que se observam as palavras da escriptura:

Quem com ferro fere, com ferro serà ferido.

E então, o riso, esse riso secular que zombou da lagrima, levanta-se á favor della e a seu turno cancanêa, vinga-se tambem.

E' ahi que desaparecem na noite da historia os Carlos I e Luiz XVI, as Maria Antonieta e Rainha Isabel, é ahi que desaparece o sc'ep'tro, para dar logar á republica, a unica forma de governo compativel com a dignidade humana, na phrase de Assis Brasil, no seu bello livro – *Republica Federal*.¹²⁹

¹²⁹ CRUZ E SOUSA, João da. (Cruz e Souza). Abolicionismo. *O Moléque*, Desterro, 19 out. 1885.

As últimas décadas do século XIX testemunharam uma mudança nos modos de ver e sentir socialmente predominantes do Segundo Reinado. A crise do Brasil Império, iniciada entre fins da década de 1860 e início de 1870, trouxe, no bojo da desestruturação econômica, política e social da chamada “Ordem Saquarema”, o processo de esvaziamento da “tradição imperial”, o sistema de valores, normas e crenças que legitimava e conferia sentido às instituições monárquicas do Segundo Reinado (o “indianismo romântico”, o “catolicismo hierárquico”, o “liberalismo imperial” e, finalmente, a escravidão e a própria forma monárquica de governo).¹³⁰ O velho sistema imperial ruía à medida que a demanda por reformas ganhava os espaços extraparlamentares e o debate público passava a ser cada vez mais compartilhado tanto pela velha elite política, visceralmente comprometida com a manutenção do *status quo* monárquico, quanto pelas “pessoas comuns”, o “povo da rua”, medianamente instruído e informado pelas discussões desenvolvidas nos lugares alternativos de ação e sociabilização política (clubes, associações, conferências, imprensa, mercados, confeitarias, teatros). Nesse contexto, uma das consequências mais importantes da ampliação do espaço público foi a significativa difusão de um clima pró-reformas ao longo dos anos 1870, sobretudo entre as classes letradas da sociedade imperial.¹³¹ Era o revoar do “bando de idéias novas” em torno das principais questões da época.¹³² Ou, como diria

¹³⁰ A socióloga Angela Alonso chama de “tradição imperial” ao sistema de valores, esquemas de justificação intelectual e dinâmica político-institucional que ajudavam a amalgamar a sociedade Imperial. Segundo a autora, esse conjunto de formas de agir, pensar e de símbolos seria articulado a partir de três núcleos básicos de significação: o romantismo, o catolicismo e aquilo que ela denomina de “liberalismo estamental”. ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 51-65.

¹³¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit.

¹³² A expressão “bando de idéias novas” foi popularizada por Silvio Romero no ensaio “Explicações Indispensáveis”, de 1900. Nesse texto, que serve de prólogo à sua antologia de Tobias Barreto, o crítico sergipano escreve que, a partir do final da década de 1860, no Brasil, um “bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. [...] Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, scienticismo na poesia e no romance, *folk-lore*, novos processos de crítica e de história litteraria, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou [...]”. ROMERO, Silvio. *Explicações indispensáveis*. In: BARRETO, Tobias. *Varios Escriptos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900. p. xxiv.

Cruz e Sousa, era o tempo de se empunhar “o archote incendiário das revoluções da idéia”. Tarefa que ele, assim como muitos outros jovens escritores identificados com a tal “idéia nova”, tomava como prerrogativa quase que exclusiva dos “homens de letras” da sua geração.

* * *

A chamada “geração de 1870” pode ser interpretada como uma “formação cultural”.¹³³ O movimento político-intelectual de crítica e contestação ao *establishment* monárquico que ganhou força a partir do final da década de 1860 ajudou a produzir e reelaborar ideias, sentidos e sentimentos mais condizentes com a organização da vida social do Império (em crise). Seus diversos grupos específicos, quase todos oriundos dos setores instruídos das classes dominantes e das classes médias urbanas, elaboraram novos significados e valores que davam respostas às profundas transformações sociais ocorridas durante o processo de desestruturação do modelo colonial de exploração escravista. Foram, em síntese, os artífices das novas respostas intelectuais que ajudaram a dar um novo direcionamento ideológico às elites brasileiras ao longo das três últimas décadas do século XIX.

Meu argumento, neste capítulo, é o de que Cruz e Sousa compartilhou e ajudou a formular muitos desses novos valores e significados que emergiam, individual e coletivamente, a partir das pressões e limites da experiência histórica comum aos intelectuais brasileiros do final do século XIX. Elaborou, junto dos seus contemporâneos, novas produções semânticas que reordenavam o mundo social a sua volta. Assim, num esforço que dá continuidade e aprofunda a reflexão do capítulo anterior, o que pretendo demonstrar, aqui, é que apesar da sua cor e origem de classe, Cruz e Sousa foi, de fato, um homem profundamente imbuído dos valores e sentidos identificados com a cultura dominante do seu tempo. Uma interpretação que, se por um lado, o afasta das nossas próprias expectativas do que devesse ser um “intelectual negro”,

¹³³ Procuro utilizar a expressão “formação cultural”, aqui, na mesma acepção atribuída por Raymond Williams ao longo da sua obra. A saber, como grupo ou movimento ideologicamente específico que, num determinado momento, desempenha um papel preponderante nas formulações mais destacadas da cultura. CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 240.

o aproxima, cada vez mais, de uma definição propriamente oitocentista de “homem de letras”.

2.1 “À luz da idéia nova”

Em 1882, João da Cruz e Sousa fez parte das comemorações em homenagem ao sexagésimo aniversário da Independência do Brasil. Promovida por alguns “notáveis da terra”, foi organizada uma comissão geral de mais de sessenta membros que, por sua vez, dividiu-se em sete comissões especiais: popular, comercial, de funcionários públicos, militar, artística, de ornamentos e de oradores. Cruz e Sousa fez parte desta última. Ao seu lado, no grupo dos oradores, contavam-se algumas das personalidades políticas e intelectuais mais prestigiadas de Desterro: José Delfino dos Santos,¹³⁴ Pedro Gomes d’Argolo Ferrão, Joaquim Elói de Medeiros, Eliseu Guilherme da Silva, José Ramos da Silva Júnior, Francisco Tolentino Vieira de Sousa, Eduardo Nunes Pires, Eufrásio José da Cunha, Manoel Bernardino Augusto Varela, Antônio Ximenes de Araújo Pitada, Presalindo Lery Santos, Horácio Nunes Pires, Alfredo Teotônio da Costa, Juvêncio Martins da Costa, Wenceslau Bueno de Gouveia...¹³⁵ Quase todos respeitáveis senhores de meia idade, brancos, de “boas famílias” e que, possivelmente, aos olhos de muitos, fariam uma companhia contrastante àquele rapazinho “de cor” tido (quem sabe?) como um tanto presumido. Esta concessão social, no entanto, talvez não fosse vista com maus olhos pelos próprios organizadores dos festejos. Além de cívicas, a comissão tinha pretensões humanitárias e se colocava ao lado da “bella causa da Liberdade”.¹³⁶ Nesse contexto, a inclusão de Cruz e Sousa entre os seus protagonistas, além de possível pelas suas já notórias habilidades como verzejador, era, também, algo bastante desejável do ponto de vista político. A sua presença – a presença de um filho de escravos – faria, certamente, uma boa figura diante dos espíritos

¹³⁴ Irmão do poeta Luiz Delfino e, possivelmente, o mesmo aludido por Araújo Figueredo, em sua autobiografia, acerca do episódio ocorrido no teatro Santa Isabel. Ver página 71 deste trabalho.

¹³⁵ FONTES, Henrique. Op. cit., 1997. p. 49.

¹³⁶ Em 14 de setembro de 1882, o jornal *A Regeneração* informou “ter sido apresentado á comissão dos festejos do dia 7 de Setembro, o plano para a formação de uma sociedade que tenha por fim solemnizar o dia da Independencia do Brazil, libertando todos os annos, no dia 7 de Setembro, um ou mais escravos”. *A Regeneração*, Desterro, 14 set. 1882.

“adiantados” da cidade. Conferiria, indubitavelmente, um ar de maior liberalismo à celebração.

O evento foi amplamente divulgado pela imprensa da cidade e, em setembro, diversos jornais publicaram textos e poemas recitados naquela ocasião. Um deles era *Entre Luz e Sombra*, um longo poema, assinado por Cruz e Sousa e que pode ser considerado uma de suas mais antigas composições de fundo antiescravagista.

Entre Luz e Sombra tem características bastante representativas daquela fase inicial da formação literária de Cruz e Sousa. Se do ponto de vista ideológico o poema trazia temas relativamente inovadores no interior da sua obra, em termos estilísticos o texto ainda imitava algumas das fórmulas mais comuns à tradição lírica hegemônica na literatura brasileira da segunda metade do século XIX. Dividido em quatorze estrofes, as quais evocavam cenas de uma natureza local exuberante e exótica, imagens de um passado pátrio glorioso e apresentavam a visão de um futuro nacional esplêndido pautado pelas idéias de “Liberdade”, “Fraternidade” e “Progresso”, nessa composição, Cruz e Sousa construiu um poema convencional e em acordo com uma visão ufanista e idealizada de nação e de povo brasileiro. Uma perspectiva que não partia dele enquanto criador individual, mas que fora elaborada, em suas linhas gerais, por toda uma literatura oficial e laudatória do Estado monárquico que teve nas obras de autores como Gonçalves Magalhães e Gonçalves Dias algumas das suas principais formas de expressão.

Surge enfim o grande ástro
Que se chama Liberdade!...
Dos sécl'os na immensidade
Eterno perdurará!...
Como as dülías matutinas
Que rebôão nas collinas,
Nas sélvas esmeraldinas
Em honra ao celso Tupá!... [...] ¹³⁷

Como a maioria dos jovens escritores da sua geração, João da Cruz e Sousa iniciou a sua vida literária, ainda no final dos anos 1870, tentando reproduzir os cânones do modelo estético predominante durante o Segundo Reinado. Ou seja, o romantismo. A sua adesão às propostas realistas,

¹³⁷ CRUZ E SOUSA, João da. Entre luz e sombra. *A Regeneração*, Desterro, 7 set. 1882.

naturalistas e parnasianas, bem como a sua crítica antirromântica, só ocorreu, gradualmente, ao longo da primeira metade da década de 1880 e se confundiu, em grande parte, com o seu processo pessoal de construção de uma identidade abolicionista e republicana. A relação estreita entre sensibilidade estética, experimentação artística, perspectiva ideológica e militância política são alguns dos aspectos definidores da experiência histórica de muitos intelectuais da chamada “geração de 1870” e constitui, a meu ver, um ponto importante na relação entre Cruz e Sousa e a cultura política do seu tempo.

O significado político da crítica naturalista-parnasiana à “Velha Escola”, compartilhada a certa altura por João da Cruz e Sousa, torna-se melhor evidenciado quando sublinhamos o caráter predominantemente conservador assumido pelo movimento romântico brasileiro. Sobretudo em sua linha indianista, cuja expressão, no Brasil, chegou a alcançar o patamar de verdadeira ideologia nacional e constituiu um dos pilares do ideário que dava sentido e unidade à sociedade do Segundo Reinado. Subproduto do esforço de um segmento da nossa elite intelectual empenhada na construção de uma “cultura nacional autóctone” após a emancipação política do país em 1822, o movimento romântico brasileiro iniciou por volta de 1834 com o grupo de jovens escritores ligados à revista *Niterói*.¹³⁸ Hegemônico e quase incontestado até o limiar da década de 1870, o romantismo brasileiro foi, no entanto, mais do que estritamente um esforço de renovação literária. Ele se consubstanciou, também, como um processo consciente e deliberado de “invenção” de uma tradição imperial brasileira. Um componente essencial de um projeto de consolidação política e institucional, iniciado ainda na Regência, e que se manteria, a despeito de todos os ataques, até os dias finais da Monarquia.

Segundo Angela Alonso, o romantismo no Brasil se caracterizou, entre outras coisas, pelo seu caráter altamente seletivo com relação ao modelo europeu. De acordo com a socióloga, os escritores românticos brasileiros buscaram no referencial estético de países como a França os elementos que melhor serviam aos seus próprios propósitos de definição de “uma *nação* brasileira e um Estado *nacional*”. No caso, esses elementos foram, em linhas gerais, “o tom arrebatado, a idealização de tipos e eventos” e a “forma de romance”. Um padrão eletivo que deixava de lado, por exemplo, a “veia revolucionária que o movimento romântico alcançou

¹³⁸ CANDIDO, Antonio. A literatura durante o Império. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 19--. t. 2, v. 3. p. 343-363.

em algumas partes da Europa” e atendia, além de certa aspiração estético-formal, a objetivos políticos bastante específicos e concretos. Para a autora, aqui, “o romantismo não vinha contestar o tradicionalismo de modos de pensar, agir e sentir de uma sociedade aristocrática enraizada”. No Brasil, via de regra, o romantismo vinha criar e dar forma a esse legado cultural. Nesse sentido, como componente de um projeto político-intelectual, o indianismo foi a “consumação” desse desejo. O “ponto cardeal de uma nação imaginada”.¹³⁹

Nada havia nele [romantismo] do Brasil empírico. O romantismo europeu dava o molde para uma estereotipação: os nativos eram estilizados como aristocracia autóctone. A idealização da nacionalidade tinha por epicentro a fusão de um colonizador épico com um bom selvagem. Assim se congelavam as características positivas em uma *imagem* idílica da nacionalidade e se expurgava o processo de colonização. [Grifo da autora].¹⁴⁰

Não obstante, mais do que restrito ao âmbito da criação literária, o indianismo romântico assumiu formas ainda mais complexas e “ganhou corpo também em instituições e práticas sociais”. A sociedade de corte à brasileira foi animada pela inspiração indianista. Seus símbolos, suas linhagens, seus títulos nobiliárquicos identificavam e legitimavam o domínio e privilégios de certos grupos no corpo da hierarquia social.¹⁴¹ Mais do que um estilo, o romantismo brasileiro, em uma de suas vertentes mais importantes – o indianismo – foi, portanto, o constructo da nacionalidade brasileira no Segundo Reinado. Um dos principais suportes para a manutenção simbólica do *status quo* monárquico.

E é devido ao sentido eminentemente conservador que assumiu o romantismo na tradição imperial brasileira que a adesão à estética naturalista e parnasiana, realizada por muitos escritores como João da Cruz e Sousa no início da década de 1880, pode ser vista, também, como um gesto prenhe de significado ideológico. É devido ao caráter legitimador da ordem conservadora, assumido pelo romantismo ao longo da Regência e do Segundo Reinado, que a subversão do cânone romântico se faz, também,

¹³⁹ ALONSO, Angela. Op. cit. p. 56-57.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 57.

¹⁴¹ Ibidem. p. 58.

em alguma medida, a subversão dessa ordem conservadora. Desse ponto de vista, toda a crítica ao modelo estético romântico pode ser compreendida também como uma crítica mediada ao sistema imperial. Ser antirromântico, naquele contexto, significava questionar, mesmo que indiretamente, o mundo que aquele modelo estético ajudava a legitimar. Era, portanto, mais do que uma opção estritamente intelectual. Era, também, um ato manifestadamente político.

A julgar pelos relatos de Virgílio Varzea, o início da adesão de Cruz e Sousa à chamada “Idéia Nova” teria ocorrido por volta de 1881. Segundo o memorialista, foi nessa época que Cruz e Sousa, bem como outros jovens escritores atuantes em Desterro, teria começado a incorporar “a corrente moderna de reforma científica e literária que da incomparável capital francesa irradiava por todo o mundo”.¹⁴² Chamando a esse grupo de escritores “modernos” de “Guerrilha Literária Catarinense”, Virgílio Varzea associou a sua atuação na província ao impacto que outros grupos similares teriam exercido em outras regiões do país pela mesma época. Segundo a sua própria interpretação:

Esse grupo representava em Santa Catarina, como outros no Rio de Janeiro e pelas capitais das demais províncias brasileiras, o movimento científico, literário e artístico tão profundamente fecundo e reformador que, em todo o mundo civilizado, assinalou o século passado [...]¹⁴³

E como que para que inferir maior “seriedade” às suas lembranças e criar um ar de “Escola” a “Guerrilha” – à semelhança, aliás, do que contemporâneos como Silvio Romero fariam em relação à memória do grupo de jovens estudantes reunidos em torno da figura de Tobias Barreto, no Recife¹⁴⁴ –, Virgílio Varzea nomeia e delimita os seus. De acordo com a sua lista, compunham o grupo: ele próprio, Cruz e Sousa, Araújo Figueiredo, Horacio de Carvalho, Santos Lostada, Oscar Rosas, Carlos de

¹⁴² VARZEA, Virgílio. Cruz e Sousa. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1907.

¹⁴³ VARZEA, Virgílio. Impressões da Província (1882-1889): A “Tribuna Popular” e a Guerrilha Literária Catarinense. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 fev. 1907.

¹⁴⁴ ALONSO, Angela. Op. cit. p. 133.

Faria, Lydio Barbosa, além do “eminente poeta Luiz Delfino” ao qual, segundo Varzea, todos chamavam de “Hugo brasileiro”.¹⁴⁵

Não obstante, lida retroativamente, só a partir de 1883 é que se pode perceber alguma mudança substancial no estilo literário da produção literária de Cruz e Sousa. Inferi-se, com isso, que foi ao longo da sua experiência junto à Companhia Dramática Julieta dos Santos, no contato com outros centros de produção cultural do país, que Cruz e Sousa, de fato, iniciou a sua adesão ao parnasianismo e as suas repetidas profissões de fé ao realismo.

Novas leituras, muitas delas indicadas por Moreira de Vasconcellos, foram se tornando, gradualmente, as suas principais referências estéticas. Autores franceses, portugueses e brasileiros ligados ao realismo, naturalismo e parnasianismo tomaram o lugar, ao menos declaradamente, das suas antigas preferências românticas. Autores “modernos”, como Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Isidoro Martins, Luís de Magalhães, Émile Zola e Alphonse Daudet substituíram o predomínio de autores “antigos”, como Castro Alves, José de Alencar, Victor Hugo e Théophile Gautier ao mesmo tempo em que se associavam ao seu repertório humanista “universal”, “atemporal”, formado por nomes como Dante, Camões, Voltaire e Goethe. Para Cruz e Sousa, Émile Zola representava, agora, “o mestre dos mestres supremos”.¹⁴⁶ Posicionando-se criticamente frente a procedimentos artísticos institucionalizados e formas literárias corriqueiras e previsíveis, sob a inspiração do novo modelo estético, compor poesias passava a significar algo bem mais grave do que a exploração de jogos de linguagem. Ou, como ele próprio anunciava, dizia respeito a algo bem mais “sério” do que a simples reprodução de lugares-comuns “amarrados pelos barbantes de uma gramática oficial e convencionada” que obrigava “o espírito a faser as cabriolas e os esfusios do raio”.¹⁴⁷

Ha duas cousas no Brazil que são como que homogêneas, a politica e a poesia, por não serem tomadas convenientemente a sério, por serem entregues a muitos espíritos pueris, d’uma penetração frívola e vulgar.

¹⁴⁵ VARZEA, Virgílio. Op. cit. 17 fev. 1907.

¹⁴⁶ CRUZ E SOUSA, João da. Elle. *O Moléque*, Desterro, n. 31, 19 jul. 1885.

¹⁴⁷ CRUZ E SOUSA, João da. O estylo. *Jornal do Commercio*, Desterro, 12 mai. 1886.

Fallar em poesia é, neste paiz, para a comprehensão facil e leviana de individuos inconscientes da verdade philosophica das grandes cousas tangiveis, uma imbecilidade, um entretenimento inutil, uma aspiração oca, vasia de senso e de critério.

Mas não se pense assim; não.

[...]

A poesia é uma arte poderosa e positivamente séria; taes sejam a força intuitiva dos poetas e a sua uncção religiosamente esthetica e affectiva.

Todos os assumptos são valorosos e grandes, uma vez que sejam descriptos e tratados com observação analytica.

Se em todos os paizes civilizados a poesia segue na vanguarda de todas as altas creações do espirito humano, porque não hade assim ser no Brazil? Independencia e idéas, consciência ao largo deixemos estrugir lá fora, na sociedade que arrota o seu bom vinho ao almoço, que vai pelos clubs passeiar a sua dyspepsia, deixemos estrugir, sim os dytirambos crús, e as ironias entrecortadas de risadinhas vaidosas, insufladas de pedanteria... e bilis.

Agitar a alma a todas as sensações capazes de robustecer o espirito, ter a penetração gloriosa do <<Grande Meio>> na phrase de Comte, ser grande com os grandes, e pequeno com os pequenos, trazer sempre no organismo a harmonia vital do exhuberante emporio das maravilhas, a natureza creadora, adivinhar todos os phenomenos, ser artista, valentemente artista, inspiradamente cinzelador, conhecer as meias-tintas e os claros escuros, as meias sombras da vida, soluçar de pé como um colosso, rir como um desvairado de luz, comprehender as largas mutações cósmicas, os nimbos crepusculares das amplitudes do éther, rasgadas em coloridos undiflavados, em tonalidades supremas de melancolias suaves e candidas — sentir, vêr tudo isto com o eloquente olhar do raciocinio, com a

indomabilidade selvagem da crença animal — eis o
que é ser poeta.¹⁴⁸

O fragmento acima faz parte de uma longa resenha escrita por João da Cruz e Sousa ao livro *O Espectro do Rei*, de Francisco Moreira de Vasconcellos. Redigida em 1884, quando a Companhia Julieta dos Santos já se encontrava no extremo norte do país (mais precisamente no Maranhão), essa declaração mais do que nos informar sobre o modo concreto como o jovem escritor realizava a sua arte, informa-nos sobre os parâmetros que, naquele momento, ele passava a valorizar como superiores. Fala-nos mais do seu ideal do que do seu fazer prático. Não obstante, mesmo nesse sentido, esse texto nos é relevante por ainda ser indicativo de importantes mudanças na sua postura intelectual.

Na série de textos escritos por Cruz e Sousa antes dos anos 1883/1884 não se encontra nenhum testemunho com esse tipo de conteúdo doutrinário. Por outro lado, manifestações dessa espécie se tornariam comuns em suas críticas, resenhas e artigos a partir dos anos posteriores ao início das suas viagens junto à Companhia. Diante disso pode-se inferir, portanto, que mesmo que em sua primeira fase em Desterro, Cruz e Sousa já houvesse tomado algum contato com obras inspiradas pelas novas correntes estéticas e filosóficas do período, seria apenas durante as suas viagens, ao lado de Moreira de Vasconcellos e de outros intelectuais críticos à literatura e à política do Império, que ele, de fato, começaria a se distanciar do cânone romântico e a sistematizar a sua visão crítica com relação à cultura e a sociedade do Segundo Reinado.

Data desta época, por exemplo, o soneto *À Revolta* – verdadeira ode ao espírito “moderno” que em quase nada lembra o escritor que, há pouco mais de um ano, em 1882, se esforçava por imitar Gonçalves Dias em poemas como *Sete de Setembro*. O ufanismo romântico indianista dava lugar, agora, ao otimismo e verborragia filosófica da chamada “poesia científica”. A honra ao “celso Tupá” era, por essa época, substituída por loas à “idéia nova”.

O Séc’lo é de revolta — do alto transformismo,
De Darwin, de Littré, de Spencer, de Laffite —
Quem fala, quem dá leis é o rubro niilismo
Que traz como divisa a bala-dinamite!...

¹⁴⁸ CRUZ E SOUSA, João da. O espectro do rei. *Jornal do Commercio*, Desterro, 5 jul. 1885.

Se é força, se é preciso erguer-se um evangelho,
Mais reto, que instrua — estético — mais novo
Esmaguem-se do trono os dogmas de um Velho
E lance-se outro sangue aos músculos do povo!...

O vício azinhavrado e os cérebros raquíticos,
É pô-los ao olhar dos sérios analíticos,
Na ampla, social e esplêndida vitrine!...

À frente!... — Trabalhar a luz da idéia nova!...
— Pois bem! Seja a idéia, quem lance o vício à
cova,
— Pois bem! — Seja a idéia, quem gere e quem
fulmine!...¹⁴⁹

Dedicado a Cassiano César (obscuro coautor de uma biografia consagrada ao ator dramaturgo João Caetano dos Santos),¹⁵⁰ o soneto *À Revolta* fazia parte de uma obra que Cruz e Sousa jamais conseguiria levar a público. Sob o sugestivo título de *Cambiantes* (isto é, “mudanças”, “alterações”, “transformações”), o livro tratava-se de um volume de sonetos, composto por, aproximadamente, trezentas páginas e redigido entre os anos de 1883 e 1884. Inviabilizado, sobretudo, por questões financeiras, a história editorial desta obra, bem como a análise de seus textos remanescentes, não só nos revela alguns aspectos da trajetória biográfica de Cruz e Sousa. Pensar *Cambiantes* também nos esclarece algo da aproximação do jovem intelectual de um modelo de literatura declaradamente militante e identificada com algumas das principais idéias e valores da chamada “geração de 1870”.

Concebido e redigido integralmente ao longo do período em que esteve em trânsito junto à Companhia Julieta dos Santos, *Cambiantes* era, segundo o memorialista Anibal Soares, um livro prefaciado por Francisco Moreira de Vasconcellos e dedicado ao seu irmão, também poeta, Antonio Moreira de Vasconcellos, bem como ao músico paraense Isidoro Castro de

¹⁴⁹ CRUZ E SOUSA, João da. *À Revolta*. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. p. 235.

¹⁵⁰ Refiro-me, aqui, ao opúsculo *Biographia Completa do Primeiro Actor Dramatico Brasileiro João Caetano dos Santos* (1884), assinado por Cassiano Cesar e Ferreira Guimarães.

Assumpção.¹⁵¹ Obra inédita até a segunda metade do século XX, quando alguns dos seus excertos foram resgatados por Andrade Muricy, os descaminhos de *Cambiantes* podem ser reconstruídos através de cartas e de relatos memorialísticos. Vestígios que constituem, hoje, para pesquisadores e biógrafos, as fontes de informação mais valiosas acerca desse texto.

Um desses testemunhos é uma carta de Oscar Rosas ao amigo Cruz e Sousa. Datada de 30 de novembro de 1883, esse manuscrito nos dá conhecimento da tentativa de publicação de *Cambiantes* pela tipografia da *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, e nos sugere, entre outras coisas, o esforço de aproximação de Cruz e Sousa (contando, na época, 22 anos de idade) da figura, já monumental, de José do Patrocínio: uma das lideranças máximas do movimento abolicionista brasileiro nos anos 1880.

Meu bom amigo e azulado cantor das “Cambiantes”.

Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 1883.

Não admitto que um rouxinol como tu emudeça, quando atravessa a primavera desta vida. Comtudo, se outro fora eu, pouco me importaria que o passarinho do amor deixou ou não de cantar. Mas, enfim, cedendo a um impulso, do qual desconheço a origem, venho perturbar-te, acordando-te talvez d'alguia langorosa scisma. Venho tratar de ti mesmo.

Na Gazeta da Tarde ficou o teu livro dos “Cambiantes”, quando d'aqui partiste, entregue ao integro Sr. José do Patrocínio; porem indo este senhor para Europa, e na Gazeta ficando esquecido o teu mimoso livrinho, eu, usando do direito que tenho como teu amigo, fui buscal-o para que sob minha guarda estivesse longe do alcance dos rapinas que se chamam plagiarios. É este o motivo da minha carta cacete.¹⁵²

Anunciado pela imprensa de Desterro durante o ano de 1884, bem como na contracapa de *Trópos e Phantasias*, em 1885, o fato é que, ao longo da vida de Cruz e Sousa, *Cambiantes* nunca passou de uma promessa

¹⁵¹ SOARES, Iaponan. Op. cit. p. 62.

¹⁵² ROSAS, Oscar. [Carta] 30 nov. 1883, Rio de Janeiro [para] CRUZ E SOUSA, João da. Desterro. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos pessoais de escritores brasileiros. Arquivo Cruz e Sousa. Correspondência pessoal – CS Cp 025.

editorial.¹⁵³ Obra esquecida pelo próprio autor e ignorada durante muito tempo pela crítica literária, o seu destino só viria a ser esclarecido, em 1926, numa entrevista concedida por Antonio Moreira de Vasconcellos a um jornal do Rio de Janeiro. Nela, o irmão de Francisco Moreira de Vasconcellos analisa, em linhas gerais, o conteúdo de *Cambiantes* e explica quais teriam sido as razões que levaram o jovem poeta a desistir da sua publicação.

Cambiantes era bem a expressão do seu feitio. Iriado, furta-cores, uma espécie de pirotécnica de sons e brilhos, numa riqueza de colorações de pedras finas, batidas de sol, fulgurando nas suas rimas caras e bizarras, nem sempre engastadas com justeza, mas, denotando claramente o aparecimento de um poeta novo. Note que digo um poeta novo e não um novo poeta, porque ele, realmente, trazia qualquer coisa de inédito para a poesia brasileira. A sua arte ressentia-se, porém, da falta do apuro a que já aqui tinha atingido com Bilac, Raimundo, Teófilo e outros. Chamei a sua atenção para esse ponto. E, ele revendo os seus sonetos impressos e os que ainda se encontravam em manuscrito, reconheceu que muito havia a fazer, para que os mesmos tomassem uma forma perfeita. Desistiu, do trabalho de corrigi-los, pensando, como Álvares de Azevedo, naqueles seus versos célebres: Se a estátua não sai como pretendo – quebro-a, mas, nunca o seu metal emendo.¹⁵⁴

Supostamente desgostoso com as críticas recebidas pelo colega escritor – e, talvez, com a de outras pessoas a quem prezasse as opiniões –, Cruz e Sousa tomaria uma medida extrema: juntou parte dos seus manuscritos e, “um dia, os mandou vender, como papel de embrulho”. O que sobrou do livro, diz-nos Vasconcellos, Cruz e Sousa teria simplesmente queimado. “Eram talvez uns cinquenta sonetos”, informamos, “quando mais tarde eu soube disto, exprobrei-lhe amistosamente essa barbaridade. Respondeu-me que não queria perder mais tempo com aquilo”.¹⁵⁵

¹⁵³ CRUZ E SOUSA, João da; VARZEA, Virgílio. *Tropos e Fantasias*. [1885] Edição fac-similar. Florianópolis: FCC, 1990.

¹⁵⁴ VASCONCELLOS, Antonio Moreira. Apud PAULI, Evaldo. Op. cit. p. 52-55.

¹⁵⁵ Idem.

Resgatados por Antonio Moreira de Vasconcellos do armazém onde foram vendidos como papéis de embrulho e guardados, por este, durante décadas, alguns dos manuscritos de *Cambiantes* sobreviveriam ao tempo e à rigorosa crítica do seu próprio criador. Reunidas pela primeira em livro apenas em 1961, como parte das Obras *Completas* organizada por Andrade Muricy, os textos de *Cambiantes* registram algumas das primeiras experimentações de Cruz e Sousa nos domínios da chamada “poesia científica”, do parnasianismo, bem como alguns dos seus mais significativos poemas abolicionistas de inspiração condoreira. Irregular em termos de estilo, o que restou do livro não só reflete a situação de um jovem escritor em busca de uma forma própria de expressão como, também, o hiperbolismo de um neófito frente a alguns assuntos com relação aos quais buscava ainda criar intimidade e que, só agora, ele, Cruz e Sousa, começava a se posicionar publicamente. Uma ênfase que se expressava, especialmente, na sua abordagem de alguns temas políticos e filosóficos, e que se consubstanciava, por exemplo, na violência verbal de sonetos como *Escravocratas* ou no tom fortemente passional e arrebatado de *À Revolta*.

Fruto da mesma época que gerou representações literárias caricaturais como o célebre Simão Bacamarte, de Machado de Assis, os textos contemporâneos de *Cambiantes* documentam um clima intelectual e psicológico que definiu a experiência histórica da chamada geração de 1870. São composições marcadas por uma retórica grandiloquente, triunfalista e, por vezes, até belicosa. Suas imagens evocam um forte sentimento de deslumbre com o desenvolvimento técnico-científico, crença arraigada na idéia de progresso, racionalismo, desejo de intervenção pedagógica na sociedade e um materialismo difuso, eivado de um evolucionismo vulgar, mais enunciado do que apreendido.

É essa a atmosfera que percebemos, por exemplo, em *Idéia-Mãe*. Um soneto que, possivelmente, integrou *Cambiantes* e que, ainda em 1883, chegou a ser publicado na imprensa de Desterro.

Ergueis ousadamente o templo das idéas
Assim como uns heróis, por sobre os vossos
hombros
E ides através de um negro mar d’escombros,
Traçando pelo ar as loiras epopéas.

A luz tem para vós os filtros magnéticos
Que andam pela flôr e brincam pela estrellá.

E vós amais a luz, gostais sempre de vel-a
Em amplo scintillar — n'uns extases pathéticos.

E' esse o aspirar do séc'lo que deslumbra,
Que rasga da sciencia a tétrica penumbra
E gera Vítor Hugo, Eckel e Littré.

E' esse o grande — FIAT — que róla no infinito!...
E' esse o palpar, homérico e bemdito,
De todo o ser que vive, estuda, pensa e lê!!...¹⁵⁶

Recitado publicamente em 15 de julho de 1883, no Teatro São João, de São José do Rio Claro (Mato Grosso), *Idéa-Mãi* formalizava parte do ímpeto de divulgação intelectual e convencimento político que marcou essa fase da vida de Cruz e Sousa, bem como a de muitos outros jovens escritores da sua época. A fixação em citar nomes do panteão científico e filosófico europeu, tais como o teórico darwinista alemão Ernst Haeckel, o filósofo evolucionista inglês Herbert Spencer, o filósofo positivista francês Émile Littré e o escritor-símbolo do movimento romântico internacional, Victor Hugo, indicam, no entanto, a complexidade desse esforço. Mais do que simples eruditismo, a escolha desses referenciais não se fazia de maneira aleatória e nem era vazia de significação política. Buscava isso sim estabelecer rótulos e formar identidades no interior do próprio movimento político-intelectual de 1870.

Foi comum, no interior da geração de 1870, o predomínio dos critérios políticos na escolha de citações e referências às obras, autores e doutrinas estrangeiras. Menos que em compatibilidades teóricas ou coerência intelectual frente a grandes esquemas doutrinários abstratos, os agentes históricos envolvidos no movimento de 1870 estavam preocupados em marcar e defender as suas posições no terreno concreto das disputas políticas em meio às quais estavam diretamente implicados. Desse ponto de vista, um escritor que, como Cruz e Sousa, citasse repetidamente Littré, poderia não estar apenas tentando demonstrar filiação intelectual a uma tradição ou “escola” positivista. Antes disso, poderia estar tentando explicitar publicamente aos seus leitores, as suas simpatias por uma determinada forma de governo e projeto social específico. No caso, o republicanismo francês de orientação científica da qual Émile Littré era, naquele contexto, um notório militante e ideólogo. Em síntese, na arena de

¹⁵⁶ CRUZ E SOUSA, João da. *Idéa-Mãi*. *O Despertador*. 18 ago. 1883.

lutas em que se posicionavam os diferentes, e por vezes contraditórios, grupos que constituíam o movimento de 1870, as “citações e referências a teorias estrangeiras obedeciam a propósitos políticos. Eram selecionadas conforme o seu potencial para legitimar posições políticas, antes que teóricas.”¹⁵⁷

É através dessa chave de leitura que conseguimos entender aparentes manifestações de incoerência ou fragilidade intelectuais expressas por certos autores em determinadas obras. No caso de Cruz e Sousa, pode-se, por exemplo, estranhar a inserção do “ultrapassado” Victor Hugo num panteão “evolucionista” como aquele que nos é apresentado em *Idéia-Mãe*. Ora, entendendo melhor a lógica por trás das citações, a referência ao autor de *O Corcunda de Notre Dame* no corpo de uma ode ao pensamento “moderno”, cumpre um papel político bem definido: indicar a identificação do poeta com um modelo específico de intelectual e escritor. Em outras palavras, em *Idéia-Mãe* estamos diante de um Cruz e Sousa, mais uma vez, tentando vincular-se, frente ao seu público leitor, a uma tradição de escritores engajados franceses que, na segunda metade do século XIX ainda tinha em Hugo o seu maior representante.¹⁵⁸

É, portanto, o significado político e social da figura pública de Victor Hugo – a sua imagem de pensador combativo e intransigente com as injustiças sociais – o que interessa a Cruz e Sousa nesse contexto. Não a sua filiação a um determinado modelo estético que, fora desse contexto, pode muito bem ser considerado ultrapassado, retrógrado e mesmo rejeitado pelo poeta. Aqui, a função da citação é, basicamente, a de servir como um rótulo ideológico. Algo que Cruz e Sousa fazia, também, ao aludir a uma personalidade como a de Ernst Haeckel – naturalista alemão, vulgarizador do pensamento de Charles Darwin e, no final do século XIX, possível sinônimo de “secularismo” e “antidogmatismo” religioso.

2.2 Entre a “tétrica penumbra” e o “Filósofo Supremo”

“O Séc’lo é de revolta,” – escreveu Cruz e Sousa no início da década de 1880 – “do alto transformismo”. A afirmação, realizada no primeiro verso de um dos poemas de *Cambiantes*, evoca uma idéia difícil de ser dimensionada historicamente, por muitos de nós, leitores contemporâneos. Lida com os olhos de um homem ou mulher do século

¹⁵⁷ ALONSO, Angela. Op. cit. p. 174-175.

¹⁵⁸ WINOCK, *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 135-154.

XXI, a afirmação de que “o século”, “o tempo” (no caso, a época do autor e do seu “eu lírico”), estivesse submetido ao “transformismo”, isto é, às “leis” da evolução biológica postuladas pelo naturalista inglês Charles Darwin, pode nos soar banal, sem maiores implicações ou mesmo vazia. A despeito dos seus eventuais críticos, o paradigma científico darwinista está tão presente em nosso cotidiano – um cotidiano informado por mais de cem anos de predomínio desse modelo explicativo nos diferentes âmbitos da cultura e da ciência – que se torna difícil captarmos, numa primeira leitura, a tonalidade provocativa e desafiadora que, muito provavelmente, o autor tencionou imprimir à frase inicial do soneto *À Revolta*.

No entanto, essa não deveria ser a experiência de leitura de uma pessoa medianamente instruída em pleno Brasil de meados da década de 1880. Relidos em perspectiva histórica, os versos: “O Séc’lo é de revolta — do alto transformismo, / De Darwin, de Littré, de Spencer, de Laffite — / Quem fala, quem dá leis é o rubro niilismo / Que traz como divisa a baladinamite!...” poderiam, realmente, naquele momento e lugar, formar uma estrofe de conteúdo explosivo e violento. Digo isto porque reivindicar, publicamente, o predomínio dos preceitos evolucionistas de Charles Darwin e de pensadores positivistas republicanos como Émile Littré, Herbert Spencer e Pierre Laffite num país oficialmente católico, monárquico e onde a Constituição do Estado não previa nem o secularismo das instituições e nem a liberdade de culto, era algo que poderia significar bem mais do que simples pedantismo.

Pelo contrário, esse era um gesto prenhe de gravidade, que não se esgotava na ostentação frívola de alguma cultura científica e filosófica. Era uma atitude que comunicava, entre outras coisas, uma tomada de posição numa candente disputa intelectual e política. Significava se opor ao dogmatismo da Igreja, ao padroado e à forma monárquica de governo – bem como se colocar a favor do livre pensamento, da secularização do Estado e da República. Representava, enfim, tomar partido em algo consideravelmente mais complexo do que o mero debate abstrato de idéias. Denotava um gesto de agressão simbólica ao Estado Católico brasileiro e a tudo aquilo que ele representava concretamente: a centralidade do poder eclesiástico, o conservadorismo do clero e a sacralidade das instituições políticas. Elementos do catolicismo imperial que, no plano teológico-filosófico, eram legitimados por um discurso religioso frequentemente interpretado, pela elite intelectual secular, como obscurantista e dogmático. Contrário, portanto, ao “espírito progressista” e à “mentalidade científica” do tempo. Espírito e mentalidade cujas representações máximas, naquela

época, se davam pelas novidades das teses darwinistas e pelas elaborações filosóficas do positivismo francês e inglês.

Pode-se dizer que, como instituição e liturgia, o catolicismo constituiu um dos principais pilares da chamada “tradição imperial”. Um dos mais importantes sustentáculos do *status quo* monárquico. Em sua configuração histórica assumida durante o Segundo Reinado, o catolicismo não privilegiou os princípios humanistas de igualdade e fraternidade cristãos, mas, antes disso “a representação medieval de uma sociedade estratificada conforme a vontade divina”. Dele depreendia-se a imagem de uma monarquia como uma “comunidade irmanada por um princípio superior comum, supra-humano”. Dentro desta perspectiva, a sociedade imperial conseguia incorporar a si os grupos excluídos da vida política institucional brasileira. Encontrava meios de alocar, simbolicamente, os homens livres pobres e os escravos, ao mesmo tempo em que conferia legitimidade ao trono e animava toda uma sociabilidade de tipo tradicional.¹⁵⁹

No mais, de acordo com o artigo 5º da Constituição de 1824, a “Religião Católica, Apostólica Romana” era, também, “a Religião do Império”.¹⁶⁰ Sendo assim, por possuir uma religião oficial, as instituições políticas não eram laicas e a Igreja constituía uma extensão do próprio Estado monárquico auxiliando, inclusive, nos esforços de controle social e político da população de súditos. Algo que essa instituição realizava, por exemplo, ao exercer funções administrativas e eleitorais – lembremos que, no Império, as votações aconteciam nas *paróquias* –, assumindo o controle do ensino público e tentando impor a sua idéia de disciplina e moralidade cristãs por sobre o que muitos membros da elite imperial chamavam de “massas fanáticas”.¹⁶¹

Por último, cabe ressaltar ainda o caráter conservador de boa parte da hierarquia eclesiástica com relação à questão da escravidão e a atitude passiva do Vaticano frente aos movimentos abolicionistas internacionais, inclusive o brasileiro da década de 1880. Passividade que levaria, inclusive, o abolicionista Joaquim Nabuco a solicitar uma audiência com o

¹⁵⁹ ALONSO, Angela. Op. cit. p. 64.

¹⁶⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 126.

¹⁶¹ ALONSO, Angela. Op. cit. p. 64.

Papa Leão XIII numa tentativa de alterar a “neutralidade do clero perante a escravidão” e reverter o seu “indiferentismo do seu contato com ela”.¹⁶²

Foi pela sua relevância enquanto agente mantenedor da ordem social, política e simbólica do Segundo Reinado que o catolicismo e a Igreja foram alvos privilegiados do movimento de crítica e contestação ao *status quo* monárquico. Como um todo, a geração de 1870 foi implacável em seus ataques às explicações teológicas, às crenças religiosas e à obliteração frente à racionalidade e mentalidade científicas. Uma perspectiva da qual o jovem Cruz e Sousa também compartilhou e reproduziu em muitas das suas primeiras produções literárias.

É essa visão que orienta, por exemplo, composições como *Idéia-Mãe*, um soneto que tem a sua síntese no contraste entre a “tétrica penumbra” – imagem que alude, entre outras coisas, ao obscurantismo e ao dogmatismo religioso – e o *Fiat* (Lux) – fórmula que, no contexto, remete ao potencial criador do esclarecimento racional e científico.¹⁶³

No entanto, apesar de compartilhar, em algum nível, do entusiasmo científico próprio da sua geração, até que ponto podemos afirmar que Cruz e Sousa partilhou, também, da sua crítica à instituição eclesiástica e ao catolicismo hierárquico? Até onde chegou a sua condenação do clero e a sua avaliação crítica do catolicismo, do cristianismo e das religiões em geral? Teria o jovem Cruz e Sousa, em algum momento, chegado às raízes do ateísmo e do materialismo radical, tal como o fizeram outros membros da sua geração?

A formação católica de João da Cruz e Sousa está, de fato, marcada desde a escolha do seu nome às circunstâncias do seu batismo. Nascido no dia 24 de novembro de 1861, o filho de Carolina e Guilherme de Sousa, foi batizado, conforme o costume da época, com o nome do santo do dia: o místico espanhol São *João da Cruz*.¹⁶⁴ Além disso, a ablução foi conduzida

¹⁶² NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., s. d. p. 279.

¹⁶³ A fórmula “fiat lux” (“haja luz” ou “faça-se a luz”) é, originalmente, uma expressão oriunda da literatura judaico-cristã. Segundo o *Gênesis*, o primeiro livro do Velho Testamento, Jeová, após a criação do Céu e da Terra, teria feito surgir o dia a partir desta enunciação. É, portanto, a enunciação que daria início à História Universal.

¹⁶⁴ Batizado João de Ypes de Álvares, São João da Cruz (1542 - 1591) foi um frade carmelita espanhol famoso por suas poesias espirituais, entre elas *Noite Escura da Alma*, *Subida ao Monte Carmelo*, *Cântico Espiritual* e *Chama de Amor Viva*. É considerado um dos mais importantes teólogos místicos da história da Igreja

pelo Padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, vigário da freguesia de Nossa Senhora do Desterro desde 1851 e uma das figuras mais influentes da política e da cultura letrada catarinense na segunda metade do século XIX.¹⁶⁵ Um personagem por quem, como veremos, João da Cruz manteve uma grande admiração intelectual ao longo da sua juventude.

Filho de pais devotos, congregados da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Cruz e Sousa viveu a sua infância e adolescência imerso num clima de religiosidade popular e contato direto com as cerimônias da liturgia oficial. Morando numa cidade profundamente marcada pelas tradições religiosas do catolicismo ibérico, bem como pelas práticas religiosas sincréticas das populações de origem africana, o jovem escritor incorporaria, à sua sensibilidade estética, certo fascínio pelas imagens e símbolos da ritualística romana e literatura cristã.

São muitos os textos da sua mocidade que aludem a fórmulas sacras, citações e referências à literatura bíblica. Uma dessas obras, o soneto *Mãe e Filho* – parte, aliás, do livro *Cambiantes* – constitui um dos muitos poemas no qual a imagem do “Jesus mártir” ou do “Cristo sacrificado”, serviram-lhe como metáfora para tratar temas humanos “universais” como “a dor”, “a renúncia” e “o perdão”.

Jesus, meu filho, o encanto das creanças,
quando na cruz, de angustia espedaçado,
em sangue casto e limpo banhado,
manso, tão manso como as pombas mansas;

embora as duras e afiadas lanças
com que os judeus, tinham, de lado a lado,

Católica. Foi beatificado em 1675 e canonizado em 1726, pelo Papa Benedito XIII. SCIADINI, Patrício. *São João da Cruz*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

¹⁶⁵ Conforme a certidão de batismo de João da Cruz e Sousa: “Aos quatro dias do mez de Março do anno de mil oitocentos e sessenta e dous nesta Matriz de Nossa Senhora do Desterro baptisei solemnemente e puz os santos oleos ao innocente João da Cruz, nascido a vinte e quatro de Novembro do anno passado, filho natural de Carolina Eva da Conceição, crioula liberta, natural desta Freguesia. Foram padrinhos Manoel Moreira da Silva Júnior e Nossa Senhora das Dores. Do que para constar fiz este termo. O Vigº Joaquim Gomes d'Oliveira Paiva. [À margem: Pai: Guilherme Souza, por subsequente matrimonio]”. Certidão de batismo de João da Cruz e Sousa. In: ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008. (Caderno de imagens).

seu coração purissimo varado,
inda no olhar raiavam-lhe esperanças.

Por isso, ó filho, ó meu amor — se a esmola
de algum conforto essencial não rola
por nós — é força conduzir a cruz!...

Mas, volta o filho, pezaroso e triste:
Se a nossa vida só na dôr consiste,
ah! minha mãe, por que morreu Jesus?...¹⁶⁶

Publicado em 21 de junho de 1885, no jornal *A Regeneração*, *Mãe e Filho* data de uma época em que Cruz e Sousa já havia iniciado o seu distanciamento do modelo estético romântico e começado a aprofundar o seu processo de identificação com o naturalismo, parnasianismo e as filosofias “modernas” do período. Não obstante, a despeito da sua manifesta admiração pelo modelo lírico desenvolvido em obras como *Visões de Hoje* (1881) e *Poesia Científica* (1883),¹⁶⁷ seus textos literários continuariam expressando muito do sentimentalismo cristão e da religiosidade difusa manifesta desde as suas primeiras publicações. Características que, aliás, Cruz e Sousa conservaria ao longo de toda a sua trajetória intelectual e que, mais tarde, aprofundaria na sua fase simbolista.¹⁶⁸

No mais, além da formação e de um evidente interesse estético pela simbologia cristã e ritualística católica, os laços que ligavam o jovem Cruz e Sousa à Igreja e ao catolicismo se deram, também, pela sua profunda e reiterada admiração por uma figura de destaque na história do clero catarinense: o jornalista, professor, político e tribuno, Joaquim Gomes de Oliveira Paiva. Ou, como ficou mais conhecido em Desterro, o “Arcipreste Paiva”.

Nascido em Desterro, em 12 de junho de 1821(?), Joaquim Gomes de Oliveira Paiva cursou o Seminário São José, no Rio de Janeiro, onde foi ordenado padre no ano de 1842. De volta a Santa Catarina, tornou-se vigário da Freguesia de São José da Terra Firme (1844-1849) e, depois (1851), da Freguesia de Nossa Senhora de Desterro. Político conservador

¹⁶⁶ CRUZ E SOUSA, João da. Mãe e filho. *A Regeneração*, Desterro, 21 jun. 1885.

¹⁶⁷ CRUZ E SOUSA, João da. O espectro do rei. *Jornal do Commercio*, Desterro, 15 jul. 1885.

¹⁶⁸ Vide, por exemplo, alguns poemas de *Missal* e *Broqueis* ambos publicados em 1893.

foi, também, deputado provincial em diversas legislaturas, estando, inclusive, no exercício de um dos seus mandatos durante o ano de 1861 (época na qual ministrou o batismo de João da Cruz e Sousa).¹⁶⁹ No mais, Oliveira Paiva atuou também como professor particular em Desterro, ajudando, inclusive, a fundar o Colégio “Belas Letras” durante o ano de 1851. Influente e com trâmites em diversas esferas da vida pública local, além de sacerdote, político e educador, Oliveira Paiva foi membro de diversas associações comerciais e culturais tanto dentro quanto fora da Província. Segundo o *Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro*, de Sacramento Blake, além de professor e deputado na Câmara Provincial, o Arcipreste teria sido:

[...] examinador synodal da diocese do Rio Grande do Sul; professor de philosophia do lyceu catharinense; cavaleiro da ordem da Rosa e da de Christo; socio honorário do Athneu paulistano; socio correspondente da sociedade auxiliadora da industria nacional, do gymnasio scientifico litterario brasileiro, do instituto historico e geographico rio grandense, e effectivo da associação catharinense promotora do commercio, agricultura e artes.¹⁷⁰

Não obstante todos os seus títulos e cargos foi, sobretudo pelo seu trabalho como poeta sacro que Oliveira Paiva passou à posteridade. Autor de várias obras – em sua maioria oratórios eivados de misticismo neoclássico setecentista –, Paiva foi um literato profícuo. Publicou diversos volumes e inúmeros trabalhos na imprensa local, ficando célebre, inclusive, as suas polêmicas com Marcelino Antônio Dutra (também poeta e seu opositor político pelo Partido Liberal).¹⁷¹ Foi autor, também, de textos como *Elogio Dramático*, *Oração na Solenidade da Imaculada Conceição de Maria Santíssima*, *Panegírico de Santa Cecília*, *Ensaio Oratórios na Tribuna Evangélica*, bem como de ensaios historiográficos relevantes como o livro *Notícia Geral da Província de Santa Catarina*.¹⁷²

¹⁶⁹ PIAZZA, Walter Fernando. Op. cit. p. 388.

¹⁷⁰ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898. v. 4. p. 140.

¹⁷¹ MELO, Osvaldo Ferreira. *Introdução à História da Literatura Catarinense*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980. p. 42-44.

¹⁷² SACHET, Celestino. *A literatura de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 31-32.

Faleceu em Nossa Senhora do Desterro, em 29 de janeiro de 1869 – época em que, aliás, Cruz e Sousa contava apenas sete anos de idade.

Apesar de não tê-lo conhecido em sua vida adulta, João da Cruz aparentemente nutriu um profundo respeito e admiração intelectual tanto pela figura quanto pela obra de Oliveira Paiva. Em 1882, por exemplo, os jornais de Desterro anunciavam a mobilização de alguns estudantes e jovens empregados do comércio que se articulavam para realizar as comemorações do sexagésimo aniversário de nascimento do “talentoso arcipreste”. Mais tarde, em 12 de julho do mesmo ano, o jornal *A Província* publicava poemas de diversos autores envolvidos nesse mesmo evento. Empregado à época no Mercado Público, Cruz e Sousa era um dos jovens caixeiros empenhados na celebração da memória do “catarinense ilustre”. Seu *Soneto* tinha como epígrafe os seguintes versos: "Há vultos tamanhos que não / Cabendo no globo, vão quedos / Mas solenes, refugiar-se na campa. / D'aí embuçam-se n'um manto infinito / De glórias?..."

Minh'alma está agora penetrando
Lá na etérea plaga, cristalina!
Que música meu Deus febril, divina
Nos páramos azuis vai retumbando!

Além, d'áureo dossel se está rasgando
Custosa, de primor, esmeraldina
Diáfana, sutil, longa cortina
Enquanto céus se vão duplando!

Em grande pedestal marmorizado
De Paiva se divisa o busto enorme
Soberbo como o sol, de luz croado

De um lado o porvir — Anteu disforme
Dos lábios faz soltar pujante brado
Hosanas! não morreu! apenas dorme.¹⁷³

Nesse mesmo dia, era publicado no *Jornal do Commercio*, de Desterro, o artigo *Comemoração do Sexagésimo Primeiro Aniversário Natalício de Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva*. Nesse texto, assumindo-

¹⁷³ CRUZ E SOUSA, João da. Soneto. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. p. 240-241. (Publicado originalmente em: *Província*, Desterro, 12 jul. 1882).

se como um dos porta-vozes do grupo envolvido na organização dos festejos, João da Cruz e Sousa animava os seus conterrâneos letrados a prestarem as suas homenagens ao “exímio pregador Oliveira e Paiva”. Além disso, justificava, apelando para os sentimentos patrióticos dos leitores, a conveniência de se valorizar à sua memória. Exaltar “aquela cabeça leonina” de “onde irradiavam mil constelações de pensamentos”, representava, segundo o autor, uma necessidade. Era preciso que, numa província onde supostamente haveria tão poucos vultos de projeção intelectual equiparável, se enaltecesse uma figura como a do Arcipreste. Mais do que simples “fanfarronada”, como diriam alguns críticos dos festejos (“esses esqueléticos, negros e esfaimados abutres”), celebrar as inteligências da terra representava uma necessária demonstração de superioridade moral. Um modo de elevar Santa Catarina e o Brasil, à condição de povo e de nação cultos e civilizados. Significava, enfim, “subir à luz da história, à luz dos conhecimentos humanos, intelectuais”. Adiantar, em suma, os passos de brasileiros e catarinenses na sua difícil caminhada em direção ao futuro. Uma responsabilidade que caberia, sobretudo, a um pequeno grupo de ilustrados, conscientes do seu dever e empenhados em sua missão de esclarecer e educar o público.

Para nós que, se revolvermos o humilde e pequeno cinerário da história, não encontramos muitos vultos tão ilustres como o do exímio pregador Oliveira e Paiva, não é mysterio, é prova mesmo de adiantamento, de progresso, fazer uma homenagem como a que se acaba de preparar.

Portanto deve a elite litteraria da sociedade Catharinense, apresentar-se garbosa, preparar seus brilhantes discursos, suas éclogas, seus sonetos, para o maior realce e solemnidade dessa festa.¹⁷⁴

Os panegíricos de Cruz e Sousa, contudo, não se restringiam à figura individual de Oliveira Paiva, mas se estendiam também a alguns dos protegidos do clérigo. Em junho de 1885, já de volta a Desterro, Cruz e Sousa fez publicar no *Jornal do Commercio*, de Desterro, o poema *Sempre e... Sempre*, um soneto cujos versos eram dedicados a Manoel Bernardino

¹⁷⁴ CRUZ E SOUSA, João da. Commemoração do sexagésimo 1º anniversario natalicio de Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva. *Jornal do Commercio*, Desterro, 12 jul. 1882.

Augusto Varela (afilhado e testamenteiro do Arcipreste).¹⁷⁵ Encimado pela epigrafe “Sempre se amando, sempre se querendo”, a composição fazia alusões a passagens da obra de Oliveira Paiva e demonstrava a intimidade de Cruz e Sousa com a obra do orador e poeta sacro.¹⁷⁶ Mais tarde, em outros textos, o jovem escritor conservaria a sua reverência a memória do sacerdote, referindo-se, em mais de uma oportunidade, à Província de Santa Catarina como a “terra de Oliveira Paiva”.¹⁷⁷

Não obstante as simpatias de João da Cruz e Sousa para com alguns membros do clero católico, a sua visão acerca da influência da Igreja, dos padres e da religião oficial na sociedade brasileira não foi isenta de críticas. Apoiando a idéia de Estado laico, uma das principais demandas no interior de diversos grupos que compunham a geração de 1870, Cruz e Sousa defendeu abertamente, numa resenha publicada em 1887 na imprensa de Desterro, a necessidade da secularização do matrimônio e da institucionalização do divórcio no Brasil. Duas das principais teses, aliás, expostas no livro *Biologia e Sociologia do Casamento*, de Francisco Luiz da Gama Rosa.

Filho de um capitão-de-mar-e-guerra, neto de um músico da corte de Pedro I e de um comerciante gaúcho, o médico e político liberal Francisco Luiz da Gama Rosa nasceu em 1851, em Uruguaiana, Província do Rio Grande do Sul.¹⁷⁸ Em 1860 a sua família fixou residência em Desterro, cidade onde realizou os seus estudos secundários (sendo, inclusive, aluno

¹⁷⁵ FLORES, Altino. O Padre Cantigas: Uma grande figura da pequena Província. In: JUNKES, Lauro. Op. cit. p. 331-332.

¹⁷⁶ CRUZ E SOUSA, João. Sempre e... sempre. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. p. 249-250 (*Jornal do Commercio*, Desterro, 11 jun. 1885).

¹⁷⁷ CRUZ E SOUSA, João da. Abolicionismo. *O Molêque*, Desterro, n. 43, 19 out. 1885. CRUZ E SOUSA, João da. Pontos e virgulas. In: CRUZ E SOUSA, João da; VARZEA, Virgílio. Op. cit. p. 67.

¹⁷⁸ Seu pai, de quem Gama Rosa herdou o nome, era natural do Rio de Janeiro e foi um oficial da marinha que ascendeu na carreira durante as guerras de pacificação do período regencial. Reformado como capitão de mar e guerra, em 1861, Francisco Luiz da Gama Rosa, pai (Rio de Janeiro, 1814 - ?) acumulou uma série de títulos e condecorações de honoríficas ao longo da sua vida militar. Algumas delas, e talvez as mais importantes, os prestigiosos títulos de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul e Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional/Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 3. p. 32-33.

do naturalista alemão Fritz Müller no Liceu Provincial). Mais tarde, em 1870, transferiu-se, com os parentes, para o Rio de Janeiro.¹⁷⁹

Na Corte, Gama Rosa frequentou a Faculdade de Medicina, onde, em 1876, defendeu a tese *Dos casamentos sob o ponto de vista higiênico* – texto que, anos mais tarde, serviria de base para a elaboração do livro *Biologia e Sociologia do Casamento*.¹⁸⁰ De 1876 a 1882 dedicou-se a clínica médica na capital imperial, em 1883, foi nomeado Presidente da Província de Santa Catarina.¹⁸¹

De volta a Desterro, Gama Rosa travou conhecimento com alguns integrantes da chamada “Guerrilha Literária Catarinense” e estreitou relações com o jovem escritor Virgílio Varzea.¹⁸² Foi através desse vínculo, aliás, que, um pouco mais tarde, Cruz e Sousa seria apresentado ao médico gaúcho e a algumas das suas obras.

Em *Biologia e Sociologia do Casamento*, livro de 1887, Gama Rosa fez uma crítica indireta ao Estado e à sociedade brasileira do Segundo Reinado. Tomando como modelo “nações adiantadas” (em especial o dos Estados Unidos), Gama Rosa elogiava o caráter laico e não intervencionista de certos governos. Do mesmo modo defendia, como uma necessidade da “evolução social”, a superação de algumas práticas sociais e hábitos mentais que representariam “sobrevivências históricas absurdas”, “instituições do passado”.¹⁸³ A seu ver, seria esse, por exemplo, o caso da indissolubilidade do casamento religioso – uma instituição percebida pelo

¹⁷⁹ VARZEA, Virgílio. Dr. Gama Rosa: notas biográficas. In.: ROSA, Francisco Luiz da Gama. *Sociologia e Esthética*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, Livreiro-Editor, 1914. p. 17-19.

¹⁸⁰ ROSA, Francisco Luiz da Gama. *Dos Casamentos sob o ponto de vista higienico*. Rio de Janeiro, G. Leuzinger, 1876. Tese (Em Teses do Rio de Janeiro, F-J, n. 3). Um exemplar desse trabalho pode ser encontrado na Academia Nacional de Medicina (Rio de Janeiro) no acervo da Biblioteca Alfredo Nascimento. Cf. LAPS; ENSP; FIOCRUZ. *Guia de Fontes e catálogo de acervos e instituições para pesquisas em saúde mental e assistência psiquiátrica no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2004. p. 41. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/eventos_novo/dados/arq423.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2009.

¹⁸¹ VARZEA, Virgílio. Op. cit., 1914. p. 17-19.

¹⁸² VARZEA, Virgílio. Primeiros encontros com o Dr. Gama Rosa. *Anuário Catarinense*. Florianópolis, ano 5, p. 173-174, 1952.

¹⁸³ GAMA ROSA, Francisco Luiz da. *Biologia e Sociologia do Casamento*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1887. p. 168.

autor como antagonica aos princípios darwinistas da evolução biológica e contrária aos pressupostos spencerianos da evolução social.

Em sua “Advertência”, texto introdutório à *Biologia e Sociologia do Casamento*, Gama Rosa alinhava-se teoricamente e explicitava as suas intenções políticas:

Tendo-se esgotado a I.^a edição da obra – *Hygiene do casamento* – publicada em 1876, julgamos dever preparar outra edição; mas, o apparecimento e diffusão no nosso meio social, desde essa época, das idéas positivas, tornou essencial a transformação completa e absoluta de todo o trabalho, ao qual não coube mais o título primitivo.

Afora a parte descriptiva, base e fundamento das theorias scientificas e philosophicas, todas as questões acham-se, ahi, tratadas de modo abstracto e generalisado, affastando-nos systematicamente e irresistivelmente dos logares communs, banaes, e offerecendo diversas interpretações, explicações e pontos de vista, aos quaes não faltará originalidade.

Tanto quanto possivel, procuramos applicar ao Brasil, n’este assumpto, os principios e doutrinas scientificas e philosophicas, sem nos limitarmos comtudo a esse ponto restricto, não desconhecendo o caracter universal da Sciencia.

Demos consideravel extensão, em todo o correr do trabalho, á idéa do *Casamento civil obrigatorio com divorcio*, por julgamol-a de adopção indispensavel e urgente no nosso paiz.¹⁸⁴

Mais do que a defesa de uma tese isolada, *Biologia e Sociologia do Casamento* argumentava em favor de um Estado brasileiro totalmente reformado conforme os princípios de uma visão política secular e “cientificamente” orientada. Profundamente influenciado pelas ideias de Herbert Spencer e por certa interpretação da teoria da seleção natural, de Darwin, Gama Roza estava convencido de que, mais do que formar cidadãos livres, as reformas políticas e institucionais deveriam visar à criação de uma população brasileira racialmente aprimorada, superior e saudável.

¹⁸⁴ Ibidem. p. v-vi.

Aparentemente impressionado com os argumentos e com a erudição demonstrada por Gama Roza, Cruz e Sousa escreveu uma resenha altamente favorável a *Biologia e Sociologia do Casamento*. Publicada no jornal *A Regeneração*, provavelmente em dois de janeiro de 1887, o jovem escritor apoiava a idéia geral, apresentada no livro, de que interferência da Igreja na dinâmica das relações matrimoniais seria, de fato, uma excrescência da evolução histórica e que, se mantida em longo prazo, inviabilizaria o aperfeiçoamento racial dos povos que a conservassem.

Entre as obras Herbert Spencer e as produções do ilustre Sr. Dr. Gama Rosa encontramos o mesmo tom de conjunto, os mesmos traços gerais, os mesmos golpes de observação e de crítica científica, a mesma serenidade idealizadora. [...] O Dr. Gama Rosa identificou-se, compenetrando-se profundamente das teorias, dos princípios de doutrina do sábio bretão. Discute e amplia de frente os assuntos. Essa sua nova obra, *Biologia e sociologia do casamento*, exata nos processos críticos e filosóficos como está, parece-nos uma grande obra extraordinária que há de ficar viva e triunfante para a sociologia brasileira. [...] Os documentos, os dados, e todo o material ativo e regularizado da sua obra, a ferramenta de que ele se serve para poli-la, para dar-lhe convicção, sinceridade e verdade, estabelecem um ponto de partida geral dominante, utilitário, e prático. Daí partem, então, as poderosas razões, caras, iluminadas e puras, deduzidas das diferentes fórmulas de casamento, como a monogamia, a poligamia, etc., em uso nas diversas tribos de raças indo-européias. O casamento civil com divórcio está biologicamente, sociologicamente demonstrado na obra de que tratamos, que é uma necessidade coletiva da família brasileira. No estado de evolução e ampliação de raciocinamentos práticos e positivos, lógicos e humanos a que as gerações chegaram, retardar ou embaraçar o desenvolvimento completo da família é atrasar, é puxar para trás a humanidade. A família deve ser, não uma parte dependente dos fatores sociais, mas sim um corpo unitário, complexo como um organismo, entrando, como agente principal em toda a orientação da vida moderna. Da família sairão,

pela sanguinidade, pelos *meios*, pelos temperamentos, pelas influências e relações sexuais, pelo cruzamento de elementos de raças melhores, as bases e uma sociedade nova que há de garantir e aperfeiçoar a atividade material e intelectual futuras, definindo e acentuando a estética do tipo. E, para chegarmos a esse complemento radical, integral, dos direitos da felicidade humana, *é* o casamento civil com divórcio a única força preparadora e naturalmente estabelecida no nosso centro, mesclado de tipos desencontrados e opostos ao progredimento deste ramo sul da raça latina. [...] O Dr. Gama Rosa, portanto, trazendo à luz da ciência as causas que a matrimonialidade católica obrigatória produz, não concorrendo para a seleção natural, não protegendo nem dignificando os destinos nem os [ilegível] aos quais a humanidade se propõe — para engrandecer-se — presta um distintíssimo e o mais real e franco serviço à sociologia, honrando-a com a amplidão do seu espírito superiormente alimentado de idéias evolutivas.¹⁸⁵

A articulação de uma terminologia racialista e a *aparente* admissão dos pressupostos fundamentais do racismo científico oitocentista apontam para a complexidade de um esforço de contextualização de um autor como João da Cruz e Sousa na conjuntura do debate intelectual brasileiro do final do século XIX. Diante de um texto como a resenha à *Biologia e Sociologia do Casamento*, torna-se difícil ignorar a especificidade, os limites, as sutilezas, as contradições, da sua experiência. Uma experiência definida não só por idéias e valores substancialmente distantes da nossa própria perspectiva histórica, mas, sobretudo, por outro tipo de sensibilidade para com relação a temas como, por exemplo, o das relações entre “natureza” e “sociedade”, “raça” e “cultura”. Elementos que, se por um lado o distanciam de nós, observadores contemporâneos, o enraízam indubitavelmente no solo da sua própria contemporaneidade.

No mais, além de apoiar a laicidade do Estado, Cruz e Sousa foi um crítico ácido do conservadorismo clerical com relação às lutas antiescravistas. Apoiando-se numa visão humanista do cristianismo, o jovem condenou veementemente a atitude passiva ou francamente

¹⁸⁵ CRUZ E SOUSA, João da. *Biologia e Sociologia do Casamento*. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. P. 760-762.

contrária de padres e de fiéis católicos frente ao movimento abolicionista. Compartilhando de um humanitarismo burguês que previa a completa irreconciliabilidade entre cristianismo e escravidão, Cruz e Sousa redigiu algumas de suas páginas mais duras e violentas contra aqueles a quem chamou de “abutres de batina”: padres escravocratas que, a seu ver, subvertiam os ensinamentos de Cristo e conspurcavam o púlpito com a sua convivência ou prática escravista. Seu texto mais pungente, nesse sentido, é o conto *O Padre*, publicado em 1885, no livro *Trópos e Phantasias*. Nele, um narrador colérico e indignado monologa diante da visão de um sacerdote avesso ao abolicionismo:

Um padre escravocrata!... Horror!

Um padre, o apóstolo da igreja, que deveria ser o arrimo dos que sóffrem, o sacrário da bondade, o amparo da innocencia, o athleta civilizador da cruz, a cornucópia do amor, das bênçãos immaculadas, o reflexo do Christo...

Um padre que communga, que bate nos peitos, religiosamente, authomaticamente, que se confessa, que jejua, que reza o — *Orate fraters*, que préga os preceitos evangelicos, bradando aos que caem *surge et ambula*.

Um escravocrata de... batina e breviário... horror!

Fazer da igreja uma senzala, dos dogmas sacros leis de impiedade, da estóla um vergalho, do missal um prostíbulo...¹⁸⁶

A julgar pelas repetidas representações literárias da Igreja e do clero católico como modelos idealizados de uma moralidade superior (no caso de *O Padre* um modelo moral corrompido por uma ética prática incongruente com o seu referencial filosófico) pode-se dizer que, de fato, o autor João da Cruz e Sousa conservou, em si, uma opinião positiva com relação ao cristianismo. Uma perspectiva que se, talvez, não fosse entendida propriamente como expressão de uma verdade sobrenatural revelada, ao menos era compreendida como a manifestação de um modelo de civilidade mais “humano” e igualitário. Um ponto de vista que Cruz e Sousa veio a reproduzir, de um modo ou de outro, em diferentes tipos de textos ao longo dos seus anos de juventude.

¹⁸⁶ CRUZ E SOUSA, João da; VARZEA, Virgílio. Op. cit. p. 57.

Um desses textos é o necrológio de Victor Hugo. Publicado no dia 7 de junho de 1885, em Desterro, o elogio ao escritor francês saiu como editorial do jornal *O Moléque*, periódico do qual Cruz e Sousa era, na ocasião, o principal redator. Nele, Cruz e Sousa expõe uma visão secularizada do cristianismo, compreendendo-o, basicamente, como uma espécie de doutrina precursora dos ideais que orientaram a Revolução Francesa. Victor Hugo, sob esse viés, teria sido uma figura equiparável a Jesus, chamado aqui de “Filósofo Supremo”: o admirável antecipador dos princípios republicanos e liberais que orientavam quase todas as revoluções burguesas desde o final do século XVIII.

E’ o apophtegma glorioso do mestre, que synthetisa toda a valentia, toda a força superior do seu atilamento espiritual.

Nunca morrem os homens de cerebro, aquelles que tem a penetração philosophica das grandes cousas, que sòbem, pela ideia, ás maiores alturas, de onde, se caem, é pela vertigem que lhes causa a luz, a zona infinita do ether.

Quem viveu como Victor Hugo, dentro destes tres preceitos grandiosissimos da mais sympathica e revolucionária figura da História, o Christo, o filosofo supremo, esses preceitos racionais da – Liberdade, Igualdade, e Fraternidade — hade cahir humanisado na duvida sinistra do tumulto, mas ha de entrar em essencia, em vigor intellectual pelos corações de todos os povos.

Pensar, educar e combater.

Elle o fez.¹⁸⁷

Uma imagem mais completa dessa representação politizada e libertária de Jesus, acalentada e projetada por Cruz e Sousa ao longo da sua juventude, pode ser encontrada num conto datado de 1887. Intitulado “À Santa”, esse texto faz parte das *Histórias Simples*, série constituída por oito pequenas narrativas ficcionais unificadas pelos temas do abolicionismo e da escravidão. Publicada em sete de julho de 1887, em “À Santa”, quinto conto da série, somos apresentados a um pai (narrador sem nome) que expõe à sua jovem filha (Santa) o seu entendimento acerca das diferenças entre as idéias de escravidão e liberdade. Construída em forma de

¹⁸⁷ SOUSA, João da Cruz e. Victor Hugo. *O Moléque*, Desterro, jun. 1885.

monólogo, a narrativa tem como protagonista um cristão branco e livre que interpreta as relações escravistas a partir de um referencial bíblico, desenvolvendo, com isso uma condenação essencialmente moral do cativo. Nesse seu esforço, o seu argumento parte de uma determinada interpretação da figura de Jesus: uma representação historicizada e marcadamente humana do Cristo.

O nazareno Jesus, de maneiras singelas e cândidas, de voz persuasiva e penetrante, de palavra fácil e clara como a luz, representa o poderoso e grande principio da moral dos povos. A sua vida, urna de piedade, de simplicidade e de amor, será, pelos tempos em fora, a filosofia abençoada da humanidade. Ele veio da Galiléia, veio do povo hebreu, cheio de mistérios sagrados. O divino operário, o filho humilíssimo e calmo do carpinteiro José, tinha ao redor de si uma atmosfera de honestidade e de paz.

Os fracos, os pequenos, os tristes, os sofredores, os lacrimosos, todos ele cobria e aquecia do frio da desolação com o seu olhar bom como a sua doutrina, doce como o seu rosto e como os seus cabelos encrespados e lindos.

Deixai vir a mim os pequenos, dizia ele. E as crianças dóceis e pobres aproximavam-se risonhas desse Cristo que era a esperança, que era a caridade, que era a crença e que era a fé.

Nunca fora sonhado outro céu mais largo e mais puro do que a alma cristã do Messias cuja vinda a profecia anunciara, pela voz dos sábios do Oriente, em letras de verdade e de luz.

Desde a Caldéia até a Síria a sua fama e o ar brando e simpático do seu tipo, ressoavam, casta e sonorosamente, como uma música vinda dos astros; alastravam-se nos corações como eternos rosais que o sol fecunda e faz vigorizar. Cristo! Cristo! Cristo! Jesus! Jesus! Jesus! Assim iam de boca em boca estas sílabas, como preces, como ladainhas católico-romanas.

Quando ele aparecia era como uma aurora iluminando tudo. Abriam-se os casais e as almas para recebê-lo como para receber o dia. Paravam as gentes nas estradas, os betânios, os de Jafa, para vê-lo

de perto e para ouvi-lo falar; ou sentavam-se junto às piscinas, ou debaixo dos sicômoros, ou à sombra das palmeiras deliciados pela sua frase nua e tosca onde havia tanta união do bem, tanta humanidade, tanta fraternidade e grandeza.

E o Cristo tinha sempre diante de si, dos seus olhos meigos e ternos que sabiam ver longe e fundo, a humanidade triste e paciente que sofria e chorava na obscuridade da noite, lá, quem sabe onde, muito além, na pátria da miséria, longe da vida e bem perto da morte.

E ninguém diga que ele foi um revolucionário.

Ele foi um revolucionário se acaso o sol com a sua viva claridade pode fazer revolução nos vegetais. Não! Ele não foi petroleiro, não foi incendiário; transformava mas não revoltava. Como pensador, pensava; como pastor de almas, apascentava o seu rebanho.

Jesus era escravo do seu ideal, era escravo da sua religião, da sua igreja, do seu apostolado, da humanidade enfim; mas Jesus amava e queria, pelo amor, a liberdade dessa própria humanidade.¹⁸⁸

Essa leitura idealizada de Jesus como um modelo de conduta moral e política difere consideravelmente das interpretações realizadas por outros intelectuais no interior da geração de 1870. A representação que Cruz e Sousa faz da figura de Cristo e, conseqüentemente, a sua leitura do cristianismo, estava consideravelmente distante das construções patologizantes e radicalmente materialistas de autores como Clóvis Beviláqua,¹⁸⁹ por exemplo. Se no primeiro caso estamos diante de uma interpretação muito próxima do Jesus histórico e romântico de Ernest

¹⁸⁸ CRUZ E SOUSA, João da. À Santa. In: _____. *Dispersos*: poesia e prosa. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp; Giordano, 1998. p. 89-91.

¹⁸⁹ BEVILÁQUA, Clóvis (1859-1944). Nasceu em Viçosa, Ceará, e morreu no Rio de Janeiro. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde se ligou ao grupo de jovens acadêmicos responsáveis pela chamada "Escola do Recife". Em 1883 publicou o livro *A filosofia positivista no Brasil*, onde se declarava um "monista evolucionista". Algumas das suas obras são: *Emile Littré* (1882), *Esboço sintético do movimento romântico brasileiro* (1882), *Estudos de direito e economia política* (1883), *Conceito antigo e moderno da Metafísica* (1888), *Épocas e individualidades* (1888).

Renan¹⁹⁰ (“um doce sonhador, sincero e devotado, que teve a glorificação do martírio”),¹⁹¹ no segundo estamos de frente a um Jesus psicologizado e naturalista (“frenético e violento, em consequência de um mal terrível, que lhe dilui a massa encefálica”),¹⁹² tal como interpretado por Jules Soury.¹⁹³ Desse modo, se para Cruz e Sousa e outros intelectuais da geração de 1870, Jesus e o cristianismo seriam modelos históricos de superioridade moral dignos de serem reproduzidos no presente pela Humanidade progressista; para outros, como Beviláqua, Jesus e o cristianismo seriam expressões históricas de fenômenos naturais passíveis de serem analisados e compreendidos pela crítica científica. Ambos compartilham de uma visão desmistificada e historicista da “lenda humilde e dolorida de Jesus Cristo”, mas partem de graus diferentes de materialismo e alcançam níveis diversos de radicalidade crítica.

Em suma, Cruz e Sousa compartilhou do materialismo difuso e do entusiasmo científico do seu tempo, mas isso não implicou como a exemplo de outros membros da sua geração numa adesão pública ao ateísmo ou mesmo ao agnosticismo. O jovem escritor foi, sem dúvida, um crítico do dogmatismo da Igreja e do conservadorismo político do clero, mas não chegou a rejeitar o cristianismo como sistema organizado de crenças. Criticou, de forma manifesta e reiterada, o obscurantismo e a hierarquia eclesiástica enquanto extensão do Estado Imperial, mas não há indícios de que tenha chegado ao ponto de rejeitar a religião como um valor em si. Ao invés disso, abraçou, como outros seus contemporâneos, uma versão secularizada do cristianismo bem como ao culto da figura histórica de Jesus. Elaborou, para si, uma percepção de Cristo como um filósofo humanista, muito próxima à visão desenvolvida por alguns autores herdeiros do Iluminismo, em especial a do filósofo e historiador francês

¹⁹⁰ RENAN, Joseph Ernest (1823 - 1892). Nasceu na comuna francesa de Tréguier e morreu em Paris. Foi escritor, filósofo, filólogo e historiador. É autor, entre outras obras, de *A Vida de Jesus* (1863), livro muito popular na França de segunda metade do século XIX e no qual é desenvolvida uma leitura racionalista dos evangelhos. Nele, Renan apresenta Jesus como um personagem desprovido de qualquer característica divina ou sobrenatural.

¹⁹¹ BEVILÁQUA, Clóvis. Apud MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 4. p. 238.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ SOURY, Jules Soury (1842-1915). Foi um teórico e historiador da neuropsicologia francês. É considerado um dos primeiros introdutores, na França, do determinismo racial de Ernst Haeckel. Sua obra, *Jesus e os Evangelhos* (1881), foi traduzida, em meados da década de 1880, por Clóvis Beviláqua.

Ernest Renan. Adotou, portanto, uma leitura muito comum no Brasil do século XIX e compartilhada por diferentes integrantes da elite intelectual do Império – inclusive por intelectuais abolicionistas como Luiz Gama, por exemplo.¹⁹⁴ Em Cruz e Sousa, portanto, o anticlericalismo não se confunde com o ateísmo. Há uma distinção clara, conforme a diferenciação implícita nas suas próprias palavras, entre “a religião alegre, piedosa e consoladora do Cristo” e a “pervertente religião hipócrita dos homens”.¹⁹⁵

2.3 Convicções republicanas

“Sede democratas, uma vez”, escrevia Cruz e Sousa, num texto publicado em 1885, ao solicitar a atenção e simpatia do público leitor para com o trabalho e sensibilidade dos poetas.¹⁹⁶ O uso retórico da palavra “democrata”, a sua escolha como recurso literário, como metáfora para a idéia de comunhão universal através da experiência estético-literária, expressa algo do sentimento de novidade frente a um vocabulário que se popularizava no Brasil da segunda metade do século XIX. Um léxico ainda impreciso em seu sentido conceitual, mas que já evocava um conjunto de valores e significados que estavam na base de uma percepção emergente acerca das instituições que fundavam a sociedade imperial brasileira.

Ao lado da incorporação seletiva das idéias típicas do materialismo cientificista da época, bem como da adesão, em algum nível, de um anticlericalismo mais ou menos militante, o anseio pela liberalização e ampliação da participação nas instituições políticas da sociedade brasileira foram alguns dos principais elementos que definiram a crítica da “geração de 1870” ao *status quo* monárquico.¹⁹⁷ Nesse sentido, termos ainda muito vagos no vocabulário oitocentista, tais como “democracia” – expressão que correspondia, basicamente, à idéia de alargamento das condições de protagonismo político, mas que, por vezes, poderia assumir também conotações próximas às idéias de solidariedade ou igualdade social –

¹⁹⁴ FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 60, p. 271-288, 2007.

¹⁹⁵ CRUZ E SOUSA, João da. À Nenén. In: _____. Op. cit., 1998. p. 99-100.

¹⁹⁶ CRUZ E SOUSA, João da. Pontos e vírgulas. In: CRUZ E SOUSA, João da; VARZEA, Virgílio. Op. cit. p. 67.

¹⁹⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 97.

associavam-se, cada vez mais, às noções de antiabsolutismo, antimonarquismo e república.¹⁹⁸

Iniciado na imprensa de Desterro entre fins dos anos 1870 e começo da década de 1880, as inclinações políticas de Cruz e Sousa se manifestaram desde muito cedo na sua prática como escritor e jornalista. Em sete de maio de 1881 começou a ser publicado, em Desterro, um tablóide semanal de oito páginas impressas chamado *O Colombo*. Subtítulo “Periódico critico e litterario”, *O Colombo* foi o resultado do esforço editorial de alguns jovens empregados do comércio, dentre eles os caixeiros Manoel dos Santos Lostada, José Artur Boiteux e João da Cruz e Sousa.¹⁹⁹ Este último, na época, um rapaz de apenas 19 anos de idade.²⁰⁰

Participar da redação de *O Colombo* significou, na trajetória biográfica de Cruz e Sousa, a sua primeira experiência profissional como jornalista. Os raríssimos exemplares restantes desse semanário demonstram o seu alto grau de envolvimento na elaboração do periódico e registram algumas das suas primeiras publicações líricas e ficcionais.²⁰¹ Não obstante, apesar de poucos números terem sobrevivido ao tempo, a pequena coleção de *O Colombo*, hoje pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, representa uma série preciosa para os pesquisadores interessados no estudo dos primeiros anos de atuação literária de Cruz e Sousa. Além de atender algumas das demandas dos interessados na história e na memória literária brasileira do final do século XIX, as edições remanescentes de *O Colombo* servem, também, a outros esforços de “arqueologia intelectual”. No caso desta pesquisa, interessam-nos na medida em que nos auxiliam na compreensão de alguns aspectos da formação ideológica de Cruz e Sousa. Mais especificamente informam-nos algo sobre o seu processo de sua

¹⁹⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit. p. 134.

¹⁹⁹ O jornal *O Colombo*, assim como muitos outros pequenos periódicos editados em Desterro ao longo da década de 1880, teve uma duração bastante curta. Seu último número ganhou as ruas em 24 de setembro de 1881. Ou seja, apenas quatro meses desde o seu lançamento. ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008. p. 41.

²⁰⁰ Sobre os movimentos políticos e a formação das instituições caixerais no Brasil da segunda metade do século XIX, ver: POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

²⁰¹ São dessa fase, por exemplo, *Margarida*, um açúcarado folhetim romântico; o longo poema declamatório *A Vida e Ao Decênio de Castro Alves*, poesia em homenagem aos dez anos de morte do autor de *O Navio Negreiro*. ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008. p. 41-42.

adesão às perspectivas republicanas e o seu desenvolvimento pessoal de uma visão crítica com relação à forma monárquica de governo.

Em 1881, o *Colombo*, de Desterro, era mais um dos muitos jornais homônimos que circulavam, ou já haviam circulado, em outras partes do Brasil pelo menos desde os anos 1860. Sobre tudo nas últimas décadas do século XIX, não foram poucos os periódicos que adotaram o título americanista de “Colombo”.²⁰² Atendendo a um objetivo político consciente, o nome “Colombo” quase sempre lhes era inferido, pelos seus editores, com a intenção inequívoca de trazer ao público a lembrança mitologizada do famoso navegador genovês – uma referência que, no contexto dos anos 1870/1880, funcionava como alusão direta às coisas do “Novo Mundo” em oposição às do “Velho Continente”, dentre elas, aquilo que era valorizada por muitos como a sua grande especificidade histórica em relação à Europa: o predomínio, em quase todo o território americano, da forma republicana de governo (cuja referência modelar seria a república federalista estadunidense proclamada em 1776). Era, portanto, mais um dos muitos rótulos freqüentemente empregados em meio às disputas político-intelectuais da geração de 1870. Um rótulo que servia para ligar grupos a idéias, mais ou menos difusas ou imbricadas, de republicanismo, federalismo, antiabsolutismo e democracia.

Além do fato de ter sido um dos principais redatores de *O Colombo*, João da Cruz e Sousa deixou-nos também outros indícios das suas inclinações republicanas. Um dos vestígios mais antigos dessa preferência se encontra numa poesia publicada em 1882 no jornal *A Regeneração*. Em *Sete de Setembro*, longo poema fortemente eivado de ufanismo romântico, vemos Cruz e Sousa traçar uma linha de continuidade histórica direta entre as idéias de Independência e de Abolição. Dentro dessa lógica, a finalidade da História, a emancipação do povo brasileiro pelo fim da escravidão, se configuraria como o ponto culminante de um longo processo conduzido por uma série de grandes heróis. Dentre eles, além de nomes tradicionais da política e da cultura imperial, como o Visconde do Rio Branco (relator da chamada “Lei do Ventre Livre”, de 1871) e de Carlos Gomes (autor da adaptação operística de *O Guarani*), constavam alguns ícones próprios do

²⁰² Eis alguns exemplos: *O Colombo – Periodico exclusivamente politico e liberal*, Rio de Janeiro, 1868; *O Colombo – Semanário republicano*, Campanha (Minas Gerais), 1873; *O Colombo – Jornal litterario, noticioso e commercial*, Sorocaba (São Paulo), 1877; *O Colombo – Jornal instructivo e noticioso, publicado por uma associacao de alumnos do Collegio Rio-Mineiro*, Rio de Janeiro, 1892. Disponível em: <<http://www.bn.br>>. Acesso em: 4 nov. 2011.

imaginário republicano nacional: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (símbolo que, na época, já corporificava a tradição republicana brasileira) e Quintino Bocaiúva (o famoso redator do *Manifesto Republicano* de 1870).

Liberdade! Independência!...
Eis os brádos grandiosos
Que quaes raios luminosos
Fulgurarão lá nos Céus!..
Eis a magica — Odysséa
Que d'uns labios rebentando,
Foi o povo transformando,
Foi rompêndo os negros véus!..

[...]

Mas embóra, meus senhores
Se festeje a Liberdade,
A gentil Fraternidade
Não raiou de todo, não!..
E a patria dos Andradas
Dos — Abreu, Gonçalves Dias
Inda vê nuvens sombrias,
Vê no céu fatal bulcão!

Muito embóra Rio Branco,
Esse cerebro profundo
Que passou por entre o mundo,
Do Brasil como um Tupá!..
Muito embóra em catadúpas
Derramasse o verbo augusto,
Da nação no enorme busto
Inda a mancha existe, ha!..

E' preciso com esforço
Colossal, extranho, ingente
Ir o cancro, de repente
Esmagar que nos corróe!
E' preciso que essa Deusa,
A excélsa Liberdade,
Ráie emfim na Immensidade
Mais altiva como sóe!..

[...]

Somos filhos d'essa gléba
Magestósa aonde o genio
Como o astro do proscenio
Solta as azas, mui febril!
Somos filhos dessas tabas
Dos selvagens Tyarayús
E dos bronzeos Guaicurús...
Somos filhos do Brasil!...

Esperemos, tudo embóra!...
Pois que a sã locomotiva
Do progresso imagem viva
Não se fez á um sôpro não!...
Aguardêmos o momento
Das mais altas epopéias
Quando o gladio das ideias
Impunhar toda a nação!...

Esperêmos mais um pouco
Q'inda ha almas brasileiras
Que se lembrão, sobranceiras
Que é preciso progredir!..
Inda ha peitos valerósos
Que combatem descobertos
Por Florestas, por desertos
Mas c'os olhos no porvir!..

Inda ha lúcidas phalanges,
Lutadôres denodados
Que ser érguem transportados
Burilando a sã rasão!..
Inda ha quem se recorde
Do E'gregio Tiradentes
Que do sangue as gôttas quentes
Derramou pela nação!!..

.

Já nas margens do Ipyranga
Patrióticos accêntos
Vão alados como os ventos

Pelos páramos azues!!..
Vamos! vamos! – eia! exulta
Joven patria dos renomes...
... Vibra a lyra – Carlos Gomes...
... Bocahuva – espalha luz!!...²⁰³

O Segundo Reinado constituiu uma tradição político-intelectual própria. Um universo de valores e esquemas de justificação que dava sentido e racionalidade à estrutura de poder do Império, à sua organização hierárquica e à própria forma de governo. Aceito tacitamente por toda a elite política, esse “senso comum” passou a ser alvo de críticas cada vez mais sistemáticas a partir dos anos 1870. Articulando novos instrumentos intelectuais e ressignificando antigos elementos da própria tradição imperial, vários grupos, em diversas partes do país, começaram a por em cheque o consenso ideológico que fundamentava o *status quo* monárquico. Dentre esses núcleos de contestação, em Santa Catarina, encontrava-se aquele que passaria às crônicas literárias do século XX sob a denominação de “Guerrilha Literária Catarinense” – grupo formado em Desterro durante os anos de 1880 e que, ao qual, Cruz e Sousa seria frequentemente associado.²⁰⁴

²⁰³ SOUSA, João da Cruz e. Sete de Setembro. *A Regeneração*, Desterro, 10 set. 1882.

²⁰⁴ Sobre a relevância da “Guerrilha Literária Catarinense” na “formação mental” de João da Cruz e Sousa, escreve o memorialista Francisco Luiz da Gama Rosa: “Os inícios de sua formação mental derivam de excepcionais disposições naturais e de cuidados preliminares do erudito general Guilherme Xavier de Souza, de quem os pais de Cruz e Souza haviam sido escravos. / Era prezada ‘cria’, educada com muito mimo, pelo general e consorte. / Falecendo os protetores, Cruz e Souza ligou-se definitivamente a um grupo de jovens literatos catarinenses que na capital, procuravam fazer prevalecer as teorias darvinistas, os processos do realismo e as impetuosas composições poéticas de Guerra Junqueiro, todas as manifestações, em suma, da escola moderna. / Faziam parte desse grupo Virgílio Varzea, Santos Lostada, Araújo Figueiredo, Horácio de Carvalho, - com ramificações na cidade do Rio de Janeiro, representadas em Luiz Delfino e Oscar Rosas. / Sob a ação, intensa e entusiástica, desse ambiente intelectual, foi constituída integralmente a personalidade de Cruz e Sousa.” GAMA ROSA, Francisco Luiz da. Op. cit., 1914. p. 279-80.

A “Guerrilha Literária Catarinense” ou “Grupo da Idéia Nova”,²⁰⁵ da mesma maneira como os seus congêneres em outras partes do país, não representou uma ruptura completa com a tradição político-intelectual do Segundo Reinado.²⁰⁶ Sua produção literária expressava a articulação de elementos oriundos dos esquemas intelectuais disponíveis naquela conjuntura. Abrangia, portanto, não só elementos provenientes do pensamento europeu de fins dos Oitocentos, mas uma adaptação da própria experiência brasileira.

Assim, no que tange aos recursos mobilizados a partir do repertório europeu, percebe-se que muitas das noções, argumentos, palavras e, especialmente, referências e citações encontradas nos textos da “Guerrilha” são elementos retirados daquilo que, alguns autores, chamam de “política científica”.²⁰⁷ Em especial, as suas produções abundam em referências a escritores e políticos republicanos ligados à “Geração de Coimbra” (Oliveira Martins, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro) e à III República (Émile Zola, Louis Adolphe Thiers, Léon Gambetta), assim como a nomes ligados à ciência, política e filosofia alemã, inglesa e francesa da segunda metade do século XIX (sobretudo personalidades como Charles Darwin, Herbert Spencer, Emile Littré e Edward von Hartmann).

Escrevendo em 1907, Virgílio Varzea elencou alguns dos autores frequentemente evocados pelos integrantes da Guerrilha Literária. Atribuindo-se a si mesmo, e aos do seu círculo de amizades, o caráter de vanguarda cultural da Província, Varzea construiu uma longa lista de nomes que, segundo a sua própria interpretação, os escritores ligados aquele grupo teriam ajudado a introduzir no debate intelectual desterrense dos anos 1880.

²⁰⁵ BALLSTAEDT, Élio. A “Idéia Nova” de Cruz e Sousa e Virgílio Vársea. *Expediente Sul*: Revista do Círculo de Arte Moderna. Florianópolis, n. 23, p. 1-10, dez. 1954.

²⁰⁶ “Esquemas mentais absolutamente estranhos à tradição imperial não teriam gerado uma crítica suficientemente inteligível dela. Donde a penetração insignificante de autores socialistas, por exemplo”. ALONSO, Angela. Op. cit. p. 177.

²⁰⁷ De acordo com Angela Alonso, para o sociólogo Charles Hale: “‘Política científica’ designa a simplificação e conversão das principais descobertas da sociologia nascente em argumentos e princípios de orientação política”. Segundo a autora, o uso da *política científica* pelo movimento político-intelectual da geração 1870 teria sido um recurso de ruptura para com os esquemas conceituais legados pela tradição imperial. Ibidem. p. 238.

Então pequenos trechos de filosofia, de sociologia, de história, de crítica, de poesia e prosa literária de autores ingleses, alemães, franceses, italianos, russos e portugueses entraram a cantar e a brilhar por esse novo órgão do jornalismo catarinense, tudo isso ao lado de rápidos editoraes sobre todos os assumptos de interesse brasileiro geral ou provincial, de verso e prosa originaes da <<guerrilha>> produzia febrilmente no ardor do seu noviciado mental e da sua exuberante e esplendida mocidade. Os nomes celebres e gloriosos de Darwin, Spencer, Haeckel, Kant, Hegel, Schopenhauer, Dickens, Thackeray, Mommsen, Heine, Goethe, Schiller, Taine, Zola, Daudet, Flaubert, Balzac, Maupassant, Richepin, Banville, Baudelaire, Leconte de Lisle, Sully, Proudhomme, Coppée, Rollinat, Lombroso, De Amicis, Dante, Leopardi, Gogol, Dostoievski, Turguenieff, Oliveira Martins, Eça, Ramalho, Guerra Junqueiro e Anthero do Quental appareciam ahi frequentemente, num conjunto constellar. E os livros de cada um desses espiritos eram lidos, devorados sofregamente por esses cinco rapazes que tinham a aspiração altanada da Gloria – deliciosa illusão! – e ansiavam por um nome saliente no seio das letras patrias...²⁰⁸

Paralelamente ao apelo ao moderno repertório europeu, a Guerrilha Literária não deixou, contudo, de mobilizar recursos culturais advindos da própria tradição brasileira. Essa continuidade com a herança político-intelectual do Império se revela, por exemplo, no compartilhamento de certos ícones literários comuns ao romantismo. No caso, a figura de Castro Alves, adotado também por diversos outros grupos anti-*establishment* durante os anos da campanha abolicionista. Ou a de Victor Hugo, que jamais deixou de figurar entre os preferidos de muitos dos jovens ligados à “Idéia Nova” – especialmente Cruz e Sousa que sempre conservaria a sua admiração pelo escritor francês, sobretudo pela sua aura de liberal humanista e reformador social.

²⁰⁸ VARZEA, Virgílio. Impressões da Província (1882-1889): A “Tribuna Popular” e a Guerrilha Literária Catarinense. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 fev. 1907.

Victor Hugo foi mais do que um revolucionário, foi uma revolução.

A indomabilidade selvagem do seu organismo, os seus elementos de combate, a sua argúcia prompta e assombrosa no desenvolvimento das evoluções moraes e sociaes, deram um cunho phantastico na escalla extraordinaria dos seus assumptos verbalisados ou expostos em caracteres.

Esse operario do bem, esse bem do operario ou antes esse proprio bem que existiu pela sua animalidade quasi um seculo, concluiu as obras monumentaes de cem seculos.

Representou em oitenta e tres annos, uma porção de paixões, uma porção de lutas, um milhão de sentimentos.

Viveu a phase do homem e a phase do leão.

Bebeu inspirações maravilhosas, mergulhando a cabeça no infinito e trasendo-a ensopada em luz.

Vio quedas de reis e de estados, de usos, de costumes, atravessou os mares de todas as tempestades, viu morrer Gambetta, viu morrer Littré e Girardin, sentio as maiores vibrações e estremecimentos de triumpho, vio, em pé, no throno de seus livros, aureolado pelo arco iris da sua palavra douda, nervosa, desesperada, passar toda a enorme imponencia que pode admittir o pensamento e o olhar: Vio Paris, fartamente alegre e alegremente farta de glorias, ajoelhar-se, beijar, victoriar n'um bombardeamento de bravos, como um bombardeamento de auroras, o santo de Jersey, canonisado pelos sóes das intellectualidades universaes.²⁰⁹

Ao que parece de todos os integrantes da chamada “Guerrilha Literária”, Cruz e Sousa foi aquele que mais nitidamente explicitou as suas convicções políticas através do jornalismo e da literatura. De modos mais ou menos claros o seu republicanismo se expressou constantemente ao longo dos seus textos. Tanto em textos propriamente literários quanto jornalísticos é frequente encontrarmos, em meio às suas obras de

²⁰⁹ CRUZ E SOUSA, João da. Victor Hugo. *O Moléque*, Desterro, n. 25, 7 jun. 1885.

juventude, algum tipo de menção às suas preferências e convicções republicanas. Uma das exposições mais claras do seu antimonarquismo pode ser encontrada no editorial do jornal *O Moléque* de 19 de outubro de 1885. Transcrevendo a parte inicial de uma conferência abolicionista realizada no ano anterior, na redação da *Gazeta da Tarde* da Bahia, Cruz e Sousa iniciava a sua exposição chamando à sua audiência pelo significativo substantivo de “cidadãos”, palavra que, no vocabulário século XIX, se contrapunha ao termo “súdito” e compunha parte do léxico republicano da época. Nesse texto, depois de anunciar a necessidade de se empunhar “o archote incendiário das revoluções da idéia” no esforço de eliminação, pelo esclarecimento, daquilo que o autor identificava como uma espécie de escárnio histórico (no caso, a permanência da escravidão),²¹⁰ Cruz e Sousa advertia:

Basta de gargalhadas!

Este seculo, se tem rido muito, e se o riso é um caustico para a dôr physica, é um veneno para a dôr moral, e o sécl'o ri-se á porta da dor, ri-se como um Voltaire, ri-se como Polichinello.

O riso, cidadãos, torna-se a sinthese de todos os tempos.

Mas, ha occasiões, em que se observam as palavras da escriptura:

Quem com ferro fere, com ferro será ferido.

E então, o riso, esse riso secular que zombou da lagrima, levanta-se á favor della e a seu turno cancanêa, vinga-se tambem.

E' ahi que desaparecem na noite da historia os Carlos I e Luiz XVI, as Maria Antonieta e Rainha Isabel, *é ahi que desaparece o sc'eptro, para dar logar á republica, a unica forma de governo compativel com a dignidade humana, na phrase de Assis Brasil, no seu bello livro – Republica Federal.* [Grifos meus].²¹¹

A citação da obra *A República Federal*, de Assis Brasil, revela-nos algo dos referenciais culturais a partir dos quais Cruz e Sousa orientava a sua própria crítica ao *status quo* monárquico. Publicado pela primeira vez

²¹⁰ FERREIRA, Ligia Fonseca. Op. cit. p. 272.

²¹¹ CRUZ E SOUSA, João da. Abolicionismo. *O Moléque*, Desterro, n. 43, 19 out. 1885.

em 1881, o livro *A República Federal* foi uma das obras de propaganda republicana mais difundida, no Império, durante os anos 1880. Seu autor, o gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil era, então, um jovem estudante de Direito na Faculdade de São Paulo cujas obras teóricas figurariam entre as mais importantes produzidas dentre os chamados “federalistas científicos” da geração de 1870.²¹² Orador do Clube Republicano Acadêmico, Assis Brasil já havia publicado, em 1880, um opúsculo de inspiração positivista onde desenvolvia as noções de “oportunismo” e “revolução” conforme as acepções gerais expostas por Auguste Comte e Émile Littré.²¹³ No ano seguinte, no livro *A República Federal*, a sua principal argumentação giraria em torno da tese da “oportunidade da republica” no Brasil. Reforma que, segundo o autor, mais do que necessária, seria “urgente” e cuja aceitação imediata definiria, inclusive, as identidades políticas dos diferentes sujeitos históricos em disputa na arena dos anos 1880.²¹⁴

Hoje toda a questão se reduz simplesmente a isto:
¿Será a republica oportuna?

Ser republicano, no Brasil, quer dizer – considerar oportuna a republica. Ficam, portanto, excluídos certos indivíduos (felizmente em numero limitadíssimo) que, dizendo-se republicanos, não admittem a oportunidade da republica. Esses servem com os monarchistas, são monarchistas.

De facto, não há hoje outra linha divisoria entre nós e os monarchistas: nós queremos a republica desde já; elles querem protelar-lhe o advento.²¹⁵

A aceção “ampla” de republicanismo, sugerida por Assis Brasil, escapava a simples critérios de filiação e adesão político-partidária e, talvez, possa ter influenciado mesmo a percepção de Cruz e Sousa acerca da sua própria militância. A definição de “republicano” como todo indivíduo convencido da possibilidade, necessidade e urgência da

²¹² ALONSO, Angela. Op. cit. p. 222.

²¹³ SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. v. 4. p. 132.

²¹⁴ BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *A Republica Federal*. 2. ed. São Paulo: Typographia King, 1885. p. 80.

²¹⁵ Ibidem. p. 108-109.

substituição da forma monárquica de governo no Brasil pode, a meu ver, ter contribuído para a formação de uma identidade política desapegada de qualquer vínculo institucional ou adesão programática ao próprio Partido Republicano – instituição da qual, como veremos, Cruz e Sousa sempre se manteria distanciado e contra a qual direcionaria severas críticas no que diz respeito à questão abolicionista.

Mais entusiasta dos princípios gerais de “Liberdade”, “Igualdade” e “Fraternidade” (ou a “solene trilogia” como certa vez escreveu ao se referir à fórmula do liberalismo clássico)²¹⁶ do que propriamente adepto de qualquer programa político institucionalizado, em Cruz e Sousa o republicanismo foi mais uma postura intelectual derivada do sentimento da hostilidade ao regime monárquico – identificado por ele como “antidemocrático” (no sentido de “politicamente restritivo”, “aristocrático” ou “absolutista”) – do que, propriamente, uma adesão formal e programática a um partido institucionalizado. Nesse sentido, a sua defesa de uma idéia de república foi muito mais o resultado de uma opinião ético-política em abstrato do que propriamente de um apelo político-partidário concreto. Ter isso em mente, por sua vez, nos ajudará a entender, no próximo capítulo, a postura crítica, sustentada por Cruz e Sousa com relação ao Partido Republicano Catarinense.

2.4 O “estardecedor paradoxo”

Esquemas taineanos à parte pode-se dizer que João da Cruz e Sousa foi, na melhor acepção machadiana da expressão, “um homem do seu tempo e do seu país”.²¹⁷ Não só as suas opções estéticas, mas também as suas adesões ideológicas se fizeram a partir dos referenciais culturais e históricos próprios do seu contexto.

No capítulo anterior me propus a refletir sobre a natureza limítrofe da experiência histórica de Cruz e Sousa discutindo as suas origens de classe e a sua educação escolar enquanto projeto familiar de ascensão social. Neste capítulo, a minha intenção foi a de aprofundar alguns aspectos do debate acerca do suposto caráter “assimilacionista” atribuído à sua experiência. Mais precisamente, busquei problematizar alguns aspectos

²¹⁶ SOUSA, João da Cruz e. Dilema. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. p. 235.

²¹⁷ ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3. p. 804.

intrínsecos à sua relação com o chamado “saber letrado da cultura branca”²¹⁸ durante os anos iniciais da sua formação política e intelectual. Nesse sentido, a minha reflexão foi guiada por um pressuposto sugerido pela própria análise documental. No caso, a hipótese de que Cruz e Sousa tenha sido de fato um escritor profundamente identificado com as formas emergentes no interior de uma classe média urbana e ilustrada em ascensão no Brasil do final do século XIX. Meu esforço foi entender, portanto, como e em que medida Cruz e Sousa teria compartilhado e ajudado a plasmar o universo simbólico que orientava o esforço de crítica e contestação à cultura hegemônica do Segundo Reinado. Em suma, como Cruz e Sousa teria reproduzido e ajudado a elaborar os principais valores, idéias e sentimentos formulados no interior da “formação cultural” que, hoje, nós chamamos de “geração de 1870”.

Posto em outros termos, o que busquei nesta parte do meu trabalho foi religar algumas das expressões do pensamento do jovem escritor Cruz e Sousa às polêmicas e contradições da sua contemporaneidade. Algo que realizei, inserindo-o no interior do movimento de contestação ao *establishment* imperial. Ou seja, situando-o no seu próprio contexto cultural, político e ideológico.

* * *

No ensaio *Espelho contra espelho*, Zahidé Lupinacci Muzart questiona a possibilidade de superar-se definitivamente o debate sobre a cor no interior dos estudos relativos à obra de João da Cruz e Sousa. Cética com relação à viabilidade desse tipo de abordagem, ela acredita mesmo ser “impossível estudá-lo sem levar isso em conta”. Segundo a crítica literária: “É estarrecedor o paradoxo entre as idéias dominantes nas últimas décadas do século XIX e a vida e a obra de Cruz e Sousa. E é esse paradoxo que o fez ser o que foi”.²¹⁹

Concordo com essa afirmação. A relação entre as origens sociais, identificação racial e a cultura hegemônica na sua época são, de fato, um dos elementos definidores da experiência biográfica e intelectual de João da Cruz e Sousa. Acredito, contudo que mais do que instituir um

²¹⁸ SILVA, Martiniano José da. Op. cit. p. 67.

²¹⁹ MUZART, Zahidé Lupinacci. *Espelho contra espelho*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/espelho-contra-espelho>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

“paradoxo” entre o seu tempo, a sua vida e a sua obra, essa relação faça do sujeito, em si, a expressão de uma contradição.

O indivíduo Cruz e Sousa, assim como a maioria dos intelectuais negros e mulatos que integraram a chamada “geração de 1870”, foi nele mesmo um paradoxo. A manifestação concreta de uma discrepância. O conflito, materializado numa experiência individual, entre aquilo o que de fato éramos, enquanto sociedade, e aquilo ao que aspirávamos nos tornar.

João da Cruz e Sousa, homem livre e pobre, filho de ex-escravos, elemento de segunda classe numa sociedade assentada historicamente na exploração colonial do trabalhador africano escravizado, olhou para a Europa “evoluída” e a viu como um horizonte a ser alcançado. Viveu autenticamente a quimera da sua geração intelectual. Sonhou com a modernização das estruturas da nação e a elevação do nível cultural e material do seu povo. Aspirou ao ideal liberal de uma sociedade aberta, livre e meritocrática, onde houvesse cidadãos, ao invés de súditos, onde os homens fossem avaliados pelos seus talentos e virtudes, onde houvesse prêmios ao invés de privilégios. Projetou uma cultura elevada aos patamares do tempo, livre do obscurantismo, dogmas, preconceitos e ignorância. Vislumbrou o futuro com otimismo e esforçou-se, enquanto homem de letras, para contribuir na sua edificação. Projetou, talvez, a sua felicidade individual para o tempo que viria. Um tempo marcado pela concretização das reformas e pela “regeneração” social brasileira. O tempo que, em tese, se seguiria à Abolição, à República e à difusão do esclarecimento científico. O tempo em que sua origem de classe, ou a cor da sua pele, não fossem mais fatores determinantes do seu lugar no mundo.

Ironicamente os pressupostos que orientavam os seus anseios de emancipação, no presente, eram os mesmos que o manteriam condenado, no futuro. A filosofia liberal e o modelo científico que embasavam a crítica de boa parte da geração de 1870 ao Império aprofundavam o processo de racialização do debate em torno da viabilidade de uma “nação brasileira”. O conjunto de novos significados e valores que emergiam da experiência da sua geração ofereceriam os direcionamentos político-intelectuais que ajudariam a manter – agora sob a legitimação de uma linguagem pretensamente científica –, para além da Abolição e da República, a naturalização das hierarquias e desigualdades sociais herdadas do nosso passado colonial e escravagista.²²⁰ Um caminho que representaria em suas

²²⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit.; SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

consequências práticas a própria danação pessoal e obstáculo à realização profissional do homem e escritor Cruz e Sousa.

3 COMO VENDO AOS BRANCOS

Neste momento, do alto desta tribuna, onde se tem derramado em ondas de inspiração, o verbo vigoroso e maculo de diversos outros oradores, eu vou tentar vibrar nas vossas almas cidadãos, no fundo de vossos corações, brasileiros, os grandes sentimentos emanados da abolição; eu vou appellar pára vossas mães, para vossos filhos, para vossas esposas.

CRUZ E SOUSA,
Abolicionismo, 1885.

A propaganda abolicionista com effeito não se dirige aos escravos.

JOAQUIM NABUCO,
O abolicionismo, 1883.

No início do ano de 1885, não restavam muitas opções a Cruz e Sousa que não fosse o regresso a Desterro. Dissolvida a empresa teatral na qual trabalhou por quase dois anos, sem recursos para manter-se de forma autônoma na Corte, o jovem, contando agora 23 anos de idade, via-se obrigado a voltar à casa dos pais e a repensar os seus planos mais imediatos. O objetivo de se tornar um “homem de letras”, um “escritor”, no entanto, havia se enraizado em seu espírito e vontade. Ninguém passa incólume por certas experiências de vida, e, para Cruz e Sousa, os anos nas estradas, as passagens por alguns dos maiores centros urbanos do país, o contato com outros meios culturais e as novas amizades haviam-no também amadurecido e transformado. Já não era mais aquele rapazinho deslumbrado com as próprias aptidões e desejoso de impressionar os doutos da província com os seus versos de ocasião. Era agora um homem de convicções firmes, melhor consciente do seu próprio valor intelectual e, sobretudo, disposto a empregar as suas habilidades na defesa pública dos seus ideais e posicionamentos.

O desenvolvimento de uma maior sensibilidade frente aos “grandes temas” da sua época, bem como o aprofundamento de uma postura combativa e manifestadamente crítica com relação à monarquia e escravidão, foram, muito provavelmente, algumas das mudanças pessoais ocorridas ao longo das suas experiências de viagem. Sabe-se, por exemplo,

que em suas andanças pelas províncias, durante os anos de 1883 e 1884, Cruz e Sousa esteve em contato com alguns dos núcleos mais radicais do abolicionismo brasileiro. Nesse tempo, o jovem escritor testemunhou manifestações; ouviu e proferiu conferências; participou de *matinées* e *meetings*; foi apresentado a um grande número de artistas, políticos e jornalistas engajados em campanhas e mobilizações. Em trânsito permanente por algumas das capitais mais urbanizadas do Império, Cruz e Sousa pôde, também, ter acesso e ler uma série de periódicos, livros, panfletos e manifestos de diferentes grupos identificados com as mais diversas correntes de pensamento e projetos sociais.²²¹ Em suma, como secretário da Companhia Teatral Julieta dos Santos e “braço direito” de Francisco Moreira de Vasconcellos, Cruz e Sousa pôde enriquecer o seu repertório cultural e aprofundar o seu arcabouço de referências político-intelectuais. Algo que, como vimos no capítulo anterior, foi essencial para alinhá-lo, enquanto intelectual, ao movimento de crítica e contestação ao *establishment* do Segundo Reinado.

Uma das expressões mais visíveis dessa provável mudança interior é a sua produção jornalística com datação posterior a 1885. De volta a Desterro em abril desse ano, logo o jovem se envolveria, cada vez mais intensamente, com trabalhos na imprensa local. Essa sua atuação, contudo, não se limitaria às simples colaborações junto às sessões literárias dos principais periódicos da cidade, mas adquiriria dimensões bem mais significativas. Já a partir de maio, Cruz e Sousa se tornou o redator-chefe do jornal *O Moléque* (um semanário crítico similar a algumas folhas ilustradas em circulação na Corte²²²) e, pelo menos durante seis meses, teria espaço não só para exercer com alguma visibilidade as suas atividades como literato, mas, sobretudo, como publicista. Exemplares dessa nova fase são alguns dos seus editoriais – textos preciosos, sobretudo, pela clareza com que o autor se posiciona frente às principais questões sociais da sua época e, em especial, nos debates em torno da escravidão e do abolicionismo.

Num desses editoriais, Cruz e Sousa abordava, por exemplo, a aprovação pela Assembléia Nacional da Lei n.º 3.270, também conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe. Promulgada a 28 de

²²¹ MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Op. cit. p. 35-41; MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Op. cit., 1975. p. 24-65; ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008. p. 60-108.

²²² MUZART, Zahidé Lupinacci. *O Moleque, um pasquim do século XIX. Ô Catarina!*, Florianópolis, n. 28, p. 14, mar.-abr. 1998.

setembro de 1885, a legislação previa a libertação dos escravos com idade superior a sessenta anos. Considerada, no entanto, como um retrocesso com relação ao debate parlamentar acerca do fim da escravidão no Brasil, a nova lei foi recebida com hostilidade pelos abolicionistas²²³ – entre eles, o editor de *O Moléque*, que a definiria como sendo uma “lei de fancaria”, isto é, mal-acabada, grosseira e risível. Intitulado “Abolicionismo” o editorial era complementado, ainda, pela transcrição de parte de uma conferência proferida por Cruz e Sousa, em 1884, na Bahia, por ocasião dos festejos em comemoração à libertação dos escravos na Província do Ceará.

A escravatura, escrevia o <<Correio Brasiliense>> em Londres, é um mal para o individuo que soffre e para o estado onde ella se admite, lemos no <<*Brazil e a Inglaterra ou o Trafico dos Africanos*.

No intuito de esboroar, derruir a montanha negra da escravidão no Brazil, ergueram-se em toda a parte apostolos decididos, patriotas sinceros que pregam o avançamento da luz redemptora, isto è, a abolição completa.

O Ceará que foi o berço da litteratura por que deo Alencar, quis tambem ser a cabeça libertadora da raça escrava deste paiz, e, á golpes de direito e a vergastadas de clarões, conseguiu este Alleluia supremo:

Não ha mais escravo no Ceará.

Não obstante o desenvolvimento gradual, acessivo da grande ideia da democracia sociocrata que prepara os homens, fal-os cidadãos para o trabalho moderno, educado por uma philosophia mais Spenceriana, mais na rasão do seculo evolucionador, apparece a lei do Sr. Saraiva, desmentindo todo o brio patriotico, toda a dignidade civica da nação do Sr. Pedro Segundo.

Uma lei de fancaria, essa; uma lei que escravisa os escravos e documenta com a morte, a liberdade dos mais velhos.

²²³ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 255-278.

Uma lei que faria rir o proprio Voltaire n'uma
d'aquellas suas explosões tremendas de ironia
phantastica e diabolica.²²⁴

Cruz e Sousa viveu os anos finais da luta pela abolição de uma maneira intensa e apaixonada. Para tanto, valeu-se das armas que melhor esgrimia: a pena e a palavra. Seus textos abolicionistas, contudo, revelam-nos muito mais do que o simples interesse de um homem pelos “grandes temas” da sua época. Para além de documentarem os sentimentos e as opiniões de um individuo em particular seus poemas, contos e artigos testemunham, também, toda uma visão de mundo historicamente determinada e socialmente construída. Constituem vestígios, traços, marcas do seu tempo. Devem ser lidos, portanto, levando-se em conta as particularidades do seu próprio contexto de produção. Tal abordagem, por sua vez, nos afasta de uma perspectiva que vê na militância abolicionista de Cruz e Sousa a expressão concreta de uma “negritude” essencial, a confirmação da sua suposta “conscientização racial” aos moldes de alguns movimentos sociais contemporâneos.

Cruz e Sousa foi um “homem de cor”, pobre, filho de libertos, elemento de segunda classe numa sociedade assentada historicamente na exploração da mão-de-obra africana escravizada. Não obstante, além disso, Cruz e Sousa foi também um “homem de letras”, um intelectual típico da sua geração. Tudo isso o torna, portanto, uma figura especialmente interessante enquanto militante abolicionista. Uma figura, aliás, interessante porque complexa, múltipla e contraditória. Neste capítulo buscarei explorar essa complexidade. Mais do que verificar ou descrever a existência de uma determinada postura política expressa ao longo da sua trajetória biográfica relacionando-a com as nossas próprias expectativas e interesses, o que eu pretendo, aqui, é compreender a especificidade histórica dessa expressão. Matizar a figura do “Cruz e Sousa, abolicionista” relacionando-a com o seu próprio tempo. Demonstrar, em suma, o anacronismo, o equivoco, o absurdo da visão que exige de Cruz e Sousa – um homem do Brasil do final do século XIX – atitudes, posturas e interesses típicos da nossa própria época.

3.1 Um emparedado na “Torre de Marfim”?

²²⁴ CRUZ E SOUSA, João da. Abolicionismo. *O Moléque*, Desterro, n. 43, 19 out. 1885.

Objeto de uma crítica impressionista ou sociológica de viés naturalista, as primeiras décadas da fortuna crítica de Cruz e Sousa pouco se interessaram pelo conteúdo político da sua obra. Mais preocupados em exprimir a sua visão pessoal acerca dos textos literários ou em explicar os supostos fundamentos etnológicos e mesológicos da sua poesia,²²⁵ os críticos do final do século XIX e primeiras décadas do século XX não tomaram o significado social ou histórico da obra de Cruz e Sousa como um critério relevante de valorização ou um problema a ser exaustivamente destacado. Nesse contexto, a questão do compromisso individual do escritor com a abolição ou da aparente ausência de uma condenação explícita da escravidão passava como um assunto marginal, secundário no esforço de apreciação crítica da sua produção.

Um dos estudos precursores a mencionar a relação de Cruz e Sousa com o movimento abolicionista apareceu na primeira edição das suas *Obras Completas*. Publicada em 1923, pelo Anuario do Brasil, a antologia havia sido organizada por Nestor Victor e marcava a passagem dos vinte e cinco anos de morte do autor catarinense. Na sua "Introdução", um ensaio biobibliográfico de mais de cinquenta páginas, Nestor Victor baseava-se não só nas suas próprias memórias, mas, também, nos testemunhos de outro companheiro do escritor homenageado: o amigo de juventude Virgílio Varzea. Buscando reapresentá-lo às novas gerações de leitores como um dos maiores poetas brasileiros do final do século XIX, a certa altura, Nestor Victor faz as seguintes observações acerca da personalidade de Cruz e Sousa:

<<Tinha grande paixão pelas idéas humanitarias, e serviu-as sempre como um fanatico, sem se poupar a sacrificios, na tribuna, em praça publica e principalmente no jornalismo>>. Elle e Virgilio Varzea é que iniciaram o primeiro movimento abolicionista em sua terra. Tudo isto ainda segundo informações deste ultimo.²²⁶

²²⁵ SACHET, Celestino. O "inditoso Cruz e Sousa" de Silvio Romero e o "malogrado poeta negro" de José Verissimo. *Travessia*. Florianópolis, n. 26, p. 59-72, 1993.

²²⁶ VICTOR, Nestor. Introdução. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923. p. v. 1. p. 10.

A afirmação de que Cruz e Sousa teria atuado intensamente na campanha abolicionista em Desterro, contudo, não encontrava confirmação no próprio livro. Dos textos publicados nos dois volumes das *Obras Completas*, em nenhum se verificava a existência de qualquer passagem onde os temas da abolição ou do escravismo fossem, de fato, explicitados. Como resultado, o aparente desinteresse de Cruz e Sousa em tratar literariamente algumas das questões sociais mais importantes da sua época produziria, ao longo do tempo, um crescente mal-estar em torno da sua obra.

Esse desconforto, no entanto, não surgiu do “silêncio” da obra em si. Resposta a uma alteração no próprio campo literário, bem como das mudanças mais amplas ocorridas na sociedade brasileira durante o entre guerras, a cobrança de certo “engajamento” começou a pesar na apreciação dos textos de Cruz e Sousa como o desdobramento de uma série de mudanças inerentes ao contexto histórico no qual essas críticas eram produzidas. No final da primeira metade do século XX, com o desenvolvimento de correntes estéticas cada vez mais preocupadas com a finalidade social do trabalho literário, a ausência dos temas ligados à escravidão tornou-se um problema a ser considerado na obra do chamado “Poeta Negro”. Nesse novo contexto, vinte anos depois da publicação de *Obras Completas*, nem mesmo a autoridade de Nestor Victor – legatário dos manuscritos inéditos de Cruz e Sousa – bastaria para conter as suspeitas de “alienação” que passaram a estigmatizar o escritor catarinense. Sintomática do clima de desconfiança que nessa época passou a caracterizar a atitude de uma parte considerável da crítica foi a publicação do ensaio “Cruz e Sousa ou o Carrasco de si Mesmo”, de Fernando Ferreira de Góes. Publicado em 1943, ano em que esse mesmo autor organizava a nova edição das *Obras* de Cruz e Sousa, o texto problematizava algumas das afirmações realizadas por Nestor Victor em 1923.

Receio bastante que o reaparecimento de Cruz e Sousa, nestes dias tormentosos de guerra, venha acarretar para ele um número grande de críticas acerbas, ao mesmo tempo que uma nuvem densa e forte de incompreensões. Nuvem tão forte e tão densa como aquela que, quando da sua estréia, em 1893, procurou-lhe toldar a obra. E esse receio vem de que os versos de Cruz e Sousa não sintonizam, absolutamente, com a hora, com o momento.

Bem sei que a poesia verdadeira, a poesia que se preza, não tem momentos, nem hora. É de todos os instantes, de sempre. Mas o que eu quero dizer é que Cruz e Sousa não cantou, em seus poemas, nenhuma daqueles temas que fizeram de Castro Alves um poeta tão amado, o nosso poeta social. Não cantou e, antes, conservou-se sempre com um desprezo, um ar distante nada simpático, longe daquilo que há muito tem feito não só a glória dos conquistadores, mas a dos poetas também – a luta. Nesse sentido, vendo em Cruz e Sousa um *abstencionista*, um legítimo *habitante da torre de marfim*, que punha a arte acima da humanidade, nesse sentido é que o reaparecimento dele, nestes dias de trágicos sacrifícios, me inquieta por demais. [Grifos meus]²²⁷

A inquietação expressa por Fernando Góes não era injustificada naqueles tempos. A ascensão dos regimes de extrema-direita na Europa, a experiência viva da Segunda Guerra Mundial e o recente ingresso do Brasil no conflito tornava o clima intelectual de fato hostil para a recepção de autores tão marcadamente “subjettivistas” quanto era considerado Cruz e Sousa à época. Estávamos em 1943 e a idéia de expressão literária como forma de compromisso com o mundo tornava-se cada vez mais evidenciada por pensadores influentes tais como Jean-Paul Sartre e Bertold Brecht. Era o auge da noção de “literatura engajada”,²²⁸ princípio que elevaria o sentido político de uma obra ao patamar de critério de avaliação estética.²²⁹ Diante desse tipo de interesse, atenção e cobrança, Fernando Góes era levado a formular alguns questionamentos:

[...] Nestor Vítor afirma que, com Virgílio Várzea, Cruz e Sousa foi quem iniciou o movimento abolicionista no Desterro. Mas essa afirmativa não aduz prova alguma. [...] Curioso, no entanto, que

²²⁷ GÓES, Fernando. Cruz e Sousa ou o carrasco de si mesmo. In: COUTINHO, Afrânio. (Org.). *Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979. p. 322.

²²⁸ OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 435.

²²⁹ DEL PINO, Dino. *Introdução ao estudo da literatura*. Porto Alegre: Movimento, 1972. p. 29-31.

sendo voz geral, em todos os que escrevem sobre Cruz e Sousa, a afirmação de que ele combateu pela extinção do cativeiro, nenhum crítico tenha documentado tão importante fato. Ainda mais que nas obras publicadas de Cruz e Sousa, os dois livros de prosa e os três de poesia (não estou incluindo *Tropos e Fantasias*), não existe uma linha que demonstre ter ele participado da luta abolicionista. E o *Missal*, publicado em 93, encerra muitas composições escritas ainda na província, naqueles anos em que em todo o Brasil a campanha contra o escravismo ia acesa. Como, entretanto, de Cruz e Sousa não se coligiu ainda tudo o que ele deixou esparso em jornais ou revistas, e principalmente nada se conhece do seu epistolário, esse é um ponto que, felizmente, ainda não é um ponto morto.²³⁰

No mais, além de cristalizar algumas incertezas com relação à biografia de Cruz e Sousa, o ano de 1943 representou também um ponto de inflexão na sua fortuna crítica. É desse ano a primeira edição do livro *A Poesia Afro-Brasileira*, de Roger Bastide. Nessa obra, entre outros textos, o sociólogo francês apresenta ao público um ensaio intitulado “Quatro estudos sobre Cruz e Sousa”. A despeito da sua densidade e extensão, esse ensaio tornou-se célebre, basicamente, por duas grandes contribuições: a primeira, por equiparar Cruz e Sousa aos maiores expoentes da poesia simbolista européia²³¹ e, em segundo, por propor, pela primeira vez, a tese

²³⁰ GÓES, Fernando. Op. cit., 1979. p. 331.

²³¹ Segundo o crítico, o francês Stéphane Mallarmé, o alemão Stefan George e Cruz e Sousa comporiam uma “grande tríade harmoniosa”. BASTIDE, Roger. Quatro estudos sobre Cruz e Sousa. In: COUTINHO, Afrânio. (Org.). *Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979. p. 187. É interessante observar que, segundo Antonio Candido, décadas depois de publicar essa avaliação crítica acerca da obra simbolista de Cruz e Sousa, Bastide teria revisto a sua opinião no que diz respeito à comparação com Mallarmé e Stefan George. Sobre isso, relata Antonio Candido: “[...] certa vez discordei respeitosamente da sua avaliação a meu ver favorável demais de Cruz e Sousa, situado por ele no mesmo nível de Mallarmé e Stefan George num artigo famoso, recolhido depois no livro *Poesia Afro-brasileira*, que meu deu com a seguinte dedicatória: ‘A Antonio Candido, esperando que não fique com muita raiva de Cruz e Sousa’. Mas cerca de vinte anos depois me disse: ‘Você tinha razão quanto a Cruz e Sousa’...” CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: BASTIDE, Roger. *Poetas* 144

da “nostalgia do branco”. Transformada em verdadeiro paradigma interpretativo ao longo da fortuna crítica posterior a 1943, em linhas gerais, a tese da “nostalgia do branco” pode ser reduzida à seguinte assertiva: Cruz e Sousa aderiu ao simbolismo – um modelo estético essencialmente “nórdico” e “aristocrático”, segundo Bastide – como uma maneira de “ocultar as suas origens, de subir racialmente, de passar, ao menos em espírito, a linha de cor”.²³² O impacto dessas duas ideias (“tríade harmoniosa” e “nostalgia do branco”) foi, por sua vez, tremendo para os estudos referentes ao movimento simbolista no Brasil. Por um lado a interpretação de Bastide ajudou a cristalizar a posição de Cruz e Sousa no interior do cânone oficial e a dar visibilidade internacional à sua obra, mas, por outro, ratificou e deu legitimidade a uma visão estigmatizante acerca da sua biografia e produção literária. Nesse sentido, se em “Quatro Estudos”, Bastide concedeu dignidade “universal” à obra de Cruz e Sousa, nesse mesmo trabalho o sociólogo também contribuiu para perpetuar a imagem do poeta como “o negro da alma branca”. Uma marca que, independentemente dos julgamentos estéticos, orientou diversas gerações de leitores, críticos e biógrafos.²³³

O rótulo de “abstencionista”, sugerido por Fernando Góes, no entanto, motivaria alguns pesquisadores a rever a totalidade da produção de Cruz e Sousa. Em 1945, dois anos após a publicação do “O Carrasco de si Mesmo”, a Imprensa Nacional publicava o livro *Obras Poéticas*, a terceira edição das poesias completas de Cruz e Sousa. Organizada pelo crítico Andrade Muricy, *Obras Poéticas* possuía um importante diferencial frente às edições anteriores: trazia trinta e dois textos inéditos e outros trinta e cinco dispersos desconhecidos do grande público. A novidade, por sua vez, constituiria um acréscimo importante que ajudaria a reorientar o debate em torno da temática social na obra de Cruz e Sousa.

do Brasil. São Paulo, Edusp; Duas Cidades, 1997. p. 13. Curiosamente essa informação ou é omitida ou é ignorada pela maior parte dos críticos contemporâneos.

²³² BASTIDE, Roger. Op. cit., 1979. p. 159.

²³³ A incrustação dessas ideias se tornou tão onipresente no meio da crítica literária que até mesmo o poeta Paulo Leminski, um profundo admirador da obra e cultuador declarado da personalidade de Cruz e Sousa, escreveria, no início dos anos 1980: “Cruz e Sousa não viu os orixás se movendo em torno. Nem os exus, nas encruzilhadas. / No palácio do seu corpo negro, o fantasma de uma alma branca.” LEMINSKI, Paulo. *Cruz e Sousa: o negro branco*. São Paulo: Brasiliense, s.d. p. 30.

Assumindo uma postura simpática a Cruz e Sousa, em *Obras Poéticas* Andrade Muricy iniciava a sua “defesa” do poeta já nas primeiras páginas do livro. Numa síntese biográfica, texto que abria o primeiro volume da antologia, o crítico endossava as afirmações de Virgílio Varzea e Nestor Victor e reafirmava a participação de Cruz e Sousa no movimento abolicionista desterrense. Um argumento que, aliás, Muricy defendia partindo de uma imprecisão factual. No caso, a crença de que Cruz e Sousa houvesse nascido sob cativo (uma confusão bastante difundida entre os estudiosos na época).²³⁴

No entanto, paralelamente a essa tentativa de fixação de certa memória biográfica, a contribuição mais substancial de Muricy ao debate em torno da “questão social” na obra de Cruz e Sousa se encontrava no segundo volume de *Obras Poéticas*. Parcialmente dedicado à publicação de manuscritos inéditos e textos exumados de periódicos do século XIX, o volume trazia duas composições de temática explicitamente antiescravagistas: *Crianças negras* e *Titãs negros*.²³⁵ Começava, assim, o período de “resgates” dos textos de juventude de Cruz e Sousa, e, com isso, de novas avaliações, mais consistentes e documentadas, sobre a sua vida e obra.

A despeito dos primeiros esforços de Andrade Muricy, a questão do suposto “abstencionismo” de Cruz e Sousa, no entanto, ainda permaneceria em suspenso durante muitos anos depois da publicação de *Obras Poéticas*. A escassez documental acerca do seu presumido passado abolicionista era uma lacuna que mantinha as especulações as mais diversas em torno desse tema. A polêmica, no entanto, ganharia outros rumos com uma nova edição da sua *Obra Completa* (cuja organização, realizada em 1961, mais uma vez, havia ficado a cargo de Andrade Muricy). Reunindo um considerável número de textos dispersos e inéditos, Muricy agora intentava provar definitivamente a existência de uma temática de conteúdo social no conjunto da obra de Cruz e Sousa. Segundo o organizador, essa edição comemorativa da *Obra Completa* (referente ao centenário de nascimento do escritor) favorecia o “reexame da personalidade do poeta como homem

²³⁴ Segundo Muricy, Cruz e Sousa, nasceu “legalmente escravo. Assim, foi legítimo que tivesse sido, ao lado de Virgílio Várzea, propugnador apaixonado do Abolicionismo”. MURICY, Andrade. Biografia. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Obras Poéticas*: Broquéis e Faróis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. 1. p. viii.

²³⁵ CRUZ E SOUSA, João da. *Obras Poéticas*: Últimos Sonetos, Inéditos e Dispersos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. 2. p. 108; 136.

e como artista”, esclarecendo, entre outras coisas, problemas referentes “à sua participação, até agora frequentemente negada, no Abolicionismo”.²³⁶ Assim, como que para dar ênfase ao assunto, Muricy, no seu estudo introdutório, elencava nominalmente todos os textos que, de um modo ou de outro, abordavam o tema da escravidão.

NESTA Edição do Centenário estão incorporadas páginas abolicionistas do poeta catarinense, duas delas já anteriormente publicadas em livro: “O Padre”, prosa em *Tropos e Fantasias* (1885); “Crianças Negras”, poema então inédito, foi por mim inserido na edição de 1945, do Instituto Nacional do Livro, das *Obras Poéticas*. As demais que pude reunir: 4 sonetos (“25 de Março”, “Escravocratas”, “Dilema”, “Auréola Equatorial”); 4 poemas (“Na Senzala. . .”, “Grito de Guerra”, “Entre Luz e Sombra”, “Sete de Setembro”) e duas prosas (“Dor Negra” e “Consciência Tranqüila”) e ainda a primeira parte de uma conferência, feita na Bahia (“Abolicionismo”. Passam a documentar, em definitivo, a presença do Cisne Negro, como também era chamado, na refregas antiescravistas.²³⁷

Mil novecentos e sessenta e um, o “ano do centenário”, marcou uma fase de revisões em torno da biografia do escritor catarinense. Nesse mesmo período, também foi lançada a primeira edição de *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*, de Raimundo Magalhães Júnior. Nesse livro, um extenso e muito bem documentado ensaio biográfico, Raimundo Magalhães trazia a público um grande número de textos, desconhecidos ou inéditos, referentes à juventude e ao passado abolicionista de Cruz e Sousa. Um deles, o poema *Ao Decênio de Castro Alves*, constitui, inclusive, um dos primeiros registros da influência do condoreirismo na sua formação literária.²³⁸ No mais, além desse texto, alguns dos outros documentos resgatados pelo

²³⁶ MURICY, Andrade. Atualidade de Cruz e Sousa. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1961. p. 23.

²³⁷ MURICY, Andrade. Op. cit., 1961. p. 29. Curiosamente, nessa relação, Muricy deixa de mencionar o poema *Titãs negros*. Um dos dois textos abolicionistas apresentados na edição de 1945 das *Obras Poéticas* e que também estaria presente na edição de 1961 das *Obras Completas*.

²³⁸ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Op. cit., 1975. p. 20-22.

biógrafo foram a carta de Cruz e Sousa à Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro²³⁹ e o trecho de um soneto antiescravista intitulado *Aleluia!*.²⁴⁰

Apesar dos esforços de autores como Andrade Muricy e Raimundo Magalhães, contudo, a temática social e a dimensão política da biografia de Cruz e Sousa não vieram a se constituir como um ponto pacífico. Entre os anos 1970 e 1980, com o surgimento dos “novos movimentos sociais” e a influência do multiculturalismo no interior dos departamentos de letras das universidades brasileiras, a vida e a obra de Cruz e Sousa passaria a ser um objeto de discussão privilegiado nos debates relacionados à chamada “literatura étnica” no Brasil. Nessa época, contudo, a sua obra já havia sido plenamente incorporada ao cânone e Cruz e Sousa se convertido num dos principais nomes da nossa história literária oficial. Do mesmo modo, a interpretação de Roger Bastide baseada na tese da “nostalgia do branco”, havia se cristalizado como a interpretação hegemônica acerca da sua obra. Como resultado, o surgimento de novos dados relativos à sua vida, bem como uma percepção mais ampla do conjunto da sua produção não seria suficiente para afastarem-lhe certos rótulos. Aliada à velha suspeita de “alienação política”, fundamentada nos poucos registros da sua militância abolicionista, associava-se, agora, a crença no suposto “recalque racial” e “cooptação ideológica” da sua literatura. Segundo essa perspectiva, o poeta catarinense não só teria tido uma participação mínima na luta contra a escravidão como, também, rejeitado a sua “identidade racial”, negado, por meio da sua obra, as suas próprias “origens étnicas”. Duas avaliações que, por sua vez, não só questionavam a posição de Cruz e Sousa enquanto legítimo representante de uma estética especificamente “afro” na poesia brasileira do século XIX, mas que, sobretudo, relativizavam o seu lugar no panteão dedicado aos heróis culturais do movimento negro.²⁴¹

²³⁹ Ibidem. p. 116-117.

²⁴⁰ Ibidem. p. 56.

²⁴¹ Sobre a suspeição de “apolítico” na qual Cruz e Sousa caíra entre os anos 1970 e 1980 no interior do Movimento Negro, o jornalista e ex-militante Uelinton Farias Alves nos informa: “Quanto ao Movimento Negro propriamente dito – estive militando nele durante certo tempo de minha vida, mas como jornalista, fica dito – ouvi muitas coisas, algumas publicadas em jornais efêmeros, que não sei mais onde estão. Mas – asseguro-te – esta era uma visão do MN [Movimento Negro], não só do Rio [de Janeiro], mas de boa parte do país.” ALVES, Uelinton Farias. *Re: Cruz e Sousa – fortuna crítica* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luiz_alberto82@yahoo.com.br> em 29 ago. 2010.

Exemplar desse momento da sua fortuna crítica são os comentários de Domício Proença Filho acerca da contribuição de Cruz e Sousa à causa negra. No ensaio “A participação da literatura no processo abolicionista”, após analisar uma série de autores que, com maior ou menor evidência, teriam colocado a sua arte a serviço da propaganda pela libertação dos escravos, o crítico avaliava o caso de Cruz e Sousa. Nele, o poeta não só era apresentado como um homem complexado, dotado de uma “visão negativa” com relação a sua própria cor, mas, sobretudo durante a sua fase madura, como um escritor despolitizado, recolhido na sua própria subjetividade, indiferente às contradições e conflitos do mundo exterior.

Singular é o caso de Cruz e Sousa, o mais representativo poeta do Simbolismo brasileiro. Negro, filho de escravos alforriados, com nome, sobrenome e educação esmerada pelos senhores de seus pais, tendo sofrido amargamente a violência do preconceito [...], deixa entrever na sua obra, as marcas do conflito em que se dilacerava, dividido entre sua etnia e a ânsia de branquidade. [...] Filho dessa África que ele chama [...] de “gemente, criação dolorosa e sanguinolenta de Satãs rebelados”, “grotesca e triste, melancólica, gênese assombrosa de gemidos”, “África de Suplícios, sobre cuja cabeça nirvanizada pelo desprezo do mundo Deus arrojou toda a peste letal e tenebrosa das maldições eternas” ele procura a saída na evasão, no deixar-se “para sempre perdidamente alucinado e emparedado” dentro do seu Sonho.

E na sua poesia, essa visão negativa se corrobora, sobretudo quando associa à cor branca as qualidades do Ideal e à cor negra os mesmos aspectos dolorosos e viciosos que atribui à África de origem. [...] *Nesse espaço, não figura qualquer assunção da problemática do escravo e da necessidade de sua emancipação.* [Grifos meus]²⁴²

Publicado em 1988, mesmo ano em que se comemorava o centenário da abolição, a crítica de Domício Proença Filho, no entanto, é

²⁴² PROENÇA FILHO, Domício. A participação da literatura no processo abolicionista. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan.-jun. 1988. p. 24-26.

contemporânea ao início de um esforço interpretativo que ia de encontro a sua leitura cética. A saber: a revisão parcial da biografia de Cruz e Sousa e a sua transformação num dos símbolos máximos da contribuição negra à cultura nacional.

As razões desse novo esforço de interpretação foram, por sua vez, resultantes de uma confluência de interesses políticos os mais diversos. Sem querer me estender muito no tema e apresentando-o de uma forma bastante esquemática, me parece que, no final dos anos 1980, com o processo de redemocratização e a consolidação dos novos movimentos sociais, dois grandes grupos passaram a disputar os benefícios políticos da posse simbólica do monumento Cruz e Sousa: de um lado, as instituições oficiais de educação e cultura ligadas ao Governo Federal e ao Governo do Estado de Santa Catarina; e, do outro, algumas organizações e indivíduos ligados ao movimento negro. Nesse embate, se para um grupo o controle sobre a imagem e memória de um escritor que, apesar da sua cor e pobreza, conseguiu ascender à “glória” do cânone nacional, representava um recurso precioso para a reafirmação e atualização da ideologia da “democracia racial”; para o outro, garantir o domínio sobre o legado de um gênio “afrodescendente” constituía um importante recurso de legitimação moral das lutas históricas contra o racismo no Brasil. A despeito desses objetivos políticos conflitantes, no entanto, naquele contexto, tanto um lado quanto o outro tinham propensões comuns em relativizar a imagem de Cruz e Sousa quanto ao velho estigma do “negro de alma branca”, bem como aproximá-lo das suas “raízes africanas”.²⁴³

Paradoxalmente, a despeito de todos esses esforços de pesquisas, o que podemos verificar hoje não é uma compreensão mais precisa e equilibrada da vida e da obra de Cruz e Sousa. Pelo contrário, um dos resultados desse amplo “resgate” foi que, ao longo dos últimos vinte anos, Cruz e Sousa passou a ser comumente avaliado não mais como um artista alienado dos interesses dos de sua “raça”, mas como o extremo oposto:

²⁴³ São contribuições importantes, surgidas no final da década de 1980 e início da de 1990, os trabalhos do bibliófilo Iaponan Soares, do jornalista Uelinton Farias Alves e da Prof^a Zahidé Lupinacci Muzart. Essas pesquisas trouxeram ao conhecimento do grande público leitor contos, artigos, poemas e cartas que, associados ao material já integrado à sua *Obra Completa* ajudaram a redefinir a imagem hegemônica contemporaneamente atribuída ao escritor: a figura do poeta plenamente identificado com os da sua “etnia” e profundamente engajado nas lutas sociais do seu tempo.

uma espécie de militante negro *avant la lettre*. Manifestação típica dessa nova tendência é o artigo escrito pelo Prof. Flávio da Cruz, pesquisador da cultura africana em Santa Catarina e ativista do movimento negro. Nesse texto, publicado em 1998 numa antologia comemorativa dos cem anos da morte de Cruz e Sousa, Flávio da Cruz começa assim o seu elogio do escritor:

João da Cruz e Sousa, poeta negro e militante do movimento pela abolição do sistema escravocrata, foi um dos homens que mais contribuiu, em todos os tempos, para elevar a cultura de Santa Catarina. [...] Cruz e Sousa dispunha de uma garra que lhe permitiu lutar bravamente na *defesa de sua etnia* e dentro do movimento abolicionista não se omitiu nos trabalhos locais e nacionais; [...] parte da burguesia catarinense, de então e de hoje, indica apenas o lado poético do personagem, escondendo propositalmente o lado do homem Cruz e Sousa distorcendo o seu *principal objetivo existencial*. [...] Em meio a esta corrente a imagem, que interessa para a burguesia catarinense é aquela na qual Cruz e Sousa aparece como um poeta negro por fora e branco por dentro ou, um renegado em relação a sua raça. [Grifos meus]²⁴⁴

A percepção de Cruz e Sousa como um defensor da “sua etnia”, tal como a expressada por Flávio da Cruz em seu texto, apesar de imprecisa e anacrônica, tornou-se a leitura mais ou menos predominante dentro e fora dos meios acadêmicos. A cristalização dessa nova interpretação biográfica ganhou a sua forma mais bem acabada em 2008, com a publicação do livro *Cruz e Sousa, Dante Negro do Brasil*, do jornalista Uelinton Farias Alves.²⁴⁵

Dividido em vinte e sete capítulos, *Dante Negro do Brasil* segue o tradicional modelo factual-cronológico ainda muito comum à maioria das biografias literárias. Assim, sua narrativa inicia-se com uma especulação sobre a suposta procedência étnica da sua personagem – que, segundo o

²⁴⁴ CRUZ, Flávio da. Cruz e Sousa poeta laureado e homem esquecido. In: ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 1998. p. 57-58.

²⁴⁵ ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008.

autor, seria “provavelmente de origem banta” – e com um quadro descrevendo a pequena sociedade escravocrata de Nossa Senhora do Desterro. Em seguida, trata das origens familiares do poeta. Fala-nos de seu pai, o pedreiro Guilherme; sua mãe, a lavadeira Carolina; e de seu irmão mais novo, o tanoeiro Norberto. Aqui, ao contrário de outros estudos consagrados a Cruz e Sousa (inclusive a obra clássica de Raimundo Magalhães), Farias Alves enfatiza a importância dos esforços familiares na sua formação intelectual e se concentra longamente nos anos de juventude do seu biografado destacando, sobretudo, a sua trajetória durante os anos 1880 – fase pré-simbolista e que representou um período de intensa atuação política na vida do escritor.

A opção por dar centralidade às “raízes africanas” e a dimensão política da vida de Cruz e Sousa, por sua vez, não é gratuita. Em sua obra Farias Alves tem como objetivo quase evidente o de representar a trajetória de Cruz e Sousa como um modelo atual de militância antirracista. Mais do que o narrador da vida de uma ilustre personalidade intelectual do século XIX, o autor de *Dante Negro do Brasil* é um defensor dos direitos dos afrodescendentes no século XXI. Como consequência, a sua relação com o personagem é sobredeterminada por um viés ao mesmo tempo ético e político. O biógrafo quer fazer justiça à memória do biografado, mas também quer elevá-lo ao grande panteão dos mártires do movimento negro. Seu Cruz e Sousa, portanto, pertence mais à esfera do mito do que à da história. Em seu livro não estamos diante da tentativa de um retrato de um ser humano propriamente dito, isto é, contraditório e multidimensional. Estamos isso sim frente a um personagem plano, sem verossimilhança histórica, um modelo perfeito e acabado daquilo que Farias Alves parece entender por “negritude”.

Para fundamentar a minha análise de *Dante Negro do Brasil*, apresento o excerto de um artigo que expõe bem o fundo ideológico que sustenta a interpretação biográfica de Farias Alves. Nele o autor sintetiza a sua visão acerca da sensibilidade racial e das motivações políticas pessoais de Cruz e Sousa.

A falácia de que Cruz e Sousa foi um “negro-branco”, desmancha-se no ar das consciências comprometidas com o jogo do difuso, do incoerente, do inadmissível. Dentro de uma noção de tempo e espaço, o que vemos é um jovem poeta e jornalista idealisticamente comprometido com a mudança da sociedade a qual quer submetê-lo, por meio de regras

estabelecidas autoritariamente, à condição de humilhação social em função da cor de sua epiderme. Resistindo a tudo isso, o poeta projeta-se para a esfera da luta política e ideológica, e como poeta e tribuno desloca a questão do *negro* para a cena principal da vida brasileira. [...] Sem dúvida alguma não foi fácil para o poeta que se iniciava colocar-se naquele meio intelectual. Faltou ânimo? faltou, por sua vez, garra? Pergunto. Nem uma coisa nem outra. A fragilidade das armas de Cruz e Sousa foi que impingiu uma quase derrota no confronto com as oligarquias estabelecidas. Tudo isso serviu de reforço ao próprio poeta para que ele avançasse a sua conscientização enquanto *negro* e ser social, inserido no contexto da sociedade branca de Santa Catarina, em particular, e do Brasil, em geral. Fruto disso tudo, e que nos leva a pensar o poeta pela sua *negritude* (sofrimento e essência), é a soma de textos referenciais de todo um trabalho em prol das questões sociais específicas, vistas de um ponto de visão progressista para a época.²⁴⁶

Em passagens como essa, e ao longo de *Dante Negro do Brasil*, Farias Alves atribui uma homogeneidade e uma coerência inverossímeis a Cruz e Sousa. O seu personagem não possui contradições ou incongruências de qualquer espécie. Seu “Poeta Negro” é uma referência atemporal para as lutas raciais no Brasil contemporâneo, um herói-modelo para os militantes dos movimentos sociais do presente: um ser absolutamente orgulhoso da sua cor, perfeitamente identificado com as suas origens étnicas e incondicionalmente disposto a lutar pela “questão racial”. Representa muito mais uma projeção literária daquilo que Uelinton Farias Alves gostaria que os seus contemporâneos fossem do que, propriamente, aquilo que Cruz e Sousa nos sugere ter sido historicamente (inclusive enquanto militante abolicionista). Seu trabalho nos remete, em suma, à afirmação de Philippe Levillain de que “algumas biografias [...] tendem a satisfazer a necessidade de ler o passado como um presente fantasiado”.²⁴⁷ Seu Cruz e Sousa não é um homem dotado de

²⁴⁶ ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 1998. p. 15.

²⁴⁷ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 156.

especificidade histórica é isto sim a prefiguração de uma imagem referente ao nosso próprio tempo.

Em contraste com esse tipo de abordagem proponho uma interpretação alternativa ao modelo anacrônico e mistificante que percebe em Cruz e Sousa um precursor das nossas próprias preocupações éticas, políticas e sociais. Alternativamente à imagem de um “Aimé Césaire do século XIX”, considero mais adequado pensarmos Cruz e Sousa na sua própria especificidade histórica. Compreendê-lo, portanto, como um autêntico representante da formação intelectual cuja tarefa histórica era encontrar a expressão representativa da nova fase da vida no Brasil das últimas décadas do século XIX. Como desenvolverei, a seguir, o trabalho do “homem de letras”, de então, era bem mais do que produzir desprezíveis peças de distração intelectual para uma minoria ilustrada: era ensinar a toda uma geração as novas normas do que significava “ser civilizado” nesse momento específico do Brasil Império, entrando em um novo papel histórico (o de ex-economia colonial baseada na exploração do trabalhador africano escravizado, às voltas com uma nova organização social, onde era preciso adaptar os valores às novas realidades). Seus textos abolicionistas, nesse sentido, reproduzem, elaboram e ajudam a irradiar a “estrutura de sentimento” hegemônica no Brasil na época da sua formação educacional e política. Compartilham de um universo de valores e sentidos orientados por práticas e hábitos mentais coordenados com as novas formas de produção e organização socioeconômica que marcaram a experiência vivida pelas nossas elites intelectuais na segunda metade do século XIX.

3.2 A favor da “desgraçada raça dos tristes”

Após o fim do tráfico intercontinental de trabalhadores africanos, a escravidão, no Brasil, passou a depender exclusivamente da sua reprodução interna. Algo que, na prática, tornava-a uma instituição com os seus dias contados. A despeito dos interesses dos grandes cafeicultores e do seu *lobby* escravocrata na Câmara e no Senado, o fato é que, pelo menos desde 1850, tornou-se cada vez mais evidente aos olhos das elites brasileiras a impossibilidade de manter o sistema por um tempo indefinido. A partir dessa época os debates parlamentares em torno da emancipação foram gradativamente se impondo e, em 1871, em meio a muitas controvérsias, foi aprovada uma legislação que previa um marco para o fim da

propriedade escrava no Brasil. Era a chamada Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco.²⁴⁸

Data desse período, também, o fortalecimento do abolicionismo enquanto uma corrente de pensamento cada vez mais influente nos diferentes setores da sociedade brasileira. Um movimento que, aglutinaria políticos e intelectuais em torno de um esforço de esclarecimento público que teria, na imprensa e literatura, alguns dos seus principais instrumentos de ação e propaganda.²⁴⁹

Praticamente inexistente na literatura brasileira anterior à década de 1850, a personagem negra e o tema da escravidão foram adquirindo centralidades cada vez maiores na poesia e na prosa de ficção dos anos 1860 e 1870.²⁵⁰ Contemporânea dos anos iniciais da crise do escravismo, a literatura abolicionista plasmava em termos estéticos as mudanças que ocorriam na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX e ajudava a conceder forma e sentido às experiências e percepções das nossas elites acerca do processo de desestruturação da ordem escravocrata. Surgia, nesse contexto, uma nova tendência no interior do movimento romântico: o condoreirismo, vertente “social” da lírica oitocentista que teve em jovens escritores como Fagundes Varela e Castro Alves alguns dos seus principais representantes.²⁵¹ No mais, por essa época, antigos autores indianistas também passaram a tematizar a questão do escravo em suas obras. É do final dos anos 1850, por exemplo, as peças *O Demônio Familiar* e *A Mãe*, ambas do já consagrado escritor cearense José de Alencar.

Não obstante a sua crescente influência nos círculos acadêmicos e ilustrados, o abolicionismo só viria a ganhar contornos de um movimento realmente popular no final da década de 1870 e início dos anos 1880. Tomando novo fôlego a partir de um discurso de Jeronymo Sodré pronunciado na Assembleia Geral em 1879 logo a chamada “questão servil” deixaria de ser um assunto de políticos e escritores para se tornar um tema presente, também, no cotidiano e na vida do “homem comum”. Considerado um dos principais marcos político-institucionais da história do abolicionismo brasileiro, o pronunciamento do deputado baiano

²⁴⁸ CONRAD, Robert. Op. cit. p. 132.

²⁴⁹ Ibidem. p. 166-184.

²⁵⁰ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Fapesp; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. p. 589-593.

²⁵¹ MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2 ed. rev. aum. e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 777-778.

denunciava a Lei do Ventre Livre “como sendo uma reforma vergonhosa e mutilada”.²⁵² A crítica deu início a uma série de debates que rapidamente extrapolaram os limites das câmaras. Ganhando a imprensa e as ruas, iniciava-se, assim, a “primeira fase” do abolicionismo brasileiro enquanto movimento de ampla mobilização social. Um período marcado pelo surgimento de novas lideranças (tais como Joaquim Nabuco, André Rebouças, João Clapp e José do Patrocínio); pela fundação de *clubs*, sociedades, associações e jornais e, principalmente, por uma intensa atuação popular em diversas províncias.²⁵³

No mais, uma das mudanças expressas nesse período se deu, também nos modos de se perceber e de se tratar publicamente certos temas ligados ao universo escravista. No início da década de 1880, com a intensificação de um clima abertamente hostil à instituição do cativeiro, algumas práticas ordinárias referentes ao dia-a-dia da escravidão já não eram mais vistas como “naturais” por parte de uma opinião pública cada vez mais convencida do atraso civilizatório representado pela sobrevida do regime escravocrata. Nesse sentido, a difusão de um humanitarismo burguês, avesso a certas manifestações explícitas de violência física, bem como a mortificação e exposição pública dos corpos, tornou degradante, intoleráveis e mesmo obscenas atitudes que, até bem pouco tempo antes, poderiam ser vistas como banais e corriqueiras na relação entre senhores e escravos. É este, por exemplo, o caso dos castigos físicos “cruéis” (entre eles o açoite) uma prática gradualmente problematizada ao longo da segunda metade do século XIX e proibida oficialmente pelo Imperador em 1865.²⁵⁴

Em meio a essas mudanças de sensibilidade com relação ao cotidiano do cativeiro, certas expressões de horror, espanto e indignação se tornaram relativamente frequentes na imprensa periódica da época. Uma dessas manifestações pode ser encontrada na edição de 26 de abril de 1885 do jornal *O Moléque*. Neste número os seus leitores encontravam, impresso em sua primeira página, os detalhes de um pequeno escândalo: o espancamento de um escravo pelo seu senhor, em plena praça pública e bem em frente à Delegacia de Polícia da Capital. Batizado pelos editores de “Questão Brocardo”, o incidente envolvia o rico comerciante de águas Estevão Manoel Brocardo e instigou a revolta de muitos não só pelo fato do agressor ser um dos membros fundadores da “primeira agremiação

²⁵² CONRAD, Robert. Op. cit. p. 167.

²⁵³ Ibidem. p. 185-221.

²⁵⁴ Ibidem. p. 95.

abolicionista” da cidade – a Sociedade Abolicionista do Desterro, fundada em junho de 1883 – ,²⁵⁵ mas, sobretudo, por ter contado com a conivência e o beneplácito dos próprios Delegado e Chefe de Polícia.

Provocar e constranger certos poderosos da cidade não era uma atitude incomum entre os editores de *O Moléque*. A polêmica sempre foi um dos traços definidores do estilo desse periódico. Declaradamente inspirado em títulos célebres da imprensa caricata brasileira e europeia, tais como a *Revista Illustrada*, a *Punch Magazine*, *Le Charivari* e o *Antonio Maria*, o jornal *O Moléque* apostava essencialmente no humor como instrumento de crítica aos costumes e ao vaivém das disputas partidárias. E era justamente essa sua pretensão despudorada, satírica e chistosa o que lhe justificava o nome. No vocabulário do Brasil oitocentista, mais do que a designação popular para o menino de origem africana (sobretudo a criança negra escravizada), o termo “moleque” designava, também, o indivíduo trocista, jocosos e pilhérico.²⁵⁶ Perfil este que, por sua vez, o jornal assumia ao adotar para si, como símbolo e mascote, a figura de um pajem medieval, risonho, despojado e brincalhão.²⁵⁷

Como dizia o editorial do dia 31 de maio de 1885, o *Moléque*, além de rir do que fosse considerado risível (pelos seus editores), também estigmatizava “os vícios e os defeitos” públicos.²⁵⁸ Assim, paralelamente ao riso sardônico, a denúncia intransigente também constituía uma das pretensas características do semanário. Expressiva dessa postura foi a edição de 26 de abril de 1885. Nela, se via estampada uma recriação, nem tão bem humorada assim, da “scena escandalosa” protagonizada por Estevão Brocardo. No desenho, às portas de um edifício (que se supõe ser a

²⁵⁵ BLUM, Heitor. *A Campanha Abolicionista na Antiga Destêrro*: subsídio para a história da campanha abolicionista na Província de Santa Catarina. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1939. p. 12.

²⁵⁶ ALVES, Uelinton Farias. Op. cit., 2008. p. 113.

²⁵⁷ No mais, “Moleque” era, também, o nome de um dos personagens criados pelo litógrafo, pintor, gravador e desenhista alemão Henrique Fleiuss. Ao lado de personagens humorísticos como “Dr. Semana” e “Negrinha”, o “Moleque” fazia parte do universo satírico da *Semana Illustrada*, revista que durante as décadas de 1860 e 1870 foi um dos mais importantes periódicos publicados na Corte e que, muito provavelmente, constituiu uma das referências editoriais do semanário desterrense. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Henrique Fleiüss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882)*. Disponível em: <<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/Iretmo/Guimaraes%20Lucia.doc>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

²⁵⁸ *O Moléque*, Desterro, n. 24, 31 mai. 1885.

Delegacia de Polícia da Capital), um homem branco agredia, a socos e pontapés, um jovem escravo indefeso. Em direção a ambos, o pajem mascote do jornal (“o moleque”) corria sofregamente, de braços erguidos, como que para acudir a vítima.

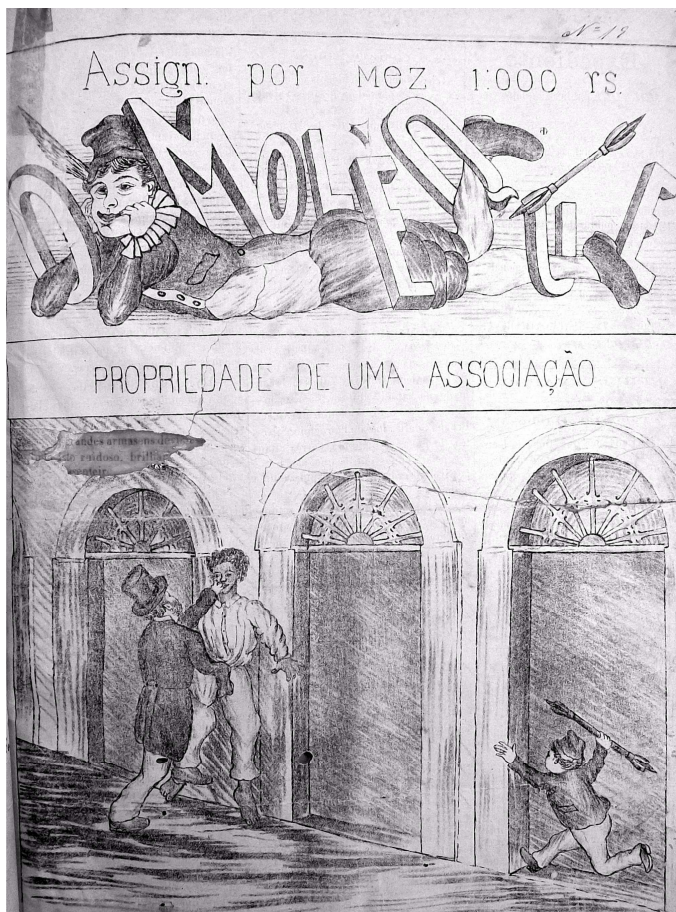


Figura 1 – A “scena escandalosa” protagonizada por Estevão Brocardo. Fonte: *O Moléque*, n. 19, Desterro, 26 de abr. 1885.

Como complemento, na parte inferior da página, a seguinte nota explicava a ilustração:

A scena escandalosa que se deu, ha dias, no corredor da Policia. Ao passarmos por alli, sentimos um grande ruído e, entrando a correr, deparamos com o escravocrata E. Brocardo a maltratar vilmente, e por esta forma, um escravo seu. Semelhante facto, é mais que revoltante em uma época de abolicionismo.²⁵⁹

O caso de violência senhorial protagonizado por Estevão Brocardo, contudo, não seria a única novidade veiculada naquele número. Nesta mesma edição de *O Moléque*, os seus leitores seriam informados do regresso à Desterro do “valente e rutilante poeta realista Cruz e Souza”. A notícia, assinada por “Gustavo d’Albany” (pseudônimo de Virgílio Varzea), saudava o jovem escritor reapresentando-o ao público local como um autor de renome e prestígio – um talento supostamente reconhecido para além dos limites Província por alguns dos “vultos mais eminentes da nossa litteratura”.²⁶⁰

Acha-se entre nós, depois de uma longa excursão por todo o Brazil, o valente e rutilante poeta realista Cruz e Souza.

O festejadissimo autor das *Cambiantes*, vem passar dous ou três mezes com sua familia, de quem já estava extraordinariamente saudoso, e tenciona voltar muito brevemente para a Côrte, onde tomará segundo consta, a direcção de uma folha diária que proximamente deve apparecer alli.

Cruz e Souza é um burilador correctissimo do verso e um dos talentos mais fecundos e mais cheios de sol da moderna e resplandente geração litteraria brasileira.

Para se avaliar a sua grande força cerebral, è bastante dizer que elle gosa de uma elevada e extensa reputação de poeta de 1ª ordem, entre os vultos mais eminentes da nossa litteratura, como sejão Aluisio de

²⁵⁹ SOUZA, Karen Fernanda Rodrigues de. “Ridendo Castigat Mores”: a Semana Illustrada de Henrique Fleiuss e a formação da imprensa ilustrada no Brasil. Rio de Janeiro 1860-1876. Disponível em: <<http://anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVII/ST%20V/Karen%20Fernanda%20Rodrigues%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

²⁶⁰ *O Moléque*, n. 19, Desterro, 26 de abr. 1885.

Azevedo, Valentim Magalhães, Urbano Duarte, José do Patrocínio, Silvestre de Lima, Raymundo Corrêa, Raul Pompéia, e tantos outros que não nos è possível recordar agora na rapidez d'uma noticia.

Terminando, cumprimentamos intimamente satisfeitos ao illustre poeta que é uma grande honra para a nossa provincia.²⁶¹

Ao contrário do que previa o articulista, o retorno de João da Cruz e Sousa à Santa Catarina não se estenderia por “dous ou três mezes” apenas. De volta à sua cidade depois de mais de dois anos de viagens ininterruptas pelo Brasil, não demoraria para que o antigo secretário da Companhia Dramática Julieta dos Santos retomasse as suas atividades jornalísticas e se envolvesse intensamente com o movimento abolicionista local. Recém-chegado em meio à polêmica relacionada ao nome de Estevão Brocardo, Cruz e Sousa não perdeu tempo para explorar o escândalo enquanto “motivo literário”. Em três de maio de 1885, apenas duas semanas após o anúncio do seu retorno à Ilha de Santa Catarina, o escritor começava a publicar, pelas páginas de *O Moléque*, uma série de poemas satíricos intitulados “Questão Brocardo”. A despeito do título escolhido, a série de “triolêts”²⁶² não visava especificamente à pessoa do comerciante escravocrata, mas as figuras do Delegado e do Chefe de Polícia – consideradas, pelos editores do jornal, como indiferentes aos desmandos senhoriais e omissos com relação as suas obrigações como mantenedores da “ordem”, do “dever” e da “justiça”.²⁶³

— Pife, pufe, pafe, péfe
Pafe, péfe, pife, pufe —
A cacholêta no chéfe —
— pife, pufe, pafe, péfe
estoure como um tabéfe
e o ventre de raiva entufe —

²⁶¹ Idem.

²⁶² Segundo o *Dicionário Houaiss*, “triolet” é um tipo de “poema de forma fixa, com estrofe(s) de oito versos em que o primeiro verso se repete como quarto e sétimo, e o segundo, como último”. HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

²⁶³ *O Moléque*, Desterro, n. 20, 3 mai. 1885.

— Pife, pufe, pafe, pèfe
pafe, péfe, pife, pufe!²⁶⁴

Nessa mesma edição, o editorial de *O Moléque* vinha todo dedicado a “Questão Brocardo”. Escrito numa linguagem incisiva e cáustica, muito própria do estilo jornalístico de Cruz e Sousa em *O Moléque*, é bem provável que esse texto apócrifo tenha sido, de fato, redigido por ele. Caso tenha sido, pode-se se dizer, que a sua estréia foi bastante impactante. Não desperdiçando adjetivos desqualificantes e imagens ignóbeis (“acephalo para o direito”, “myope do progresso”, “um verdadeiro caso anormal”) o autor do editorial acusava nominalmente o secretário da Sociedade Abolicionista do Desterro de hipocrisia, desumanidade e pobreza de espírito, bem como ao Delegado e ao Chefe de Polícia de cumplicidade e desmando.

O sr. Estevão Brocardo tem um escravo que debaixo do odio vermelho e terrível do seu senhor, do seu dono, tem supportado as calamidades atrozes da dôr, do desespero e da perseguição.

Esse escravo, achando-se mal na companhia desse Senhor, trata de abonar-se a alguém mais compadecido de sua vida [ilegível] espírito a rolar pelo antroda raiva á fóra, na inconsciencia do mal, do direito e da humanidade, não acceita o abono do escravo e... vende-o.

Isso faz explosir os ahs! da nossa indignação.

E os srs. Chefe e Delegado de Polícia – os Catões – da justiça, da ordem, do dever – fazem tercêto com o sr. Brocardo, nessa grande operetta canalha do deboche social.

Na visão do redator, o “facto tremendo e repugnante que se deo nesta terra” seria, no entanto, apenas o sintoma de um problema de ordem mais geral. Para ele, o episódio de violência e abuso envolvendo o comerciante Estevão Brocardo seriam traços característicos da sociedade brasileira, como um todo, e de Desterro, em particular. Uma “terra” cuja “sociedade” – leia-se “elite” – só muito superficialmente poderia se auto inferir o título de “civilizada”.

²⁶⁴ CRUZ E SOUSA, João da. (Zot). Questão Brocardo. *O Moléque*, n. 20, Desterro, 3 mai. 1885.

Dão-se neste paiz e particularmente nesta terra que tem o infeliz nome de Desterro, as maiores arbitrariedades, os mais ridiculos escandalos que ensiphilisam o caracter de uma sociedade que campeia de civilisada.

Precisar-se-hia vibrar um latego de luz, na phrase larga do poeta, por essas consciencias ennuabladas e torpes.

A imparcialidade, a critica, a independencia de idèias obrigam-nos à arremessar os trópos mais valentes, os anathemas mais furiosos, sobre tantos desmandos e vergonhas.

Neste tempo em que a nevrose abolicionista faz palpar o organismo dos verdadeiros corações honestos, dos inteiros propugnadores das tres unicas virtudes theologais – a liberdade, a igualdade e a fraternidade – causa espanto e assombro mesmo que o sangue da moralidade e do criterio, não galópe das fibras do peito á cara espapaçada de alguns cavalheiros, cujos instinctos animaes, rebentam, como coleras fulvas sobre a cabeça de uma raça desgraçada e triste como a treva.²⁶⁵

A denúncia de *O Moléque*, por sua vez, repercutiu em outros jornais da cidade. Silenciado nas páginas dos grandes diários locais, o caso, no entanto, foi explorado pela imprensa dita “imparcial” ou “não officiosa”. No dia 9 de maio, uma semana após a publicação das críticas de *O Moléque*, o jornal *A Matraca* também dedicou todo o seu editorial à denúncia do “acto, indigno, baixo, vil” realizado bem “perto das autoridades e do club abolicionista”. Menos inflamado e agressivo do que o texto de Cruz e Sousa, seu foco, no entanto, recaiu sobre uma questão central: o silêncio do Club Abolicionista frente ao caso. Uma observação que explicitava os limites e incongruências daquela organização e apontava para aquilo que os redatores pareciam entender como a incipiência e fragilidade do movimento abolicionista desterrense comparativamente ao de outras capitais.

O club abolicionista, que com tanto orgulho e patriotismo encetou a sua marcha, entre nós

²⁶⁵ *O Moléque*, n. 20, 3 mai. 1885.

manumitindo escravos, e que n'estas condições, congratulava-se com outras associações congeneres, recebendo os applausos do povo e as bençãos dos libertandos, que com os olhos cheios de lagrimas de alegrias rojavão-se-lhe aos pés, por verem partidos os élos da corrente que os prendia ao poste da escravidão, mostra-se hoje indifferent e ao procedimento execrável de um escravocrata réles.

Que dirão de nós, ao saber d'este facto e da sua impunidade os beneméritos cidadãos João Clapp, José do Patrocinio, Ennes de Souza, Joaquim Nabuco, Dantas, e o venerando Senador Silveira da Motta, e tantos outros abolicionistas distinctos?

Não é lícito que as respectivas autoridades, os homens abolicionistas, e sobre tudo a nossa sociedade, fique imparcial ante esse acto revoltante, que teve lugar, entre nós, pelo amor que um tyrano escravocrata tem a meia duzia de vintens.²⁶⁶

No dia seguinte, pelas páginas de *O Moléque*, Cruz e Sousa continuou os seus ataques às “consciencias ennucladas e torpes” de Desterro. Assim, num ousado esforço de justificação simbólico através da literatura, após “esbofetear” o Chefe de Polícia, foi a vez agora do poeta “cravar” também ao Delegado.

Triolet fura essa pansa
do Delegado — és um russo;
revolução n'esta dança...
Triolet fura essa pansa,
fura, fura como a lança
ou como no boi um chuço;
Triolet fura essa pansa
do Delegado — és um russo.²⁶⁷

²⁶⁶ *A Matraca*, Desterro, 9 mai. 1885.

²⁶⁷ CRUZ E SOUSA, João da. (Zat). Questão Brocardo. *O Moléque*, n. 21, Desterro, 10 mai. 1885.

Assinando como “Zat” e “Zot” (dois dos muitos pseudônimos que veio a utilizar nessa época²⁶⁸), Cruz e Sousa revelou uma mordacidade altamente compatível com as propostas editoriais de *O Moléque*. Integrado ao espírito combativo do jornal, já em 17 de maio, com o afastamento de Virgílio Varzea da redação, Cruz e Sousa de simples colaborador assumiu como o editor-chefe do semanário. Função que o escritor desempenhou, sem intervalos, até a extinção daquele periódico em novembro de 1885.

Como responsável pela maioria dos textos de *O Moléque*, Cruz e Sousa desdobrou-se em inúmeros outros pseudônimos. Além dos já conhecidos Zat e Zot, com os quais o poeta assinava a maior parte dos poemas satíricos publicados na folha, o novo redator inventou diversos outros, através dos quais assinava editoriais, artigos, notas e colunas. Uma dessas colunas, intitulada “Piparotes”, era, em grande parte, dedicada aos acontecimentos políticos e sociais de Desterro. Assinando quase sempre como “Trac”, foi em “Piparotes” que Cruz e Sousa expressou algumas das suas opiniões mais corrosivas e polêmicas acerca do dia-a-dia da cidade e, consequentemente, aumentou de forma considerável o seu número de desafetos.

Com o tempo, a imagem pública do jornalista Cruz e Sousa passou a ser associada, cada vez mais, à de *O Moléque*. Estimulada pelo seu próprio editor, essa relação veio a se tornar explícita a partir da edição de 14 de junho. Nesse número, o jornal passou a exibir em seu frontispício, logo abaixo do título, o seguinte enunciado: “Redacção de Cruz e Souza/Propriedade de uma Associação”. Cruz e Sousa passava, nessa ocasião, a assumir, publicamente e para todos os efeitos, a responsabilidade por tudo o que fosse publicado no polêmico semanário. Não obstante, chamar para si todo o peso das opiniões de um periódico que se propunha anatemizar furiosamente os “desmandos” e as “vergonhas” de uma cidade inteira era, no mínimo, temerário. Os desgostos que uma nota ou artigo, publicado e indevidamente atribuído a tal ou qual indivíduo, poderiam causar eram bem conhecidos e temidos por muitos escritores e jornalistas – sobretudo por aqueles com pretensões políticas ou ciosos dos seus cargos públicos. Como exemplo, podemos citar o caso de Horácio Nunes Pires. Já em dezembro de 1884, ao saber que o seu nome vinha sendo relacionado ao corpo editorial de *O Moléque*, o dramaturgo, sem demora, fez publicar

²⁶⁸ Além de “Zat”, “Zot” e “Trac”, outros pseudônimos utilizados por João da Cruz e Sousa em *O Moléque* foram “Zé K.” e “Coriolano Scevola”. SOARES, Iaponan. Op. cit. p. 78.

uma “declaração” na imprensa liberal isentando-se completamente de qualquer responsabilidade pelo novo jornal.

Tendo chegado, hoje, ao meu conhecimento, que varias pessoas, talvez com o fim menos nobre de me indispor com os meus correligionários e adversarios políticos, entre os quaes preso-me de contar sinceros amigos, propalam ser eu um dos redactores do periódico Moleque, cujo primeiro numero appareceu esta semana, apresso-me em declarar que é inteiramente falso esse boato.

Estou ha muito tempo retirado das lides jornalisticas e não quero por modo algum assumir a responsabilidade de actos que não pratico.

Desterro, 11 de Novembro de 1884.

Horacio Nunes²⁶⁹

Numa época em que muitas das denúncias e ataques pessoais feitos pela imprensa eram realizadas às escondidas, sob o anonimato de pseudônimos, expor-se como Cruz e Sousa optou por fazer, era algo incomum e, em última análise, perigoso. Não demorou, portanto, para que o redator de *O Moléque* sentisse recair sobre si alguns dos dissabores resultantes dessa superexposição. Uma experiência que, como em outros momentos da sua vida, foi marcada pelo racismo e pela discriminação de classe.

Uma das primeiras consequências dessa situação de fragilidade ocorreu alguns meses depois de Cruz e Sousa ter se assumido publicamente a redação de *O Moléque*. Nos anos 1880, o Clube 12 de Agosto representava uma das principais instituições de legitimação social existentes na Província. Entre os seus sócios contavam-se políticos, militares de altas patentes, burocratas bem posicionados e comerciantes de grosso trato. Era lá que se realizavam alguns dos principais eventos da

²⁶⁹ NUNES, Horacio. Declaração. *A Regeneração*, Desterro, 12 dez. 1884. Caso parecido foi também a atitude do próprio Virgilio Varzea. Funcionário público alocado na burocracia da Província pelo ex-presidente Gama Rosa, Varzea, ao deixar a redação de *O Moléque*, fez publicar imediatamente, também no jornal *A Regeneração* (órgão oficial do Partido Liberal), a seguinte nota: “Ao publico / Declaro que, d’esta data em diante, deixo de fazer parte do redacção do periodico caricato *Moleque*. / Desterro, 20 de Maio de 1885. / Virgilio Varzea”. *A Regeneração*, 21 mai. 1885.

“boa sociedade” local. Pois bem, em 12 de agosto de 1885, por ocasião do aniversário do clube, realizou-se uma festa, uma solenidade para a qual foram convidados alguns representantes dos principais órgãos de imprensa de Desterro. Jornais como *A Regeneração* e *O Conservador* receberam convites. Outros, como *O Moléque* e *A Matraca*, não. Cruz e Sousa, que já havia se indisposto com a colônia francesa de Desterro por ter recebido tratamento semelhante por ocasião das festividades do dia 14 de Julho, não tolerou mais esse desagravo. Em nota, publicada na coluna “Piparotes”, expôs todo o seu ressentimento e indignação.

A 12, houve no Club 12 de Agosto, o grande baile de Anniversario ao qual o luxo e o bom gosto, a magnificencia, não faltaram. [...] Achavam-se alguns representantes da Imprensa, menos o Moléque que teria de embalsamar-se primeiro, para não cheirar a cachaça ou a creoulo fôrro, a fim de melhor subir as escadarias pomposas do magestosissimo e fidalgo Club 12.

Porque o Molèque não tem rôlha na bocca diante da incivilidade, da indelicadesa baixa, da ridicula posição parva e apalhçada em que ficou, para com elle, a directoria do Club.

Uma vez que o Moléque não é um trapo sujo do monturo, um character enluvado com syhilis moral por dentro, um pasquim ordinario e safado, um bebado de todas as esquinas ou um leproso de todas as lamas, havia obrigação, obrigação, ouça o Club 12, de ser o Moléque considerado como gente, uma vez que foi considerada a outra imprensa que não está em nada, em cousa nenhuma superior a este órgão.

Não é com brutalidade que se adquire sympathia.

Se não se distribuio convite para o Moléque porque o seu redactor chêfe é um creoulo, é preciso saber-se que esse creoulo não è um imbecil que não o saiba e o diga bem alto, por sua honra, por seu orgulho, porque não se véxa de hombrear com ninguem deste mundo que saiba o que è cavalheirismo, educação e probidade.

E' um creoulo que tem muita presumpção em
o ser e que não se curva, a despeito de tudo, senão ao
talento, á bondade e ao character.

E d'ahi, o diamante sáe do carvão.

A pérola vem do abysmo.

A aurora rompe da noite.

O dia surge da tréva.

A acção do Club portanto, foi pessima,
inqualificavel, indigna de gente que se présa de
calçar uma luva e deitar uma gravata branca.

Indigna de uma sociedade; digna de
badamécós sem criterio e juizo; digna de espíões de
polícia que présam a delicadeza pela melhor paga.

São assim as corporações da nossa terra.

Tolas e sem brio.

Felizmente o Moléque, agarra da pá com que
cá em casa se enterra a civilidade fôfa e atira com
ella no monturo do despreso, arrumando-lhe ainda
por cima uma pasada da cal da... piedade!...

Apodrece, coisa má...²⁷⁰

O texto, escrito com particular virulência, repercutiria mal para Cruz e Sousa. Sentindo-se ofendidos pelas palavras do redator de *O Moléque*, alguns sócios chegariam a publicar uma nota anônima chamando a atenção do então Delegado Virgílio José Villela, diretor do Clube 12, para o conteúdo do “bilioso artigo”.²⁷¹ É difícil saber quais possam ter sido as consequências concretas desse ato em específico, mas pode-se imaginar que tipos de represálias esse tipo de animosidade pudesse representar para Cruz e Sousa e sua família. Tendo uma mãe lavadeira, um pai pedreiro e um irmão tanoeiro, o sustento de seus parentes estava, em grande medida, sujeito à reputação da sua família. Numa comunidade relativamente pequena como o era Desterro, a contratação ou dispensa de um artesão ou criada passava, também, por uma relação amistosa desses trabalhadores com as “boas famílias” da cidade. Nesse sentido, a situação de precariedade na qual viviam os seus pais deveria constituir a principal fragilidade de Cruz e Sousa e, muito provavelmente, afigurava-se aos seus inimigos como o alvo preferido das suas represálias. Sobre o

²⁷⁰ CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 35, 16 ago. 1885.

²⁷¹ *A Regeneração*, Desterro, 18 ago. 1885.

constrangimento que o escritor eventualmente causava, sobretudo à sua mãe, Carolina, Araújo Figueredo nos dá o seguinte testemunho:

Mas quem às vezes se incomodava era a Carolina, a sua mãe, muito recatada e convencional, temendo grandes desgraças dos brancos contra o seu filho.

E como andava ela seguidamente ao trabalho nas pedras da fonte, em conduzir roupas lavadas e engomadas à sua freguesia, não estava para perder o pão de cada dia pelas idéias do filho, o que, por várias vezes já tinha perdido em casas das senhoras S. e M. que a despediram com impropérios, visando a petulância do crioulo em querer escrever pelos jornais, como os brancos.

Mas não era má a Carolina; apenas não queria que o seu filho, com as suas esquisitices, ofendesse os brancos dos quais ela tirava proveito com a sua lavação e engomação, seus únicos meios de subsistência numa cidade tão pobre de recursos.²⁷²

De maneira geral, em Santa Catarina – e mais especificamente em Desterro – a campanha abolicionista seguiu o modelo nacional, compartilhando, inclusive, de muitos dos seus argumentos, táticas e estratégias. Um desses recursos de mobilização, as “sociedades beneméritas em prol da libertação dos escravos”, teve o seu primeiro empreendimento com a criação da Sociedade Abolicionista do Desterro. Fundada em 10 de junho de 1883, por iniciativa do Secretário do Governo Provincial, o pernambucano João Lopes Ferreira Filho, a Sociedade Abolicionista do Desterro congregava algumas das personalidades mais proeminentes entre a elite econômica e política da cidade. Entre os seus membros-fundadores estavam nomes como os de Afonso de Albuquerque Melo, Eliseu Guilherme da Silva, Germano Wendhausen e os já citados Estevão Manoel Brocardo e Virgílio José Vilela. No mais, além dessas organizações, também surgiram na cidade alguns clubes e sociedades beneficentes dedicadas à propaganda e ao estabelecimento de fundos para a promoção de alforrias.²⁷³

Pode-se dizer que o movimento de luta e opinião ao qual chamamos “abolicionismo” foi um fenômeno histórico heterogêneo que compreendeu

²⁷² FIGUEREDO, Araújo. Op. cit. p. 43v.

²⁷³ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. cit., 1987. p. 199-200.

diversas formas de atuação política, diferentes concepções do processo de emancipação e múltiplas percepções acerca dos escravos e da população brasileira.²⁷⁴ Além disso, o abolicionismo foi um movimento que reagiu “a contextos socioeconomicos regionalmente diferenciados”, adquirindo feições mais ou menos radicais conforme a sua capacidade de responder aos interesses políticos e econômicos dos diferentes grupos que, nas províncias, chamavam para a si a responsabilidade pela sua condução e liderança.

Definida por alguns autores como um “assunto de branco”, em Santa Catarina o movimento emancipador adquiriu um caráter predominantemente elitista. Uma característica que se expressava, entre outras coisas, pela marcante defesa dos “direitos senhoriais” e da legitimidade da propriedade escrava por oposição a propostas reformistas menos graduais de emancipação.²⁷⁵

Nesse contexto, Cruz e Sousa foi, além de um crítico radical da escravidão, também um crítico moderado do movimento abolicionista desterrense. Sua militância, portanto, deve ser compreendida não só em oposição às idéias e grupos sociais “conservadores”, mas também em contraste com determinados agrupamentos e vertentes internas ao próprio movimento antiescravista. Como já indicamos, um dos traços mais característicos do seu estilo como redator era a linguagem despojada, a ironia e o deboche. Exemplar dessa sua forma de escrever e abordar os assuntos mais diversos é a nota publicada em 24 de maio de 1885. Nela, Cruz e Sousa, em tom coloquial, articulando inclusive expressões associadas às populações de origem africana (“antônse”) questionava, sob a forma de monólogo, a sinceridade e o empenho dos integrantes do Clube Abolicionista de Desterro – instituição fundada em 13 de abril de 1884 em substituição a antiga Sociedade Abolicionista do Desterro.²⁷⁶ Formado por algumas das figuras mais proeminentes da elite local, a omissão do Clube diante do “Caso Brocardo” foi, muito provavelmente, um dos principais motivos que levaram Cruz e Sousa a redigir essa provocação.

Senhor club abolicionista, como vae você, rapaz.

²⁷⁴ SANTOS, Cláudia Andrade dos. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS, Daniel Aarão. (Org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 56.

²⁷⁵ PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. p. 78.

²⁷⁶ BLUM, Heitor. Op. cit. p. 15-16.

Já não me dá um ar da sua graça, de você, ou da sua desgraça, também de você.

Antônse; meu fio...

Ué, pois você não se criou e se creou para aparecer à gente, andar entre as pessoas acceiadas e de collarinho lavado...

Pois você mesmo, seu club, terá vergonha de appresentar-se aos póvos, você que é tão elegante, tão *chic*, e até, que direi eu, tão gostoso...

[...]

E o teu espírito de... raça, o teu patriotismo tês e inglez.

Pois, meu club, tu não sabes que as cousas feitas com a pedanteria do orgulho de proteger e não com a sinceridade da magnitude humana, são cousas... parentes d'aquellas cousas feias que se jógam à praia nas aguas sujas?!...

Acceléra a marcha sociocratica, transmuta o trabalho escravo, pelo trabalho francamente, luminosamente livre.

E... não faças do progresso... um kagado tranquillo.

Emociona-te, urge que te emociones, club.

Vamos lá!..²⁷⁷

A crítica expressa pelo jornalista Cruz e Sousa, no entanto, também precisa ser relativizada. A despeito da acidez retórica, do estilo provocativo da sua linguagem, a visão expressa pelo jornal *O Moléque* acerca da escravidão, do escravizado e do abolicionismo não diferia radicalmente daquela veiculada pelos outros periódicos da cidade. Pelo contrário, ao compararmos o conteúdo antiescravista de jornais conservadores, liberais, republicanos e “imparciais”, percebemos muito mais similaridades do que discrepâncias.

Vejamos o caso do jornal *A Voz do Povo*. Lançado no início do ano de 1885, pela mesma época em que se fundava o primeiro clube republicano de Desterro, o jornal anunciava-se como “propriedade de uma associação” e “orgam do Partido Republicano”.²⁷⁸ Periódico de vida efêmera (seu último número saiu em 29 de novembro), sua finalidade

²⁷⁷ CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 23, 24 mai. 1885.

²⁷⁸ PEDRO, Joana Maria. Op. cit., 1995. p. 78.

última foi projetar a mal-fadada candidatura do seu redator-chefe, José de Araújo Coutinho, nas eleições provinciais daquele ano. Por ser um jornal “oficioso”, seu ponto de vista editorial expressava, em grande medida, os direcionamentos do Partido Republicano com relação à “questão do elemento servil”. Uma série de posicionamentos ambíguos e que coincidiam, em muitos aspectos, com os interesses dos setores escravocratas da sociedade brasileira. Um desses pontos de convergência entre os posicionamentos oficiais do Partido Republicano e os interesses dos proprietários de escravos entre 1884 e 1885 era a crítica ao Projeto Dantas e a defesa da “propriedade senhorial”. Ou seja, a defesa intransigente da necessidade de se garantir aos senhores a indenização monetária para a libertação de escravos idosos prevista pela chamada “Lei dos Sexagenários”.²⁷⁹ Esse ponto de vista se expressou num editorial publicado em *A Voz do Povo* no dia 31 de maio de 1885. Nele, o seu redator-chefe, Araújo Coutinho, explicitou a sua concordância com relação à garantia dos “direitos de propriedade” e a necessidade de se indenizar os senhores de escravos.

O governo não póde querer a libertação sem indemnisação, porque isso é um attentado aos direitos de propriedade.

Não somos escravocratas; ao contrario reconhecemos que a escravidão è um cancro social, uma nodoa que mancha uma das paginas da nossa historia e uma propriedade que nos repugna tanto como deve repugnar a todos que a possuirem.

Mas não é legal essa propriedade? Não tem o senhor de escravo empregado n'elle o seu capital tão legalmente como se o tivesse empregado n'um predio? não paga os impostos com que sobre elle é tributado? Logo, se a lei dá direito de ter no Imperio a propriedade escrava e sobre ella manda o governo cobrar impostos, reconhece-a legal, é uma inconstitucionalidade, um attentado querer destituir d'ella o seu proprietario sem indenemnisal-o d'uma quantia aproximada ao seu valor, que, na epocha presente como na futura, não póde ser de grande monta.²⁸⁰

²⁷⁹ CONRAD, Robert. Op. cit. p. 266-269.

²⁸⁰ *A Voz do Povo*, Desterro, 31 mai. 1885.

Inconfessadamente ligado ao Partido Liberal, durante todo o tempo em que o *A Voz do Povo* esteve em circulação, o jornal *O Moléque* travou duras críticas ao candidato republicano. Apelidado por Cruz e Sousa de “seu Zéca”, José de Araújo Coutinho e o seu jornal foram alvos constantes de críticas mordazes e caricaturas ridicularizantes. Nesse esforço de desmoralização pública, uma das estratégias adotadas pelo *O Moléque* foi explicitar o caráter conservador do seu adversário com relação à idéia de abolição imediata e sem indenização. No mais, outro ponto constantemente destacado pelo jornal foi o questionamento das “verdadeiras” convicções republicanas de José de Araújo Coutinho, cujas opiniões políticas, como sugeria Cruz e Sousa na sua réplica ao editorial de *A Voz do Povo*, lhe pareciam mais reacionárias do que às de muitos monarquistas hostis às idéias de reformas.

Appareceo "A Voz do Povo" ou antes "A Nóz do Povo" porque parêce que o Imperadôr do Divino quér... dar nózes á quem não tem dentes, como diz o vulgo.

Mas nós cá estamos.

Depois das chapas sacramentaes, das pilulas rethoricas e da peroração chata, "A Vòz do Povo" que já sabe (quem ensinou, seu Zéca) que a escravidão é um cancro social, uma nodoa que mancha uma das paginas da nossa história e outras cousas pifias e lorpamente velhas e tôlas, depois de um estylo quinhentista de Garção, affirma de uma maneira pavonesca e ridicula a existencia da propriedade escrava, disendo-se, o órgão coroado, republicano intransigente, mettendo a baila a indemnisação, provando pouco senso, criterio e sentimentos de homem decente e bem intencionado.

O homem nunca foi propriedade de outro homem.

Não temos a culpa que os nossos antepassados commettessem um roubo, um crime perante o direito, abrissem um abysmo de lama a nossos pés; cumprenos a nós, e, unicamente a nós, brasileiros, tapar esse abysmo, enchel-o de auroras de redempção, cobril-o com as irradiações da liberdade.

A Indemnisação é um absurdo...

Desde a lei de 28 de Setembro, que os possuidores de escravos, deveriam prevenir-se, observar as cousas, pois, era facto que, mais cedo ou mais tarde, com o cumprimento daquela lei, haveria transformação nessa mal encarada propriedade.

A Indemnização é uma burla.

Indemnizar os senhores?...

E quem indemnizará os miseros escravos da sua eterna noite de treva, das suas agonias, das suas afflicções, das suas lagrimas?!

Vamos, responda o Imperador do Divino, fale o sr. Coutinho republicano, responda o homem do sceptro e do barrete.²⁸¹

A campanha travada contra a candidatura de Araújo Coutinho em *O Moléque*, por sua vez, se reverteu em ataques pessoais contra o seu editor. Em coluna publicada no dia 30 de agosto e assinada, simplesmente, por “Lucio”, o jornal *A Voz do Povo* respondeu com ofensas racistas às críticas assumidas por Cruz e Sousa em seu jornal. Ironizando o facto de, na época, Cruz e Sousa dizer-se publicamente um entusiasta do moderno pensamento científico, o cronista de *A Voz do Povo* evocou uma passagem do “transformista” (como então eram chamados os adeptos da teoria da evolução das espécies de Darwin) Ernst Haeckel.

[Digno de nota], só digno de nota (e foi-o até a época do *Terror*) a saída do *Moleque*. - Sempre justificando o titulo, sempre cheio de *Trac* e - segundo elle proprio diz - preto.

E o tal Sr. Trac é de uma energia!

Como dizem-nos, porém, que elle diz que é transformista, apresentamos á sua meditação o seguinte pedaço citado por Haeckel, na Historia da Creação:

<<A meu ver, o negro é uma especie humana inferior; não posso me decidir a olhal-o como um homem e como um irmão; porque então seria preciso admittir na familia humana tambem o gorillo e o chimpanzé.>>

²⁸¹ CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 25, 7 jun. 1885.

E' duro de roer-se, mas é da escola, e por
coherencia deve aceitar-o o *moleque* nos piparotes.²⁸²

Não obstante, a despeito de todos os ataques pessoais sofridos por Cruz e Sousa, bem como dos seus posicionamentos críticos frente ao movimento abolicionista local, o jornal *O Moléque* manteve uma atitude amistosa com respeito a toda e qualquer manifestação de apoio à causa da emancipação. Nesse sentido, apesar de expressar um posicionamento bastante crítico com relação à idéia de “propriedade senhorial”, nem Cruz e Sousa, nem o jornal *O Moléque* questionaram o significado das “libertações” financiadas pelo fundo de emancipação provincial ou qualquer outro tipo de concessão de liberdade mediante pagamento ou serviços. Pelo contrário, seu jornal fez coro comum à maioria das folhas abolicionistas no que dizia respeito à louvação dos atos de “caridade senhorial” e jamais problematizou o sentido político de se “conceder” cartas de alforrias. Implícito nesse silêncio estava se não uma anuência ao menos uma tolerância diante de posturas contrárias aos seus próprios posicionamentos acerca da propriedade senhorial ou do direito universal à liberdade. No mais, o jornal *O Moléque* também não questionou explicitamente, tampouco sistematicamente, o flagrante desrespeito à lei de sete de novembro 1831 – que, desde a sua promulgação, tornava formalmente “livre” qualquer africano trazido ao Brasil por meio de contrabando.²⁸³ Um recurso que, no contexto, da campanha abolicionista das décadas de 1870 e 1880, foi reiteradamente evocado por abolicionistas mais radicais como argumento pró-libertação imediata e não indenizada.²⁸⁴

Representativa desse tipo de moderação política foi a nota, publicada no dia 13 de setembro, em *O Moléque*. Nela, Trac, o indômito alter ego de Cruz e Sousa, elogiava o Delegado Virgílio José Vilela pela sua participação numa cerimônia de concessão de alforrias.

No dia 7, á uma hora da tarde, houve em Palacio a entrega de 28 cartas de liberdade, pela caixa-fundo de emancipação provincial.

²⁸² *A Voz do Povo*, Desterro, 30 ago. 1885.

²⁸³ MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Almanack*. Guarulhos, n. 2, p.20-37, 2011.

²⁸⁴ Sobre o chamado “direito dos escravos”, ver: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: UNICAMP; CECULT, 1999.

Foram distribuidas pelo Dr. Chefe de Policia que dêo fulgôres ao acto, proferindo um bonito discurso aos libertandos.

E' agora a occasião de felicitar a Provincia e pedir-lhe, em nome da Liberdade que tem vivido a chorar á sombra do anachronismo escravocrata, toda sympathia todo o amor, todo o carinho pela redempção da desgraçada raça dos tristes.

Vinte e oito cartas de liberdade, são vinte e oito benções de consolo, de purificação moral!

Vamos, Santa Catharina, mais um esforço sobre ti mesma e galgará o pedestal do Capitolio da Luz Democratica que encoraja os fracos e illumina os fortes, e aquelles que estão sob a terrivel noite das desesperanças e das duvidas!

Mais um passo para a igualdade dos direitos, para a communhão das almas.

Obrigado, pelos libertandos do dia 7.²⁸⁵

Num primeiro momento pode parecer curioso ver Cruz e Sousa enaltecendo a sensibilidade de um homem que, há apenas alguns meses atrás, ele próprio havia detratado publicamente por sua suposta “incivilidade” enquanto diretor do Clube 12 de Agosto. A aparente ambigüidade expressa em notas como essa deve, no entanto, ser relativizada levando-se em conta certa concepção ética e política que orientava as atitudes do militante Cruz e Sousa. Como ele próprio declararia em 1887, “o Abolicionismo não discute pessoas, não discute indivíduos nem interesses; discute princípios, discute coletividade, discute fins gerais”.²⁸⁶ Dentro dessa perspectiva o que deveria contar era o sentido dos atos concretos de cada um frente à causa maior da abolição. Como ou quem realizava esses atos era uma discussão secundária ou mesmo irrelevante. Em suma, era necessário acabar com a escravidão e, para tanto, fazia-se mister libertar-se os escravos. O ideal era que tal fim se realizasse imediatamente e sem nenhum tipo de concessão ou obstáculo. No entanto, frente às circunstâncias, era precisava-se operar com o disponível. O que significava, entre outras coisas, levarem-se em consideração as leis de

²⁸⁵ CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 38, 13 set. 1885.

²⁸⁶ CRUZ E SOUSA, João da. Abolicionismo. In: _____. Op. cit., 1998. p. 138-141. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 22 jun. 1887).

propriedade senhorial e, por fim, o desejo pessoal dos próprios escravocratas em deixarem de sê-lo.

O jornal *O Moléque* parou de circular em novembro de 1885. O fim desse periódico, contudo, não afastou Cruz e Sousa do debate público em torno da escravidão e do abolicionismo. Participando da redação de outros jornais, sobretudo da *Tribuna Popular*,²⁸⁷ o escritor se manteve ativo como um dos mais destacados publicistas da “causa do Bem” e do “progredimento” em Desterro. Atuação que em, 30 de maio de 1888, por ocasião da sua partida para a Corte (talvez movido pela euforia com a chamada “Lei Áurea” de 13 de maio), lhe valeria a seguinte nota no jornal *A Regeneração*:

Seguiu, hontem, no vapor *Aymoré*, para a capital do Império, o distincto poeta e escriptor Cruz e Souza, um dos bons talentos da provincia de Santa Catharina.

Cruz e Souza foi um dos abolicionistas que, pelas columnas da *Tribuna Popular*, soube com heroismo defender, das injustas accusações, aquelles que se dedicaram á santa causa, esforçando-se pela liberdade dos captivos.

A sua penna jamais tremeu deante das ameaças, e sempre a brilhar como um sol vibrante, muito concorreu para a extinção do captiveiro nesta capital.

Ao seu bota fóra assistiram muitos amigos e pessoas que admiravam o pujante talento do importante catharinense.

Desejando ao illustre escriptor uma viagem prospera, almejamos-lhe um futuro bonito e brilhante.²⁸⁸

²⁸⁷ O jornal *Tribuna Popular* (que se autodenominava um “órgão dos interesses do comércio, indústria, lavoura, abolicionista e neutro”) circulou em Desterro entre os anos de 1885 e 1892. Infelizmente, contudo, da sua coleção originalmente depositada na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, pouquíssimos exemplares chegaram até nós. Nenhum deles, aliás, referente aos anos da campanha abolicionista. Alguns poucos números, datados da década de 1890, podem ser encontrados no acervo da Biblioteca Nacional.

²⁸⁸ *A Regeneração*, Desterro, 30 mai. 1888.

A análise do material publicado em *O Moléque* comprova que Cruz e Sousa foi, de fato, um jornalista comprometido com a causa da abolição em Desterro. Suas notas, artigos e editoriais indicam, inclusive, posicionamentos que podem ser considerados “radicais” e polêmicos em relação ao próprio movimento abolicionista local. Seu “radicalismo”, contudo, se limitava à defesa da abolição imediata e sem indenização, não chegando a tocar, por exemplo, em questões mais sensíveis tais como o protagonismo dos trabalhadores negros escravizados no processo de luta pela sua própria emancipação. A crítica dos seus textos jornalísticos sugere-nos, portanto, que a sua percepção acerca da militância abolicionista não diferiu significativamente da maioria dos seus contemporâneos. Em outras palavras, para o escritor, a busca pela liberdade dos escravizados parece ter sido, sobretudo, um esforço a ser realizado pelos homens livres e esclarecidos a favor dos chamados “homens-cousas”²⁸⁹ (aqueles seres “maquinados”, que “tinham um cordel nos olhos, outro na boca, outro na cabeça, outro nas pernas, outro nas mãos”²⁹⁰). Além disso, a sua condenação do escravismo se assemelha, em grande parte, a visão liberal e humanitária dos abolicionistas locais acerca da “questão servil”. Ou seja, para ele a escravidão significou, sobretudo, um empecilho ao progresso material do país e à perfectibilidade moral,

²⁸⁹ A expressão “homens-cousas” como designação para os trabalhadores negros escravizados apareceu, por exemplo, num editorial do jornal *O Abolicionista*. Nele, o seu redator escrevia: “Vae caminhando acceleradamente o movimento abolicionista. / Apezar, ainda, de muita opposição a essa luminosa idéa de progresso e civilização, vão tendo novos horisontes esses *homens-cousas* que vivem entre as trevas da senzala e o azorrague dos senhores.” (*Abolicionista*, Desterro, 23 nov. 1884). O uso do termo me parece exemplar de um modo comum de ver os escravizados, recorrente, inclusive, no interior da própria imprensa abolicionista. Os escravizados, os “homens-cousas”, aos quais se referia o autor da passagem transcrita, quando surgiam nas páginas dos jornais, via de regra, apareciam apenas como objetos do discurso. Suas existências, quase sempre, eram reduzidas às necessidades ou aspirações dos “cidadãos” legítimos e quase nunca consideradas em relação às suas próprias realidades. Nesse sentido, a maioria dos jornalistas do final do século XIX aparentemente cumpria a risca a recomendação de Joaquim Nabuco quando este escreveu que a propaganda abolicionista “com effeito” não deveria se dirigir “aos escravos.” Direcionada à classe média “branca” e instruída, a imprensa abolicionista, de fato, ignorava o negro escravizado como um interlocutor possível.

²⁹⁰ CRUZ E SOUSA, João da. À Bilu. In: _____. Op. cit., 1998. p. 86-87. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 7 jul. 1887).

política, econômica e social da nação brasileira. Desse ângulo, a escravidão constituiria, basicamente, uma questão de “progresso” e de “civilização”. Um ponto de vista, que, aliás, foi bastante convencional na imprensa desterrense do final do século XIX.

3.3 Umas “histórias simples”

O regresso de Cruz e Sousa à Desterro, em 1885, marcou também uma nova fase na sua carreira literária. Coincidindo com o desenvolvimento de uma mobilização abolicionista local, mais expressiva e articulada, foi, por essa época, que o autor passou a aliar, com maior frequência e desenvoltura, o seu trabalho estético à militância antiescravista. É desse ano, por exemplo, o lançamento do livro *Trópos e Phantasias*. Nesse impresso, uma brochura editada em parceria com Virgílio Varzea pela tipografia do jornal *A Regeneração*, Cruz e Sousa assinava o único texto abolicionista incluso na obra. O conto *O Padre* representava uma nova postura assumida por Cruz e Sousa diante do público leitor em Desterro. Nesse texto, um monólogo dedicado ao abolicionista pernambucano João Lopes Ferreira Filho, nos deparamos com um autor incisivo e polêmico. Um escritor visivelmente ansioso por utilizar a literatura como um instrumento de intervenção no debate público. No caso, denunciando, de maneira bastante ácida, a atitude conservadora, e mesmo reacionária, assumida por parte do clero católico frente à questão da escravidão e do abolicionismo.²⁹¹ Estávamos, portanto, bem distantes da atitude mansa do jovem aspirante a poeta que, ainda em 1883, esforçava-se por angariar simpatias da elite local por meio de versos de circunstância. Em 1885, a literatura de Cruz e Sousa, assim como a sua pena de jornalista, buscava exprimir uma postura intelectual mais crítica, combativa e politizada. Tentava expressar, como a maioria dos “homens de letras” da sua geração, um claro senso de militância baseado nas ideias de reforma social que despontavam no final do Império.²⁹²

No entanto, não nos basta verificar a existência de uma produção literária de cunho abolicionista no interior da obra de Cruz e Sousa. Limitar-se a isso é dizer muito pouco sobre a dimensão política da sua

²⁹¹ CRUZ E SOUSA, João da. O padre. In: CRUZ E SOUSA, João da; VARZEA, Virgílio. Op. cit. p. 57-64.

²⁹² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p. 96-137.

trajetória intelectual. É necessário que nos debrucemos sobre o conteúdo dos seus textos. É preciso que busquemos lê-los em relação ao seu próprio tempo e contexto imediato de produção. Em suma, é indispensável que nos perguntemos *como* Cruz e Sousa abordou literariamente os temas da abolição e do escravismo. De que modo esse escritor negro, filho de ex-escravos, criado nas dependências de um casario senhorial, educado entre a cozinha e a sala de visitas de um marechal do Império, teria representado os grupos e as relações sociais que estruturavam a realidade brasileira do final do século XIX. Através de quais imagens esse sujeito fronteiriço, que conheceu tão intimamente o mundo dos proprietários e o mundo dos trabalhadores escravizados, representou criticamente o universo da escravidão. Em suma, nos perguntamos: “qual teria sido a especificidade da ‘literatura abolicionista’ produzida por João da Cruz e Sousa”?

Como demonstrei no início deste capítulo, a obra de Cruz e Sousa não só apresenta textos literários definíveis como “abolicionistas” como, também, essa produção é relativamente numerosa. No mais, constatei que esse *corpus* é formado quase que inteiramente por composições de espécie lírica, sendo a maioria dos seus textos composta por sonetos, odes e triolés. A exposição desses dados indica, portanto, que estou ciente da importância da poesia no interior da produção abolicionista de Cruz e Sousa.

No entanto, a despeito da aparente preferência atribuída pelo autor a essa forma de expressão estética, aqui, não me concentrarei nos seus textos poéticos e sim nas suas narrativas ficcionais em prosa. Tal escolha, no entanto, não é arbitrária e se justifica pelo meu interesse em dar maior visibilidade a uma parte da sua obra tradicionalmente alijada das análises críticas.

Como já vimos, entre as produções ficcionais de cunho explicitamente abolicionista escritas por Cruz e Sousa, chegaram a nós apenas três títulos: os contos *O Padre* (publicado em 1885 no livro *Trópos e Phantasias*), *Consciência Tranqüila* (texto publicado por Andrade Muricy em 1961) e *Histórias Simples* (conjunto de oito narrativas curtas. Dentre esse conjunto de textos, a seguir analisaremos apenas a sequência de *Histórias Simples*. E isso por duas razões: 1ª) pela sua primeira publicação ser contemporânea ao recorte cronológico desta pesquisa; e 2ª) pela função conscientemente política atribuída pelo autor a essa obra em específico.

No mais, antes de prosseguirmos, cabe aqui uma breve, mas importante consideração acerca de alguns aspectos envolvendo história e literatura. Analisar obras literárias sob a perspectiva da história exige

certos cuidados. Textos literários não são apenas documentos, testemunhos. São, antes de qualquer coisa, objetos de criação artística. Sua relação com a realidade, portanto, não pode ser tomada de forma automática, mecânica. Como nos ensina Antonio Candido, é preciso sempre ter-se em mente a relação arbitrária que o trabalho artístico em geral, e o literário em particular, estabelece com a realidade, mesmo quando este pretende observá-la e reproduzi-la da maneira o mais fiel possível. *Mimese* – escreve o crítico – é sempre *poiese*.²⁹³ Recriar é sempre um modo de inventar o real partindo-se dessa mesma realidade. Nestas páginas não pretendo realizar uma análise sistemática da realidade histórica recriada pelos contos de *Histórias Simples*. Antes disso, opto por apresentá-los naqueles seus aspectos inventivos e formais que mais me chamam a atenção e que me parecem os mais promissores num esforço de entendimento desses textos nas suas relações com o seu contexto de produção. Relações que pretendo efetuar considerando a interação dinâmica entre os diferentes momentos da criação literária. A saber, a posição social do artista; a configuração da obra e, principalmente, as suas relações com o público.

Publicada com intervalos, mais ou menos esparsos, entre os dias 23 de junho e três de setembro de 1887, no jornal *A Regeneração*, *Histórias Simples* representa bem o destino de boa parte da produção juvenil de Cruz e Sousa. Disperso desconhecido por Andrade Muricy, sua inclusão nas *Obras Completas* só ocorreu em 1995, depois de um primeiro esforço de divulgação realizado por Iaponan Soares no final da década de 1980. Esquecida, fragmentada, reunida de modo precário, coligida tardiamente, foi por pouco que *Histórias Simples* não desapareceu permanentemente para a crítica e história literária.²⁹⁴

²⁹³ CANDIDO, Antonio. Op. cit., 2000. p. 13.

²⁹⁴ Em nota ao apêndice do livro *Ao Redor de Cruz e Sousa*, Soares nos informa sobre o modo precário que os textos de *Histórias Simples* chegaram até nós: “Estas narrativas foram publicadas no jornal desterrense “A Regeneração”, entre junho e setembro de 1887. À coleção de que dispúnhamos faltavam as duas histórias iniciais, bem como o texto de introdução. Por gentileza do pesquisador Élio Ballstaedt nos foi possível ter esta *Histórias Simples* completas, que aqui publicamos com o propósito de preservá-las, pois o volume de “A Regeneração” referente ao ano de 1887 há muito que foi extraviado da Biblioteca do Estado.” SOARES, Iaponan. Op. cit. p. 80. De fato, ao longo desta pesquisa, não encontramos, em nenhum dos acervos consultados, nenhum exemplar referente ao ano de 1887 do jornal *A Regeneração*. Assim, na impossibilidade de termos tido acesso à publicação original de *Histórias Simples*, fomos obrigados a buscar uma

180

Concebida como uma peça de propaganda, a publicação da série *Histórias Simples* se inscreve num momento muito específico da campanha abolicionista, tanto no âmbito nacional, quanto no cenário local de Desterro. Segundo Robert Conrad, entre 1886 e 1887 a escravidão já estava, na prática, quase desmantelada nas principais províncias do Império. Com o relaxamento das leis escravistas, inclusive as que previam os castigos físicos, as fugas em massa tornaram-se cada vez mais comuns nas fazendas localizadas nos grandes centros exportadores. A evasão dos trabalhadores escravizados, as revoltas e a desmoralização da instituição da escravidão, por essa altura, já fazia com que muitos escravocratas passassem a apoiar medidas emancipacionistas e até formassem associações com esse direcionamento.²⁹⁵ Paralelamente à inviabilização prática do sistema, nesses anos grassavam, também, sobretudo nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, as hostilidades e a repressão violenta contra os abolicionistas. Nessas regiões tornavam-se cada vez mais freqüente as situações de confronto entre militantes e forças policiais. Em muitas cidades manifestações eram dispersas com brutalidade, reuniões e comícios eram proibidos e líderes eram presos.²⁹⁶ Em Desterro, as notícias das revoltas escravas, que se espalhavam pelo Vale do Paraíba, contribuíam para formar um sentimento coletivo de falência do regime. Em 15 de maio de 1887, por exemplo, o *Jornal do Commercio* estampava, na sua primeira página, a seguinte nota:

Na cidade de Campos, segundo um telegramma d'ali para a côrte, os escravos de Francisco Thomaz Pinheiro, insinuando estavam preparados para insuagir-se, matando o feitor e o dono da fazenda. A policia em tempo pôde fazer abortar a insurreição e os assassinatos, prendendo os cabeças.²⁹⁷

O sistema desmoronava a olhos vistos. Acompanhando o clima geral que se evidenciava em quase todo o Império, em Desterro os ânimos

versão contemporânea do texto. No caso, optamos pela edição crítica publicada no livro *Dispersos: Poesia e Prosa*. Não obstante, a julgar pelos nossos objetivos, não acreditamos que esse limite da pesquisa deva ser considerado como um fator determinante para a avaliação dos resultados da nossa análise. CRUZ E SOUSA, João da. Op.cit., 1998.

²⁹⁵ CONRAD, Robert. Op. cit. p. 298-307.

²⁹⁶ Ibidem. p. 319-328.

²⁹⁷ *Jornal do Commercio*, Desterro, 15 mai. 1887.

antiescravagistas ganharam maior expressividade entre os anos de 1886 e 1888. Foi por essa época que, depois de anos de um emancipacionismo bastante discreto, se iniciou, por exemplo, um movimento sistemático visando à “libertação” da capital. Tomando como modelo as ações de núcleos abolicionistas de outras regiões do país, no dia 15 de maio de 1887, a Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro deliberou pela realização de um “bando precatório” em “favor dos captivos”. O ato, que objetivava levantar fundos para manumissões coletivas, se inspirava em medidas idênticas tomadas em outras províncias e almejava a “glória” de projetar Desterro entre as capitais mais “adiantadas” do Império.

As providências tomadas pela Diabo a Quatro, por sua vez, foram amplas. Articulando não só indivíduos, mas também toda a imprensa desterrense, bem como órgãos de representação de classe, dentro de alguns dias o plano de liberação da capital começou a repercutir publicamente. Em 18 de maio, o *Jornal do Commercio*, publicou a carta enviada pela Diretoria da sociedade carnavalesca à sua redação. Na correspondência, assinada por Germano Wendhausen e outros antigos militantes do movimento abolicionista local, ficou exposta a declaração de princípios da Diabo a Quatro.

Secretaria da sociedade carnavalesca Diabo a Quatro, 16 de Maio de 1887. – Sr. redactor. – A sociedade carnavalesca *Diabo a Quatro*, vibrada dos mais puros sentimentos pela causa da redempção dos captivos, que é a causa collectiva do paiz, tem a honra e o alevantado prazer de communicar á redacção do jornal que V. representa, que, por deliberação da directoria, a 15 do corrente, ficou assentado, por unanimidade de votos, que aquella sociedade se instituísse em bando precatório, percorrendo todas as ruas desta capital, esmolando em favor dos captivos, e, não só recebendo quantias em dinheiro como todo e qualquer objecto, que nesse caso terá a applicação dos fins utilitarios e nobres a que o bando se destina.

A directoria communica ainda a V. que vai officiar a todas as corporações existentes nesta cidade para tomarem parte nessa festa. Communica mais que a commissão de trabalhos offerece um carro allegorico, de accordo com o acto, que se

deverá realizar a 24 de Junho proximo, e, talvez, a 25 e 26, e para o qual convida, desde já, a V.

Assim, a directoria espera da digna redacção dessa folha todo o acolhimento a esta idéa e todos os elementos de auxilio e de applauso, para que tal festa, que é uma festa de humanidade, tome um caracter sério e patriotico, na altura e na pompa de uma festa civica e piedosa.

Espera tambem que a redacção leve ao conhecimento do povo, de que é uma festa de todos, de todas as classes, de todas as cathogorias sociaes, de todas as côres e de todos os sexos, profundamente democratica e inteiramente popular, e de que a mais diminuta quantia, o mais simples objecto, se transformará no erario dos escravos, em consoladoras lagrimas de liberdade.

Deus guarde a V. – Sr. redactor do *Jornal do Commercio*. – Germano Wendhausen – J. A. Portilho Bastos – Manoel Joaquim da Silveira Bittencourt – Camillo José de Souza – João Praxedes Marques Aleixo – Francisco José da Silva Dutra – Guilherme Kaspers.²⁹⁸

Nos dias que se seguiram a 15 de maio, outras cartas de convocação, aparentemente com um conteúdo similar ao transcrito acima, foram enviadas a todas as redações, associações de classe, estabelecimentos de ensino e personalidades “ilustres” de Desterro. As respostas, por sua vez, foram publicadas integralmente nas primeiras páginas de vários números do *Jornal do Commercio*. Cruz e Sousa, na época um dos redatores da *Tribuna Popular* e um dos jornalistas mais conhecidos na imprensa local, foi um dos contatados. Sua resposta, publicada no dia 2 de junho, dividia a coluna com as correspondências do advogado José Henriques de Paiva, do secretário interino João Maria Duarte, Manoel Bernardino Augusto Varella, bem como a de outras figuras “respeitáveis” da cidade.

Desterro, 31 de Maio de 1887. – Illms. Srs. –
Cumpre-me responder ao officio de VV. SS. que me
foi dirigido em data de 20 deste mez. Agradecendo,

²⁹⁸ SOCIEDADE CARNAVALESÇA DIABO A QUATRO [Carta] 16 de mai. 1887, Desterro [para] JORNAL DO COMMERCIO. Desterro. In: *Jornal do Commercio*, Desterro, 18 mai. 1887.

summamente penhorado, as amabilidades cavalherosas e distincções que no alludido officio me fazem, cabe-me a occasião de cumprimentar, de saudar altamente, com um largo sopro de retumbante clarim de applauso, a digna e prestimosissima sociedade carnavalesca *Diabo a Quatro* á qual VV. SS. estão agremiados, pela idéa grandiosa e sympathica que tem de tratar de promover a libertação dos captivos desta capital. A Sociedade *Diabo a Quatro*, que ri, que solta a gargalhada do bom humor que abre nos corações de todos, ao sol da idéa, a luminosa e resplandecente flôr da alegria nos dias do seu curto mas pittoresco reinado de galhofa e de critica – os dias do carnaval – definio e ampliou mais a alma franca e fôrte que costuma ter nas festas de Momo, dando a essa alma toda a amplidão serena da Liberdade.

Eu faço significar, com toda a lealdade, o meu applauso a essa estimavel corporação, e ponho ao seu dispôr e ao dispôr da bella causa dos tristes, não sò a minha insignificante e deslustrada penna, não só o meu pequenino prestimo intellectivo, mas, todo o meu coração de patricio, que é para estes casos, o factor absoluto, aberto como um estandarte de paz e de democracia. A sociedade *Diabo a Quatro* que tenha sempre como divisa de luta, este principio philosophico e politico de um economista inglez: Destruir para organizar. – Deus Guarde a VV. SS. – Illms. Srs. Manoel J. da Silveira Bittencourt e mais dignos auxiliares da Directoria da Sociedade Carnavalesca *Diabo a Quatro*. – Cruz e Souza.²⁹⁹

Algumas semanas depois de enviar a sua resposta à Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro, Cruz e Sousa confirmou o seu compromisso de “dispôr” o seu “prestimo intellectivo” a “bella causa dos tristes”. Publicado no dia 22 de junho, no jornal *A Regeneração*, o artigo intitulado *Abolicionismo* esclareceu os seus posicionamentos com relação ao problema da escravidão. Nesse texto, uma espécie de preâmbulo às *Histórias Simples*, o escritor sistematizou a sua visão pessoal em torno das

²⁹⁹ CRUZ E SOUSA, João da. [Carta] 31 de mai. 1887, Desterro [para] SOCIEDADE CARNAVALESKA DIABO A QUATRO. Desterro. In: *Jornal do Commercio*, Desterro, 2 jun. 1887.

finalidades do movimento emancipador, bem como transpareceu alguns dos valores políticos, éticos e sociais que orientavam à sua crítica à instituição do cativeiro.

[O abolicionismo] Não vai unicamente por-se a favor do escravo pela sua posição tristemente humilde e acobardada pelos grandes e pelos maus, mas também pelas causas morais, que o seu individualismo traz a sociedade brasileira, atrasando-a e conspurcando-a.

Não se liberta o escravo por pose, por chiquismo, para que pareça a gente brasileira elegante e graciosa ante as nações disciplinadas e cultas. Não se compreende, nem se adaptando ao meio humanista a palavra escravo, não se adapta nem se compreende da mesma forma a palavra senhor.

Tanto tem de absurda, de inconveniente, de criminosa, como aquela.

Se a humanidade do passado por uma falsa compreensão dos direitos lógicos e naturais, considerou que podia apoderar-se de um indivíduo qualquer e escravizá-lo, compete-nos a nós que somos um povo em via de formação, sem orientação e sem caráter particular de ordem social, compete-nos a nós, dizíamos, fazer desaparecer esse erro, esse absurdo, esse crime.³⁰⁰

No dia seguinte, em 23 de junho, véspera do ato planejado pela Carnavalesca Diabo a Quatro, o jornal *A Regeneração* iniciou a publicação das *Histórias Simples*. A mensagem perseguida por cada um dos textos, por sua vez, podia ser sintetizada do seguinte modo: a escravidão é uma instituição bárbara e retrógrada, que avilta os homens e perverte a sociedade que a cultiva. Ou, como certa vez já havia enunciado Cruz e Sousa, “a escravatura” é “um mal para o indivíduo que a sofre e para o estado onde ela se admite”.³⁰¹

O primeiro capítulo da série foi precedido de um preâmbulo. Texto curto, de apenas alguns parágrafos, nessa nota preliminar Cruz e Sousa dirigia-se aos seus possíveis leitores com a pretensão de comunicar-lhes os

³⁰⁰ CRUZ E SOUSA, João da. Abolicionismo. In: _____. Op. cit., 1998. p. 138-141. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 22 jun. 1887).

³⁰¹ CRUZ E SOUSA, João da. Abolicionismo. *O Molêque*, Desterro, n. 43, 19 out. 1885.

objetivos da obra. Esse seu esforço em esclarecer as razões do seu próprio trabalho, contudo, deve ser lido com atenção redobrada. É aqui que Cruz e Sousa se deixa surpreender na expressão de alguns valores estéticos e ideológicos que fundamentam a construção de cada um dos seus contos.

Para solenizar gentilmente, com todas as delicadezas do espírito, a fulgorantíssima idéia de libertar escravos nesta aprazível terra, vamos contar aos amabilíssimos senhores e particularmente às exmas. senhoras, umas “histórias simples”, interessantes e leves e fáceis e claras, uma espécie de *croquis* ligeiro do escravo no lar e na sociedade, com a mesma luz geral do método racionalista, intuitivo e prático do grande alemão Froebel, um belo homem que à luz do *Jardim da Infância* estabeleceu a fisionomia lógica do ensino primário nas sociedades infantis do mundo, com a sua ciência liberal e fecunda de transcendentalismo pedagógico.³⁰²

Sabemos que declarações de intenções e profissões de fé quase sempre são muito mais eloqüentes pelas coisas que elas não nos dizem (ou nos dizem nas entrelinhas) do que por aquilo que elas de fato enunciam. No entanto, aqui, a finalidade declaradamente social da obra parece se confirmar pelo seu desenvolvimento subsequente. Partindo de uma concepção moralizante de literatura, o autor apresentava os seus textos não só como peças de fruição estética, mas como objetos de utilidade prática. Buscando unir funcionalidade e beleza, o seu interesse não era só o de comover, mas, também, o de educar o público. Convencer a audiência, através de uma retórica adequada, acessível e impressionante, da importância de determinado princípio ético e político. Nesse sentido as “histórias simples”, serviam quase como lições ou parábolas. No mais, ao justificar a sua obra com o objetivo de “solenizar gentilmente” a “idéia de libertar escravos”, é possível alinharmos o texto de Cruz e Sousa a chamada “literatura de tese”. Segundo Heloisa Toller Gomes, o texto literário “de tese” se pretende unívoco. Sua principal característica é a apresentação de um ponto de vista “correto” em detrimento de todas as outras visões possíveis. Sua intenção é a defesa convincente de uma “boa

³⁰² CRUZ E SOUSA, João da. Histórias simples. In: _____. Op. cit., 1998. p. 73. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 23 jun. 1887).

idéia” ou princípio. Passível de ocorrer em qualquer gênero, quando a literatura de tese se expressa na ficção o que se percebe é a união da ação dramática a uma “palavra interpretativa” interna ao texto (exposta através da voz narrativa ou dos personagens) e que dispensaria o julgamento do próprio leitor. Haveria, portanto, um sentido “exato”, imposto externamente pela autoridade do autor e que se revelaria pela palavra autoral, pela estruturação da narrativa e pela hierarquização dos valores representados no texto³⁰³. Esse procedimento estético busca reforçar, portanto, não só o caráter normativo da arte, mas também a sua intencionalidade política. Mais do que instruir ou moralizar, pode-se dizer, portanto, que as *Histórias Simples* foram concebidas, também, como uma intervenção no debate público em torno do fim da escravidão no Brasil.

Além dessa concepção de criação como “militância intelectual” cabe notar, também, a projeção que Cruz e Sousa fazia dos seus leitores. Seu público era representado como sendo composto especialmente por mulheres. A prefiguração de uma audiência feminina como alvo privilegiado de sua exposição é indicativa de uma relação mais ou menos generalizada que havia se estabelecido, no Brasil da segunda metade do século XIX, entre autores e públicos. Segundo Antonio Candido, com o desenvolvimento social do Segundo Reinado, sobretudo com o aumento da circulação de revistas e jornais familiares, tornou-se habito escrever para um público de mulheres, ou para os serões onde se lia em voz alta. De acordo com o crítico, a prática de “prefigurar um público feminino e a ele se ajustar” teria influenciado diretamente no estilo de muitos escritores. Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis, por exemplo, teriam sido alguns dos autores que teriam recorrido a um “tom de crônica, de fácil humorismo, de pieguice” recorrente desse tipo de influência “caseira e dengosa”.³⁰⁴

Confirmando essa tendência colocada no cenário literário brasileiro da segunda metade do século XIX, Joana Maria Pedro verifica essa mesma predisposição entre os periódicos de Desterro. De acordo com a historiadora, apesar do número de mulheres alfabetizadas ser inferior ao de homens durante as últimas décadas do Império,³⁰⁵ os jornais desterrenses

³⁰³ GOMES, Heloisa Toller. Op. cit., 2009. p. 153-154.

³⁰⁴ CANDIDO, Antonio. Op. cit., 2000. p. 77.

³⁰⁵ Segundo a fala do presidente da Província João Thomé da Silva, em 1874, existiam 1077 estudantes matriculados nas escolas de Desterro. Destes, 648 eram meninos e 429 eram meninas. PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e*

dedicavam um espaço considerável ao público feminino. Identificando uma diferenciação de gênero inclusive na disposição espacial dos textos no interior do próprio jornal, a pesquisadora observa que as primeiras páginas tendiam a se dirigir a um público majoritariamente masculino, não obstante, a partir da segunda página em diante, “encontravam-se outros textos” menos focados nas disputas político-partidárias e nas questões administrativas da cidade. Esses textos – muitos deles poemas e folhetins – “pela abundância de referências à mulher, pareciam dirigir-se ao público feminino”.³⁰⁶ Lidos em voz alta, nos serões familiares, essas peças de literatura tornavam-se acessíveis também às mulheres não alfabetizadas. Fato que viabilizava, portanto, a sua prefiguração, se não como público leitor, ao menos como público ouvinte.³⁰⁷

No mais, a escolha da mulher como principal interlocutora das *Histórias Simples* me parece diretamente inspirada na leitura de Castro Alves. Tanto como jornalista quanto como escritor, Cruz e Sousa não tinha o hábito de anunciar o seu público. Explicitar para quem estava escrevendo. Entre os seus textos da década de 1880 não encontramos nenhum outro texto no qual o esclarecimento do seu público se fizesse de maneira tão direta e direcionada quanto em *Histórias Simples*. No entanto, ao compararmos o seu prefácio à “Carta de Castro Alves às Senhoras Bahianas” – texto de 1871 republicado em 1884 numa “edição popular” de *Os Escravos* – encontramos muitas similaridades de tom, argumentação e estilo.³⁰⁸ Em certas passagens a relação entre ambos os textos é bastante evidente e me leva mesmo a crer que, mais do que uma “inspiração”, o uso, por Cruz e Sousa, da “Carta de Castro Alves às Senhoras Bahianas” seja, de fato, uma citação. Uma menção direta que, no contexto, cumpria a função de alocar Cruz e Sousa na continuidade de certa tradição político-intelectual. No caso, a dos grandes escritores abolicionistas dos anos 1860 e 1870.

Perceber qual o tipo de leitor ou ouvinte Cruz e Sousa tinha em mente ao redigir os seus textos, parece-nos essencial. Ainda mais numa

mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. p. 168.

³⁰⁶ Ibidem. p. 34.

³⁰⁷ Sobre a relação entre imprensa periódica e público feminino no Brasil do século XIX, cf. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 208-2013.

³⁰⁸ ALVES, Castro. Carta de Castro Alves às Senhoras Bahianas. _____. *Os escravos*. Rio de Janeiro. Typ. da Escola de Serafim José Alves, 1884. p. 102-107. 188

obra manifestadamente interessada como é *Histórias Simples*. Ora, sabemos que a audiência, ou o público receptor da obra tal como o autor o prefigura, não constitui um fator determinante para a produção literária. No entanto é inegável que a prefiguração de um público introduz um “fato de instabilidade” na criação da obra de arte.³⁰⁹ Diante da audiência o autor não tem mais como ter a ilusão de estar “sozinho” com a sua própria subjetividade e, nessa situação, tudo aquilo que ele produz passa a trazer também a marca – mais ou menos consciente – dos seus prováveis leitores. Mas, identificar o gênero do público prefigurado por Cruz e Sousa ainda nos diz pouco sobre as suas possíveis influências sobre *Histórias Simples*. É necessário captarmos também à qual classe social esse público deveria pertencer.

Ao se referir às “exmas. senhoras” Cruz e Sousa não está, obviamente, aludindo às lavadeiras, às prostitutas ou às escravas de ganho que eventualmente viessem a entrar em contato com os seus textos. As ditas “mulheres faladas” até poderiam tomar conhecimento da sua obra através da leitura direta ou “de ouvido” dos contos de *Histórias Simples*, mas não era a essas pessoas que o autor se dirigia no seu preâmbulo. Sua audiência feminina correspondia a uma parcela muito específica do público leitor existente em Desterro no final do século XIX. Seu alvo eram as “mulheres honestas”. As moças e senhoras “respeitáveis” da cidade. As mães, avós, esposas, filhas e irmãs dos comerciantes, burocratas, militares e políticos locais.³¹⁰

Essas leitoras que Cruz e Sousa prefigura em seus textos, no entanto, não devem ser entendidas necessariamente como entidades reais, concretas. Sua prefiguração de um público feminino, apesar de bastante específica, é marcada por quase todos os estereótipos do que deveria ser a uma “boa mulher” no século XIX. Revelador da estereotipia compartilhada pelo autor é a descrição da protagonista do conto “À Sinhá”. Nesse texto, Cruz e Sousa deixa-nos entrever, por intermédio das palavras do seu narrador-personagem, os valores que definiam os papéis sociais femininos no Brasil do final do século XIX.

³⁰⁹ CEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: < http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=823&Itemid=2>. Acesso em: 10 mar. 2012.

³¹⁰ Sobre as imagens femininas em circulação na imprensa de Desterro nas últimas décadas do século XIX, ver: PEDRO, Joana Maria. Op. cit., 1998.

A Sinhá é casada ou é solteira ou é viúva. Tem de cuidar do seu maridinho querido ou do seu vestido creme com rendas da Inglaterra para o baile do primo João que é seu noivo, ou tem de cuidar de chorar elegantemente o passado através do véu negro, rodeada talvez de filhitos louros que o defunto deixou; tem de pensar nestas feminilidades, nestas miudezas, nestes chics de mulher, nestes nadinhas bonitos e encantadores mas sempre criancis, mas sempre ingênuos; não tem a preocupação crua e material do outro sexo, os negócios, a vida prática, a responsabilidade da inteligência mais culta para dirigir nações, para fazer livros, para fazer leis. A sinhá não tem, por isso, a rija couraça de aço da luta que põe na consciência de certos homens, um terror obtuso e bronco pela moral, pelo caráter, pelo amor. E o amor é para a Sinhá, eu sei, o primeiro princípio da sabedoria feminina.³¹¹

Essa prefiguração de um público portador de uma mentalidade pragmática, trivial e singela, por sua vez, parece-nos justificar a necessidade de se construir um texto marcado pela “leveza”, “facilidade” e “clareza”. Desse ponto de vista, as “histórias” de Cruz e Sousa levavam o adjetivo “simples” porque, diante da especificidade da sua audiência, essas narrativas jamais poderiam ser “complexas” ou “profundas”. Assim, supondo um universo de leitoras ou ouvintes “ingênuas”, “imaturas” e “intelectualmente limitadas” o autor, muito provavelmente, se viu na obrigação de realizar uma obra necessariamente didática e baseada, quase que exclusivamente, na comunicação emocional e afetiva. Pode ser essa a grande razão que o tenha levado a declarar-se filiado ao método “intuitivo e prático” de Friedrich Fröbel – um pensador alemão que, como se sabe, havia se tornado célebre no início do século XIX pelas suas reflexões acerca da educação infantil. Um detalhe interessante sobre a obra de Fröbel é que a sua pedagogia valorizava os métodos lúdicos de aprendizagem e, entre eles, a contação de histórias. Algo que pode ter sido uma das conexões feitas por Cruz e Sousa entre a sua própria obra e o trabalho do educador. Parece, portanto, que, para o autor de *Histórias Simples*, dirigir-se às mulheres, convencê-las de um “alto ideal” exigiria os mesmos

³¹¹ CRUZ E SOUSA, João da. Á Sinhá. In: _____. Op. cit., 1998. p. 79-80.

recursos que, na época, eram sugeridos à comunicação com as crianças. Seria necessário se fazer entender num movimento que iria do concreto ao abstrato. Induzir o esclarecimento mais pela intuição, pela faculdade de discernir independentemente do raciocínio ou da análise, do que pela argumentação; mais pela experiência do que pela operação lógica.

Em 1887, Cruz e Sousa ainda se declarava um autor pertencente “à escola realista”.³¹² Pretensão estética que o colocava, no contexto local de Desterro, ao lado dos jovens escritores que compunham o chamado “grupo da Idéia Nova” ou, como denominou Virgílio Varzea, “Guerrilha Literária Catarinense”.³¹³ O uso de uma linguagem refinada, o gosto pelas minúcias e os termos raros, parece indicar, inclusive, uma tentativa de emular a chamada *écriture artiste* cultivada por muitos autores do realismo francês.³¹⁴ Assim, o estilo rebuscado e preciosista expresso em muitas passagens de *Histórias Simples* lembra em muito o estilo artificioso de autores bastante admirados e citados por Cruz e Sousa, tais como François Daudet ou o dos irmãos Gongourt. No entanto, a despeito das manifestações mais exteriores da expressão linguística, o conteúdo manifesto em *Histórias Simples* é, sem dúvida, tributário da literatura abolicionista brasileira dos anos 1860 e 1870. Sobreretudo de autores românticos como Castro Alves, Fagundes Varela e José de Alencar. Perceberemos melhor essa relação a partir de uma breve análise de cada um dos seus contos.

Como já havia mencionado anteriormente, o conjunto de textos que constitui *Histórias Simples* se divide em oito capítulos autônomos intitulados conforme a dedicatória a uma personagem feminina diferente (“À Iaiá”, “À Sinhá”, “À Nicóta”, “À Bilu”, “À Santa”, “À Bibi”, “À Nenem”, “À Zezé”). A estrutura individual dos textos é, contudo, idêntica: um narrador-personagem (não identificado) se dirige, em tom íntimo e caseiro, à personagem-título. Esta personagem, por sua vez, nunca se pronuncia diretamente. Sua existência é mediada pelo narrador e a sua ação é sempre reduzida a ouvir passivamente o que lhe é exposto. Os enredos são minimalistas, limitando-se a narrações de episódios breves e muito elementares do ponto de vista dramático. Os personagens mencionados são poucos e parcamente explorados em suas descrições físicas ou

³¹² *O Moléque*, Desterro, n. 32, 26 jul. 1885.

³¹³ Cf. SOUZA, Luiz Alberto de. *Versos à revolta: política e literatura na Desterro do Fim do Império (1881-1889)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – UFSC, Florianópolis, 2009.

³¹⁴ DEL PINO, Dino. Op. cit. p. 143.

psicológicas. O tempo em que se passa cada uma das histórias também é impreciso. Sugere-se apenas que os acontecimentos seriam mais ou menos contemporâneos à época do narrador-personagem, da personagem-ouvinte e do próprio leitor. No mais, os espaços são igualmente vagos. O leitor é limitado a saber que a ação sempre ocorre no Brasil, mas sempre em cenários genéricos como “uma praia”, “um vagão de trem”, “uma igreja”.

No caso de “À Iaiá”, o primeiro capítulo da série, o assunto tratado é o descobrimento de um cadáver à deriva no mar. Prostrados à beira da praia, um grupo de pescadores avista algo estranho na água. Curiosos, ao verificarem o objeto, descobrem o corpo de “um homem, velho e negro”.

Tinha dado a uma outra praia deserta e longínqua e fora transportado para aquela, até ser entregue à família que quem sabe se ele a teria, ou simplesmente atirado à implacável e fria indiferença da terra, o cadáver de um homem, velho e negro, envolto numa noite física que parecia rir muito, com um riso aflitivo e trêmulo, em toda a extensão da pele do seu corpo. Era tragicamente lindo de ver-se, Iaiá, o seu cadáver sinistro mas calmo, mas sereno, como um deus terrível dos destinos, em cujos olhos vidrados e mudos o sol punha vivos reflexos luzidios.³¹⁵

O clímax da história, contudo, não é a descoberta do corpo e sim as revelações complementares oferecidas pelo narrador. Segundo ele, tempos depois do ocorrido veio a se saber que aquele seria o cadáver de um velho escravo que, não suportando mais as amarguras do cativo, teria se suicidado atirando-se ao mar.

Depois, interessante e amável e bela Iaiá, os boatos correram no cruzamento e, na acumulação dos tempos, e a história verdadeira dos fatos que abre luz nos assuntos da treva, veio dizer-nos que aquele desgraçado não era, nada mais nada menos do que... um escravo que procurara na desventura da vida, a liberdade da morte, no mar [...].³¹⁶

³¹⁵ CRUZ E SOUSA, João da. À Iaiá. In: _____. Op. cit., 1998. p. 76-77. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 23 jun. 1887).

³¹⁶ Idem.

O apelo emocional de “Tiaíá” é bastante claro. O objetivo do autor, parece-nos, é o de compadecer o leitor com a figura resignada do escravo que, depois de uma vida inteira de servidão, busca a liberdade através da morte auto-infligida. A estratégia de se humanizar e criar certo sentimento de empatia entre os leitores através da construção da imagem do escravo martirizado, não obstante, perpassa muitos dos contos de *Histórias Simples* e constitui um dos maiores lugares-comuns da literatura abolicionista do final do século XIX. A nostalgia da morte e a sua identificação com a liberdade, por sua vez, foram temas comuns entre os autores abolicionistas do romantismo.³¹⁷ Castro Alves, por exemplo, os explora no poema *A cruz da estrada*.

Caminheiro que passas pela estrada,
Seguindo pelo rumo do sertão,
Quando vires a cruz abandonada,
Deixa-a em paz dormir na solidão.

[...]

É de um escravo humilde sepultura,
Foi-lhe a vida o velar de insônia atroz.
Deixa-o dormir no leito de verdura,
Que o Senhor dentre as selvas lhe compôs.

[...]

Caminheiro! do escravo desgraçado
O sono agora mesmo começou!
Não lhe toques no leito de noivado,
Há pouco a liberdade o desposou.³¹⁸

No segundo capítulo de *Histórias Simples* verifica-se, mais uma vez, o esforço em estabelecer um vínculo direto entre o leitor e a personagem negra vitimizada. Nesse conto, narra-se o encontro com uma escrava brutalmente açoitada por um personagem secundário que se afigura como

³¹⁷ PROENÇA FILHO, Domício. A participação da literatura no processo abolicionista. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93 jan.-jun. 1988. p. 16.

³¹⁸ ALVES, Castro. *A cruz da estrada*. In: _____. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d. p. 112.

sendo ou o seu senhor ou o seu feitor. A descrição dos sofrimentos infligidos à escrava, por sua vez, é seguida pela evocação da suposta sensibilidade da personagem-ouvinte. A intenção parece-me mais ou menos clara: evidenciar algum tipo de proximidade entre a personagem (negra e escrava) e a provável leitora (branca e livre). O nexo entre as duas se daria pela condição sexual comum. Ambas seriam mulheres e, portanto, apesar das diferenças de cor e classe social, certamente compartilhariam de certa natureza frágil e sensível. Uma evidência que, supostamente, tornaria o martírio da escrava ainda mais insuportável e digno da reprovação quer aos olhos da leitora ou aos ouvidos de uma possível audiência.

E mal sabe agora a Sinhá, o que me ocorreu à idéia quando vi o caso que lhe contei: É que aquele desgraçado ente era uma mulher e vivia sob a pressão do chicote, num sitio afastado e pobre; e a Sinhá é uma mulher também e vive na cidade dos ricos, das luzes e dos rumores, sob a música e harmoniosíssima influência de um piano Erard que geme *scherzos* dolentes atravessados de um luar de amor ou de uma balada meiga e saudosa cantada por nereidas de voz de prata e lábios de aurora, numa barca, à flor de espuma do mar azul.³¹⁹

Não obstante, o esforço de se criar um sentimento de empatia no público leitor por meio da idealização da mulher tem a sua expressão mais evidente no terceiro conto da série. Em “À Nicóta”, o narrador evoca o caso de uma moça branca que, numa noite, ao adormecer, sonha ser ela própria uma escrava. Iniciando a narrativa com a descrição da atmosfera de segurança e conforto que paira no quarto da jovem, gradativamente somos introduzidos no perturbador pesadelo que vai na mente da personagem.

[...] Sonhavas que eras escrava, pobre loura Nicóta, que ias vendida para longe, para além, para onde tu não sabias. Havia-te amarrado os pés para não fugires. Tinhas no rosto um rasgão de sangue; e a tua fina pele delicada e cetinosa doía-se toda naquela crueldade imprudente. E tu gemias e tu choravas e tu suplicas. Em vão tudo. Iam-te levar para lá. Tu não

³¹⁹ CRUZ E SOUSA, João da. À Sinhá. In: _____. Op. cit., 1998. p. 80. (Sem data).

sabias bem onde era lá, mas ias. O teu filho, porque tu tinhas um filho, gritava por ti, soluçava e tinha quase uns magoados e surdos ganidos de cãozinho amado e mimoso que o pé brutal de um estranho fere de rijo na pequenina pata dianteira.³²⁰

Mais uma vez, neste conto pretende-se ser emocionalmente apelativo. A imagem da mulher branca reduzida à condição de mercadoria numa feira de escravos deveria ter como função chocar e forçar o leitor a se projetar na posição social e na condição existencial do outro. Associado a isso, temos o recurso do apelo ao “senso materno”. Recurso este que lembra às leitoras, que, tal como elas, muitas escravas são, também, mães. E que, do mesmo modo que as leitoras, essas escravas também são capazes de sofrerem pelos seus filhos. Que são, enfim, seres passíveis dos mais “universais” sentimentos humanos. No caso, o amor materno. Temos aqui, portanto, o recurso ao estereótipo do “escravo nobre”.³²¹ A personagem dotada de traços identificados com os mais altos valores e sentimentos do homem europeu. Operação bastante similar, por exemplo, à que Castro Alves utiliza nos poemas *Mater Dolorosa* e *Tragédia no Lar*, ou que José de Alencar realiza no drama *A Mãe*. Textos onde as personagens maternas são apresentadas como seres totalmente abnegados e dispostos aos sacrifícios mais extremos em favor do bem-estar dos filhos. No caso de *A Mãe*, por exemplo, Alencar apresenta-nos Joana, uma escrava que se suicida para ocultar de Jorge, o seu filho “branco” e proprietário, as verdadeiras origens do sinhozinho.

JORGE.

Minha mãe !...

JOANA.

Não!... Eu não sou sua mãe, Nhonhô... O que elle disse, Sr. Dr., não é verdade... Elle não sabe...

DR. LIMA.

Joana!...

³²⁰ CRUZ E SOUSA, João da. À Nicóta. In: _____. Op. cit., 1998. p. 82. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 3 jul. 1887).

³²¹ BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 29.

JOANA.

Não é verdade, não!... Pois já se viu isso?...
Eu ser mãe de um moço como Nonhô!... Eu uma
escrava!... Não vê , Nhonhô, que elle se engana.

JORGE.

Me perdoa, minha mãe, não te haver
conhecido !

JOANA.

Sr. Dr. Quer dizer que eu fui ama de
Nonhô!... Que Nonhô era meu... meu... de leite só!...
só de leite !

JORGE.

Chama-me, teu filho !... Eu te supplico !...

JOANA.

Mas não é... não !... Eu juro...

DR. LIMA.

Joana !... Deus nos ouve !

JOANA.

Por Deus mesmo... Elle sabe porque digo isto
!... Por Deus mesmo... juro que... Ah!...

JORGE.

Morta !...³²²

Já no quarto capítulo, intitulado “À Bilú”, temos, basicamente, a narração de um encontro casual entre um brasileiro educado (o próprio narrador) e um francês (personagem que, mais adiante, saberemos chamar-se significativamente “Ideal Pátrio”). O encontro se dá numa cabine de trem. E, enquanto a paisagem de grandes fazendas cultivadas por escravos se revela através da janela do vagão, os dois conversam.

[...] Ele então levanta-se do seu posto, vem a mim e pergunta-me baixo, mas em louvável português, apontando para um vasto terreno onde uns homens

³²² ALENCAR, José de. *A mãe*: drama em quatro actos. Rio de Janeiro: Typographia de F. Paula Brito, 1862. p. 140-141.

negros, mais de cem, trabalhavam sob a ardente chama do faiscante sol abrasador. O que é aquilo, homens negros, trabalhando assim, ao sol, quase nus! Oh! São escravos brasileiros, respondi-lhe eu no mesmo tom. Então os brasileiros são escravos!... Eu disse-lhe que sim.³²³

O narrador age como um intérprete frente ao estrangeiro. É um mediador entre o universo “civilizado” e “progressista” do europeu e a “barbárie” e “retrocesso” locais. Sua intimidade com o referencial cultural e valores morais e políticos do francês evidenciam-se logo na sequência.

Falei-lhe da França, mostrei-lhe os seus homens, Thiers, Gambetta, Michelet, os grandes patriotas, os belos corações do amor da igualitaridade humana. Toquei-lhe em Girardin. Teve uma comoçãozinha nervosa. Riu-se. Disse mesmo, Girardin é o Jornal, é o princípio, é a doutrina. Falei-lhe de Zola, de Goncourt, de Daudet, de Maupassant, de Mendes, de Richopin, de Rollinat.³²⁴

O conto distancia-se do tom emocional dos primeiros capítulos. Aqui temos a denúncia da escravidão sob a perspectiva da razão e da civilidade. A atitude abismada do francês louro frente à visão dos escravos no eito simboliza a situação de isolamento político na qual o Brasil vivia, em 1887, frente às nações “adiantadas” do mundo. O último país escravocrata das Américas era, sugere-nos o narrador, um enigma ou uma aberração. O constrangimento do narrador, consciente do absurdo histórico é, por sua vez, representativo do suposto mal estar que afligia os brasileiros esclarecidos acerca do anacronismo da escravidão.

A representação do escravizado, nessa narrativa, no entanto, passa pela absoluta negação da sua humanidade. O cativo é apresentado como um ser sem nenhuma autonomia ou vontade. Um homem reduzido à condição de objeto e posto a serviço de outrem.

Aqueles indivíduos cor de treva eram maquinados, dizia eu; tinham um cordel nos olhos, outro na boca,

³²³ CRUZ E SOUSA, João da. À Bilu. In: _____. Op. cit., 1998. p. 85. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 7 jul. 1887).

³²⁴ Ibidem. p. 86.

outro na cabeça, outro nas pernas, outro nas mãos. Quando o feitor queria que eles rissem puxava um cordel, quando queria que chorassem puxava outro, quando queria que pensassem puxava outro, quando queria que andassem puxava outro, quando queria que falassem puxava outro.

O francezito ria devagar e entredentes.

Depois, senhor, explicava-lhe ainda eu, não têm vontade própria par coisa alguma, comem os restos mal cheirosos de comidas de muitos dias, são separados brutalmente, os filhos de suas mães, as mães de seus filhos e quando alguém intercede piedosamente por eles, há um personagem notável, Sua Majestade o feitor, que os amarra a troncos de árvores e lhe abre as carnes, a chicote, em fundas chagas de sangue.³²⁵

A obliteração total da vontade do negro escravizado, nesse conto, parece servir a um objetivo crítico. Sua finalidade no interior da obra talvez seja a de sublinhar o grau de devastação à que o cativo poderia submeter um homem. No entanto, ao levar a esse extremo a sua avaliação, Cruz e Sousa acabou reproduzindo uma perspectiva reificada acerca do trabalhador escravizado. O “escravo objeto”, apresentado mesmo em obras abolicionistas como “À Bilú”, persegue, por sua vez, a mesma lógica do “negro instrumental” – um ponto de vista muito comum em obras pró-escravidão. Foi partindo dessa visão “instrumental” do escravizado que, por exemplo, Joaquim Manoel de Macedo concebeu o romance *A Moreninha*. Nesse texto, uma obra pré-abolicionista, a escravidão não só é apresentada como um dado “natural”, não problematizado, como também todas as personagens escravizadas são criaturas sem nenhuma autenticidade, meras extensões da vontade dos seus senhores.³²⁶ Produzidas, em sua grande maioria, no contexto do debate em torno da proibição do tráfico transatlântico (1850), obras como *A Moreninha* tematizavam a escravidão desde uma perspectiva conservadora e tinham, como substrato ideológico, o ceticismo com relação à possibilidade de uma libertação incondicional quer a curto ou em médio prazo. Ilustrativo dessa

³²⁵ CRUZ E SOUSA, João da. À Bilu. In: _____. Op. cit., 1998. p. 86-87. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 7 jul. 1887).

³²⁶ GOMES, Heloisa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988. p. 55-66.

perspectiva também é a peça *O Cego*, de 1849. Nela, num diálogo entre um trabalhador escravizado e o seu senhor, Manoel de Macedo colocava a seguinte fala na boca de uma das suas personagens: “Serei grato e fiel eternamente / Sou vosso escravo... – não! – sou mais do que isso / Sou cão fiel, que a vossos pés vigia.”.³²⁷ Como se vê, como recurso literário, a imagem do escravo “objeto” podia ser um recurso articulável mesmo em obras politicamente contrastantes.

Na sequência, em “À Santa”, Cruz e Sousa aborda o tema do abolicionismo sob uma retórica religiosa. Recontando a história de Jesus, o autor apresenta a dedicação à causa da liberdade como um princípio universal e transcendente. Jesus, em sua experiência humana, encarnaria a perfeição do ideal de liberdade e, sua morte e ressurreição, representariam a persistência com que esse ideal sempre retornaria ao coração dos homens.

“À Santa” é, entre os textos de *Histórias Simples*, um dos que mais se distancia da definição comum de conto. Lembra, de fato, muito mais uma parábola ou um apólogo. Não obstante, a sua presença nesta série parece cumprir uma função particular – especialmente se levarmos em conta a intencionalidade política da obra, no caso, criar uma opinião pública favorável à causa da abolição. Nesse sentido, tentando cercar o assunto sob todos os ângulos possíveis, pode ter parecido importante ao autor fundamentar o seu argumento contra a escravidão, também, sobre bases cristãs. Ou seja, convencer os leitores que a defesa da liberdade dos escravos era, a despeito do posicionamento conservador de uma parte considerável do clero católico, uma idéia perfeitamente defensável do ponto de vista religioso.

E ninguém diga que ele (Jesus) foi um revolucionário.

Ele foi um revolucionário se acaso o sol com a sua viva claridade pode faer revolução nos vegetais. Não! Ele não foi petroleiro, não foi incendiário; transformava mas não revoltava. Como pensador, pensava; como pastor de almas, apascentava o seu rebanho.

Jesus era escravo do seu ideal, era escravo de sua religião, da sua igreja, do seu apostolado, da

³²⁷ MACEDO, Joaquim Manoel. *O Cego*. In: _____. *Theatro do doutor Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor, 1865. t. 2. p. 149.

humanidade enfim; mas Jesus amava e queria, pelo amor, a liberdade dessa própria humanidade.³²⁸

Tensionada com a visão do “escravo-coisa”, anteriormente analisada a partir do caso de “À Bilú”, nesse conto a identificação de Jesus com a escravidão cumpre, por sua vez, o papel de humanização do escravo. Mais uma vez o autor está buscando estabelecer uma conexão emocional com os seus leitores. Tocá-los. Sensibilizá-los. No caso, através do pietismo e dos valores religiosos. Algo que seria concretamente realizado estabelecendo-se um paralelo entre a idéia de escravidão e próprio martírio do Cristo. No mais, o tratamento da personagem escrava ou do tema da escravidão sob o viés de uma retórica cristã foi outro recurso muito comum entre os românticos abolicionistas. Castro Alves, por exemplo, utilizou freqüentemente esse tipo de recurso. Exemplar desse procedimento são as imagens bíblicas evocadas em *O Navio Negreiro*:

[...]

Quem são estes desgraçados
Que não encontram em vós,
Mais que o rir calmo da turba
Que excita a furia do algoz?

[...]

São os filhos do deserto
Onde a terra esposa a luz.
Onde vive em campo aberto
A tribu dos homens nús.

[...]

São mulheres desgraçadas,
Como Agar o foi também.
Que sedentas, alquebradas
De longe. bem longe, vem !
Trazendo, com tibios passos,
Filhos e algemas nos braços,
N'alma — lagrimas e fel ...

³²⁸ CRUZ E SOUSA, João da. À Santa. In: _____. Op. cit., 1998. p. 91.
(Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 9 jul. 1887).
200

Como Agar soffrendo tanto,
Que nem o leite do pranto
Tem que dar para Ismael. [...] ³²⁹

Já em “À Bibi”, sexto capítulo de *Histórias Simples*, o conflito que estrutura o enredo deste conto gira em torno da relação entre uma sinhazinha e sua mucama. Bibi é a protagonista. Jovem, branca, filha de um advogado, é descrita como uma menina mimada, impulsiva e suscetível. Maria, por sua vez, é a antagonista. Regulando em idade com Bibi, criada junto a sua sinhá-moça, é apresentada como uma jovem de cor “ônix”, manipuladora, matreira e cúpida. Íntimas desde a infância, somos informados pelo narrador da relação de dominação inversa que desde muito cedo se estabelecera entre ambas.

Influenciada por Maria, Bibi fazia tudo. Maria mandava-a tirar às escondidas da sinhá velha um torrão de açúcar, Bibi tirava; Maria mandava tirar uma ave qualquer do quintal para fazer com as meninas da vizinhança um festejo de bonecas, Bibi tirava; Maria mandava tirar um vintém ou dois ou três ou quatro ou cinco, do resto das compras do dia, de sobre a mesa da sala de jantar, Bibi tirava. Ambas inclinadas ao mal desenvolviam-se no mesmo meio como uma planta enxertada na outra. E Bibi tornava-se imprudente, de maus costumes, mentirosa e vingativa. Maria era a causa, Bibi o efeito. ³³⁰

Em “À Bibi”, portanto, Cruz e Sousa constrói uma situação nas quais as más inclinações da personagem escrava se realizam nas atitudes inconscientes da personagem senhorial. A escrava Maria conduz, por sugestão, as ações de sinhá Bibi e sinhá Bibi se deixa levar pela ascendência moral da escrava Maria. O clímax dessa relação sugerida como pernicioso, contudo, acontece quando ambas as jovens atingem a adolescência. Na história Bibi faz quinze anos e, pouco depois, apaixona-se por um pobre artista circense. Sua família não aprova o namoro. Bibi, então, pede conselhos à Maria. A escrava, mais experiente e movida por

³²⁹ ALVES, Castro. O navio negroiro. In: _____. *Os escravos*. Rio de Janeiro: Typ. da Escola de Serafim José Alves, s.d. p. 90.

³³⁰ CRUZ E SOUSA, João da. À Bibi. In: _____. Op. cit., 1998. p. 94. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 14 jul. 1887).

seus próprios interesses egoístas, instiga a sinhazinha a se corresponder com o pretendente e se propõe a servir-lhes de correio. O tempo passa e, no final do conto, Bibi foge da cidade junto com o amante. Diante desse desfecho (considerado escandaloso para uma jovem da sua classe), a mucama reflete: “Tenho saudades dela mas não perdi no negócio. O meu plano valeu-me cinco notas de dez tostões, novinhas em folha. Muito bom aquele seu Chico palhaço!”

O tom lacônico da fala de Maria (único momento em todo o conto em que a personagem escrava ganha voz própria) é revelador das suas características. Aqui o leitor não tem a impressão de que as ações egoístas e calculistas de Maria sejam motivadas por uma suposta natureza malévola ou perversa, mas por uma notável incapacidade de dimensionar as implicações morais dos seus próprios atos. Maria, aparentemente, não sabe o que faz. Age conforme os seus interesses mais imediatos independentemente das consequências. Sua intenção não é provocar o mal a sua senhorinha, a quem chega mesmo admitir afeição (“tenho saudades dela”), mas simplesmente conseguir tirar alguma vantagem da situação (“mas não perdi no negócio”). Estamos diante de um personagem praticamente desprovido de consciência moral – ou, melhor dizendo, dotado de uma consciência moral altamente centrada nos seus próprios interesses – e dotado de uma baixíssima capacidade de estabelecer vínculos com o outro, de criar empatia com os demais seres humanos a sua volta. A personagem escrava não é má em sua essência, mas degradada pelas circunstâncias da sua condição social.

Em linhas gerais pode-se dizer que a idéia implícita em “À Bibi” é a de que a instituição da escravidão deforma o homem escravizado e, através dele, corrompe aquele que escraviza. Tal princípio chega mesmo a ser explicitado no texto quando, ao finalizar o conto, o narrador se dirige a sua interlocutora (também chamada Bibi) fazendo a seguinte observação:

Este interessante caso da outra Bibi de teu nome fez-me despertar no cérebro a idéia de que todas as Bibis como tu, criadas desde a infância com alguma escrava Maria, recebem os costumes e os instintos maus dessa própria Maria; porque o elemento escravo, pernicioso e fatal como é, contagia de vícios a família brasileira

da qual tu, meiguíssima, boa e excepcional Bibi,
puramente descendes.³³¹

A estrutura narrativa de “À Bibi” lembra a de outros textos literários abolicionistas muito difundidos no período. Nesse conto de *Histórias Simples* há uma clara inspiração na comédia *O Demônio Familiar*, de José de Alencar, e, muito provavelmente, no conto *Lucinda, a Mucama* (terceiro capítulo de *As Vítimas-Algozes*), de Joaquim Manoel de Macedo. Obras que, a despeito das suas diferenças quanto ao método de exposição da tese antiescravista, compartilham quase que da mesma argumentação. A saber: a de que a escravidão corrompe e degradada moralmente a família brasileira e que, portanto, o seu fim seria algo desejável aos próprios senhores de escravos. Partindo dessa perspectiva, o fim do sistema escravista representaria não só a restituição da liberdade para as “vítimas-algozes”, mas, também e especialmente, uma libertação para os seus “incôscios opressores”.

Leitor de José de Alencar e antigo funcionário de companhia teatral é bem provável Cruz e Sousa conhecesse muito bem a peça *O Demônio Familiar*. Do mesmo modo é razoável supor que, ao escrever “À Bibi”, o jovem escritor tivesse como parâmetro os contos de *As Vítimas Algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo. Isto porque, a despeito da projeção que o festejado autor de *A Moreninha* e *O Moço Loiro* já houvesse conquistado na Corte desde os anos 1840, Manoel de Macedo foi, também, amigo de Duarte Paranhos Schutel – “conselheiro” literário do adolescente João da Cruz.³³² Por fim, como último indício de uma possível intertextualidade pode-se apontar o prefácio de *As Vítimas-Algozes*, passagem cujo conteúdo parece-me ter um paralelo bastante evidente com a perspectiva adotada em “À Bibi”.

Seguindo dous caminhos opostos, chega-se ao ponto que temos fitado, á reprovação profunda que deve inspirar a escravidão.

Um desses caminhos se estende por entre as miserias tristíssimas, e os incalculaveis soffrimentos do escravo, por essa vida de amarguras sem termo,

³³¹ CRUZ E SOUSA, João da. À Bibi. In: _____. Op. cit., 1998. p. 96. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 14 jul. 1887).

³³² GRISARD, Iza Vieira da Rosa. *Duarte Schutel, poeta, médico e político: história de uma vida*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1999; MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Op. cit., 1998. p. 37.

de arido deserto sem um oásis, de inferno perpetuo no mundo negro da escravidão. E' o quadro do mal que o senhor, ainda sem querer, faz ao escravo.

O outro, mostra a seus lados os vícios ignobeis, a perversão, os odios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a syphilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a familia dos senhores, e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente attentando contra a fortuna, a vida e a honra dos seus inconscios oppressores, E' o quadro do mal que o escravo faz de assentado proposito ou ás vezes involuntaria e irreflectidamente ao senhor.

Preferimos este segundo caminho: é o que mais convém ao nosso empenho.³³³

No capítulo sete, “À Neném”, o tema é a violência senhorial. Nesse conto somos apresentados à figura de uma velha beata (caracterizada como uma “mulherzinha pantérica” e “sinistra”) que divide o seu tempo entre preces ao pé do altar, lamentações no confessionário e sessões de humilhação e tortura inferidas contra os seus escravos. O texto é um dos mais ácidos da série. Seu tom é de condenação moral e de denúncia à “crueldade escravocrata”.

E quando volta da igreja, com ar ressabiado e hostil por ter ouvido repreensões ásperas do confessor que a conhece e que não lhe permite fazer todas as maldades e barbaridades que ela quer, a velha, despeitada por ele não estar sempre do seu lado, a seu favor naquele modo de vida, de mulher irascível e má, chama uma pobre escrava doente e encanecida pela idade e pelos sofrimentos e dá-lhe pela cara com um vergalho de couro molhado e passado em areia ou chega-lhe aos seios e às pernas um pedaço de lenha ardente em brasa, dizendo-lhe entre um riso satânico e feroz. Anda negrinha, pula agora aí e lembra-te do

³³³ MACEDO, Joaquim Manoel de. *As victimas-algozes: quadros da escravidão*. Typ. Americana, 1869. t. 1. p. vix-xv.
204

pai Antonio que não te quis; também o padre não me quer mais a mim.³³⁴

A temática da “maldade senhorial” foi uma constante na propaganda antiescravista. Representados em prosa e verso, os estereótipos dos senhores cruéis, devassos e desumanos, são personagens que povoam romances, contos e poemas dos mais diversos autores dedicados à literatura abolicionista.³³⁵ Bernardo Guimarães, por exemplo, construiu uma das mais famosas personificações da maldade senhorial produzidas no interior da ficção brasileira do século XIX. A figura lasciva e imoral de Leôncio, antagonista do folhetim *A Escrava Isaura*, ilustra bem a imagem do “mau senhor”. Nesse romance, Leôncio, de “criança incorrigível e insubordinada” e adolescente perdulário acabava se tornando o homem inescrupuloso e violento que perseguia a “pobre” e “inocente” Isaura. Vilão leviano, lascivo e insensível, Leôncio incorporava a idéia de degradação moral associada à ordem escravocrata.

O próprio Cruz e Sousa, em outro dos seus textos de ficção, exploraria também de forma exemplar o tema da crueldade senhorial. No conto *Consciência Tranqüila*, na realidade um longo monólogo dramático, o leitor se torna a testemunha das confissões de um velho rico e sifilítico que, delirando em seu leito de morte, reivindica para si todos os seus crimes e violências cometidas contra os seus escravos. Monstruoso e sádico, esse personagem assume feições cada vez mais distantes de qualquer traço de humanidade conforme o desenrolar da sua fala. Em seus últimos instantes, após evocar a memória de cada assassinato, cada estupro, cada tortura cometida ao longo de toda uma vida de infâmias, o protagonista exclama:

Remorsos, eu, então, de toda essa treva trágica, de toda essa lama de crimes apodrecida?! Como, remorso? Pois não era do trono do meu ouro que eu estava rei soberano assim, com o cetro do chicote em punho, coroado de ouro, arrastando um manto de púrpura feito de muito sangue derramado?! Remorso? De quê? Se o meu ouro tudo lavava, vencia, subjugava a todos e a tudo, emudecia a justiça,

³³⁴ CRUZ E SOUSA, João da. À Nenem. In: _____. Op. cit., 1998. p. 102-103. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 28 jul. 1887).

³³⁵ GOMES, Heloisa Toller. Op. cit., 2009. p. 174-178.

tornava completamente servis e de pedra os homens,
fazendo de cada sentimento um eunuco?!³³⁶

A representação do senhor como encarnação absoluta do vício parece cumprir o papel exatamente oposto à representação do escravo vitimizado. Sua função, aqui, talvez seja a de distanciar o leitor desse tipo de personagem. Afastá-lo de qualquer afeição, empatia ou identificação. Lido desta perspectiva, frente à caricatura odiosa do sádico escravocrata, o que o autor almejaria seria estimular a aversão, a repulsa e o escândalo totais.

Por fim, o oitavo e último capítulo das *Histórias Simples* foi publicado no dia 3 de setembro de 1887. Intitulado “À Zezé”, nesse texto não encontramos propriamente uma narrativa, mas um pequeno discurso elogiando as supostas virtudes, sobretudo o caráter generoso da personagem-ouvinte. O conteúdo do texto, por sua vez, tinha relação direta com o contexto imediato no qual estavam imersos autor e público. Publicado quatro dias antes de a Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro promover um bazar beneficente, o último capítulo de *Histórias Simples* buscava motivar as leitoras a contribuírem com o evento.³³⁷ Cumpria um papel evidente de propaganda em favor de ações concretas promovidas pelo movimento abolicionista local.

Os fios de lã caem de entre os teus dedos,
flexivelmente, como fios de luz, enquanto o retroz
colorido e fino, com tons de íris etéreo, confunde-se
em meadas, cujo segredo da ponta só tu conheces,
dentro da tua cesta de vime.

E para que fazes isso, Zezé?

Tu mesma nada me dirás, nada me responderás,
nada me contará a tua boca, porque desejas conservar
mistério nessas chinelas até um certo tempo, até ao
dia em que elas tiverem de levar o destino que tu
imaginas e queres; mas, não obstante essa tua
persistência em nada me revelares, eu sei de boa
fonte, de fonte bem cristalina, sei do teu próprio
coração que não mente nunca nem engana a ninguém,

³³⁶ CRUZ E SOUSA, João da. Consciência tranqüila. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. p. 684.

³³⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. cit., 1979. v. 2. p. 439.

que tu caprichas nesses objeto porque tencionas dá-lo
ao bazar a favor dos escravos [...]³³⁸

Lido em sua relação com o todo da série, o capítulo final de *História Simples* nos diz muito sobre as intenções concretas implícitas no esforço de criar uma opinião pública favorável à causa da abolição em Desterro. Mais do que dissipar idéias, Cruz e Sousa pretendia estimular atitudes efetivas por parte dos seus leitores. Convencer e induzir a gestos que, de uma maneira ou de outra, contribuíssem com um determinado objetivo político. Nesse sentido, podemos dizer que “À Zezé” é um exemplo de manifestação artística conscientemente “social”. Isto é, de arte que pretende produzir nos indivíduos um efeito prático modificando a sua conduta e concepção do mundo.³³⁹

Por outro lado, em “À Zezé” também temos a promoção de uma concepção de abolicionismo e a expressão de uma determinada postura com relação aos escravizados que podem ser consideradas como sendo altamente convencionais para o Brasil do final do século XIX. Nesse texto, a abolição é representada como um ato a ser concedido por mãos “brancas” e “bondosas”. Um gesto a ser efetivado por corações nobres e altruístas. Nessa perspectiva, seria o espírito generoso, sobretudo o dos brancos esclarecidos, o que conduziria o escravo à liberdade. Seria do branco progressista a responsabilidade pelo processo de emancipação. Um processo que, aliás, se faria cautelosamente, a conta-gotas, em gestos pequenos, mas eficientes e seguros. Tal como a confecção de uma chinelinha. Bibelô que, no conto, seria vendido por alguns réis a serem convertidos ao fundo de emancipação. A condescendência paternalista e o respeito implícito à propriedade senhorial fundamentam, portanto, a retórica melosa do texto. O branco é motivado a participar da ação abolicionista por referência a si mesmo e aos seus valores. O escravo torna-se, sob esse ponto de vista, apenas o objeto sobre o qual atua o seu desejo e a sua vontade. O fim da escravidão apresenta-se como uma simples justificativa para o branco realizar-se nos seus próprios ideais de humanidade e benevolência.

A crítica literária Ivone Daré Rabello caracteriza o conteúdo da obra abolicionista de Cruz e Sousa como sendo marcado pela “constrangedora ótica do branco”. Segundo a autora:

³³⁸ CRUZ E SOUSA, João da. À Zezé. In: _____. Op. cit., 1998. p. 106-107. (Publicado originalmente em: *A Regeneração*, Desterro, 3 set. 1887).

³³⁹ CANDIDO, Antonio. Op. cit., 2000. p. 19.

Nas “Histórias simples”, publicadas em *Regeneração*, durante o ano de 1887, [Cruz e Sousa] trava a luta contra a escravidão com fortes tintas ideológicas, o que evidencia longo caminho de diferenciação entre o jovem de Desterro e o Cruz de “Emparedado”: este denuncia a “ditadora ciência d’hipoteses” como aquela que subtrai dos negros a dignidade e lhes nega a capacidade de entendimento; aquele, talvez para não chocar a lógica local, talvez por aderir à ideologia, cria um narrador que deseja a abolição para impedir que as meninas brancas convivam com aias negras, porque o “elemento escravo, pernicioso e fatal como é, contagia de vícios a família brasileira” (de “À Bibi”). [...] Como se vê, o material publicado ou representado nesta edição permite ao estudioso compor o movimento do jovem que, imbuído do ideário progressista da época, parecia não se dar conta de que esse mesmo ideário o excluía. Entre o Cruz de Desterro e o Cruz do Rio de Janeiro, atribulado pelos dilemas comezinhos da sobrevivência, houve um percurso que implicou rever discursos e lemas, entendê-los como palavras que nada significavam na prática.³⁴⁰

De fato a análise das narrativas que constituem a série *Histórias Simples* nos coloca diante de uma conclusão: Cruz e Sousa, a despeito das suas origens sociais e extração de classe, produziu uma obra marcada pela condescendência e pelo paternalismo ao representar literariamente o universo da escravidão. Esse escritor negro, filho de ex-escravos e observador privilegiado das relações senhoriais, ao dar tratamento ficcional aos grupos e às relações sociais que estruturavam a realidade brasileira do final do século XIX, reproduziu, apesar de qualquer experiência individual, certo conjunto de clichês em torno do cativo, dos proprietários e dos trabalhadores escravizados. Sua obra não é, portanto, substancialmente diversa daquela realizada por romancistas, poetas e dramaturgos como Bernardo Guimarães, Joaquim Manoel de Macedo ou Castro Alves – autores abolicionistas “brancos” e oriundos dos estratos superiores da sociedade imperial.

³⁴⁰ RABELLO, Ivone Daré. Op. cit. p. 16.

Sublinhar esse aspecto da sua obra, no entanto, não implica qualquer julgamento de valor nem com relação à Cruz e Sousa nem com relação aos seus textos. Não obstante, ao concluirmos o que foi exposto acima somos levados a pensar nas razões dessa aparente adesão à “constrangedora ótica do branco”. Inclina-mo-nos a refletir sobre as suas razões e significado. Afinal, o que faz com que *Histórias Simples* seja o que é? O que explica o ponto de vista adotado na obra? O que justifica a escolha, realizada pelo autor, de se exprimir por meio dessa “ótica do branco”?

Rabello parece responder a essa questão apelando para o argumento da inexperiência ou imaturidade intelectual. Diante do conteúdo ideológico expresso em *Histórias Simples* e da sua leitura de obras posteriores de Cruz e Sousa, a crítica vê no conteúdo ideológico verificado nos contos de 1887 a expressão de um momento no “longo caminho de diferenciação entre o jovem de Desterro e o Cruz de ‘Emparedado’”. Para a autora, portanto, o ponto de vista reproduzido em *Histórias Simples* seria o sintoma de um esclarecimento ainda inconcluso. Um ponto inicial num caminho, ainda não totalmente trilhado, mas que levaria o jovem ficcionista de *Histórias Simples* ao maduro poeta de *Evocações*.

As respostas dadas por Rabello, no entanto, não me parecem convincentes. Assim, como contraponto, proponho uma reflexão sobre a “ótica do branco” partindo, em primeiro lugar, de uma problematização do nosso próprio estranhamento frente a *Histórias Simples*. Por que tendemos a nos surpreender com o fato de um escritor com uma carreira e história de vida como a de Cruz e Sousa expressar, através da sua obra de juventude, um ponto de vista aparentemente tão incoerente com a “sua” suposta identidade? No mais, até onde argumentos como aqueles sugeridos por Ivone Daré Rabello podem ser considerados satisfatórios frente a essa aparente falta de lógica entre fatos e ideias?

Uma resposta para essa admiração talvez passe pela nossa tendência em reincidirmos na chamada “ilusão biográfica”. Ou seja, a nossa disposição em compreendermos o “conjunto dos acontecimentos de uma existência individual” como “um encaminhamento, isto é, um caminho” que “deve ser percorrido num trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional”.³⁴¹ Essa concepção teleológica da experiência biográfica, por sua vez, pressupõe uma coerência, um nível de organização lógica da vida humana que desconhece a natureza fracionada e multidimensional de

³⁴¹ BOURDIEU, Pierre. Op. cit. p. 181.

toda e qualquer “personalidade”. É por supormos uma coerência e unidade intrínseca entre o Cruz e Sousa “negro, filho de ex-escravos, criado nas dependências de um casario senhorial, educado entre a cozinha e a sala de visitas de um marechal do Império” e o autor de *Histórias Simples*, ou entre este e o autor de *O Emparedado*, que ficamos perplexos frente a um texto como “À Bibi”. Essa percepção, no entanto, se dissiparia se considerássemos as diferentes manifestações de uma mesma individualidade biológica através do tempo e dos diferentes espaços sociais ocupados por uma mesma pessoa.³⁴² O filho de Carolina e Guilherme, só “à custa de uma formidável abstração” poderia ser confundido com o narrador, ou mesmo o autor, de *Histórias Simples*.

No mais, refletir sobre a adoção de uma “ótica do branco” em *Histórias Simples* nos leva a considerar a complexidade das relações existentes entre autor, obra e público. A obra literária não é algo incondicionado, plasmado única e exclusivamente partir do gênio criativo de um autor. Produto de um jogo complexo de fatores internos e externos a si, a obra literária é, também, o resultado de uma relação que se dá entre escritor e público. É considerando as especificidades dessa relação que sugerimos uma explicação para a “ótica do branco” verificável na obra abolicionista de Cruz e Sousa.

Antonio Candido nos esclarece de que, “numa determinada sociedade”, o escritor não é apenas um “indivíduo”. Ele é, também, alguém exercendo certo “papel social”, ocupando uma posição em relação ao seu grupo profissional e respondendo a uma série de exigências advindas da comunidade de leitores. Desse ponto de vista, tanto aquilo que nos diz certa obra, quanto o modo que isso é dito, tanto a “matéria” quanto a “forma”, são, em parte, o produto de uma “tensão” entre a subjetividade do autor empírico e a sua adequação às expectativas relacionadas ao seu papel social. Situação que, como nos diz o crítico, caracterizaria “um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público”.³⁴³

Sabemos também que a literatura é, pois, um “sistema vivo de obras”.³⁴⁴ As criações influenciam-se mutuamente e reciprocamente para com os seus leitores. Nesse “panorama dinâmico” a vontade criadora do artista adquire outra proporção, relativizando-se diante da complexidade do processo de circulação literária. Tornado agora apenas um dos elementos de uma equação que envolve a função atribuída ao escritor numa dada

³⁴² Ibidem. p. 186.

³⁴³ CANDIDO, Antonio. Op. cit., 2000. p. 67.

³⁴⁴ Ibidem. p. 68.

sociedade e o gosto e as expectativas do público, a produção da obra literária deixa de ser a atribuição exclusiva de um ímpeto criador particular e profundo do artista entendido como sujeito portador de uma identidade biográfica e psicológica factualmente reconhecível extratextualmente. Sob esse ponto de vista, menos do que a expressão de uma simples adesão ideológica individual do autor, a “ótica do branco” expressa em *Histórias Simples* precisa ser considerada como o resultado dessa confluência de condicionantes.

Ora, sabemos que, enquanto “homem de letras”, Cruz e Sousa compartilhava de certa consciência grupal que, em grande medida, definia o papel social do escritor no Brasil do século XIX. Manifesto desde os primórdios do nosso Romantismo como um “senso de missão”, um desejo auto atribuído e consciente de “difundir as *luzes* e trabalhar pela pátria”, essa concepção militante de literatura assumiu a forma, durante o período da crise do escravismo, de abolicionismo literário.³⁴⁵ Elaborada no interior das nossas elites intelectuais, sobretudo a partir da década de 1860,³⁴⁶ a literatura abolicionista não só atendia às necessidades do momento histórico satisfazendo as expectativas do público leitor, ela também atuou ativamente sobre esse público e sobre si mesma. Graças ao seu dinamismo como “sistema simbólico”, a literatura abolicionista não só formou um público dotado de uma série de critérios de julgamento estético das obras como também formou o seu próprio cânone, o seu próprio conjunto de modelos formais transmitidos, imitados e modificados de obra a obra autor a autor. Cruz e Sousa não estava à parte desse sistema e, ao escrever, não só dialogava com a tradição quanto buscava se adequar ao gosto médio do público. Daí a reprodução de estereótipos, de fórmulas narrativas e de perspectivas ideológicas que, desde o nosso ponto de vista histórico, podem ser consideradas desconfortavelmente conservadoras. Daí o conteúdo da sua obra abolicionista ser tão marcado pela “constrangedora ótica *do branco*”.

Ao resguardar a sua dignidade como escritor socialmente reconhecido e buscar o reconhecimento estético da sua obra, Cruz e Sousa se conformava aos padrões literários correntes e exprimia os anseios daqueles capazes de lê-lo. Em suma, se adequava às expectativas e ao gosto da elite cultural, política e econômica do final do Império.

3.4 “Paladinos” e “homens-cousa”

³⁴⁵ Ibidem. p. 71-78.

³⁴⁶ BROOKSHAW, David. Op. cit. p. 24-47.

Em 24 de maio de 1888, num editorial publicado no jornal *A Regeneração*, um representante da classe letrada de Desterro regozijava-se pela promulgação do fim da escravidão no Brasil. Nesse texto, o autor deixa-nos entrever um autorretrato. Através do seu testemunho podemos vislumbrar os traços gerais da imagem que essa elite intelectual elaborava acerca de si mesma enquanto agente histórico partícipe do processo emancipador.

A aurea lei de 13 de Maio de 1888, que trouxe o n.3.353, desterrou do solo americano o unico resto da plutocracia feudal, levantando a nossa patria do estado humilhante, que por longos annos conservou-se, pela ambição, e pela falta de patriotismo de uma multidão ingrata de seus filhos.

Ingente foi a luta, grandes os sacrificios, terriveis e inolvidaveis as affrontas atiradas ás faces dos abolicionistas, desses operarios pujantes do progresso, mas elles venceram heroicamente, sendo, pois, subjugados os que por um principio retrogrado somente impediam a realisação do grandioso desejo nacional.

Se não fôra a cooperação de todos, dos que especialmente trabalharam esforçadamente, com a esperança de ver surgir no campo do com bate – a deusa da LIBERDADE; e dos resistentes de hontem, que determinaram, finalmente, a victoria, pela força poderosissima do reformador audaz – o Povo, – ainda hoje existiria na nossa historia o unico ponto negro, que manchava a sua bandeira, uma vez já victoriosa no campo da honra, onde os brasileiros souberam um dia mostrar a sua enormissima coragem e o seu patriotismo inexcédível. [...]³⁴⁷

Passagens como essa nos sugerem uma ação concebida e guiada por um grupo reduzido de homens esclarecidos e dispostos, dotados dos mais altos sentimentos de solidariedade e altruísmo. Um seletto grupo de notáveis que, nos últimos anos do Império, teriam chamado para si a responsabilidade de conduzir o Brasil rumo à concretização dos ideais europeus de “civilização” e de “progresso”.

³⁴⁷ *A Regeneração*, 24 mai. 1888.

A interpretação que o articulista da *Regeneração* fazia do movimento antiescravista dos anos de 1880 repercutia a idéia que as elites de Desterro cultivavam do seu próprio papel e relevância nos processos políticos e sociais ocorridos no final do Segundo Reinado. Uma autoimagem baseada na convicção de que seria essa categoria de privilegiados a única responsável pelos destinos do país – os verdadeiros protagonistas da História, bem como os seus únicos intérpretes legítimos.

A despeito da sua extração de classe ou de qualquer sentimento possível de identificação com o seu grupo social de origem, a análise dos textos abolicionistas de Cruz e Sousa nos sugerem que a imagem que esse autor fez de si mesmo enquanto militante aproximava-se muito dessa perspectiva. Deixando-nos entrever o retrato de alguém profundamente identificado com um pequeno grupo de esclarecidos, lapidados pela educação formal e sensibilizados pelos altos valores do seu tempo, o jovem escritor assumiu, de fato, as estratégias e as táticas adotadas pelas elites locais durante a sua participação na campanha abolicionista em Desterro. Nesse sentido, a sua percepção acerca do seu trabalho enquanto jornalista e escritor passava por uma clara identificação com a classe letrada local – público ao qual se dirigia ora como igual, ora como guia e pedagogo.

Cruz e Sousa, assim como a maioria dos abolicionistas do seu tempo, não falava aos escravos ou à raia miúda. Seu discurso sempre se dirigiu aos senhores ou aos seus “iguais” em termos de instrução e formação cultural. Percebendo-se como um dos “paladinos da ideia”, o filho de ex-escravos trabalhava ao lado de homens brancos e “respeitáveis” tais como o “Sr. Elyseu Guilherme da Silva”, o “Sr. Germano Wendhausen”, o “senador Taunay”, o “dr. Paiva” ou o “Sr. Francisco Margarida”.³⁴⁸

³⁴⁸ “Deslumbrantes e concorridas estiveram as festas promovidas pela Imprensa e Camara municipal, desta capital, auxiliadas pelo commercio. [...] Nesta noite, reunidos na residencia do Sr. Germano Wendhausen muitos socios da benemerita <<Diabo a Quatro>>, foi por este illustre cidadão offerecido um <<copo d'agua>>, trocando-se ahi muitos brindes, ao partido liberal, representado na pessoa do chefe o Sr. Elyseu Guilherme da Silva, á Germano Wendhausen, à sua familia, á Cruz e Souza, à Carlos Chimidt, ao senador Taunay, ao inspetor da Alfandega, á Remedios Monteiro, ao dr. Paiva, á Manoel Bittencourt e á Imprensa na pessoa do Sr. Francisco Margarida, que se achava prezente. / Depois de todos terem se levantado para retirar-se, o Sr. Germano Wendhausen fez estourar o champagne e novos vivas se repetiram na maior intimidade e no mais delirante entusiasmo.” Festas em homenagem a’ patria livre. *A Regeneração*, Desterro, 30 mai. 1888.

Como homem “de cor” engajado no movimento abolicionista, por sua vez, Cruz e Sousa não era uma exceção ao adotar esse tipo de postura. Para abolicionistas negros como André Rebouças, por exemplo, o objetivo do movimento emancipador não deveria estimular o ódio ou o desejo de vingança por parte dos escravos. Para ele, a propaganda deveria se dirigir à consciência dos senhores, lhes evocarem a razão e o sentimento de humanidade. A libertação dos escravos deveria ser, portanto, um ato conduzido pelo convencimento das classes dominantes, não uma concessão cedida pela reivindicação violenta dos oprimidos. “Na grande obra da Abolição”, escrevia em suas memórias, “nós jamais nos envolvemos com os escravizados [...] Dirigindo-se às vítimas suscitam-se ódios e vinganças; dirigindo-se aos algozes, cria-se arrependimento, o remorso, o desejo nobre de reparar injustiças”.³⁴⁹ Redigidas alguns anos depois da assinatura da Lei Áurea essas palavras indicam-nos os limites da atuação política considerada factível e desejável pelos principais ideólogos do abolicionismo brasileiro. Revelam-nos os horizontes históricos aos quais esses militantes estavam circunscritos.

Mais do que uma atitude “adesista”, os textos literários e jornalísticos de Cruz e Sousa demonstram que esse autor compartilhou de certa “estrutura de sentimentos” hegemônica entre as classes letradas do final do século XIX.³⁵⁰ Formada no interior dos grupos sociais dominantes, essa estrutura dava forma e sentido à experiência prática, vivida, pelas elites brasileiras durante os anos de esboroamento do sistema escravista. Sua irradiação através da linguagem, sobretudo da literatura e do jornalismo, tendia a universalização de um modo específico de perceber a realidade histórica. Uma maneira de dar significado ao vivido que perpassava classes, frações de classe, grupos e criava um conjunto de valores partilhados. A representação dos cativos como “homens-cousas”, a visão paternalista e condescendente para com os negros escravizados, não constituíam perspectivas mais ou menos “progressistas” acerca da escravidão. O “racialismo romântico”,³⁵¹ a avaliação dos escravizados como seres desprovidos de autonomia e capacidade de agência,

³⁴⁹ COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 425.

³⁵⁰ WILLIAMS, Raymond. Op. cit., 1979. p. 130-137.

³⁵¹ A expressão “racialismo romântico” foi alcunhada pelo historiador norte-americano George M. Fredrickson para classificar a atitude piegas e estereotipada com relação ao trabalhador negro escravizado expressa pelos escritores norte-americanos do século XIX. GOMES, Heloisa Toller. Op. cit. p.167.

constituíam a visão hegemônica acerca da escravidão. O ângulo privilegiado a partir do qual o abolicionismo se viabilizaria como um movimento organizado de crítica ao escravismo. Nesse sentido, nem Cruz e Sousa, nem Rebouças, transcenderiam os limites do seu tempo e grupo cultural. Todos viram a escravidão como a um sistema desumanizador que reificava o escravizado e lhe subtraía a sua capacidade de atuação histórica consciente. Desse ponto de vista, impor-se-ia aos livres esclarecidos (brancos ou não) a necessidade de resgatá-los ou incitá-los a ação (como no caso de um José do Patrocínio, por exemplo). Tomar-lhes pelas mãos e guiá-los em direção à liberdade: condição prévia para a sua plena realização enquanto criaturas humanas e constituição de uma nacionalidade brasileira conformada às noções dominantes de “civilização” e “progresso”.

O fato de ter sido negro e filho de pais libertos torna Cruz e Sousa um intelectual especialmente interessante enquanto militante abolicionista. Isto porque, dentre outras coisas, o estudo da sua trajetória possibilita-nos refletir sobre algumas questões relativas aos limites da crítica reformista da chamada “geração 1870”. Dessa perspectiva, interessou-me, aqui, entender como uma pessoa livre e “de cor”, filha de ex-escravos se posicionou, ao assumir o papel de “homem de letras”, frente ao problema da escravidão e do abolicionismo. Tratou-se, portanto, não só de verificar e descrever a existência de uma determinada postura política expressa ao longo de uma trajetória, mas, sobretudo, de compreender a dimensão histórica dessa expressão.

O estudo da chamada “literatura abolicionista”, no Brasil, tem se interessado com maior frequência por autores cujas imagens públicas são notoriamente relacionadas a algum tipo de posicionamento “antiescravista” (numa acepção ampla do termo). São os casos, por exemplo, de alguns trabalhos acadêmicos dedicados aos escritores Castro Alves, José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Luiz Gama e Aluísio Azevedo.³⁵²

³⁵² ALVES, Marcos Francisco. História e Literatura em diálogo: representações da escravidão em Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ouro Preto, ano 5, n. 2, p. 7-26, dez. 2010; AMARAL, Sharyse. Emancipacionismo e as representações do escravo na obra literária de Joaquim Manuel de Macedo. *Afro-Ásia*. Bahia, n. 35, p. 199-236, 2007; AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial*

Mais recentemente, contudo, outras personalidades – muitas delas cujas relações com o movimento de crítica à escravidão foram frequentemente subestimadas por críticos e biógrafos – vem sido reexaminadas em seus posicionamentos e em suas contribuições à formação de uma opinião pública favorável a libertação dos escravos.

Tido por muitos críticos e historiadores da literatura como supostamente omissos,³⁵³ Machado de Assis, por exemplo, passou a ser reinterpretado e reavaliado, nas últimas décadas, em sua atitude para com a questão do trabalho escravo no Brasil. Exemplar dessa contribuição no campo da historiografia é o trabalho de Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*, livro no qual somos apresentados a um Machado de Assis empenhado em abordar criticamente as relações sociais brasileiras das décadas de 1870 e 1880 – um período especialmente dramático para a nossa classe senhorial e que, como demonstra Chalhoub, é analisada com profundidade e argúcia por Machado em romances como *Helena*, *Iaiá Garcia* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.³⁵⁴

Lado a lado com aquele que é considerado o nosso maior romancista do século XIX, outro exemplo de escritor tradicionalmente relegado à

cidade de São Paulo. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999; DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. *Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance O mulato*, de Aluísio Azevedo. 2008. 144 f. Tese (Mestre em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2008; OLIVEIRA, Luiz Henrique da Silva. *A representação do negro nas poesias de Castro Alves e de [Luiz Silva] Cuti: de objeto a sujeito*. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007; SILVA, Hebe Cristina. *Imagens da Escravidão – Uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar*. 2004. 311 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

³⁵³ Sobre a maneira como Machado de Assis abordaria as relações sociais escravistas em seus textos literários, o crítico Domício Proença Filho escreve: “O autor de *Dom Casmurro* não empunha a bandeira da abolição na sua prosa ficcional ou na sua poesia; retrata personagens negros ou descendentes de negros em sua condição social de então, sobretudo como escravos ou como serviçais mais próximos da família senhorial, acomodados na vida que levam”. PROENÇA FILHO, Domício. A participação da literatura no processo abolicionista. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan.-jun. 1988. p. 24.

³⁵⁴ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

condição de “apolítico” foi Cruz e Sousa. Visto desde as primeiras décadas do século XX como pouco interessado nas “grandes questões” de seu próprio tempo, o poeta recebeu muito cedo o estigma de autor *blasé*. Era essa, por exemplo, a visão do jornalista João Pinto da Silva que, em 1914, caracterizava-o como um “negro pernóstico, intolerável”.³⁵⁵ Adjetivos duros que, em parte, se explicavam pelo clima de exaltação nacionalista próprio da I Guerra Mundial e que inclinava alguns críticos a serem impiedosos para com os artistas cujas obras representassem pouco as chamadas “coisas do Brasil”. Tido na época como o “Papa Negro” do nosso Simbolismo, a “esdrúxula” importação estética europeia era mal recebida pelo *establishment* literário brasileiro – ainda dominado pelo Parnasianismo e pelo ufanismo poético de Olavo Bilac – e vista por muitos como prova de modismo, alienação cultural e alheamento para com a realidade pátria. Submetido ao rótulo de “beletrista” Cruz e Sousa foi, dessa forma, considerado por muitas décadas, o poeta eternamente recluso nos altos da sua “torre de marfim”. Uma das mais perfeitas encarnações do “nefelibatismo” em nossa literatura.³⁵⁶

O rótulo de “abstencionista”, contudo, se explica parcialmente pela própria trajetória editorial da sua obra.³⁵⁷ Seus principais livros lançados em vida são publicações posteriores a 1888 e não incluem, em sua maior parte, produções de sua fase pré-simbolista. Obras como *Missal* e *Broqueis* (ambas de 1893) não contemplam, portanto, nenhum dos seus textos manifestadamente abolicionistas. Uma situação que ajudou a firmar a idéia de que não tenha se interessado em abordar a questão da escravidão e que tenha se interessado pouco pelos principais debates nos quais estavam empenhados aqueles escritores que eram considerados os mais importantes da sua geração.

Relativizado ao longo das últimas décadas esse preconceito com relação à Cruz e Sousa, no entanto, ainda não foi totalmente superado. Exemplar dessa permanência é o verbete “Cruz e Sousa” existente no *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, elaborado pelo sociólogo

³⁵⁵ SILVA, João Pinto e. *Vultos do Meu Caminho*: estudos e impressões de literatura. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926. Apud SAYERS, Raymond. *Onze estudos de Literatura Brasileira*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983. p. 84.

³⁵⁶ MUZART, Zahidé Lupinacci. “Humilhados e Ofendidos” na Poesia de Cruz e Sousa. In: SOARES, Iaponan; CARDOZO, Flávio José. (Org.). *João da Cruz e Sousa, 1861-1898*: antologia. Florianópolis: FCC, 1991. p. 6-7.

³⁵⁷ MURICY, Andrade. Op. cit., 1961. p. 28.

Clóvis Moura. Segundo o texto (cuja primeira edição é de 2004), apesar de haver uma tendência em se reabilitar Cruz e Sousa da acusação de não engajamento no movimento abolicionista, a realidade é que “a sua participação como agente ativo do abolicionismo” teria sido de fato “mínima”.³⁵⁸ Tal opinião, aliás, faz coro com a de outros autores contemporâneos aparentemente bem menos informados do que Moura. É este, por exemplo, o caso do crítico literário Flávio Kothe que, em *O Cânone Republicano*, escreve:

[...] o mínimo que uma consciência negra autêntica – especialmente por volta de 1880-1890 – teria de apresentar no Brasil, e não só como *local colour*, seria a questão de os senhores brancos explorarem os escravos durante séculos, dispondo deles a seu bel-prazer; a da morte em vida dos escravos; a do apoio da Igreja ao escravagismo; a de se fazer justiça quanto à exploração do trabalho escravo, obrigando-se os senhores a grandes indenizações. Um autor negro não poderia deixar que um único verso seu pudesse ser usado num sentido contrário à sua origem. Cruz e Souza, pelo contrário, finge ser branco, é fascinado pelo *status* senhorial e pelo cerimonial católico. Em vez de questionar a Igreja pelo apoio que ela deu à escravidão dos negros, ele adere à estética mais banal do catolicismo. É um traidor de sua raça e da cultura do seu povo, um adesista.³⁵⁹

Aparentemente ignorante dos textos de juventude de Cruz e Sousa, Kothe demonstra com excepcional desenvoltura toda a importância de conhecermos com alguma profundidade o conjunto de uma obra antes de nos permitirmos realizar certas afirmações excessivamente peremptórias acerca de qualquer autor. No mais, episódios como esses indicam que, a despeito do grande volume de material inédito e disperso trazido a público nas últimas décadas por diferentes gerações de pesquisadores, os estudos precedentes acerca da sua obra ainda se ressentem de uma análise mais detida no que tange aos seus textos abolicionistas. Diante desta lacuna,

³⁵⁸ MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 120-121.

³⁵⁹ KOTHE, Flávio R. Op. cit. p. 114-115.

neste capítulo, me propus a refletir sobre esse tema ainda tão controverso na vida e obra do poeta catarinense. Aqui, menos do que repisar o problema da suposta “alienação” ou “engajamento” político do autor, minha intenção foi a de redimensionar historicamente a participação de João da Cruz e Sousa nas lutas sociais do seu tempo. Reconstituir, a partir da verificação e da análise documental, o sentido atribuído pelo próprio escritor aos debates políticos e intelectuais da sua contemporaneidade. Uma tarefa que busquei realizar não apenas detendo-me nos seus textos propriamente literários, mas, também, atentando ao que nos resta da sua produção jornalística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cruz e Sousa, por seu turno, se busca o afastamento diferenciador para marcar sua individualidade em relação a seu grupo racial, não se coloca como isento do conteúdo que revela no discurso. A negritude de seu narrador não abandona a perspectiva negra, nem tende para a relatividade.

LUIZ SILVA,
A Consciência do Impacto nas obras de Cruz e Sousa e Lima Barreto, 2005.

Cruz e Souza é o preto que adora o branco e, por isso, é conveniente a um cânone do senhorio numa era de transição. Não é por ter sido preto que ele expressa a consciência negra. Está longe de um Aimé Césaire. Expressa antes a alienação dos negros que um modo de conscientização.

FLÁVIO KOTHE,
O Cânone Republicano, 2003.

Robespieristas, anti-robspieristas, nós vos imploramos: por piedade, dizei-nos simplesmente quem foi Robespierre.

MARC BLOCH,
Apologia da História, 1941.

Quem seria o “brasileiro”? Quem, de fato, nos representaria cultural e historicamente? As tentativas de resposta a essas perguntas estão nas origens da nossa tradição historiográfica e sociológica e apontam para a complexidade da nossa formação social. Desde Von Martius, passando por Gylberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, até hoje, estas questões tem se colocado como um dos temas centrais dos debates sobre o Brasil. Contemporaneamente a busca pela definição de uma “identidade brasileira” assume a forma de algumas polêmicas culturais bem específicas. Uma delas é a controvérsia em torno da existência ou não de uma literatura especificamente “negra” esquecida ou deliberadamente omitida pelo cânone. Nessas alterações, Cruz e Sousa é um símbolo privilegiado. No cerne das contendas sobre o caráter étnico da sua obra,

bem como sobre o seu grau de identificação com as suas origens africanas, está a discussão sobre a existência de uma ou de várias tradições literárias brasileiras, marcadas pela etnicidade e pela marginalização social. Infelizmente, contudo, nem sempre esse debate vem sendo conduzido sem anacronismos ou simplificações históricas.

O anacronismo, a “deformação cronológica” que nos leva a misturar “consciente ou inconscientemente elementos do presente e do passado”,³⁶⁰ está para a disciplina histórica, assim como o etnocentrismo está para a antropologia: não há como evitar a ambos. Se como escreveu Pierre Clastres, “a etnologia não escapa à sua terra natal”,³⁶¹ também Lucien Febvre reconhecia que cada época constrói a “sua Roma e sua Atenas, sua Idade Média e seu Renascimento”.³⁶² Não obstante a onipresença dos olhares etnocêntrico e anacrônico, superar a ambos são os dois princípios que se colocam permanentemente ao historiador e ao antropólogo. No caso da história, a busca por se compreender os homens do passado segundo os seus próprios termos não só é importante como deve ser o primeiro esforço no sentido de se construir qualquer compreensão cientificamente válida sobre os processos históricos. Em outras palavras, se é verdade que nunca poderemos olhar o que passou senão com os olhos do agora isto, contudo, não nos desobriga a buscarmos o máximo de relativização cronológica, a perseguirmos, da melhor forma que pudermos a compreensão do “outro” no tempo. É isto, a meu ver, o que constitui a principal especificidade do ofício de historiador e é isso o que tentei colocar em prática neste trabalho.

Cruz e Sousa foi um representante do seu grupo social. Ele fez parte de uma elite de negros livres que gozava de uma sólida educação formal de base europeia e que, por isso, possuía também algum prestígio no Brasil oitocentista. Foi alguém que, a despeito das suas origens de classe e identificação racial, compartilhava de uma “estrutura de sentimentos” própria das classes letradas do final do Império. Neto de africanos

³⁶⁰ FRANCO JÚNIOR, Hilário. Apresentação. In: FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 12-13.

³⁶¹ CLASTRES, Pierre. Apud CARVALHO, Silvia M. S. A obra de Pierre Clatres: acertos e enganos de uma antropologia política. *Perspectivas*, São Paulo, 12/13, 191-227, 1989/90. p. 192.

³⁶² FEBVRE, Lucien. Apud FRANCO JÚNIOR, Hilário. Apresentação. In: FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 12.

escravizados, filho de crioulos libertos, seus processos de formação cultural e socialização deram-se numa zona limítrofe entre a experiência dos dominados e a consciência dos dominantes. Sujeito fronteiro, cultural e socialmente indefinido, seus textos trazem as marcas dessa contradição e só podem ser entendidos levando-se em conta a especificidade desse tipo de experiência histórica. Sua “negritude”, sua “consciência de um existir ‘negro’”,³⁶³ portanto, só pode ser considerada e entendida na perspectiva concreta dessa tensão e ambiguidade. Um procedimento que, por sua vez, exige que realoquemos autor e obra no plano dos processos materiais que tornaram a ambos possíveis.

A reverência à memória biográfica e a celebração da obra literária de Cruz e Sousa são elementos simbólicos constitutivos de diferentes “tradições inventadas”. Compartilhadas ou disputadas por diferentes instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos sociais, culto e canonização contribuem para criar em torno da vida e obra do escritor catarinense uma densa atmosfera de anacronismo e incompreensão histórica. Elevado a representante máximo da cultura oficial de um estado cujas elites se regozijam da sua presumida ascendência européia, Cruz e Sousa é, também, um dos principais heróis culturais incorporados ao panteão dos movimentos negros contemporâneos. É objeto, portanto, de constantes apropriações e reapropriações no interior de diferentes grupos sociais e políticos, por vezes contrastantes e mesmo antagônicos em seus objetivos, mas que compartilham entre si a tendência a submeter o passado às contingências das suas disputas mais imediatas.

Este trabalho foi uma tentativa de redimensionar historicamente alguns aspectos das diferentes prefigurações míticas do *personagem* Cruz e Sousa. Minha intenção ao longo desta dissertação foi a de submeter um determinado indivíduo às condicionantes do seu próprio tempo e a sua obra ao seu contexto material de produção. Para tanto, me vali não só da pesquisa empírica, do trabalho sistemático nos arquivos e bibliotecas, mas, também, de um referencial teórico-metodológico que me permitiu ir além das interpretações canonizantes próprias das histórias literárias ou elogios biográficos. Como resultado, menos do que um indivíduo perfeitamente coerente com as nossas expectativas e sensibilidades, encontrei um sujeito complexo, multidimensional, enraizado no seu tempo e espaço. Deparei-me, enfim, com um homem de carne e osso. Um ser que, como nós, viveu,

³⁶³ BERND, Zilá. Op. cit., 1987. p. 14.

pensou e sentiu rigorosamente limitado pelos horizontes da sua própria contemporaneidade.

FONTES

Correspondências

CRUZ E SOUSA, João da. [Carta] 31 mai. 1887, Desterro [para] SOCIEDADE CARNAVALESCA DIABO A QUATRO. Desterro. In: *Jornal do Commercio*, Desterro, 2 jun. 1887.

CRUZ E SOUSA, João da. [Carta] 8 jan. 1889, Rio de Janeiro [para] VARZEA, Virgílio. Desterro. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Cartas de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1993.

ROSAS, Oscar. [Carta] 30 nov. 1883, Rio de Janeiro [para] CRUZ E SOUSA, João da. Desterro. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos pessoais de escritores brasileiros. Arquivo Cruz e Sousa. Correspondência pessoal – CS Cp 025.

SOCIEDADE CARNAVALESCA DIABO A QUATRO [Carta] 16 de mai. 1887, Desterro [para] JORNAL DO COMMERCIO. Desterro. In: *Jornal do Commercio*, Desterro, 18 mai. 1887.

SOUSA, Carolina de. [Carta] 1 mar. 1891, Desterro [para] CRUZ E SOUSA, João da. Rio de Janeiro. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos pessoais de escritores brasileiros. Arquivo Cruz e Sousa. Correspondência familiar – CS Cf 002.

SOUSA, Guilherme de. [Carta] 24 out. 1894, Desterro [para] CRUZ E SOUSA, João da. Rio de Janeiro. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos pessoais de escritores brasileiros. Arquivo Cruz e Sousa. Correspondência familiar – CS Cf 004.

VARZEA, Affonso. [Carta] 21 dez. 1962, Rio de Janeiro [para] FONTES, Henrique. Florianópolis. Acervo da Academia Catarinense de Letras. Arquivos da cadeira n. 40. Pasta “Virgílio Várzea”.

Documentos cartoriais

Certidão de batismo de João da Cruz e Sousa. In: ALVES, Uelinton Farias. *Cruz e Sousa: Dante Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008. (Caderno de imagens).

Certidão de casamento de Guilherme de Souza e Carolina Eva da Conceição. In: SOARES, Iaponan. *Ao Redor de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 69.

Obras literárias

ALENCAR, José de. *A mãe*: drama em quatro actos. Rio de Janeiro: Typographia de F. Paula Brito, 1862.

ALVES, Castro. *Os escravos*. Rio de Janeiro. Typ. da Escola de Serafim José Alves, 1884.

_____. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.

CRUZ E SOUSA, João da. *Evocações*. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1898.

_____. *Pharões*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Profissional, 1900.

_____. *Obras Poéticas: Últimos Sonetos, Inéditos e Dispersos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. 2.

_____. Histórias simples. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Dispersos: poesia e prosa*. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp; Giordano, 1998. (Pesquisa e apresentação de Iaponan Soares e Zilma Gesser Nunes).

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

CRUZ E SOUSA, João da; VARZEA, Virgílio. *Tropos e Fantasias*. [1885] Edição fac-similar. Florianópolis: FCC, 1990.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *As victimas-algozes: quadros da escravidão*. Typ. Americana, 1869. t. 1.

_____. *Theatro do doutor Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor, 1865. t. 2. p. 149.

Manuscritos

CRUZ E SOUSA, João da. *Consciencia tranquilla*. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos pessoais de escritores brasileiros. Arquivo Cruz e Sousa.

FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. No Caminho do Destino. In: CARNEIRO, Carlos da Silveira. *Enciclopédia de Santa Catarina*. Florianópolis. v. 20. CEOR/BC/UFSC.

Periódicos

Abolicionista, Desterro, 1884.

A Gazeta, Florianópolis, 1941.

A Lucta, Desterro, 1885.

A Matraca, Desterro, 1885.

A Noite, Rio de Janeiro, 1915.

A Pagina, Florianópolis, 1900.

A Regeneração, Desterro, 1880, 1882, 1884, 1885, 1888.

A Republica, Florianópolis, 1923.

A Voz do Povo, Desterro, 1885.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1907, 1955.

Jornal do Commercio, Desterro, 1880, 1882, 1885, 1886, 1887.

O Despertador, Desterro, 1970, 1883.

O Moléque, Desterro, 1885.

Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina, Florianópolis, 1919.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Uelinton Farias. *Cruz e Sousa: Dante Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

_____. *Re: Cruz e Sousa – fortuna crítica* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luiz_alberto82@yahoo.com.br> em 29 ago. 2010.

_____. *Reencontro com Cruz e Sousa*. 3. ed. Florianópolis: Papa-Livro Editora, 1998.

ALVES, Marcos Francisco. História e Literatura em diálogo: representações da escravidão em Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ouro Preto, ano 5, n. 2, p. 7-26, dez. 2010.

ALVES, Paulo. *A Farpa e a Lira: uma análise socioliterária a partir de Cruz e Sousa e Lima Barreto*. 2009. 212 f. (Mestrado em Teoria da Literatura) – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

AMARAL, Sharyse. Emancipacionismo e as representações do escravo na obra literária de Joaquim Manuel de Macedo. *Afro-Ásia*. Bahia, n. 35, p. 199-236, 2007.

ASSIS, Machado de. A nova geração. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3.

_____. Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade. In: ASSIS, Machado. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999.

BALLSTAEDT, Élio. A “Idéia Nova” de Cruz e Sousa e Virgílio Vársea. *Expediente Sul*: Revista do Círculo de Arte Moderna. Florianópolis, n. 23, p. 1-10, dez. 1954.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASTIDE, Roger. Quatro estudos sobre Cruz e Sousa. In: COUTINHO, Afrânio. (Org.). *Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.bn.br>>. Acesso em: 4 nov. 2011.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *A Republica Federal*. 2. ed. São Paulo: Typographia King, 1885.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional/Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 3.

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898. v. 4.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLUM, Heitor. *A Campanha Abolicionista na Antiga Destêrro*: subsídio para a história da campanha abolicionista na Província de Santa Catarina. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1939.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRANCHER, Ana. A classe letrada em Desterro: entre a história e a literatura. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *História de Santa Catarina no Século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v. 2.

_____. *História de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CANDIDO, Antonio. A literatura durante o Império. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 19--. t. 2, v. 3.

_____. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Fapesp; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

_____. *Literatura e Sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

_____. Prefácio. In: BASTIDE, Roger. *Poetas do Brasil*. São Paulo, Edusp; Duas Cidades, 1997.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARVALHO, Silvia M. S. A obra de Pierre Clatres: acertos e enganos de uma antropologia política. *Perspectivas*, São Paulo, 12/13, 191-227, 1989/90.

CEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: < http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=823&Itemid=2>. Acesso em: 10 mar. 2012.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 11-49, 2009.

_____. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *História de Santa Catarina no Século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CRUZ, Flávio da. Cruz e Sousa poeta laureado e homem esquecido. In: ALVES, Uelinton Farias. *Reencontro com Cruz e Sousa*. Florianópolis: Papa-Livro Editora, 1998.

CUTI, Luiz Silva. Negros ou urubus?. Disponível em: <<http://ppaberlin.wordpress.com/2011/12/08/o-poeta-cuti-responde-ao-poeta-ferreira-gullar-sobre-a-inexistencia-de-uma-literatura-negra/>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

DEL PINO, Dino. *Introdução ao estudo da literatura*. 5. ed. Porto Alegre: Movimento, 1972.

DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. *Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance O mulato*, de Aluísio Azevedo. 2008. 144 f. Tese (Mestre em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2008.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Cruz e Sousa: Modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX*. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

FANON, Frantz. *Peau noire masques blancs*. Paris: Editions du Seuil, 1952.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 60, p. 271-288, 2007.

FLORES, Altino. O franzino poeta, o latinista quadragenário. In: JUNKES, Lauro. (Org.). *Altino Flores: textos críticos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006.

_____. O Padre Cantigas: Uma grande figura da pequena Província. In: JUNKES, Lauro. (Org.). *Altino Flores: textos críticos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006.

_____. A sombra de Cruz e Sousa. In: JUNKES, Lauro. (Org.). *Altino Flores: textos críticos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006.

FONTES, Henrique. *Cruz e Sousa em A Companhia Dramática Julieta dos Santos e o meio intelectual desterrado e outros ensaios*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1997. (Organização e introdução Zilma Gesser Nunes).

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Apresentação. In: FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FREIRE, Laudelino (Org.). *Sonetos brasileiros: século XVII-XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Briguier & Cia., 1913.

GAMA ROSA, Francisco Luiz da. *Biologia e Sociologia do Casamento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1887.

_____. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, Livreiro-Editor, 1914.

GÓES, Fernando. Cruz e Sousa ou o carrasco de si mesmo. In: COUTINHO, Afrânio. (Org.). *Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

GOMES, Heloisa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

_____. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

GRISARD, Iza Vieira da Rosa. *Duarte Schutel, poeta, médico e político: história de uma vida*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1999.

GUIMARÃES, Ferreira; CESAR, Cassiano. *Biographia Completa do Primeiro Actor Dramatico Brasileiro João Caetano dos Santos*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia a Vapor Lombaerts & Comp., 1884.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Henrique Fleiüss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882)*. Disponível em: <<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/lretmo/Guimaraes%20Lucia.doc>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

GULLAR, Ferreira. Preconceito cultural. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 dez. 2011.

GUSTAVO, Neves. O preto de alma branca. *A Gazeta*, Florianópolis, 12 nov. 1961.

HANNA, Vera Lúcia H. “Está Bem Bom Para Inglês Ver”: A influência da língua e da cultura inglesas no Brasil (1802-1920). *Todas as Letras*, São Paulo, n. 6, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. 2. ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

JUNKES, Lauro. (Org.). *Altino Flores: textos críticos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006.

KOTHE, Flávio R. *O Cânone Republicano*. Brasília: UnB, 2003. v. 1.

LAPS; ENSP; FIOCRUZ. *Guia de Fontes e catálogo de acervos e instituições para pesquisas em saúde mental e assistência psiquiátrica no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2004. p. 41. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/eventos_novo/dados/arq423.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2009.

LEMINSKI, Paulo. *Cruz e Sousa: o negro branco*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1979.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de Jose do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

_____. *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*. 3. ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Almanack*. Guarulhos, n. 2, p.20-37, 2011.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 4.

MATOS, Felipe. Uma ilha de leitura: notas para um história de Florianópolis através de suas livrarias, livreiros e livros (1830-1950). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

MELLO, Jefferson Agostini. *Um poeta simbolista na República Velha: literatura e sociedade em “Missal” de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MELO, Osvaldo Ferreira. *Introdução à História da Literatura Catarinense*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2 ed. rev. aum. e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MONTENEGRO, Abelardo Fernando. *Cruz e Sousa e o Movimento Simbolista no Brasil*. 3. ed. Fortaleza: UFC; Florianópolis: FFC, 1998.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MURICY, Andrade. Atualidade de Cruz e Sousa. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1961.

_____. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Obras Poéticas: Broquéis e Faróis*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. 1.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Espelho contra espelho*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/espelho-contra-espelho>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. “*Humilhados e Ofendidos*” na *Poesia de Cruz e Sousa*. In: SOARES, Iaponan; CARDOZO, Flávio José. (Org.). *João da Cruz e Sousa, 1861-1898*: antologia. Florianópolis: FCC, 1991.

_____. O Moleque, um pasquim do século XIX. *Ô Catarina!*, Florianópolis, n. 28, p. 14, mar.-abr. 1998.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., s. d.

_____. *O abolicionismo*. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e Ca., 1883.

OLIVEIRA, Leonardo Pereira de. *A tensão lírica no simbolismo de Cruz e Sousa*. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre. 2007.

OLIVEIRA, Luiz Henrique da Silva. *A representação do negro nas poesias de Castro Alves e de [Luiz Silva] Cuti*: de objeto a sujeito. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAULI, Evaldo. *Cruz e Sousa*: poeta e pensador. São Paulo: Editora do Escritor, 1973.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado*: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

_____. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

PIAZZA, Walter Fernando. (Org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

PROENÇA FILHO, Domício. A participação da literatura no processo abolicionista. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan.-jun. 1988.

RABELLO, Ivone Daré. Prefácio. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Dispersos: poesia e prosa*. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp; Giordano, 1998. (Pesquisa e apresentação de Iaponan Soares e Zilma Gesser Nunes).

REIS, Cristiano Lima de Araújo. *O Simbolismo de Cruz e Sousa: negritude, dor e satanismo*. 2009. 96 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Programa de Estudos Pós-Graduados em literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

ROMERO, Silvio. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. *Varios Escriptos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

SACHET, Celestino. *A literatura catarinense*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

_____. *A literatura de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. O "inditoso Cruz e Sousa" de Silvio Romero e o "malogrado poeta negro" de José Verissimo. *Travessia*. Florianópolis, n. 26, p. 59-72, 1993.

SANTOS, Cláudia Andrade dos. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS, Daniel Aarão. (Org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

SAYERS, Raymond. *Onze estudos de Literatura Brasileira*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCIADINI, Patrício. *São João da Cruz*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

SEBRÃO, Graciane Daniela. *Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)*. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição. In: *Anais da XXVI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Disponível em: <http://sbph.cliomatica.com/2006/sociedade-cultura-e-poder-no-imperio/eduardo-silva>. Acesso em: 16 out. 2011.

SILVA, Hebe Cristina. *Imagens da Escravidão – Uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar*. 2004. 311 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

SILVA, Luiz. *A consciência do impacto nas obras de Cruz e Sousa e de Lima Barreto*. 2005. 232 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2005.

SILVA, Martiniano José da. *Racismo à Brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

SILVA, Rosane Cordeiro da. *Entre missais e evocações*: a prosa desterrada de Cruz e Sousa. 2006. 274 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Iaponan. *Ao Redor de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

SOUZA, Karen Fernanda Rodrigues de. “Ridendo Castigat Mores”: a Semana Illustrada de Henrique Fleiuss e a formação da imprensa ilustrada no Brasil. Rio de Janeiro 1860-1876. Disponível em: <<http://anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVII/ST%20V/Karen%20Fernanda%20Rodrigues%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

SOUZA, Luiz Alberto de. *Versos à revolta*: política e literatura na Desterro do Fim do Império (1881-1889). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – UFSC, Florianópolis, 2009.

SPITZER, Leo. *Vidas de Entremeio*: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARZEA, Virgílio. Dr. Gama Rosa: notas biográficas. In: ROZA, Francisco Luiz da Gama. *Sociologia e Estética*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, Livreiro-Editor, 1914.

_____. Primeiros encontros com o Dr. Gama Rosa. *Anuário Catarinense*. Florianópolis, ano 5, p. 173-174, 1952.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis*: memória urbana. 2. ed. revista e ampliada. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VICTOR, Nestor. Introdução. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923. p. v. 1.

WIKTIONARY. Disponível em: < <http://pt.wiktionary.org/wiki/xpto>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Chácaras e casebres: o espaço da vivência negra nos arredores de São Paulo. In: _____. *Sonhos africanos, vivência ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1 – Perfil de Cruz e Sousa por Virgílio Varzea (*Correio da Manhã*, 1907)

CRUZ E SOUZA

Era um crioulo de compleição magra e estatura meia. Não obstante tinha o rosto cheio e oval de traços delicados e de conjuncto attrahente, sympathico. Nos seus olhos, grandes e bonitos, havia um forte brilho intellectual e uma vaga expressão de tristeza e humildade, ganha atavicamente na expatriação e captivo quasi seculares da sua raça, nesse tempo ainda geralmente jazendo no escravagismo e na opressão em todo o Brasil, á excepção desse humanissimo Ceará, a "Terra da Luz", onde os primeiros movimentos abolicionistas triumphavam já com persistencia e ardor, alastrando-se pouco a pouco para o extremo-norte e para o sul, com uma benção e um bem incomparavel.

Nascido sob os tectos aristocraticos e opulentos, severos tectos aristocraticos e opulentos, severos e diciplinares do lar de um notavel soldado do Imperio, o marechal Guilherme Xavier de Souza, de quem tomara o nome de familia, recebera primorosa educação, boa instrucção primaria e fizera com brilho o curso de humanidades no Atheneu Provincial, onde o insigne naturalista FRITZ MULLER, sabio de reputação universal, collaborador e amigo íntimo de DARWIN e HAECKEL, regendo ali as cadeiras de mathematica e sciencias naturaes, encantado pelas suas qualidades, applicação e talento, lhe chamava affectuosa e carinhosamente o seu "discipulo amado". No Atheneu fôra tambem dos primeiros alumnos na aula de francez, do professor João José de Rosas Ribeiro de Almeida (pae de Oscar Rosas), e nas de latim, inglez e grego, a cargo do velho e conhecido orientalista padre Mendes de Almeida, reitor dessa instituição de ensino.

Apaixonado pelas bellas letras, verdadeiro temperamento de artista, talvez com laivos éthnicos de sangue ariano, Cruz e Souza, já aos 8 annos fazia versos á maneira de Bocage. Desses versos, em geral vasados nos môldes classicos ou romanticos, alguns eram passaveis; mas elle, agora, os detestava e quando acaso alguém lh'os recordava, encolhia-se todo de vergonha e era o primeiro a apontar-lhes as tolices e ridiculos a grandes gargalhadas. Apesar de ter nascido livre – o marechal Guilherme era contra a escravidão, e antes de partir para o Paraguay, alforriara todos os escravos que herdara dos paes –; apesar de ter sido creado por esse marechal como

se fôra seu filho e de haver gosado todas as regalias dispensadas a tão alto personagem, – Cruz era o extremo modesto e tímido, decerto devido a sua cor e raça que, após a morte do marechal e da sua bondosíssima esposa d. Clarinda, o haviam reduzido a um verdadeiro pária no meio de uma sociedade estreita, pretenciosa, mesquinha e cheia de preconceitos os mais ridículos e absurdos. Foi assim que o conhecemos quando, depois dos nossos estudos no Collegio Naval e de anno e meio passado a bordo de navios mercantes brasileiros e hespanhóes em constantes viagens entre as Antilhas, o Prata e as ilhas dos archipelagos portuguezes da Africa. recolhemos á provincia ahi por 1881, ligando-nos então na longa, doce e harmonica camaradagem que terminou – material, mas não espiritualmente – com a sua morte, nesta capital, em 1897.

Desde 1881 que Cruz e Souza, assimilando a corrente moderna de refôrma scientifica e literaria que da incomparavel capital franceza irradiava por todo o mundo, entrára a constituir-se um bom artista da prosa e do verso, sobretudo deste; collocando a arte suprema da Escripta acima de todas as coisas na vida, não obstante as desventuras e ódios que lhe pudesse acarretar. Por isso ninguem o igualava no assalto ás reputações literárias "d'A Velha Escola", não só d'ali como talvez de todo o Brasil e do mundo, pois o fazia com um *entrein* e obsessão nunca vistos, porque, dizia "era preciso varrer da superficie do planeta todos os fósseis das Letras".

A sua palavra afiada, inquieta e siflante era como um florete faiscante a todo o instante no ar, a bordar de gilvazes a pelle do adversário. Era então realista e parnasiano, e só mais tarde, aqui no Rio, se tornou *symbolista*, para acabar mixto de Verlaine e Quental, como se vê, principalmente, no seu ultimo livro *Pharóes*. Entretanto, já ao tempo desta narração, era um *quaker*, um intransigente, nada admitindo que não fosse a doutrina esposada.

Nascera para o Sectarismo, para a Facção e para a Seita, como se viu mais tarde em todo o exaggero, só movendo-se com alacridade e possança naquella *colerie* exclusivista da provincia e, depois, nessa outra da *Decadencia* em que cimentou para sempre o seu nome, propagado ainda hoje com afan e delirio pelos fiéis discipulos sobreviventes, Carlos Dias Fernandes, Felix Pacheco, Nestor Victor e Tiburcio de Freitas, que, apenas Cruz desapareceu no sepulchro se passou á Santa Catharina, naturalmente para ter a honra e gloria cultuaes de viver na terra onde veio á luz o *Mestre Supremo*, o *Grande Poeta Negro*.

De um talhe *espiégle* e elegante, muito preocupado com a sua pessoa, Cruz, como os pais – o velho preto Guilherme, mestre pedreiro e a

preta Carolina, de uma actividade incessante e prodigiosa – não precisassem do seu auxilio para viver, gastava tudo o que ganhava nas lições particulares que tinha, em trajes variados, finos e bem feitos, pelo que andava sempre muito asseado e bem vestido, despertando ainda, por esse lado, maiores odiosidades e invejas.

Tinha uns dentes bellissimos e alvos, fazendo, quando sorria, uma pequenina meia-lua de opalas na sua boca negro-escarlata onde bailava uma ironia casquilhante e perenne. Sempre inspirado e feliz, caricaturista endiabrado e perfeito no verso pilherico e trocista, trazia "A Velha Escola" acossada, flagellada e coberta de imenso ridiculo.

Elle e o Victor Vasques eram quem fazia a *Tribuna* do princípio ao fim porque os outros pouco escreviam, não só por não serem quase jornalistas como pelos apertados empregos que tinham.

Os dois magníficos specimens que abaixo transcrevemos da obra poética que já contava Cruz e Souza na época a que nos referimos, obra que é sem duvida a melhor desse bello artista e que temos toda colleccionada para a publicarmos em livro sob o titulo de *Campesinas e Versos Modernos*, conforme então elle proprio as denominara, – os dois magníficos specimens abaixo, dizemos, revelam perfeitamente o grande valor que já tinha esse peregrino espirito que, como nenhum outro, tanto elevou e glorificou a sua raça, onde avulta como um exemplar raro e unico, incontrastavel.

Eis as duas alludidas producções:

NO CAMPO SANTO

Morreste no campo, um dia,
Como uma flor desprezada.
Clareava a madrugada
Azul, vaporosa e fria.

Sobre a agreste serraania,
Numa ermida branqueada,
Por uma manhã doirada,
Um sino repercurtia.

Teu caixão de camponezas
E camponezes seguido,

Desceu abaixo às vezes

Ganhou o atalho comprido
De casas em correntezas
E entrou num campo florido.

(Campesinas)

AZAS PERDIDAS

Lá fora, pelo Azul indefinido e largo
Passam azas subtis, pelo ether, longe, a fôra
Como que a demandar outra mais doce aurora
Que a desta vida atroz, toda veneno, amargo
Vão as azas assim, bem longe, pela curva

Do Espaço e d'Amplidão, perdidas pelos ares
Até virem cahindo os véos crepusculares
Toda a angustia do Occaso, emocional e turva.
E diante dessa dor das tardes que esmaecem

As azas, pelo Azul, em voos desgarrados,
Como a oração final dos tristes Naufragados
Longinquamente, além, tenues desaparecem...
Cáe então de uma vez a sombra dos Segredos...

E na serena paz das noites adormidas,
Entre o fundo chorar dos calmos Arvoredos,
Ninguém verá jamais essas azas perdidas!
E as azas o que são no Firmamento errantes,

Perdidas pelo Tempo, esparsas Eras,
Senão os sonhos vão – Mundos alucinantes –
Cheios de resplendor das flóreas primaveras?!
Por isso, eu quando o Azul repleto de azas vejo,

Muito alto, céu acima, os páramos rasgando,
Toda a minh'alma oscilla e treme num desejo,
Em busca das regiões da Duvida, chorando!

(Versos Modernos)

Virgilio Varzea

(Continua)

VARZEA, Virgilio. Impressões da Provincia. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1907.

ANEXO 2 – Perfil de Cruz e Sousa por Virgílio Varzea (*A República*, 1923)

CRUZ E SOUZA

O meu primeiro encontro com Cruz e Souza deu-se teria eu doze annos e elle dezesete. Foi em 1876, em Florianopolis, capital do Estado de Santa Catharina. Celebrava-se o anniversario de um dos dois theatrinhos de rapazes que lá então existiam, cujos nomes não me ocorrem agora. Um tinha a sua séde á antiga rua do Principe (hoje Conselheiro Mafra) ao réz do chão do sobrado do antigo capitão de navio e capitalista Manoel Moreira da Silva, principal chefe do partido conservador da provincia; o outro á rua da Paz (actualmente Conselheiro Jeronymo Coelho) no porão da residencia do sr. A. Fialho, conferente da Alfandega. Deste era orador Cruz e Souza e daquelle o subscriptor desta; chronica, a quem coube saudar, em nome da sua sociedade dramatica, a directoria da outra. Respondeu-lhe Cruz e Souza.

Desde então nos fizemos amigos.

Mas em janeiro do anno seguinte embarquei para aqui a matricularme no Collegio Naval, com destino á Marinha de Guerra. Volvi á provincia dois annos depois, partindo de novo para aqui passados mezes. Nos fias de 1891 estava de novo em Florianopolis, após deixar os estudos e consumir dois annos na bohemia do mar como praticante de piloto, em navios mercantes, em viagens ao Prata, á Havana e ás ilhas de Cabo Verde.

Logo ao dia da minha chegada visitou me Cruz e Souza. E passámos essa tarde e boa parte da noite a palestrar sobre letras, lendo-me elle com entusiasmo suas mais recentes producções em verso. Dias depois dedicava-me uma dellas, pela "Regeneração". Era de uso corresponder a tal fineza no mesmo genero, podesse ou não podesse o homenageado. Como responder áquella graça se eu nunca havia manejado uma penna, sobretudo em verso?

Afflicto e só, sem ninguem a quem consultar, suppliciei-me horas e horas a perpetrar uns versos. Consegui, por fim, produzir duas ou tres estrophes que me pareceram soffríveis e lá mandei, com uma carta, à redacção da mencionada folha.

No outro dia appareceu Cruz e Souza, expansivo e alegre, a agradecer e abraçar-me. Eu corava a desculpar-me como podia, emquanto elle, communicativo e a rir-se dizia-me:

— Não. Estreaste muito bem. Não esperava tanto. Agora, é proseguir com coragem...

E assim me fiz escrevinhador, entrando a cultivar a prosa em que me senti melhor e na qual permaneci até hoje.

Cruz e Souza apresentou-me em seguida a Santos Lostada, empregado no commercio, numa casa que passou logo a ser o nosso primeiro Cenaculo. Ahi nasceu a idéia de publicarmos um pequenino hebdomadario literario Immediatamente passámos á acção. E o 1 numero do "Colombo sahiu, com um artigo de apresentação da lavra dos tres, um romancete inédito de Cruze Souza, uma poesia de Santos Lostada e uma poesia minha que era simplesmente pessima, e da qual ainda hoje tenho remorso.

Cruz e Souza fora creado e educado pelo illustre marechal catharinense Guilherme Xavier de Souza, urn dos grandes heroes do Paraguay, de quem seu pae, que tinha o nome daquelle marechal, e sua mãe Carolina de Souza haviam sido escravos. A sua infancia decorrera, sob todos os confortos e carinhos, no palacete e immensa chacara dessa personagem, uma das vivendas mais graciosas de Florianopolis, situada no antigo e amplo largo da Maçonaria. Por sua morte o marechal deixou um pequeno legado em dinheiro aos paes de Cruz e Souza, e uma parte do seu velho solar. Ahi passei eu horas durante alguns annos, com Cruz e Souza, a ouvir os seus bellos versos a sombra das velhas e copadas mangueiras que pautavam e sombreavam deliciosamente as aleas desertas desse vasto parque.

Cruz e Souza, acabado o curso do Atheneu, abria em sua casa uma aula nocturna para adultos e, durante o dia, leccionava, aqui e além, pelos lares, que lhe pediam ensinamento, graças à fama de "grande talento com que o haviam abroquelado dois dos professores mais notaveis dessa instituição de ensino secundario — Fritz Müller, eminente naturalista e mathematico allemão, que foi correspondente do nosso Museu e um dos celebres collaboradores de Dorwin, autor dos melhores estudos que se conhecem sobre a flora e fauna catharinenees, e o padre Leite de Almeida, venerando humanista, profundamente versado em linguas orientaes, os quaes o tiveram, durante todo o curso como "discipulo amado" e de quem dissera o primeiro, uma vez em aula:

— João da Cruz. tu està um grande talenta e tu vaes ser na futuro, um home illustra da Brasil..

Nas horas em que não leccionava Cruz estava sempre connosco — commigo Lostada — na casa de commercio que este trabalhava. Os

primeiros artigos para o "Colombo" ali foram escriptos, no meio da algazarra dos freguezes e das nossas palestras literarias, tomando tambem parte nellas dois filhos do patrão — Horacio e Adolpho de Carvalho, então preparatorianos que se destinavam a cursos superiores, chegando o primeiro a fazer dois annos da Faculdade de Medicina. Horacio especialmente, foi um dos nossos mais queridos camaradas até 1890, em que com a minha partida para aqui, seguida da de Cruz e Souza e Horacio de Carvalho, se desolveu esse pequeno grupo literario denominado por nos mesmos "A Guerrilha de letras catharinenses.

Autes disso, porém, a "Guerrilha" collaborara longa o activamente nas principaes folhas diarias de Florianopolis, como a já citada "Regeneração", "Jornal do Commercio", "Despertador", "Tribunal Popular", e outras mantendo uma folha caricata, intitulada "O Moleque", de que era proprietario Pedro Paiva, um talentoso joven portuguez empregado no commercio, cuja paixão pelo jornalismo e as letras levou-o dentro em pouco ao seio da "Guerrilha", onde se tornou queridissimo e onde logo lançou a idéa do citado jornal caricato, para o qual desde logo alugou casa, comprou uma machina de impressão lithographica, uma pequena typographia e, fazendo-se elle proprio impressor, lançou o primeiro numero redigido, e desenhado pelo autor destas linhas.

Cruz e Souza estava então em excursão pelo norte do paiz, como secretario da Companhia dramatica Julieta dos Santos dirigida por um dos nossos melhores companheiros Moreira de Vasconcellos (Francisco), que além de actor de grande merito, era poeta e prosador de renome, e dramaturgo que deixou mais de trinta obras de valor entre as quaes o drama "O descobrimento do Brasil", escripto para commemorar o tricentenario³⁶⁴ dessa data gloriosa da nossa hittoria e que foi premiado pelo governo da Bahia, em concorrência com muitas outras obras que nesse sentido ali appareceram, entre as quaes uma firmada pelo illustre "conteur" e romancista Xavier Marques.

Na administração Gama Rosa (1883 84) Cruz e Souza regressava da sua excursão ao norte do Brasil. Cruz voltou á terra natal, já não encontrando no governo o eminente politico e pensador que tão espontaneamente protegera as letras catharinenses chamando para seus officiaes de gabinete, apenas chegara á província e assumira o seu cargo, a mim e a Santos Lostada, tendo, logo depois, telegraphado para a capital do Pará offerecendo ao grande poeta dos "Pharões" o logar, que, por este

³⁶⁴ Muito provavelmente, neste ponto, Virgilio Varzea quis dizer "quadricentenário" e não "tricentenário".

tempo, vagàra, de promotor publico de Itajahy. Cruz, não se sabe bem por que, agradeceu mas não accitou o offercimento.

Durante o governo do dr. Gama Rosa, que marca a mais brilhante phase psychologica e politica da vida catharinense dos fins do Imperio, a "Guerrilha" teve a sua grande phase ascensional e de suprema expansão.

Sobre essa época e o grupo de artistas da palavra escripta que nella se assignalavam escreveu João do Rio (Paulo Barreto) uma das suas mais suggestivas chronicas, de onde destacamos o seguinte pequenino e expressivo trecho referindo-se especialmente a Cruz e Souza.

"Elle pertencia áquella época em que o dr. Gama Rosa, presidindo Santa Catharina, deu ao Brasil uma fornada de letrados".

A' sua volta, Cruz e Souza entrou a redigir connosco a "Tribunal" e "O Moleque", esmaltando brilhantemente as suas paginas com uma prodigiosa producção de artigos e versos admiraveis que eram brilhantemente transcriptos, de sul a norte, pela imprensa de todo o Brasil

Data dahi um grande numero de trechos de prosa de que se compõe o seu primeiro livro publicado "Missal".

Quando eu e Cruz e Souza de parceria e na mais fraterna camaradagem redigiamos a "Tribuna Popular" entrou para a "Guerrilhe" Oscar Rosas, que passou a collaborar assiduamente naquella folha com as suas interessantissimas correspondencias e os seus originaes e magnificos versos.

E então todo o velho mundo jornalistico e romantico de Santa Catharina foi abalado de "fond em comble". E subito as "sovas" e malquerenças entraram á chover sobre nós, desapiedadamente, sobre nós que lançavamos o incendio e o terror por toda a parte", como diziam os nossos adversarios, mas que lográmos de certo modo modificar os velhos usos e costumes fosseis da terra, dando-lhe um arcabouço social novo e formas originaes e bellas, sem duvida, ao seu jornalismo e letras.

Luiz Delfino á época, quasi inteiramente esquecido e em quem já nem os parentes e velhos amigos falavam, voltou a radiar então quasi diariamente pelas columnas doa nossos jornaes pioneiros, qual a "Tribuna" e "O Moleque", e por aquelles em que mais ou menos dominavamos como "A Regeneração" e o "Jornal do Commercio".

Entraram então para o nosso grupo o velho e grande jornalista e orador politico Elyseu Guilherme, actual deputado federal, Lydio Barbosa, ao tempo muito joven, tambem jornalista e tribuno que entrava de assignalar-se pela sua fremente e tanaz propaganda republicana, Araujo Figueiredo, habil desenhista e encantador e admiravel poeta das "Praias da

minha terra", Carlos de Faria e outros, e alguns mais que lá estão, numa cohorte promissora e luminosa, a trabalhar o filão de ouro precioso do decadismo e futurismo.

Publicámos ahi, na phase chamada por nós emphaticamente de "Era da Tribuna Popular", como para assignalar justa e convenientemente; publicámos ahi, Cruz e Souza e eu, uma pequena brochura literaria "Tropos e phantasias," o nosso primeiro livro, que tanta emoção nos deu, sobretudo depois que Araripe Junior e Eduardo Salamonde, bem assim as principaes folhas de Lisbôa e Porto, delle se occuparam tão generosa e fulgidamente.

Cruz e Souza habitava nesse tempo á Praia de Fóra — o bairro mais pittoresco e fidalgo de Florianopolis — num largo que abre para o mar, onde ha uma ponte sobre um ribeiro ou riacho que vem por um valle colleando entre collinas, e que tem ao fundo,

sobre um pequeno outeiro arborizado, a capellinha de S. Sebastião.

Nesse largo, fechado junto ao mar por duas vivendas fidalgas de ricos negociantes allemães e atravessado pela rua Quintino Bocayuva, ficava, além da ponte a "meia-agua" rustica desse meu querido e illustre companheiro de infancia e de letras.

Ahi, pela tarde, quasi diariamente Carvalho, Santos Lostada, Carlos de Faria (bello poeta que morreu muito moço na Laguna) e Araujo Figueiredo, em palestras e leituras literarias inolvidaveis.

Era á sombra de uma grande arvore que á margem daquelle riacho se debruçava alegremente e que, uma vez fechado o pequeno desaguadouro ou embocadura, pela época das marés baixas ou pequenas marés espalhava nagua em commum a sua larga fronde rendilhada, que dansava e zoeirava ao vento.

Os que passavam olhavam-nos curiosamente, pasmos da nossa algazarra incessante, dentre a qual subiam para o céu, em esfuziadas, como flechas de ouro ou foguetes de gala, os nomes refulgentes dos prosadores e poetas que mais amavamos e nos eram supremos guias — Flaubert, Zola, Daudet, os Goncourt, Richepin, François Coppée, Rollinat, em França, e Eça, Ramalho, Guerra Junqueiro, Anthero de Quental, Macedo Papança, Oliveira Martins e outros, em Portugal.

O publico ficou chamando desde então a tal arvore, para a assignalar convenientemente ou, quem sabe? pejorativamente — a "Arvore dos Poetas".

Ella deve ainda lá estar, enxameada de passaros, batida de sol, a espelhar-se no seu ribeiro querido, já esquecida, talvez, do esturdioso

grupo de juvenis sonhadores e poetas que tanto e tanto a amaram, e que hoje, já velhos e desilludidos de tudo, morto o seu companheiro adorado, o grande Poeta Negro, só a vêm pela imaginação, pela lembrança branca através a nevoa da sua saudade.

Em fins de 1891, Cruz e Souza veio, de vez, para o Rio.

Já lhe tinham morrido pae e mãe, pobres e santos velhinhos!

Já lá também não havia um sò dos seus grandes e queridos amigos. Luiz Delfino, Oscar Rosas, Araujo Figueiredo e eu, estávamos cá, todos (á excepção do primeiro; que era já quinquagenario e rico) a mourejar pela vida, cheios de esperanças e sonhos. Lostada advogava em Itajahy, Lydio Barbosa, que tinha feito a Republica em Santa Catharina, pelo seu verbo e os seus artigos arrojados, apenas burocratizava obscuramente na cidade onde nasceu Lauro Muller.

Cruz aqui chegou, e ficou. Mas o que soffreu, pobre delle!

Felizmente fez a sua obra, creou uma escola e deixou amigos.

Esses amigos são os que sempre o cercaram, o ampararam carinhosamente. Elles ahi estão e o apotheosam hoje.

Bemdictos sejam!

Virgilio Varzea

VARZEA, Virgilio. Cruz e Souza. *A Republica*, Florianópolis, 24 mar. 1923.

ANEXO 3 – Memórias de Araújo Figueredo (capítulos de *No Caminho do Destino)**

VII. Retirando-me da tipografia da Regeneração passei alguns meses sem trabalho, tendo no entanto voltado à mesma, quando a sua gerência passou ao Sr. Alexandre Margarida, encontrando eu, nessa casa, tudo quanto desejava encontrar num coração magnânimo, afeito à caridade.

Por essa ocasião enfileirei-me ao grupo dos que trabalhavam pela emancipação dos escravos, tendo lançado à luz da publicidade um jornal intitulado O Abolicionista, que era colaborado por muitos homens consagrados a essa idéia, inclusive o erudito professor Bueno de Gouveia, Teotônio Costa, Henrique Schutel, Alfredo Albuquerque e outros, cujos nomes não me vêm à mente.

Nesse jornal publiquei alguns sonetos, e fiz o meu nome, embora obscuro, correndo terras, até que um dia recebia eu da Re... de Melo, poetisa gaúcha, uma carta que muito me encorajou no campo da literatura, tais os conselhos que da alma iluminada dessa mulher partiram em direção à minha, por esse tempo ainda tão confusa e medrosa.

Tratado nessa carta como um filho, rodeado de todos os carinhos, tanto por esse que, em vida, se chamou Alexandre Margarida e pela sua esposa, não sentia, no entanto, um bem estar, porque o que ganhava não compensava o meu trabalho, pois este chegava a ir até madrugada, à hora em que o mercado se abria, e nele entrávamos eu e o meu companheiro Luís Neves.

Comecei então a aborrecer-me desse trabalho fatigante, e se ainda nele me encontrava, era simplesmente porque nenhum outro existia, nesta cidade, onde eu pudesse ganhar o necessário para ajudar a viver a minha velha tia Felicidade, minha prima Maria José e os meus quatro irmãos menores.

E que dinheiro ganhava eu, e como mo pagavam?

Ganhava 18 patacas por semana e os recebia em pequenas parcelas de moedas de 40 réis, parcelas essas que formavam, na mesa da redação, sombrias colunas azinhavradas.

Mas o que mais me enervava e desesperava, nessa luta de todas as horas, era o ter eu de suportar as idéias atrasadas de muitos desses homens

* O presente texto foi transcrito pela Prof.^a Dra. Zilma Gesser Nunes a partir da cópia realizada por Carlos da Silveira Carneiro dos manuscritos originais de Araújo Figueredo. Agradeço à pesquisadora a disponibilidade deste material.

de redação do jornal, com as suas caturrices a respeito do novo ideal que me passava seguidamente pelo espírito, quando me obrigavam a discutir a escola de Cruz e Sousa, Virgílio Várzea, Santos Lostada e Horácio de Carvalho, os quais eram por mim ouvidos numa tasca à rua da Cadeia, de propriedade do pai do último, na qual se achava empregado Santos Lostada, na qualidade de caixeiro.

Explodindo de vez em quando, o meu espírito não podia adaptar-se àquele ambiente de retrógrados, impertérritos adversários da grandeza imortal das idéias novas.

Falavam eles seguidamente em Casimiro de Abreu e em outros tais, e só queriam que eu os seguisse e, por isso, isto é, ao verem-me disposto a contrariá-los, fechavam-me as colunas dos seus jornais, e a tudo quanto não fosse moldado à escola desses poetas românticos.

E quando eu lhes falava no grupo que vinha de surgir, fulgurante nas suas idéias simbólicas, atiravam-me eles os mais vis apodos, ou, às ocultas, com medo de mim, que não os perdoava, tramavam, de pais a filhos, tudo quanto entendiam, para me prejudicarem na vida comum e mesmo interina.

Um horror, essa luta medonha!

Achava-me, portanto, nessa contínua e dolorosa contingência, quando fechados os olhos aos clamores da família, fui obrigado a fugir ao trabalho gráfico e da redação do jornal, e voltei aos Coqueiros, no velho sítio de minhas recordações, e aí comecei a trabalhar no campo, seguidamente, ao sol causticante, ou às chuvas, durante as quatro estações. Mas não deixava de percorrer as lindíssimas praias do lugar, tanto para gozar dos seus maravilhosos aspectos, como para reaver as minhas forças quase de todo esgotadas.

Era meu companheiro o querido poeta Carlos de Faria, muito mais jovem do que eu, natural da Enseada do Brito e neto do ilustre padre Vicente que fora, no tempo dos Farrapos, uma figura de alto destaque republicano.

O Carlos de Faria possuía um talento admirável e os seus versos eram todos embalados de um lirismo emocionante e lúcido, à Castro Alves, que era o seu mestre predileto.

Coração cheio de bondades, alma iluminada de belezas, de uma franqueza originalíssima e espontaneidade sem limites, vibrando versos lindos e delicados, afeiçoava-se a mim, o Carlos, de uma maneira tão sublime de fraternidade que jamais pude deixar de vê-lo em minha companhia, quer nesse sítio agreste, quer em vilegiaturas por outros lugares.

Seus grandes olhos negros possuíam o brilho úmido das ametistas; e a sua boca, talhada em grossos lábios carmesim, eram tão musicais que os versos por ele burilados pareciam possuir o zumbido das abelhas estivais ou o cachoeiral cristalino das águas descendo ergástulos, ou o fragor das ondas de encontro aos rochedos ao correr das praias alvíssimas. Possuía uma maneira tão encantadora de recitar e de dizer as coisas de arte que, ao ouvi-lo, ficava-se perplexo, numa verdadeira contemplação.

Suas brancas mãos de dedos compridos, torneados como fusos, lembravam asas volitando no ar, em torno de sua cabeça de testa larga e de cabelos de veludo negro, quando ele, no auge do entusiasmo, declamava o "Navio Negroiro" de Castro Alves e versos de Macedo Papança.

E foi nos Coqueiros, numa das suas lindas praias, à hora santíssima do Ângelus que ele escreveu lindos versos.

Estávamos nós, numa manhã de maio, na praia, deitados sobre o tufo da areia, quando vimos ao longe um vulto de mulher moça. E como eu me perturbasse e os meus olhos me traíssem, disse-me o Carlos num tom amigo:

– Será a tua?

– Sim, meu querido amigo, é ela mesma.

Conversamos então, longamente, principalmente sobre a magnificência daquela manhã estendida por sobre aquela nesga de mar, e sobre a brancura daquelas praias, e, em seguida, sobre os versos que fazíamos, eu e o Carlos.

Gostando imensamente de versos, expandira-se a rapariga em idéias largas sobre os poetas de sua adoração e simpatia, recitando alguns sonetos de Gonçalves Crespo e outros.

Meia hora depois esgueirava-se Maria por um atalho sinuoso, sumia-se à sombra do laranjal em cujos tufos os seus frutos começavam a lourejar, e entrava em sua casa branca, coberta de folhas de hera e outras trepadeiras em flor.

– É uma simpatia, essa rapariga! disse-me Carlos.

– Realmente, meu amigo, essa mulher tem uns mistérios que arrastam... Mas, infelizmente, é casada.

–Que importa, retorquiu o Carlos, se dentro de sua alma houver um recanto para acordar alguém que, com mais carinho e maior força de amor, possa aí viver como uma ave num ninho, principalmente se essa ave for ainda implume como a tua?

Na tarde desse dia, lá se foi o Carlos de volta à Capital, conduzindo-o uma canoa de cedro, de remos de pá, patroada pelo Rameiro, um rapaz

muito alegre, em cuja garganta de pássaro bizarro esbraveja, de quando em quando, uma linda cantiga maruja:

Este mar é como o céu,
Sempre lindo e sempre enorme,
Quem tem amores no mundo,
Provavelmente não dorme.

Todo o mar responde às almas,
Quando coberto de espuma,
Quem ama a mulher casada
Não tem vergonha nenhuma.

Na Capital vivíamos sempre, eu e o Carlos, em casa do Timóteo Maia, um rapaz moreno, filho de uma velha crioula conhecida por Maria das Velas.

Ali líamos e fazíamos versos e muitas vezes aí dormíamos na mais viva alegria de boêmios reduzidos pelas idéias de Álvaro de Azevedo, pois tínhamos sempre entre as mãos e diante dos olhos a "Noite na Taverna", e alguns versos de Fagundes Varela, escritos ao calor das orgias noturnas, quando o álcool subia à cabeça desses menestréis das glórias que jamais se apagaram. O Timóteo também escrevia versos, principalmente modinhas e recitativos, que eram por ele mesmo cantados ao seu violão, o instrumento de sua predileção, o qual tão bem sabia expressar a alma... desse rapaz ignorante, mas muito cheio de tendências poéticas e bondades acariciadoras. Possuía um coração bondoso, o Timóteo, sempre espontâneo em nos dar os seus carinhos, quiçá a sua caridade.

Comíamos à sua mesa, e éramos ajudados com o dinheiro que ganhava com o seu trabalho de alfaiate.

E quanto temos de cassineta ele nos fez de graça!

Amigo do seu violão, em cujas cordas o seu espírito se expandia com emoções, ei-lo igualmente amigo nosso, sentindo-se bem com a nossa companhia e as expansões do nosso entusiasmo literário.

Em sua casa, numa mesa ao lado da sala, forrada de pano verde, sob um dossel no qual se encontrava uma enorme lira de madeira, de pé de ouro e prata, foi que o querido poeta Cruz e Sousa escreveu os seus "Violões que choram", lindíssimos versos.

Cruz e Sousa amava-o com extremado carinho, com elevada simpatia, não deixando de frequentar a casinha sombria da rua João Pinto,

onde encontrava, muitas vezes, um bom café com roscas de polvilho ou uma feijoada à moda da Maria das Velas, que era uma exímia cozinheira.

Também ele, o Cruz e Sousa, metia-se nas nossas troças noturnas, acompanhando-nos nas serenatas pelas ruas da cidade, ou, por ser mais poético, pelas praias do "Menino Deus", da "Prainha" e de "José Mendes", quando o luar se estendia como um óleo transparente e chamalotava os escuro das árvores e a planície cor de cimento do mar talhado entre as montanhas distantes.

Nessas vilegiaturas românticas, de uma boemia encantadora, sem um desafeto, sem uma queixa, muitas vezes até acompanhados de raparigas nossas conhecidas e amigas, o Cruz e Sousa quase sempre recitava versos, mas os escolhia de um outro modo, diluídos a sua voz suave as "Duas épocas", de Macedo Papança e as "Três Irmãs" de Luís Delfino.

Aplaudiam-no com palmas e abraços.

Entretanto eu, que os acompanhava, nada dizia; não tinha jeito para isso.

Por essa época surgia, em cada princípio de mês, um periódico literário e neles os nossos nomes apareciam seguidamente para mais tarde se sumirem com esses próprios periódicos, cuja duração nunca chegava a nove meses!

Como hoje em dia acontece, naquele tempo, logo que o jornal mudava de tamanho, para menor, era sinal evidente de que desapareceria do cenário da vida literária, deixando quase sempre envergonhados os seus redatores, pelas dívidas contraídas para a sua respectiva publicação.

Toda a gente, entretanto, gostava de ler os nossos jornais, mas nem toda a gente dispunha-se a pagar-lhes as mensalidades, pois nessa tarefa a Capital sempre esmerou-se em qualificar-se muitíssimo atrasada.

E quantas vezes um jornalzinho nosso, bizarro e atraente e saltitante como um pássaro, percorria muitas e muitas casas como prova de economia.

Tristíssima situação a nossa!...

Mas teimoso, dominado pelo ideal que lhe orlava a cabeça, o Carlos de Faria não esmorecia, pois era ele quem, de quando em quando, entre nós outros aparecia a improvisar um periódico, mostrando-nos, muito satisfeito, as primeiras provas dos seus versos ou da sua prosa encantadora.

Boêmio, sem se preocupar com o convencionalismo e enfrentando as coisas com estridentes gargalhadas, principalmente quando bebia alguns goles de trago, na taverna do Oitão, ei-lo anunciando o aparecimento dos seus jornais, de cima de uma cadeira, ou de uma mesa, em belíssimos

discursos musicados, de versos coloridos e coloridos adjetivos, numa eclosão de idéias originais.

Em casa de Timóteo não só nos reuníamos, eu e o Carlos, mas também o erudito professor Wenceslau de Gouveia, com a sua voz cavernosa, e o Capitão-Tenente Ximenes de Araújo Pitada, barbado de branco à Pedro II, de quem se dizia irmão. Na verdade, ninguém mais parecido com o Pedro d'Alcântara do que o Pitada, cuja ilustração, principalmente em Matemática, a todos admirava, e ainda mais, pela bondade de sua grande alma.

De quando em quando recebíamos de ambos, na casa do Timóteo, à rua João Pinto, algumas lições de Português, de Francês, de Matemática e Astronomia, na qual era muito versado esse velho servidor da Pátria, que acabava sempre as suas lições conjugando o indicativo do verbo beber.

Nas paredes da sala dessa viam-se, em pequenos quadros, guarnecidos de bandeiras nacionais, as fotografias de todos os nossos poetas queridos, achando-se à frente, sobre a porta principal, uma bandeira branca, como símbolo da paz que ali existia.

Era um cenáculo aquela sala, de cuja porta, ao fundo, aparecia, às vezes, para nos fazer sossegar, a figura de ametista da Maria das Velas.

E lá ia também bater, quando a noite nos convidava a uma serenata, o nosso querido João..., músico de alta competência, alma de artista, sobraçando o seu violão amigo, que ele admiravelmente tocava e a todos nos enchendo de encantos, como às próprias famílias que se debruçavam às janelas, para ouvi-lo.

Uma vez ou outra lá se achava também, nesta casa, que o meu espírito recorda com tantas saudades, o nosso querido Cruz e Sousa, sempre metido em roupas claras, com uma bengala mefistofélica, cor de âmbar e uma linda flor à lapela. Quando esse chegava, havia no entanto, um quer que fosse de respeito, embora na camaradagem ele não se distinguisse dos companheiros, menos nos tragos à caminho, pois o Cruz e Sousa nem de leve suportava o álcool.

Esse respeito vinha da idéia que tínhamos de que, viajado, o Cruz e Sousa seria o portador de coisas novas, por nós ignoradas, pois não conhecíamos senão os nossos queridos românticos. De palavras esfuziantes, quantas vezes ele nos criticou a idéia de fazermos recitativos piegas, com palavras de amores falsos, sem o rutilamento da realidade.

Vinha de percorrer cidades, ao sul e ao norte, e seu espírito havia percebido outros modos nos versos e na prosa, onde as idéias novas se

chocavam com outras que por fim se uniam para formarem mundos de labores eternos.

Felizmente penitenciou-me de haver feito um recitativo de dez quadras apenas, o qual voou para o Rio Grande, com um circo de cavaleiros e nunca mais voltou, o qual talvez corra ainda, por este mundo de Cristo, com outra paternidade.

Eu nunca cantei, nunca tive voz para cantar, nem ouvidos para as notas musicais, mas nem por isso deixava de gostar da música, que, em mim, vibra de uma maneira misteriosa.

Quando ouço música sinto a alma arrebatada a regiões ignoradas e desconjuncto-me todo ou fico parado diante da sua alegria, ou choro ou rio, diante da sua tristeza.

Não me compreendo quando ouço música, seja vinda de instrumentos feitos da luz do sol ou vindos da frieza da lua velada. Para-se-me o coração diante da música e às vezes se sacode numa vibratibilidade elétrica, encorajando-me para os maiores triunfos, seja para me fazer subir montanhas abruptas ou descer às profundezas do mar, ou de lutar braço a braço contra todos os meus inimigos.

Diante da música, ou recorro todas as atormentantes fases da minha vida passada, ou sinto o coração cabriolar como um palhaço. Uma vez me sinto humilde como uma ovelha; outras vezes impetuoso como um leão solto num campo vasto.

VIII. Sem meios para viver, entrei para a tipografia do Jornal do Comércio e aí permaneci algum tempo, embora contrariado, porque a arte gráfica muito me atormentava o espírito.

O que maiores tormentos me dava era a obrigação que eu tinha de ver passar por minhas mãos os escritos de homens falsos, de idéias mesquinhas, que se tornavam, nesta terra, gratuitamente, inimigos do querido poeta Cruz e Sousa.

E quando se tratava de políticos, eu tinha por eles tal aversão que chegava a clamar contra Deus por não vê-los queimados em vida, na praça pública.

É que me enojavam os seus caracteres, principalmente quando os escritos vinham sob a má cara miserável do anonimato, e quando, no outro dia, eu encontrava os seus fabricantes de braços dados com os seus próprios inimigos, na maior das misérias, qual seja a falta de pundonor.

E também me assaltavam a alma, como ladrões de estradas, nas emboscadas atrás do pau, os que vinham de encontro às minhas amizades e

às minhas idéias literárias, dentro dos quais se encontravam o Cruz e Sousa, o Santos Lostada, o Horácio de Carvalho, bem como os de fora dos limites da província, como o Moreira de Vasconcelos, o Isidoro de Castro e muitos outros.

Uma noite, achava-me compondo o soneto "Astrólogo" de Cruz e Sousa e eis que, por trás de mim, um literato da terra, que se tinha por uma grande capacidade, disse uma asneira a respeito da idéia assaz maravilhosa desse soneto.

– Não admito, disse-lhe eu, que você repita o que disse. E se repetir quebro-lhe a cara.

Ninguém imagina o alvoroço que se estabeleceu na sala da composição, de tal modo medonho que eu estive quase a ser despedido da tipografia se não fosse a falta de coragem do gerente.

E muitas outras coisas passaram-se assim, nessa luta vigente contra os fabricantes de literatura dessa Capital provinciana, os quais se distinguiam sordidamente pela pequenez dos seus cérebros.

No anonimato é que eram grandes. E tanto o foram que no anonimato ficaram, sem que haja quem, no momento atual, deles se lembrem sequer com um Padre Nosso.

Terra atrasada, hoje, naquele tempo o que não seria, com as suas misérias, de agachamento de sapos ou rastejamentos de lesmas?

Dos que mourejavam na imprensa diária, de 1883 para trás, só ficou o vulto magnânimo de Duarte Schutel, pelo seu belíssimo coração e pela sua inteligência moralizadora; e de 1883 só ficaram o Dr. Gama Rosa, o Cruz e Sousa, o Várzea, o Santos Lostada e o Horácio de Carvalho, bandeirantes espirituais e denodados na devastação das brenhas da estupidez. E a estupidez era tamanha nesse tempo que o próprio Cruz e Sousa chegava a dizer que se tivesse de escrever um livro sobre esta terra, falaria tão alto como as torres da Matriz, para unicamente explicar aos seus habitantes a significação da palavra burrice. Entretanto nesta cidade existiam verdadeiros patriarcas de bondade, de magnitude, de nobreza. um simples pintor de casas, e como a do Júlio Pereira, que muitas vezes fora secretário da Presidência; e alma como a do Joaquim Firmo, verdadeiros espelhos de cristal. E o que direi do Wenceslau Martins da Costa, do Major Afonso de Albuquerque Melo, do Ângelo Cameu, do José Narciso de Sousa, do José Silveira de Sousa, do João Cristóvão de Melo, do Ernesto Viegas, do Joaquim Martins Jaques, do Antônio L. do Livramento, do José Maria Cidade e de muitos e muitos outros?

Desse modo, nessa tristíssima situação das lutas contínuas, vivia eu seguidamente, e mal tinha o tempo necessário para me entregar a estudos sérios.

E mesmo o dinheiro ganho nesse trabalho, que se estendia das oito horas da manhã às horas mortas da noite, com um pequeno intervalo para o jantar, era tão exíguo, tão mesquinho, que mal dava para comer.

Por isso, nessa aflitiva contingência, eis-me a ocupar os domingos e dias santificados e os feriados, em confeccionar por minhas mãos, as minhas próprias roupas de uso, talhando-as e cosendo-as à máquina, em casa da Carlota, uma mulher muito boa, que havia sido escrava de meus pais.

E era nessa casa humilde que eu também lavava os meus colarinhos e punhos e as muitas camisas de uso nos dias de trabalho, reservando as noites para me entregar à escrita, faturando versos e prosas.

Eu comia, às vezes, em casa da Maria das Velas, e às vezes em casa do meu cunhado Marciano Soares, sempre atormentado pela carência de tempo, que não podia perder, para não entrar em absurdas multas na tipografia. Nessa tipografia onde só se marcava a hora de entrada e nunca o tempo de saída!

Aí estive até o dia em que, revoltado por uma charge escrita nesse jornal, sobre o Cruz e Sousa, tive que abandonar o trabalho, em seguida a um charivari dos diabos, por mim feito na sala de composição contra um idiota que, com ares de literato, chegara do norte e tomara conta do jornal, na qualidade de colaborador, com absoluta liberdade de enxotar da nossa querida terra, os seus filhos mais ilustres e belos pelo talento e nobreza de caráter.

Voltando de novo dos Coqueiros, atirei-me à vida da lavoura, fazendo retinir a enxada e vibrar o machado, para poder manter minha subsistência e a de minha família. E, embora mergulhado nesse trabalho rude, a minha saúde tornou-se de uma têmpera de ferro, e o meu espírito mais lúcido e emotivo.

Não me esquecendo das praias, eis-me por elas afora, de cabelos soltos ao vento e peito e braços expostos ao perfume das suas ondas verdes, ora ao sol que enchia tudo de chamalotes de ouro e prata, ora ao luar, cuja luz diáfana e doce se estendia como um óleo sagrado, quer por essas ondas, quer pelas folhagens dos cinamoeiros pintalgados de pequenas flores roxas, como vindas das mágoas veladas da lua.

De tarrafa aos ombros, percorria esses lugares, à pesca de alguns peixes, e muito me encantava a riqueza nababesca da fosforescência das

águas, a qual, em turbilhões de pequeninas contas roçava-me as pernas e enchia o seio da tarrafa, como se eu ali estivesse apenas para pescar ouro e berilo em pó.

E, em muitas dessas noites, vi-me nos braços de Maria, a alma encantadora que, por esse tempo, continuava a enriquecer-me com seus carinhos inefáveis e a dar-me o mel delicioso dos favos da sua boca.

Sempre encantadora e cada vez mais linda, disse-me ela, numa noite: Sou mãe.

IX. Conheci o Cruz e Sousa quando eu tinha 6 anos e ele 8, e estudava as primeiras letras em casa da professora Camila, à rua dos Ilhéus, hoje Visconde de Ouro Preto, ao lado esquerdo de quem sobe.

A professora era comadre de minha mãe e morava numa casa de nossa propriedade.

Um dia em que lá chegamos, encontramos sentado, em companhia de alguns rapazes e raparigas, numa esteira ao meio da sala, um crioulinho muito simpático, de testa espaçosa, olhos vivos e atraentes, lábios grossos e dentes de uma alvura de marfim brunido.

Soavam as 12 badaladas do meio dia, e ele e todos os seus camaradas levantaram-se um a um, deram as suas lições, rezaram em coro um Pai Nosso e saíram para voltarem de novo às 2 horas.

– Viu a comadre Bela aquele crioulinho de olhos muito vivos, que acabou de sair? Perguntou à minha mãe a professora Camila, pois é o mais estudioso dos meus discípulos e o mais obediente.

Não imaginava a sua comadre Bela como ia de vento em popa aquele seu discípulo, não tardando muito a retirar-se da escola por não ter a sua professora mais o que lhe ensinar.

Minha mãe ficou admirada da habilitação do rapazinho e convidou-me a estudar com ele, para que tivesse, no futuro, uma vida igual à que desde já se afigurava para ele. Mas, cheia de piedade, acrescentou:

– E o meu filho, comadre, que é tão doente...

Desde esse dia, porém, nunca mais vi o Cruz e Sousa senão em nossa casa, quando morávamos à rua do Vigário, hoje Fernando Machado, e já era viúvo o meu pai.

Tinha ido cobrar uma dívida a meu pai, da casa comercial do Camilo, vendedor de charque de Montevideú, num dos compartimentos do mercado, do qual era ele, o Cruz e Sousa, caixeiro cobrador e mesmo de balcão, em 1881.

Trajando um fato muito unido ao corpo, de cor clara e salpicos azuis e amarelos, ei-lo com uma rosa branca à lapela, e a sua indispensável bengala de junco, dependurada à curva do braço esquerdo.

Jovial e encantador, conversava a respeito do Marechal Guilherme, de quem meu pai era muito íntimo, quando apareci, para recuar em seguida, à porta que dava para o corredor da casa, no interior.

– Venha cá, meu filho, venha apresentar-se ao Cruz, ao nosso querido poeta.

E foi por essa ocasião que eu e o Cruz, pela primeira vez nos falamos e as nossas mãos se tocaram num largo e demorado aperto.

Aproveitando o momento, falou-nos o Cruz no notável artista Simões, que por esse tempo se achava na Capital, com a sua companhia dramática. E seria bom que aproveitássemos o espetáculo que o Simões anunciava em seu benefício, no qual, ele, o Cruz e Sousa, saudaria, em versos de sua lavra, o querido artista.

E fomos, na noite do sábado próximo, ao teatro. Achava-se o teatro completamente cheio, e o Cruz e Sousa, num dos intervalos, subindo numa cadeira, começou a recitar umas décimas oferecidas ao ilustre artista, num tom majestoso de voz clara e emocional.

Choveram as palmas, numa repercussão vibrante, por todo o teatro, mas não deixou de haver quem, no camarote, em que me achava com meu pai, dissesse aos nossos ouvidos, baixinho:

– Que atrevimento de negro! Não acham?

E quem nos disse essa frase era irmão do maior poeta catarinense, Luís Delfino, para cuja direção caminhava, já por esse tempo, o inigualável Cruz e Sousa.

No outro dia pela manhã, entrava-nos em casa o professor jubilado Angelo de Almeida, fazendo comentários sobre a festa. Disse-me meu pai:

– Prevejo um triunfo enorme para o Cruz, pela razão de lhe atirarem pedras desde já, os invejosos. Será um Santo Estevão, mas vencerá na glória.

Desde esse dia, em que nos encontramos em nossa casa, eu e o Cruz, nunca mais nos separamos da amizade que nos unia esse longo e demorado aperto de mão.

O Cruz e Sousa era de estatura mediana, e o seu andar cadenciado, de um porte atraente, maneiras nobres e delicadas.

Seus grandes olhos negros em um fundo de opala guardavam doçuras inefáveis, mas possuíam quase sempre um certo quê de tristeza. Eram um misto de sol e de luar.

Suas mãos eram muito bem feitas e esguias, de dedos lisos e em cada curva das unhas delineava-se-lhe a metade de uma lua alvíssima, em miniatura.

Não tinha o cabelo de todo encarapinhado e repulsivo, antes um pouco aveludado, macio, e nem o seu bigode era áspero como o de quase todo negro.

Usava a barba seguidamente escanhoada, aparecendo-lhe as faces e o queixo sempre lisos, sem nenhuma protuberância.

Nunca saía à rua sem os sapatos completamente lustrosos, preferindo gastar com eles o último dinheiro que tivesse, embora lhe faltasse para o café, o qual ele, no entanto, saboreava muitas vezes ao dia, bebendo-o aos tragos, como se bebem licores.

– Sem os sapatos lustrosos, dizia ele, fugiam-lhe as idéias e a sua vida tornava-se como a do pavão, dessa ave simbolizadora da vaidade sobre um monturo de misérias e decepções.

Preferia andar só do que com pessoas que com a sua alma não vibrassem nas mesmas percepções das coisas da vida, que ele tanto sabia sacrificar na irradiação do seu ideal.

Nunca lhe percebi uma mentira, nem mesmo por brincadeira, e nem intrigar a quem quer que fosse.

Humilde para os humildes, manifestava-se, no entanto, austero para com os grandes, afastando-se deles com um gesto de altivez, ou subjugava-os com o seu olhar que às vezes se tornava como uma funda da qual saíam pedradas como arrancadas dolorosamente que feriam.

Nunca deixou de passar pelo meio dos grupos que o apedrejavam, com receio de que fosse ou viesse, e os cumprimentava sorridente, orlado pela glória de suas virtudes.

Certa vez vi-o subjugar com um gesto de mão e um golpe de olhar, o Oscar Rosas, a esse indivíduo que se dizia seu amigo, e cujo corpo forte e robusto lhe dava aspectos de valente.

– És um covarde, um miserável, disse ele, numa manhã ao Oscar. E o Oscar engoliu tudo isto e não tugi.

É que entre a alma de ambos existia uma distância bastante grande e inconfundível.

Amando os de sua raça, por eles bateu-se heroicamente pelos jornais, sacrificando até sua própria saúde, pois trabalhava até horas mortas e ia para casa muitas vezes, debaixo de chuva torrencial e fortes ventanias invernais, sem temer a distância das ruas por onde teria de passar, apenas acompanhado de uma bengala de onde destacava-se a cara de um pierrot.

E a sua casa ficava no Largo São Sebastião, na Praia de Fora, tendo antes morado, durante alguns anos, à rua 28 de Setembro, junto à casa de um padre italiano, muito usurário e porco, mas que emprestava ao poeta as obras completas de Dante, as quais eram pelos dois seguidamente lidas.

E Cruz e Sousa sabia de cor muitos sonetos de poetas italianos, recitando-os nessa mesma língua, com uma dicção admirável.

E conquanto admirasse também a literatura espanhola, não gostava porém dessa língua que lhe parecia mentirosa, cheia de coisas absurdas na sua pronúncia.

– Embora conhecesse o espanhol, dizia ele, com muita graça, quando algum idiota lhe falava dela: – Do espanhol só conheço Dom Quixote. E gesticulava os braços como se lançasse ao sol para derrubá-lo, algumas ameaças de mãos fechadas, talvez de cima de algum cavalo de pau ou de cima das asas de Ícaro.

X. Linda tarde de abril em que, pela primeira vez, foi o Cruz e Sousa visitar-me nos Coqueiros, na antiga casa de minha tia Felicidade.

Avistava-se das janelas da casa uma nesga de mar azul que aparecia entre as ramadas na estrada que se estendia em curvas de serpente de prata.

E a ilha das Vinhas lá estava, longe, com as suas pedras abruptas, como as ruínas de um templo antigo, sobre os quais o sol estendia piedosamente os seus mantos chamalotados de ouro e cristal.

Perto da casa, logo abaixo, corriam as águas de um rio numa serenidade de música sacra, de violinos e bandolins abençoados pelo perfume dos mentrastos e do alecrim.

Ao lado estava a pastagem verde, de esmeraldas compactas, pospontada aqui e ali de brancuras florais de cicuta, de sempre vivas e de trombetas que se abriam em grandes jarros dentro dos quais as abelhas zumbiam, sugando-lhe o pólen de ouro fecundante.

Umas quatro vacas se nutriam de grama alta, tesourando-a com a língua áspera, e os seus úberes regurgitados de leite que os terneiros de quando em quando mamavam, deixando cair, do canto da boca uma espuma branca, muito cheirosa.

Eram as nossas vacas, em cujo dorso a luz da tarde luzia como azeite doce, dando-lhe uma frescura belíssima de saúde.

O Cruz e Sousa amava os animais vacum, encontrando nos seus olhos meigos, espelho da humildade e da resignação, expressivos na cor das ametistas e das opalas, símbolos da noite e do dia, do sofrimento e da

alegria. E a carga no guacho desses animais lhe pareciam a cruz pesadíssima que cada um deles carregava no caminho do destino.

– Talvez mais pesada do que a do homem, dizia o Cruz e Sousa. Sim, porque esses animais só dizem pelos olhos o que sentem; e os homens, só nos dizem tudo pela palavra falada ou escrita, ou pelos gestos.

Encantado pelo que via, sentiu-se feliz nessa tarde, passando toda a noite comigo, na velha casa da minha tia Felicidade, uma velhinha de mais de 80 anos de idade. Nessa casa não havia para alumiar-la, senão uma lamparina de folha de querosene, e torcida de algodão. Bem a um canto aparecia uma mesa de jacarandá, bastante antiga, e no outro, um meio alqueire de cedro, que servia para medir a farinha no engenho que ficava ao fundo.

E nessa noite Cruz e Sousa escreveu, em cima desse meio alqueire, lindos sonetos, em manga de camisa e descalço, em plena liberdade, vibrando de alegria.

Fomos para a cama à 2 da madrugada, e às 6 estávamos de pé, em caminho de uma cacimba onde lavamos o rosto numa água muitíssimo fresca, à sombra das bananeiras cujas folhas o vento agitava, recortando-as em pequenas fitas verdes. E fomos, em seguida, ao café que fumegava num canjirão de barro, numa mesa tosca ao meio do engenho, depois de sugarmos uns copos de leite fresco e espumante, tirados ao apoio das vacas presas ao palanque, no lado esquerdo do engenho.

E como nos achávamos desempregados, passamos juntos alguns dias e nesse período de tempo escrevi os meus "Madrigais".

Passamos numa intimidade de irmãos, nessa casa, um mês inteiro, sem perdermos um dia de ler e escrever.

E como chegasse o mês de maio, chegou o tempo da farinhada, tendo Cruz e Sousa se identificado com os homens da roça, que vieram trabalhar no nosso engenho, atulhando-o de sebes cheias de mandioca que era raspada à noite, a um canto. Enchiam-se os balaies e colocados na grande roda que a "Briosa", uma vaca de pêlo tostado, carregava rodando no andaime, sobre o forte e musculoso guacho e de olhos vedados por duas conchas de capim tecidas de fios de algodão.

Afluindo ao engenho muitos rapazes e raparigas, o Cruz e Sousa os cativava de uma maneira afável e todos lhe queriam bem.

Por uma dessas noites lá estive minha prima e estabeleceu-se um torneio de cantigas, um verdadeiro sarrabalho.

Contei, então, ao Cruz o que existia entre nós dois, entre mim e essa rapariga, falando-me então Cruz e Sousa de sua Pedra, a quem ele queria longamente, tencionando casar com ela.

A Pedra morava, nesse tempo, na cidade, no caminho abaixo do cemitério público, perto da Fortaleza de Santana.

Quando o Cruz regressou à cidade, levou consigo uma grande quantidade de versos, pois ele os fazia com espontaneidade admirável, sem uma emenda não reservando lugar e mesmo à luz do luar para não perdê-los do pensamento.

E o que mais inspirava o poeta era uma folha de papel branco riscada de azul, papel comercial, muito usado nesse tempo.

Bastava aparecer-lhe diante dos olhos uma folha de papel em branco, para o poeta, desviando-se de qualquer conversa comum, enchê-la de versos, numa rapidez que invejava. E para escrever, começava a acarinhar o queixo com os dedos e a fitar o espaço, como se do espaço lhe descessem todas as idéias, à hora em que os astros parecem meditar como as almas.

Eram-lhes também, os dias de chuva tamborilante, muito propícias à sua meditação, levando ele horas inteiras a escrever em êxtase, numa alta concentração espiritual, de asceta.

Sucedendo-se seguidamente as suas visitas à nossa casa, nos Coqueiros, ali gozamos todos os encantos desse lugar abençoado, ora nós dois sozinhos e ora com o Carlos Farias, e muitas vezes fazendo-nos companhia a minha saudosa prima, que muito gostava de nos ouvir falar de literatura.

Por esse tempo lá se achava também conosco a Julieta, uma rapariguinha de três palmos de altura, muito bela, filha de minha prima e cujos olhos, diziam todos, eram bem parecidos com os meus.

Atrás da matriz da Capital, à rua Arcipreste Paiva, morava o nosso velho amigo José Joaquim Lopes, filho do antigo Mestre Lopes, de tão recordada nomeada, por ter sido o professor primário das maiores notabilidades catarinenses. E era de uma casa alta, de janelas amplas e portão ao lado esquerdo, que saía à publicidade um periódico bi-semanal, intitulado "Tribuna Popular".

Essa casa de trabalho tipográfico era o verdadeiro cenáculo de nossas idéias e de onde atirávamos a público os amplos balões de ensaio do jornalismo e da literatura, numa barbaridade de forças novas.

Dali saíam as lanças de combate, as quais, em riste, iam cair de encontro à testa dos que, de fora, pelos cafés e pelas sombras das árvores

seculares da Praça da Matriz, nos apedrejavam e procuravam nos ridicularizar.

Mas lá estava o Cruz e Sousa, e com ele o Várzea, o Horácio de Carvalho, o Santos Lostada, e o escrevinhador desses riscos de tinta, todos a postos, numa intimidade de irmãos inseparáveis.

E a "Tribuna Popular", às quintas e aos domingos, batia asas e voava pela cidade inteira, como um pássaro para nós solto, e para os nossos adversários, um verdadeiro fantasma de tentáculos de polvo, que os prendiam, sugando-lhes o sangue das artérias congestionadas da estupidez.

Tínhamos tanto cuidado com a perfeição do jornal que, muitas vezes chegamos a recusar publicações a pedido, que não estivessem redigidas a nosso gosto, acontecendo isso também com os próprios anúncios. E nenhuma notícia aparecia no jornal, fosse sobre que assunto fosse, que não tivesse um cunho de originalidade.

Sobre a sepultura dos que morriam, ora na flor da idade, nos primeiros dias do seu rejuvenescimento, ora alcançados em anos, coroados de neve, lá iam pairar as nossas notícias, àqueles levando as rosas brancas e perfumadas e a estes os goivos magoados da nossa saudade.

E quanta gente ignorada, que nunca tivera no mundo a consolação de uma palavra amiga, no dia de sua morte, levado no caminho do barro vermelho do cemitério público, talvez muito resignado e muito feliz quando lhe dedicava uma notícia carinhosa, escrita pelo Cruz e Sousa e pelo Virgílio, como sendo a única glória alcançada no mundo pelo humilde e ignorado morto.

De uma velhinha, já bastante encarquilhada, com os pés preparados para a cova, ouvi, uma vez o seguinte, quando ela, de óculos na curva do nariz, lia na "Tribuna Popular", uma notícia sobre o falecimento do Zabumba, cujo ofício era pelas portas tirar esmolas para as almas:

– Felizes os que partem consolados dessa maneira, pelas palavras do João da Cruz!...

E eram todos muito felizes, porque as notícias que dávamos sobre os humildes que partiam de um mundo tão cheio de misérias, serviam de missivas a Jesus, através do espaço azul que as suas almas teriam de atravessar para galgarem a serenidade consoladora dos astros.

E por isso, não compreendendo o povo desta terra, naquele tempo, a independência de caráter e intelectualidade, expostos em as suas colunas, a "Tribuna Popular" tinha quase sempre a sua edição miseravelmente vendida, ou devolvidos muitos dos seus exemplares sob ameaças escritas a

lápiz vermelho, de nos chicotear em praça pública, os vilões desta pobre terra catarinense.

Durante a luta pela abolição dos escravos, a "Tribuna Popular" não media esforços para alcançar o seu desiderato, achando-se sempre na estacada, à sua frente, intemeratamente, o Cruz e Sousa, como o único capaz de defender os homens da sua raça, sem negarmos o quanto trabalhavam, também, com vigor e talento, o Virgílio Várzea e Santos Lostada, impertérritos defensores da santa causa.

O Cruz e Sousa, por este tempo, dava-se também à prosa, burilando, a seu modo, lindas páginas e publicando-as, quer na "Tribuna Popular" quer nos Jornais de São Paulo, principalmente no "Mercantil", e em cuja redação se achava o belíssimo espírito de Eduardo Sala.

Repercutindo lá fora o seu nome de artista do verso e da prosa, os que o conheciam e aqui apontavam, em vez de procurarem os obscuros, procuravam logo, de braços abertos, o querido poeta, bem como os que o acompanhavam na santa cruzada.

E só bastava isto para que o escândalo surgisse, na cabeça dos invejosos.

E quando em carruagens de toldo descido, passeávamos com os nossos visitantes pelas ruas da cidade, em largos gestos de verve, ninguém imagina do que éramos taxados:

– Lá vão os malucos! Lá vão os malucos! gritavam os nossos adversários, bêbados de inveja.

Mas nenhum deles tinha a coragem necessária de nos agredir. E se a tivesse, ai deles, coitados!

Só um entretanto, por mais pimpão, tentou agredir o Várzea, no lugar onde hoje, talvez por ironia, se acha a herma do Cruz e Sousa, mas foi logo repellido a guarda-sol.

XIII. Achávamo-nos todos nós na redação da "Tribuna Popular" inclusive o Lopes Júnior, com o seu ar bonacheirão, faces túmidas e olhares velhacos, quando o Cruz e Sousa, há pouco chegado da Praia de Fora, abriu o paletó e lhe tirou do bolso de dentro umas tiras de papel comercial, nas quais a sua letra muito linda e sempre uniforme, brilhou aos nossos olhos ávidos de curiosidade.

– Eis aqui, camaradas, um conto que acabo de fazer, disse ele sorrindo, enxugando ambas as mãos num lenço branco cheirando a violeta, que era o seu perfume predileto.

Era realmente um conto e intitulava-se "A Felicidade", no qual o poeta escrevia os episódios da vida íntima de um rico casal de alemães que moravam num palacete à beira mar, numa das praias da Ilha, para dentro de um luxuriante jardim, de onde surgiam belíssimas rosas e se estendiam aveludadas tapeçarias de verdura.

O alemão de uma nobre estirpe, bem como a sua esposa, julgava-se o homem mais feliz da terra; mas, numa bela manhã, ei-lo encontrando a sua linda companheira de felicidades, em adultério com o criado mais boçal e feio das suas cavaliças.

Lido o conto entre os mais vivos aplausos, passou-o o Cruz às mãos do Juvenal, para compô-lo, porque a "Tribuna" sairia no dia seguinte.

– Negro cachorro! Negro atrevido! Negro canalha! Era a gritaria infernal que de todos os recantos saía; que o jornal aparecesse.

Forjava-se, pois, uma luta titânica contra o nosso grupo, sendo a figura mais almejada a do querido poeta. E por quê? Porque as personagens do conto do Cruz eram louras e de olhos azuis, alemães natos, que tinham vindo morar na Ilha de Santa Catarina à beira mar, num rico palacete rodeado de árvores agasalhadoras, para dentro das grades prateadas de um jardim do qual se destacavam as flores mais belas e cheirosas da terra.

Acusavam-no de haver ofendido um casal de alemães que moravam em frente à sua casa, num recorte de praia alvíssima, em cujo tofo de salgueiros trinavam coleiras e canários, sob o fulgor cristalino dos dias de sol.

Não podendo os literatos desta terra, e os que os seguiam, indispor-lo com os seus próprios contrerrâneos, procuraram, por essa forma, indispor-lo com a nobre colônia alemã, da qual o dono desse palacete era cônsul.

Não tardando pois, o ódio de muitos patrícios desse belíssimo casal de intrigá-lo contra a pessoa do Cruz e Sousa, ei-lo formando uma argamassa perniciosa com os dementes da terra catarinense e a colônia alemã, em peso, levantou-se contra o poeta, atirando-lhe as mais sinistras pedradas.

E houve quem nos viesse dizer que até o próprio cônsul, homem espadaúdo e forte, de enormes manoplas, que montava um cavalo puro sangue, esperava o poeta, à Praia de Fora, para lhe quebrar a cara a chicote!

Prevenidos que fôramos, não deixamos o Cruz ir sozinho para sua casa, embora tivéssemos a certeza de que tamanho atrevimento, tão vil ousadia, tão sinistra ousadia não devia ser levado a efeito.

E se o fosse, bastaria a energia do poeta para pô-las fora do seu sinistro caminho.

O poeta não era covarde.

Nada aconteceu, porém, contra o nosso amigo, porque, raciocinando, o alemão achou que tudo quanto haviam dito, não passava de uma miséria.

O poeta não era miserável, não possuía uma alma rastejante como as lesmas. E não podia possuí-la dessa forma, dentro de um coração magnânimo, afeito a todas as nobrezas.

O poeta não intrigava e não mentia.

Mas, para que fosse esclarecida a verdade, o poeta, no número seguinte da "Tribuna Popular" explicou ao povo de nossa terra o modo do seu sentir diante dessas afirmações, a amizade e o respeito que o prendiam a esse casal de cujo chefe, ele tantas vezes merecera a alta distinção de lhe emprestar livros de Scheller, de Goethe e outros intelectuais alemães, onde o poeta iluminava o seu talento.

Mas mesmo assim, com todos os esclarecimentos a respeito do equívoco forjado pelos seus inimigos, continuavam estes na mesma faina de difamações, nas mesmas pedradas, nos mesmos apodos.

Semanas depois partia o poeta para o Rio de Janeiro, levado até o embarque, pelos braços dos seus amigos íntimos, da cruzada de alegrias e sofrimentos.

XIII. Voltando aos Coqueiros, fui de novo gozar os aspectos maravilhosos e o seu clima de ares salitrados e sadios, vindos das ondas maravilhosas das suas praias e levava a idéia de escrever um livro de versos e algumas páginas de prosa. Esta, porém, não consegui escrever, porque, conquanto os meus mestres de prosa fossem os dos meus camaradas, eu sempre me achava em dúvidas sobre o meu valor e sobre o seu acolhimento.

Envergonhava-me quando, por acaso, saíam-me da cabeça uns pedaços de prosa, achando-a eu sempre desconexa e vazia, embora lhe desse eu todo o meu esforço e procurasse vesti-la dos mais belos adjetivos. E ainda com vergonha, nunca mostrei ao meu querido Cruz e Sousa, a prosa que eu escrevi às ocultas e medrosamente, quer nos Coqueiros e quer mesmo, mais tarde, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Entretanto, os versos me corriam bem, espontaneamente, sem que, para fazê-los, ficasse eu com a cabeça atordoada nem mesmo ao de leve; e quando o Cruz não se achava ausente, ei-los todos nas suas mãos e por ele lidos com carinho, com afeto fraternal.

E quantas vezes os olhos do Cruz se encheram de lágrimas, de alegria e de contentamento.

Amando a natureza virgem e os seus aspectos coloridos e emocionantes, comecei por transportá-la em versos, numa nova feição artística, embalado por um sentimento religioso, quase fanático.

Os versos saíam-me do cérebro em borbotões, numa caudal ininterrupta, de modo que a minha pena por fim já não escrevia, antes traçava verdadeiros hieroglifos, ou pernas de barata, sem me importar com os cortes dos tt, nem com as vírgulas.

Mas eu nunca escrevi, como ainda hoje, senão em papel bem alvo, e fechava os olhos ao meu desperdício com o qual lá ia diariamente o meu pouco dinheiro.

E, para escrever, descalçava-me, tirava o paletó, tirava o colarinho e a gravata, abria o peito da camisa, arregaçava as mangas e me deitava de ventre para cima e mãos em X, a cabeça aflita, ardendo em brasas, banhada às vezes, por uma suavidade fluídica.

Urdia-se-me então na cabeça o primeiro verso e com ele todo o conjunto do engenho, e pulava para a mesa de jacarandá ou para um canto qualquer, onde o papel estivesse estendido, na sua brancura de mármore e delicadas linhas azuis.

Acabado o trabalho, lia-o alto para a minha tia Felicidade ouvir, a pobrezinha sob cuja mão direita a roda da roca enchia o ambiente de ruídos e rodopios.

E se era noite alta e a velhinha dormia e ressonava sob seus lençóis de pano alvejado e cheiroso, nem por isso a minha voz deixava de ressoar pela casa.

– Vai te deitar, rapaz, senão acabas louco! dizia-me a boa velhinha, se se acordava com a retumbância da minha gritaria infernal.

Concluído o primeiro trabalho, eis-me de novo deitado e de novo me levantando para deixar sobre o papel outros versos.

Eu não gostava de escrever de dia porque a luz vibrante me entorpecia; antes preferia a luz tibia de uma lamparina de querosene.

E quantas vezes, quantas, escrevi meus versos à luz velada da lua, por me faltar a da lamparina, ou mesmo a de uma vela de vintém!

E quantas vezes também deixei de escrever por falta de papel, naquele tempo tão barato!

O Coqueiros era um lugarejo festivo, pois as portas de suas casas se abriam seguidamente aos ruidosos fandangos e bailes, onde uma mocidade folgazã dançava e cantava na mais viva alegria.

Sem ser amante da dança, eu, no entanto, muitas noites passei a dançar também, principalmente quando se encontravam nesses folguedos, as minhas raparigas amadas, namoradeiras dos meus olhos de moço. E só me achava feliz, nesses fandangos ou nesses bailes, quando neles se achava, junto ao meu coração palpitante, a minha querida prima.

É que por ela eu sentia um amor que cada vez mais se aumentava, amor que era verdadeiramente correspondido pelo dessa linda mulher, que me falava no seu coração como num talismã sagrado, dentro do qual a sua alma vivia nos maiores segredos.

Não era uma rapariga vulgar aquela sobre cujo coração o meu se agitava, desde o dia em que nos vimos pela primeira vez, quando éramos ainda meninos.

Flor mais bela desse lugarejo e a mais graciosa e inteligente, a minha prima enchia-me de encanto a minha vida, sem no entanto, deixar-me cheio de ciúmes.

Por sua causa, quando o ciúme me atormentava, empolgando-me o coração, quantas vezes tive de lutar contra os meus supostos rivais.

Por isso o bastante para me julgarem o rapaz mais forte do lugar e mais ágil, e temerem-me mesmo quando a razão estivesse ao meu lado. Entretanto era a minha prima de uma firmeza sem limites no seu amor, na sua amizade e nas correntes da sua simpatia pelo único bem que ela dizia existir no mundo para contemplação de sua alma sempre carinhosa e meiga.

Sacrificada em extremo pelas barreiras que se entrepunham entre nós dois; obrigada por circunstâncias íntimas de família, a deixar-se cair nos braços de um outro homem que ela não amava, quase sempre que nos encontrávamos, ei-la com os lindos olhos negros marejados de lágrimas amargas, e com o coração oprimido entre soluços e as mãos trêmulas de emoção.

E se o seu amor, a sua amizade e a sua simpatia eram grandes e veementes, tudo quanto eu por ela sentia se revestia da mesma força e intensidade.

O nosso amor era de uma verdadeira loucura, e dessa loucura os meus versos brotavam como as árvores, as suas flores e os seus frutos brotam à beira de um riacho.

XIV. Do Rio de Janeiro o Cruz e Sousa escrevia-me seguidamente cartas de um rico lavoramento de ouro e cristal, e nelas se notava o frescor original que o poeta levava das terras virgens da Ilha e dos Coqueiros.

Falava-me o poeta tão amorosamente desses lugares, e com tanta saudade, que parecia vazar nessas páginas toda a sua alma de artista, recordando os dias passados comigo e nunca deixando de falar nos atrativos da minha prima, nem nos da sua Pedra encantadora.

A saudosa amada do poeta morava, como já disse, perto do Forte Santana, numa rústica casinha de pau-a-pique.

Quando eu tinha alguma carta para lhe entregar, pressuroso corria à sua casinha, ou quando não, ia ler as cartas que lhe tivessem chegado às mãos, pela pasta restante.

Que cartas adoravelmente belas! Que páginas lavoradas como as pratas dos altares! Que filigranas de ouro em sedas brancas e macias! Que lençóis de linho formando urnas de perfumes!

O poeta, nessas cartas, era o mesmo ourives, o mesmo operário, o mesmo artista e o mesmo coração.

Era nesse retiro, nesse refúgio, nessa solidão, que ele passava horas e horas esquecido das pedradas dos homens, só se lembrando do bem que uma alma pode sugerir a outra alma igualmente boa, gêmeas nas alegrias e nos sofrimentos, numa mesma comunhão de idéias, nos aconchegos de um amor divinamente puro.

Amavam-se serenamente, na maior amplitude dos sentimentos castos, num respeito recíproco.

E como do terreiro dessa humilde casinha se avistassem as serras emparedando o ocaso, quase sempre lavrado de ouro maciço num fundo de damascos rubros, e se avistassem as praias brancas, faixas de marfim, luzindo ao longe, pospontada de casas alegres, com vidraças refletoras, eles, o poeta e sua amada, pareciam Romeu e Julieta, esses corações que se espiritualizavam nas grandezas do amor.

O poeta não publicava versos nem prosa que não fossem primeiramente lidos e relidos à sua amada, à sombra pitoresca das pitangueiras que em redor desse casebre se abriam em lindos pára-sóis e de cujos ramos verdes caíam frutos vermelhos, como enormes gotas de sangue.

E eu quantas vezes vi essa rapariga dar, com toda a franqueza da sua alma, uma opinião pró ou contra a muitos versos do poeta, os quais eram imediatamente reformados sob a fulguração bendita de um sorriso.

É que a alma do poeta, de tão boa e santa que era, enchia a todos que o rodeavam de uma irradiação inteligente e benéfica, como se fosse uma árvore da qual caíssem seguidamente frutos que de um momento para

outro germinassem, crescessem e se tornassem ramos agasalhadores, pálios de sombra amorosa.

– Ah! se se casassem, que alegria a minha! dizia-me muitas vezes a mãe de Pedra. E acrescentava:

– Mas qual! A Pedra não é para o João. Tenho uns pressentimentos...

Realmente, anos depois, recebia a rapariga uma carta, na qual lhe dizia:

"Minha amada, se eu não puder casar-me contigo na vida, casar-me-ei na morte, quando tiver o meu espírito completamente livre das peias do mundo.

E não casaram.

XV. Por uma tarde de setembro, em que os roseirais se vestem de variadas cores, sob uma luz espiritualizada de aromas, comunicava-me o poeta, por telegrama, a sua volta à terra natal, à terra hostil ao seu talento, às suas virtudes, mas que ele amava com carinhos e abnegação, como um justo.

Ancorado o paquete fomos buscá-lo a bordo, num frêmito de alegria e emoções.

Seus lábios vinham sorridentes, deixando ver-se-lhe os dentes claros e muito perfeitos, mas no fundo do seu coração, lá bem no fundo, havia um quê que fosse de mágoa abafada, talvez soluços.

Fora expulso da casa de Oscar Rosas e como não tivesse onde morar no Rio, voltava à Santa Catarina!

Mas, mesmo assim ferido, ave sem asa, ou de peito atravessado por uma seta, não escurecia o acolhimento e o agasalho que lhe dava, em sua casa, esse impenitente irmão da arte.

De ações violentas, sem ordem, sem disciplina, o Oscar quisera bater na mulher, e como o poeta interviesse, reprovando o ato, fora-lhe apontada a porta da rua.

E o poeta saiu, cabeça erguida na serenidade da justiça que acabava de fazer, sendo obrigado, porém, pela força das circunstâncias pecuniárias a meter-se num paquete e vir cair, de novo, nos braços de seus antigos companheiros.

E se não fora o Raul Hoffmann, mais tarde seu compadre, um rapaz alemão, muito bom e simpático e intelectual, o Cruz e Sousa teria ficado no maior desespero.

Esse rapaz morava em Botafogo, numa vivenda aristocrática, e uma vez, pelo bem extraordinário que queria ao Cruz e Sousa, levou-o, numa noite de aniversário, ao seio de sua nobre família, apresentando-o a ela, e ao grande número de convidados reunidos nos seus salões, sendo obrigado o poeta a dizer alguns versos de Henrique Heine.

Nessa noite nenhuma mulher deixou de afagar o poeta, nenhuma deixou de ouvi-lo com admiração singular e lhe dar o perfume suave e doce dos seus colos.

Chegado que foi o poeta, como dissemos, ei-lo de novo na redação da "Tribuna Popular", mas desta vez mais vibrante, mais sacudido, mais lúcido e com maiores preparos intelectuais.

Perdoando o Oscar, perdoando-lhe as heresias, perdoando-lhe as anomalias, perdoando-lhe tudo, ofereceu-lhe as colunas da "Tribuna Popular" e começou a publicar-lhe umas crônicas sobre a terra que também servia de berço ao cronista, cujo talento vibrava em jarros de beleza.

E como numa dessas crônicas admiráveis o Oscar falasse das torres encomendadas da igreja de São Francisco e dos buracos da Praça da Matriz e das bancas do Mercado Público, sito na principal praça da cidade, e falasse dos literatos desta terra e das bragas dos crioulos e de todos os habitantes da Ilha, eis pegando fogo a alma dos inimigos de Cruz e Sousa, responsabilizando-o pelo sacrilégio que o cronista fazia à virtude beatífica de umas solteironas que moravam no Mato Grosso, chamadas as senhoras Bragas!

Compreendeu o povo que as bragas dos crioulos de todos os idiotas da Ilha, fossem aquelas senhoras Bragas tão cheias de virtudes e beatitudes, quer no aconchego do seu lar, quer pelas sacristias, quando elas, formadas em coluna de três, iam à confissão dos seus pecadinhos, se os tinham.

Novo barulho e novas pedradas! Mas nem por isso o poeta desanimava.

Combinamos, então, lançarmos à rua, acontecesse o que acontecesse o "Gil Braz", um pequeno jornal ilustrado, sendo eu o seu compositor e litografador, o qual aos domingos, pela manhã, saía esfuziante como um foguete.

Era nosso companheiro o P. Paiva, porque, aliás português, muito nosso amigo e cuja inteligência selecionava-se pela amizade que nos tinha, e ainda pela maneira de ir até o sacrifício para, ao nosso lado, formar barreiras inexpugnáveis.

Alto e magro, olhos azuis, faces rosadas, bigode retorcido, cabelo puxado ao alto, falar muito áspero, igual aos da sua terra, não nos deixava um momento, e sempre muito folgazão e destemido.

A redação do "Gil Braz" era na rua S. Francisco, hoje Marechal Deodoro; e tão vilmente nos queria mal muita gente desta terra, que, por muitas vezes tivemos de mandar lavar a porta da nossa casa, com as narinas abafadas pelo lenço.

O Virgílio Várzea que por esse tempo, sendo secretário da Capitania do Porto, só nos podia ajudar muito reservadamente, para não piorar da sorte.

Satírico violento, sacudido por uma verve eletrizante, de desancar os satirizados, o poeta, no momento do sacrifício, desfazia-se em gargalhadas, e parecia até que seus lívidos olhos gargalhavam também. Que troça, a da nossa vida! Que troça encantadora! Que boemia!

Não digo, entretanto, que toda a gente da terra fosse nossa inimiga, pois tínhamos outros amigos, outros rapazes que nos queriam bem e eram distintamente intelectuais.

O Aarão Ramos, por exemplo, caixeiro da loja de fazendas do Inocêncio Campinas, era um rapaz de talento. Conquanto nada escrevesse, sentia-se, no entanto, feliz na leitura dos bons livros e nos ajudava pecuniariamente.

Tínhamos o Ledio Barbosa, propagandista da República, tanto pela palavra escrita como pela fluente oratória, sempre muito bom, banhado de uma doce e meiga simpatia, nos olhos e nos gestos mansos, e na irregularidade de um sorriso que lhe dava às faces umas rugas engraçadíssimas.

E o João (?), esse belo artista, habituou-se a viver em nossa companhia, a falar dos nossos arrojos e das músicas do seu violão amigo, e do seu violino, e das suas serenatas na taverna do Ditão, à rua João Pinto.

E também o João Saldanha, empregado da Fazenda, muito dócil, alma serena e honesta, com uns olhos que eram dois lagos misteriosos, era nosso amigo, nosso camarada e nosso defensor.

E o Ernesto Viegas, que ao tempo em que rabisco estas linhas, ainda vive, como nos defendia!

Alto e magro, de uma cor morena de jambo maduro, olhos pensativos, faces cicatrizadas pela varíola, ei-lo ao nosso lado, coração vibrando como o nosso, alma contente ou chorosa como a nossa, firme e seguro do valor do nosso ideal.

Lembro-me também do José Seguí que muito beneficiava com o seu dinheiro o Cruz e Sousa, quando este se achava a tinir. Chamavam-no o Pombinha, por usar uma pombinha de marfim na sua querida bengala de pérola envernizada de negro.

Que alma boa, a do Seguí!

E assim, muitos outros rapazes eram nossos amigos e nossos destemidos defensores.

XVI. A casa do Cruz e Sousa ficava à Praia de Fora, à esquerda da Capela de S. Sebastião. Ensombra-na uma enorme figueira de largas e compactas ramagens verdes, onde trinavam seguidamente, ao sol, numa alacridade de guizos de metal, bandos de coleiras e canários, e por onde subiam ou desciam encantadoras carriças que a gente da terra chama de galinhas de Nossa Senhora. E verdadeiramente as carriças se parecem com pequenas galinhas, tanto pelo bater de suas asas cor de rapé, que se arrastam frementes, como pelo modo de se espojarem na areia das estradas, depois das chuvas de trovoadas, no estio.

À frente da casa havia um quadrado de bambus, dentro do qual floriam roseirais e jasmineiros, ao lado de enormes rosas verdes de alfaces repolhudas e de repolhos talhados em corações estuantes da seiva.

Contendo apenas duas janelas de frente e outra à esquerda, essa casa abrigava, no entanto, além de outros cômodos, um gabinete onde o poeta dormia e escrevia até altas horas da noite, de janela aberta a uma nesga do mar ora sereno como um grande tapete de veludo, ora encrespado e chamalotado de flocos de algodão alvíssimo que o vento norte eletricamente sacudia e vinha trazer à curva da praia acariciadora e boa, em uma eterna atitude de seio materno.

Era ali, nessa casa humilde, com a sua fonte de lavar à esquerda, talhada à sombra dessa grande árvore amiga, que nós outros, os seus amigos íntimos, íamos encontrá-lo à tarde, ou à noite, principalmente quando ao poeta faltavam calçados e mesmo alguma roupa, embora tudo fosse por ele tratado com a maior economia e zelo, na contínua escassez de dinheiro, na qual o poeta sempre se encontrava.

A vida do Cruz e Sousa, na intimidade do lar, sob o teto abençoado da família, sempre foi a de um humilde e resignado, na obediência cega que tinha aos seus progenitores; e nenhuma vez se levantava da cama ou se deitava que não fosse abençoado pelos seus velinhos.

Conquanto muito pobres, pois vivia o seu octogenário pai, que pouco ganhava, em remendar telhados e remendar paredes, e a sua mãe em

lavar roupa, de madrugada à tarde, na fonte à esquerda da sua casa, à mesa na qual o poeta fazia parte como filho. Não faltava um pedaço de pão sobre uma toalha de algodão corada à barrela, e muito cheirosa, sobressaindo-se sempre da sua brancura, um jarro repleto de flores, do seu quintal muito bem tratado.

O poeta alimentava-se sem precipitação alguma, saboreando aos poucos os alimentos, fossem eles quais fossem, muito bons ou muito maus. E a água que ele bebia aos goles, dava-lhe ao paladar a doçura do melhor vinho, embora ele, o poeta, jamais tivesse pelo álcool a menor inclinação.

– Aniquilar o meu cérebro, a minha força, as minhas energias materiais ou intelectuais, pela ação do álcool, seria um crime.

E quantas vezes, no entanto, bebia eu diante dele!

– Não faças isso, Araújo, meu querido irmão, dizia-me ele, quando me via emborcar um cálice de caninha. E acrescentava: Os homens são dizem tantas coisas absurdas, quanto mais os que bebem.

E tantos conselhos recebi do poeta que acabei por não beber mais, conquanto nunca me embriagasse. E o pouco que eu bebia servia apenas para me fazer mais ágil nas pernas e na cabeça e nos murros aos adversários do poeta amado, meu irmão pelo espírito e pelo coração.

Na casa do poeta, no gabinete do seu trabalho diário, passava eu muitas horas a fio, numa camaradagem singular de desprendimento pela vida lá de fora, onde os nossos inimigos formavam alas de combates ocultos, à socapa.

O pai do poeta possuía a serenidade de um apóstolo. E a doçura das suas palavras, e a meiguice dos seus olhos, e os gestos das suas mãos estendidas como para acalmar qualquer ira que quisesse explodir, herdava-os o filho amado, por quem ele, o velhinho, se desvelava, ouvindo-lhe a leitura dos bons livros.

E quando a flama vibrante esfuziava, batia asas e voava ao dorso dos nossos inimigos, o velhinho fazia parte da nossa alegria e encantadoramente ria, ria fantasticamente, com o cachimbo a fumar ao canto da boca.

Mas quem às vezes se incomodava era a Carolina, a sua mãe, muito recatada e convencional, temendo grandes desgraças dos brancos contra o seu filho.

E como andava ela seguidamente ao trabalho nas pedras da fonte, em conduzir roupas lavadas e engomadas à sua freguesia, não estava para perder o pão de cada dia pelas idéias do filho, o que, por várias vezes já tinha perdido em casas das senhoras S. e M. que a despediram com

impropérios, visando a petulância do crioulo em querer escrever pelos jornais, como os brancos.

Mas não era má a Carolina; apenas não queria que o seu filho, com as suas esquisitices, ofendesse os brancos dos quais ela tirava proveito com a sua lavação e engomação, seus únicos meios de subsistência numa cidade tão pobre de recursos.

É que se lembrava de lhe morrer o marido e ver o filho longe de casa, tendo ela de gramar dificuldades quando lhe fossem fechadas as portas em represália a tudo quanto o poeta tivesse feito, em companhia dos amigos que não o poderiam valer, por serem todos sem eira nem beira.

E tinha razão essa pobre mulher, porque nesta terra, como ainda hoje, quem caísse no ódio de um, de fato, no ódio de muitos, devido à linha de parentesco entre as famílias, pois os Fonsecas, os Silvas, os Souzas, etc. dos tempos de antanho, continuavam a ter sucessivamente, nas veias o mesmo sangue, embora mestiçados com escravos ou africanos. Mas o poeta, entretanto, continuava na sua serenidade, respeitando-a cada vez mais, cingindo-a de abraços, beijando-lhe as mãos cheirosas, vindas das águas frescas e claras da fonte, cuja quietude lembrava a de uma aluna pagã.

FIGUEREDO, Juvêncio de Araújo. No Caminho do Destino. In: CARNEIRO, Carlos da Silveira. *Enciclopédia de Santa Catarina*. Florianópolis. v. 20. CEOR/BC/UFSC. fl. 22-44.

ANEXO 4 – Entrevista de Pedra Antióquia ao jornal *A Noite* (1915)

A noiva de Cruz e Souza

Na casita branca n. 34... – Conversando com D. Pedra, a musa – noiva do “negro sublime” – Oito annos de noivado que uma rixa desfez – Cruz e Souza “era sobretudo um sonhador!” – “Nas horas em que conversámos juntos...” – Os primeiros versos do poeta, dedicados á noiva – Cópia do precioso autographo – Uma phtographia do poeta, aos 18 annos e sua odysséa – A ex-noiva-musa de Cruz e Souza é actualmente noiva! – Quem hoje occupa o coração que foi asylo dos sonhos, dos devaneios e dos arcanos do “negro sublime”

Com os titulos e subtítulos acima, recebemos a seguinte e curiosa collaboração, que publicamos, respeitando a orthographia e o estylo do autor:

Na vespera da partida para o Rio, por uma manhã linda, em companhia de um carioca e de um catharinense, fui visitar a noiva de Cruz e Souza.

Era o terceiro dia que a cidade de Florianopolis tinha-me como hospede. Eu já andára de surpresa em surpresa, de extasis em extasis, ante as bellezas naturaes que encontrei na capital do Estado de Santa Catharina, até bem pouco na berlinda com a sua irresolvivel questão de limites: e, naquella manhã linda mas, fria e sem sol, ao lado de um filho do logar e de um carioca, caminhava para casa onde iria encontrar viva ainda a noiva e a musa inspiradora dos primeiros versos do “negro sublime”.

Em Florianopolis nada me souberam dizer da questão Paraná-Santa Catharina nem tão pouco do celebre Contestado, o que alias não me espantou: eu ja sabia que – *o santo de casa não faz milagre*. Em compensação a maioria dos catharinenses com quem conversei falou-me de Cruz e Souza, Virgilio Varzea e mais intellectuaes catharinenses em evidencia, inclusive o philosopho e philologo Dr. Gama Rosa; e na política, de Vidal Ramos e do actual governador. Do ministro conterraneo, nem uma palavra...

Subia eu a estrada barrenta do morro que dá acesso para o ponto denominado arredores da Fortaleza de Sant’Anna: e, caminhando a garganta rubra aberta na vegetação luxuriosa do morro, sentia que o acazo

de uma viagem de aventura ia pôr-me em contacto com quem muito me poderia dizer do poeta do *Pharol* e do prozador do *Missal* e das *Evocações*.

Súbito, o catharinense tocando o meu hombro, exclamou:

– E’ aqui!

Parei e olhei em derredor. A vegetação alastrava-se viçosa por toda parte. De cima viam-se, toda a ilha de Florianopolis, o mar, as montanhas e habitações do “continente” e o oceano, barra a fóra, azuleo e interminável... A’ minha frente uma casita alvejava na sua pintura de cal. Tem o n. 34.

Entrei: á direita um cajueiro, em volta outras arvores fructíferas; o aspecto geral do ambiente interior é bizarro e bucolico ao mesmo tempo. E, a trinta passos da entrada a casita de D. Pedra Anthioquia da Silva – a noiva de Cruz e Souza.

De cabeça descoberta como se entrasse num templo, transpuz os humbraes da habitação paupérrima onde Cruz e Souza, ainda tropego na métrica, conheceu, amou e se fez noivo de Pedra, nesta época, contando 14 annos de idade.

Falei então á muza do poeta que, ao saber do fim que me levava a sua prezença prestou-se a fornecer-me todas as informações.

E’ ella uma senhora de cor, alta, esguia, vivissima, de grandes olhos expressivos e illuminados e, quasi moça nos seus “trinta e oito janeiros”.

– Conheci Cruz e Souza – disse-me ella sem poder esconder a emoção que lhe inundava os olhos de lagrimas – aos 14 de idade. Elle tambem era mocinho – mais velho do que eu dois ou trez annos. Aqui, nesta casa, nos vimos pela vez primeira; aqui fui sua namorada, depois sua noiva. Do namoro até o dia em que elle daqui partiu decorreram oito annos.

– Que me poderá dizer destes oito annos de vida em contacto com o poeta?

– Ai! Que lhe vou dizer eu? Contar-lhe a minha historia? Quer que fale de mim, ou delle?!

– Fale dos oito annos.

– Pois bem: é pouco o que tenho a dizer. Fui sempre muito feliz. Cruz e Souza amava-me verdadeiramente e fui eu a inspiradora dos seus primeiros versos. Era extremozo, amorozo, apaixonado, ardente mesmo; mas ai! meu caro senhor! – era sobretudo um sonhador. Nas horas em que conversamos juntos, não se fartava de devanear. Um futuro luminoso nas letras e na politica era o seu permanente dezejo: e quasi sempre eu ouvia dos labios de Cruz e Souza que, ao meu lado, parecia falar a alguem que

não estava ali: – “Ainda hei de ser governador de Santa Catharina!” Ou então: – “Hei de morrer mas, hei de deixar nome!”

Nesse tempo elle era alegre, vivo, expansivo, jovial. Colaborava então na *Tribuna*, jornal de grande aceitação naquella época, sob a direcção do jornalista José Lopes. Ainda conservo versos d'elle, dedicados a mim, que nunca foram publicados.

Ao ouvir esta declaração o coração dilatou-se-me e eu, sem poder esconder a emoção que me dominava, suppliquei com voz tremula que ella me deixasse ver estes versos e, mais ainda – tirar uma copia.

D. Pedra ergueu-se de uma velha caixa de madeira á feição de mala, onde estava assentada, a abriu e minutos depois, estendeu-me meia folha de papel almaço, já amarelecida pelo tempo. Ao receber em minhas mãos aquelle pedaço de papel que o tempo amareleceu mas, não destruiu, eu tremi. E de um folego li os versos de Cruz e Souza – versos de sua phase inicial – escriptos por elle mesmo numa lettra esguia e cursiva como a de um collegial bom alumno de caligraphia. A’ proporção que lia por uma estranha metempsychose, os meus olhos fixos no papel, viam tambem a sorrir-me, a imagem do “negro sublime”.

Depois – no silencio que se fazia não obstante estar na occazião cinco pessoas na sala – tirei copia dos versos, lendo-os em seguida para os presentes.

São estes os versos de Cruz e Souza, escriptos entre 1886-87, que eu transcrevo aqui textualmente, como copiei no authographo, sem lhes omittir uma virgula sequer:

“AMOR!!...

Offerecido á Ilma. Sra. D. Pedra como prova de immensa amizade e profundo amor que lhe consagra o author.

Recitativo

Amor meu anjo é sagrada chamma
Que o peito inflama na voraz paixão,
Amo-te muito eu t’o juro ainda
Deidade linda que não tens senão!

Virgem formosa d’encantos bella

Gentil donzella, meu amor é teu.
Vou consagrar-te mil affectos tantos
Puros e santos qual também Rômeu!

Flor entre as flores, a mais linda, altiva
Qual sensitiva, só tu és, oh, sim.
Esses teus olhos seductores, bellos
De mil hanhellos, me pedirão a mim!

Anjo meu anjo eu te adoro e amo
Por ti eu chamo nas horas de dor.
Sem ti se soffro um sequer instante
De ti perante oh! Me dás valôr.

Meu peito em anelas só por ti, suspira
Como da lyra a vibrante voz!
Te vendo eu rio e senão gemendo
Vou padecendo saudade atroz!!

Amor ardente de meu coração
Santa paixão em todo peito forte
Eu hei de amar-te até mesmo a vida
Deixar querida e abraçar a morte!!

Por
Cruz e Souza.”

Quando terminei vi Pedra com os olhos perolados de lagrimas,
enquanto os meus recebiam também o baptismo do pranto.

Apoz um longo silencio interroguei D. Pedra:

– Como e porque não se casou com Cruz e Souza?

– Uma rixa, uma questão de nonada separou-nos, nos desobrigando
do compromisso de noivado e motivando a ida de Cruz e Souza ao Rio,
pela segunda e ultima vez.

– Tem saudades delle? Lembra-se do poeta todos os dias?

– Oh! sim! Jamais pude esquecel-o. E toda vez que tenho
necessidade de falar de Cruz e Souza, é como o senhor vê: – coro! O
senhor não o conheceu?

– Não.

– Nem mesmo pelo retrato?

– Não. Respondi eu, mentindo sem [ilegível]

D. Pedra foi á velha caixa de madeira e della tirou um pequeno album – tão pequeno que poderá caber dentro do bolso de um paletó commum. Folheou-o e entregou-m’o indicando uma pagina:

– Tem aqui um retrato delle, tirado dos 18 aos 19 annos.

Fiquei-me por muito tempo a olhar o retrato do poeta. De pé, recostado, os braços cruzados, o olhar prescrutador, a testa ampla, imberbe, porem, era bem o retrato do “negro sublime” differentemente do que o que eu conhecia – era bem a photographia do poeta quando, ao lado de Pedra, sonhava um futuro luminoso nas letras e na politica e dizia: – “Hei de morrer, mas hei de deixar nome” – com aquella mesma altiva confiança de Tobias Barreto ao exclaimar: – “Hei de ser genio!”

E como eu procurasse a dedicatoria, D. Pedra informou-me:

– A dedicatoria que vê neste retrato é escripta pelo próprio punho de Cruz e Souza offerecendo-o á progenitôra delle. Como eu não possuía o seu retrato, elle tomou este á mãe e deu-m’o.

– Mais uma e ultima pergunta: desde que Cruz e Souza morreu a senhora não mais pensou em casar?

– Durante muitos annos não; agora porem sou noiva.

Fiz um esforço immenso para conter o espanto e a pergunta que me saiam precipites dos labios. E vou justificar-me agora: absolutamente convicto de que entre o actual noivo da ex-musa-noiva de Cruz e Souza e o poeta não é admissivel um paralelo, contive-me preferindo siquer o nome de quem hoje occupa o coração que outrora foi o asylo dos sonhos, dos devaneios e dos arcanos do “negro sublime”.

Satisfeito, depois de ter tomado estas ligeiras notas, deixei a casita branca n. 34 dos arredores da Fortaleza de Sant’Anna, onde ainda hoje vive a noiva de Cruz e Souza.

Ella veio trazer-me até a porta. E ja de fora, abrigado ao cajueiro á cuja sombra Cruz e Souza noivou durante oito annos, olhei D. Pedra Anthioquia da Silva, olhei a sua habitação, olhei os arredores cheios de bucolismo por onde áquella hora, talvez, errasse a alma do poeta e senti não possuir no momento uma *kodak* para com algumas photographias, melhormente documentar estas notas que redigi a feição de entrevista.

Durante toda minha vida jamais se apagarão de minha memoria a imagem risonha-lacrimosa de D. Pedra Anthioquia da Silva – a noiva de Cruz e Souza!

De bordo do *Sirio*, 1–8–915

MARIO HORA.”

HORA, Mario. A noiva de Cruz e Souza. *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 set. 1915.

ANEXO 5 – Entrevista de Pedra Antióquia ao jornal *A Gazeta* (1941)

O primeiro amor do poeta dos “Últimos Sonetos” – Uma entrevista com a ex-noiva do glorioso vate – O que nos revelou D. Pedra Antióquia Machado sobre o grande espírito das “Evocações”.

Em uma dessas lindas tardes primaveris, que poetizam a nossa Capital, (na cálida, magnífica tarde de terça-feira última), galgamos prazerosos o morro de Nova Trento, no aprazível recanto de São Luiz, a fim de entrevistar a digna senhora D. Pedra Antióquia Machado, que fora noiva do extraordinário *poeta negro*, o que fizemos com o fito de proporcionar aos nossos leitores, agora que estamos em vésperas do 80º aniversário do nascimento de Cruz e Souza, o prazer de ler algo de inédito sobre a vida do grande vate nacional.

Dona Pedra que conta sessenta e poucos anos de idade, é uma senhora bem conservada, dotada de maneiras distintas, muito amável, e, pelos traços que revelam a sua agradável fisionomia, percebe-se logo que ela fora em sua mocidade, uma das mais belas moças de sua raça, em a nossa Capital.

Recebeu-nos muito desvanecida, em a sua modesta choupana, um chalezinho de madeira, a cuja frente vicejam lindas flores, aromatizando o ambiente, o mesmo fazendo o seu estimado esposo, senhor também mui agradável.

Ficando logo a par do nosso objetivo, Dona Pedra demonstrou a maior boa vontade em nos proporcionar os esclarecimentos que lhe solicitássemos, e volvendo um olhar retrospectivo para o Passado, para o tempo feliz de sua mocidade, (bons tempos aqueles, mui diferentes da época atual), memorou saudosa e emocionada pessoas e coisas que lhe ficaram gravadas gratamente, indelevelmente na retina.

Perguntamos-lhe se de fato tinha sido noiva de Cruz e Souza, ao que D^a. Pedra nos respondeu:

- Sim, senhor. Tinha eu 16 anos, quando conheci o João da Cruz, filho do mestre Guilherme. Era ele um moço de maneiras distintas, aprimorada educação e notável instrução; trajava muito bem e andava quase sempre sozinho, com um livro debaixo do braço ou então em companhia de homens brancos de elevada posição social, pois, como todos sabem ele era poeta, se bem que não gostasse que a gente tratasse de tal. Ficava radiante de encantamento quando se lhe dizia ser ele ESCRITOR, o

mesmo não acontecendo quando inadvertidamente alguém evidenciava a sua qualidade de POETA.

Não diga que sou POETA e sim ESCRITOR, observava delicadamente àqueles que olvidando a sua qualidade de sutilíssimo prosador, salientavam a de poeta, em a qual era extraordinário.

Apesar de muito querido dos homens cultos da raça branca, não desprezava os pretos como ele: sempre os saudava cortesmente e freqüentava as sociedades e reuniões familiares de gente da cor, onde se fazia ouvir ao piano ou ao violão. Comparecia também, quando convidado, às reuniões sociais ou familiares dos GRANDES, não dançando mas, fazendo-se ouvir satisfatoriamente, à hora dos brindes.

Da mesma forma ia ao Palácio do Governo, palestrar com os governadores Gama Rosa e Lauro Muller, que muito o consideravam.

Lembro-me de que certa vez, relutando minha mãe para obter despacho favorável em requerimento que dirigira ao Governo, solicitando aforamento de um terreno, Cruz e Souza ao saber da má vontade de alguém em atender tão justo pedido, dirigiu-se pessoalmente ao dr. Lauro e o tão difícil problema foi logo resolvido.

– Como surgiu, Dona Pedra, o amor do poeta pela sua digna pessoa e quanto tempo durou o noivado? Por que razão o poeta não cumpriu o compromisso?

– Morava eu na casa do dr. Amfiloquio Nunes Pires, professor do Ateneu e homem de grande importância social, quando conheci Cruz e Souza. A primeira vez que o vi encontrava-se ele à janela de sua casa, na parte térrea do sobrado do Marechal Guilherme, aquela casa que fica na antiga chácara do Espanha. Eramos-nos vizinhos. Enamorou-se de mim e devotou-me por muitos anos sincero amor e amizade. Eu também devotei-lhe a mesma a mesma ardorosa manifestação do meu sentimento. Eu era, como ele afirmava: a sua Musa inspiradora. Dedicou-me muitos versos, um dos quais, contendo seis ou oito quadras, foi publicado pelo jornal carioca A NOITE, que há alguns anos atrás me entrevistou por intermédio de um dos seus redatores.

Era seu propósito casar-se comigo, mas, estando eu esperando 8 longos anos pela realização do consorcio, acabei por não me conformar mais com a dilatação do prazo.

Ao vê-lo seguir para o sul e depois para o norte do país, sem a preocupação de resolver o problema, resolvi desfazer de minha parte o compromisso, com o que teve de concordar, talvez com pesar, por ser muito amoroso.

– Não era a sua sorte, Dona Pedra, – obtemperamos, – não estava pelos céus predestinada a sua união com o poeta.

– É verdade, – respondeu-nos conformada.

Dona Pedra Antióquia Silva, encontra-se hoje casada com o honrado trabalhador senhor Belarmino Alexandre Machado. Vive pobremente, mas feliz.

Se tivesse casado com Cruz e Souza, embora pudesse compensar pelo amor a necessária capacidade intelectual para cooparticipar dos banquetes de sua inteligência, por fina agudeza palativa o excelso sabor de sua obra literária, avaliar a grandeza e sublimidade de sua Arte, e tudo fazer no sentido de o estimular, – aconteceria que, o poeta casando-se tão cedo, em a sua terra natal, e constituindo família, talvez não pudesse mais sair de sua Província, indo para um meio propício à consagração de sua cultura, como o fez, e assim vegetaria obscurecido no acanhado meio onde surgira, como modesto professor ou vulgaríssimo funcionário público, a exemplo de Araujo Figueredo, outro gigante das letras, que feneceu em Santa Catarina, como um sol que faz o seu percurso em dia chuvoso.

Paupérrimo, atravessaria a existência improdutivo, porque sem estímulo, desconhecido, privando assim as letras nacionais de uma de suas autênticas glórias.

Como testemunho de grande amizade e amor, Cruz e Souza enviou à noiva, de Recife onde se encontrava, secretariando uma Companhia dramática, sua fotografia, com expressiva dedicatória, cujo retrato mais tarde extraviou-se; mas, a extremosa mãe do poeta, que queria bem a sua futura nora, presenteou-a com idêntica fotografia que o filho lhe havia também remetido.

Por um gesto de fidalga generosidade de Dona Pedra, a estampamos hoje em as nossas colunas,

Tinha o poeta 24 anos quando posou para o fotógrafo na linda Veneza brasileira.

No verso da fotografia que Dona Pedra obsequiosamente nos emprestou para a preparação do respectivo clichê, lê-se a seguinte, expressiva dedicatória:

*À minha Mãe
Profundo amor e reverência de seu filho
idolatrado.*

CRUZ E SOUZA

Somos muito gratos a Dona Pedra e ao seu digno esposo pelo gentil acolhimento dispensado ao nosso colega sr. Ildelfonso Juvenal e proporcionando estas linhas para gáudio dos nossos leitores.

JUVENAL, Ildelfonso. O primeiro amor do poeta dos “Últimos Sonetos”. *A Gazeta*, Florianópolis, 23 nov. 1941.

ANEXO 6 – Perfil de Cruz e Souza por Gama Rosa (1914)

Cruz e Souza

Eis personalidade literária que, por exuberância de talento, conseguiu prevalecer, não obstante graves deficiências.

Em meio da nossa medíocre poesia, os sonetos de Cruz e Souza encerram elevação e brilho francamente destacantes.

Tudo se poderá dizer em desvantagem do verso, e, principalmente, da prosa do escritor catarinense, menos que encerrem aspectos vulgares, distinguindo-se antes por exaltadas manifestações artísticas.

Numerosos sonetos, dos “Broqueis” e “Últimos Sonetos”, são produções sem equivalência na nossa enfezada poesia nacional.

Entretanto, a prosa de Cruz e Souza é incoerente, aproximando-se lamentavelmente, por vezes, do que se conveio em denominar “bestialógico”; mas, sempre permanecem fulgurações[277] de estilo, mantendo sentido em trechos, imagens e frases magníficas.

A julgar por profusos sonetos perfeitíssimos, no fundo e na forma, a sua superioridade, nesse gênero, é absolutamente incontestável.

Cruz e Souza era um negro de pequena estatura, com feições e organismo delicados, vibrando incessantemente ao sopro de infinitas agitações.

A sua preocupação exclusiva concentrava-se na estética, mantendo absoluto desdém e hostilidade contra todas as reputações literárias do nosso país.

Esse absorvente sentimento atingia à paixão e ao rancor não tanto por sugestões de rivalidade, mas por espontânea incompatibilidade e intransigência artísticas.

A sua elocução fácil e exaltada, em palavras ríspidas e sibilantes, passava os dias a praticar derrocadas na estética nacional.

Os inícios de sua formação mental derivam de excepcionais disposições naturais e de cuidados preliminares do erudito general Guilherme Xavier de Souza, de quem os pais de Cruz e Souza haviam sido escravos.

Era prezada “cria”, educada com muito mimo, pelo general e consorte.

Falecendo os protetores, Cruz e Souza ligou-se definitivamente a um grupo de jovens lite[279]ratos catarinenses que na capital, procuravam

fazer prevalecer as teorias darvinistas, os processos do realismo e as impetuosas composições poéticas de Guerra Junqueiro, todas as manifestações, em suma, da escola moderna.

Faziam parte desse grupo Virgílio Varzea, Santos Lostada, Araujo Figueiredo, Horácio de carvalho, - com ramificações na cidade do Rio de Janeiro, representadas em Luiz Delfino e Oscar Rosas.

Sob a ação, intensa e entusiástica, desse ambiente intelectual, foi constituída integralmente a personalidade de Cruz e Sousa.

O poeta dos "Broqueis" jamais foi inclinado à leituras persistentes, contentando-se com explanações verbais dos companheiros, apreendendo-as com maravilhosa intuição.

Esse fato, sem dúvida, prejudicou a erudição de Cruz e Sousa, revelada em superficialidades e incertezas não tanto em poesia, amparada pelo ritmo musical, mas em externações de prosa, desprovidas parcialmente de concatenação e coerência.

GAMA ROSA, Francisco Luís da. *Sociologia e Esthetica*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Livreiro-Editor, 1914. p. 277-279.

ANEXO 7 – Perfil de Cruz e Sousa por Firmino Costa (1919)

Cruz e Souza

A Lucas Boiteux

Os exames geraes que eram prestados perante a directoria da instrucção publica da nossa ex-provincia e que serviam para dar entrada nas academias do extincto imperio, não eram fiscalizados, nos ultimos tempos, com o rigor necessario.

D'ahi, dos abusos que então se commettiam, approvando-se ignorantes protegidos e reprovando se rapazes intelligentes e estudiosos, sómente porque não dispunham da protecção dos aulicos de então, resultou uma ordem reservada do governo, dirigida ao presidente da ex-provincia, recomendando severo escrupulo na aprovação dos candidatos.

Corria o anno de 1875.

Em Agosto desse anno assumia a presidencia da provincia o dr. João Capistrano Bandeira de Mello.

Homem justiceiro, entendeu que, para dar cabal cumprimento á ordem que emanava do governo do centro, devia assistir aos actos.

E assim o fez.

No dia em que ia ser examinada, em francez, uma turma de dez rapazes, mais ou menos, segundo minha memoria, o presidente apresentou-se, inesperadamente, na sala dos exames, com estupefacção de todos quantos nella se achavam, na hora em que os trabalhos deviam começar, tomando logar á direita do presidente da banca, a convite deste.

Os examinandos já estavam nos seus logares.

Cruz e Souza fazia parte da turma.

Chamando um dos estudantes retirou elle, á sorte, o ponto da urna.

Decorrido o tempo legal foram as provas escriptas entregues aos examinadores.

O presidente da provincia, lendo-as todas, notou, com espanto, que a de Cruz e Souza, era a melhor que havia sido apresentada.

Della desconfiado, pediu licença ao presidente da banca para, no exame oral, fazer algumas perguntas ao examinando que tão bem se exhibia.

Como era natural - o presidente da meza accedeu ao pedido.

Chegada a occasião Bandeira de Mello fez a Cruz e Souza algumas perguntas de algibeira, como se diz na gyria dos estudantes, perguntas que foram respondidas com acerto.

Bandeira de Mello, não podendo conter o enthusiasmo, levanta-se da cadeira em que se achava para abraçar o estudante negro, e, dirigindo-se depois ao presidente da banca, recommendou, com a necessaria reserva, que dêsse a tão applicado estudante a nota de distincção e aos demais a de reprovação.

E assim foi.

Os condiscipulos do infeliz poeta, presentes ao acto, entre os quaes achava-se quem estas linhas escreve, proromperam em vivas ao presidente da provincia e a Cruz e Souza.

Era esta a primeira victoria do poeta.

Firmino Costa.

Florianopolis, 25-VI-919.

COSTA. Firmino. Cruz e Souza. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, v. 8, p. 17-18, 1919.

ANEXO 8 – Textos antiescravistas de João da Cruz e Sousa (reunião de “resgates”)*

Creanças negras

Em cada verso um coração pulsando,
Sóes flammejando em cada verso, e a rima
cheia de passaros asues cantando,
desenrolada como um céu, por cima.

Trômpas sonóras de tritões marinhos
das ondas glaucas na amplidão sopradas
e a rumorosa musica dos ninhos
nos damascos reaes das alvoradas.

Fulvos leões do altivo pensamento
galgando da era a soberana rocha,
no espaço o outro leão do sol sangrento
que como um cardo em fogo desabrocha.

A canção de crystal dos grandes rios
sonorizando os florestaes profundos,
a terra com seus canticos sombrios,
o firmamento gerador de mundos.

Tudo, como panoplia sempre cheia
das espadas dos aços rutilantes,
eu quisera trazer preso á cadeia
de serenas estrophes triumphantes.

Preso á cadeia das estrophes que amam,
que choram lagrimas de amor por tudo,

* A ordem de apresentação dos textos aqui reunidos segue a cronologia das suas respectivas publicações e primeiras reedições desde 1945 até a década de 2000. Quanto às transcrições, busquei dar primazia às versões oitocentistas e, quando possível, aos próprios manuscritos originais de Cruz e Sousa. Todos os arcaísmos e eventuais erros tipográficos foram mantidos conforme os textos-fonte.

que, como estrellas, vagas se derramam
n'um sentimento doloroso e mudo.

Preso á cadeia das estrophes quentes
como uma fôrja em labareda accêsa,
para cantar as épicas, frementes
tragedias colossaes da Natureza.

Para cantar a angustia das creanças!
Não das creanças de côr de oiro e rosa,
mas dessas que o vergel das esperanças
viram seccar, na idade luminosa.

Das creanças que vem da negra noite,
d'um leite de venenos e de treva,
d'entre os dantescos circulos do açoite,
filhas malditas da desgraça de Eva.

E que ouvem pelos séculos a fôra
o carrilhão da morte que regéla,
a ironia das aves rindo à aurora
e a bocca aberta em uivos da procella.

Das crenças vergonteadas dos escravos
desamparadas, sobre o cháos, á tôa
e a cujo pranto, de mil peitos bravos,
a harpa das emoções palpita e sôa.

O' bronze feito carne e nervos, dentro
do peito, como em jaulas soberanas,
ó coração! és o supremo centro
das avalanches das paixões humanas.

Como um clarim a gargalhada vibras,
vibras tambem eternamente o pranto
e d'entre o riso e o pranto te equilibras
de fôrma tal, que a tudo dás encanto.

És tu que á piedade vens descendo
como quem desce do alto das estrellas
e a purpura do amor vaes estendendo
sobre as creanças, para protegê-las.

És tu que cresces como o oceano, e cresces
até encher a curva dos espaços
e que lá, coração, lá resplandesces
e todo te abres em maternos braços.

Te abres em largos braços protectores,
em braços de carinho que as amparam,
a ellas, creanças, tenebrosas flores,
tórridas urses que petrificaram.

As pequeninas, tristes creaturas
eil-as, caminham por desertos vagos,
sob o aguilhão de todas as torturas,
na sêde atros de todos os affagos.

Vae coração! na immensa cordilheira
da Dôr, florindo como um loiro fructo,
partindo toda a horrivel gargalheira
da chorosa phalange côr do luto.

As creanças negras, vermes da materia,
colhidas do supplicio á estranha rêde,
arranca-as do presidio da miseria
e com teu sangue mata-lhes a sêde!

Cruz e Sousa

Titans negros

Hirtas de Dôr, nos áridos desertos,
Formidaveis phantasmas das Legendas,

Marcham além, sinistras e tremendas,
As caravanas, d'entre os céus abertos...

Negros e nós, negros Titans, cobertos
Das boccas vis das chagas vis e horrendas,
Marcham, caminham por estranhas sendas,
Passos vagos, sonambulos, incértos...

Passos incertos e os olhares trêdos,
Na convulsão de tragicos segredos,
De agonias mortaes, fébres vorases...^{**}

Tem o aspecto fatal das féras bravas
E o rir pungente das legiões escravas,
De dantescos e tórvos Satanases!..

Cruz e Sousa.

Escravocratas

Oh! trânsfugas do bem que sob o manto régio
manhosos, agachados — bem como um crocodilo,
viveis sensualmente à *luz* dum privilégio
na *pose* bestial dum cágado tranqüilo.

Eu rio-me de vós e cravo-vos as setas
ardentes do olhar — formando uma vergasta
dos raios mil do sol, das iras dos poetas,
e vibro-vos à espinha — enquanto o grande basta

O basta gigantesco, imenso, extraordinário —
da branca consciência — o rútilo sacrário
no tímpano do ouvido — audaz me não soar.

^{**} Terceto rasurado no original.

Eu quero em rude verso altivo adamastórico,
vermelho, colossal, d'estrépito, gongórico,
castrar-vos como um touro — ouvindo-vos urrar!

Da senzala. . .

De dentro da senzala escura e lamacenta
aonde o infeliz
de lágrimas em fel, de ódio se alimenta
tornando meretriz

A alma que êle tinha, ovante, imaculada
alegre e sem rancor;
porém que foi aos poucos sendo transformada
aos vivos do estertor. . .

De dentro da senzala
aonde o crime é rei, e a dor — crânios abala
em ímpeto ferino;

Não pode sair, não,
um homem de trabalho, um senso, uma razão. . .
e sim um assassino!

Dilema

AO CONS. LUÍS ÁLVARES DOS SANTOS

Vai-se acentuando,
senhores da justiça — heróis da humanidade,
o verbo tricolor da confraternidade. . .
E quando, em breve, quando

Raiar o grande dia
dos largos arrebois — batendo o preconceito. . .
O dia da razão, da luz e do direito

— solene trilogia —

Quando a escravatura
surgir da negra treva — em ondas singulares
de luz serena e pura;

Quando um poder novo
nas almas derramar os místicos luars,
então seremos povo!

Auréola equatorial

A TEODORETO SOUTO

Fundi em bronze a estrofe augusta dos prodígios,
poetas do Equador, artísticos Barnaves;
que o facho — Abolição — rasgando as nuvens graves
de raios e bulhões — triunfa nos litígios!

— O rei Mamoud, o Sol, vibrou p'raquelas bandas
do Norte — a grande luz — elétrico, explosindo,
assim como quem vai, intrépido, subindo
à luz da idade nova — em claras propagandas.

— Os pássaros titãs nos seus conciliábulos,
— chilreiam, vão cantando em místicos vocábulos,
alargam-se os pulmões nevrálgicos das zonas;

Abri alas, abri! — Que em túnica de assombros,
irá passar por vós, com a Liberdade aos ombros,
como um colosso enorme o impávido Amazonas!

25 de Março

(Recife, 1885)
EM PERNAMBUCO PARA O CEARÁ

A província do Ceará sendo o berço de Alencar e Francisco Nascimento —
o dragão do mar — é consequentemente a mãe da literatura e a mãe da
humanidade.

Bem como uma cabeça inteiramente nua
de sonhos e pensar, de arroubos e de luzes,
o sol de suprêso esconde-se, recua,
na órbita traçada — de fogo dos obuzes.

Da enérgica batalha estoica do Direito
desaba a escravatura — a lei de cujos fossos
se ergue a consciência — e a onda em mil destroços
resvala e tomba e cai o branco preconceito.

E o Novo Continente, ao largo e grande esforço
de gerações de heróis — presentes pelo dorso
à rubra luz da glória — enquanto voa e zumbe

o inseto do terror, a treva que amortalha,
as lágrimas do Rei e os bravos da canalha,
o velho escravagismo estéril que sucumbe.

Entre a luz e sombra

AO DIA 7 DE SETEMBRO

Libertas lux Dei!..

Surge enfim o grande ástro
Que se chama Liberdade!...
Dos sécl'os na immensidade
Eterno perdurará!...
Como as dülías matutinas
Que rebôão nas collinas,
Nas sélvas esmeraldinas
Em honra ao celso Tupá!...

Erão só cinéreas nuvens
Os brasileos horisontes!
Curvadas todas as fronte
Caminhávão no descrer!
As brisas nem murmurávão...
Os bosques nem soluçávão...
Os peitos nem se arroubávão...
— Estava tudo á morrer!...

De repente, o sol formoso
Váe as nuvens esgarçando.
As almas vão palpitando,
Scintillão mágos clarões!...
E o Indio fraco, indolente
Fazendo exforço potente
Dos pulsos quebra a corrente,
Biparte os acres grillhões!...

Por terra tomba gemendo
O vão, atróz servilismo...
Rúe a dobrez no abysmo....
Eis a verdade de pé!...
Emfim!... exclama o silvêdo
Emfim!... lá diz quasi á mêdo
Selvagem, nú Aymoré!...

Assim, brasilea cohorte,
Phalange excelsa de obreiros,
Soberbos, almos luseiros
De nóssa gleba gentil,
Quebrai os élos d'escravos
Que vivem tristes, ignávos,
Formando d'llas uns bravos
— P'ra glória mais do Brasil!..

Lançai a luz nesses craneos
Que vão nas trévas tom bando
E ide assim preparando
Uns homens mais p'ro porvir!

Fazei dos pobres afflictos
Sem crenças, lares, proscriptos,
Uns entes puros, bemditos
Que saibão ver e sentir!..

Do carro azul do progresso
Fazei gyrar essa móla!
Prendei-os sim, — mas á eschóla
Matai-os sim, — mas na luz!.
E então tereis trabalhado
O negro abysmo sondado
E em vossos hombros levado
Ao seu destino essa cruz!!.

Fazei do gladio alavanca
E tudo ireis derribando;
Dormi, co'a patria sonhando
E tudo á flux se erguerá!.
E a funda tréva cobarde
Sentindo homérico alárde,
Embóra mesmo que tarde
Curva la assim fugirá!..

Emfim!.. os válles solução
Emfim!.. os mares rebramão
Emfim!.. os prados exclamão
Já somos livre nação!!..
Quebrou-se a estátua de gêsso...
Emfim!.. — mas não... estremeço,
Vacillo... cálo, emmudêço...
Emfim de tudo inda não!!...

CRUZ E SOUZA

Sete de Setembro

Liberdade! Independencia!...
Eis os brádos grandiosos
Que quaes raios luminosos
Fulgurarão lá nos Céus!..
Eis a magica — Odysséa
Que d'uns labios rebentando,
Foi o povo transformando,
Foi rompêndo os negros véus!..

As collinas, prados, montes
As floréstas seculáres
— Os sertões, os proprios mares
Exultarão com fervôr!
E os brados retumbavão
Pela lucida devêsa,
Pela virgem naturêza
Com homérico clangôr!...

Qual artista consummado
Qual um velho Estatuário
Do Brasil no asul sacrario
Essa dacta nos traçou,
— O triumpho mais pujante
A éleite das idéias,
A maior das epopéias
— Q'inda igual não se gerou!..

Mas embóra, meus senhores
Se festeje a Liberdade,
A gentil Fraternidade
Não raiou de todo, não!..
E a patria dos Andradas
Dos — Abreu, Gonçalves Dias
Inda vê nuvens sombrias,
Vê no céo fatal bulcão!

Muito embóra Rio Branco,
Esse cerebro profundo
Que passou por entre o mundo,

Do Brasil como um Tupá!..
Muito embóra em catadúpas
Derramasse o verbo augusto,
Da nação no enorme busto
Inda a mancha existe, ha!..

E' preciso com esforço
Colossal, extranho, ingente
Ir o cancro, de repente
Esmagar que nos corróe!
E' preciso que essa Deusa,
A excélsa Liberdade,
Ráie emfim na Immensidade
Mais ativa como sóe!..

Saé da larva a borbolêta
Com as asas auri-azues
E um disco váe — de luz
A' deixar onde passou!
No entanto o grande bêrço
Das façanhas de Cabrito
Inda espera um novo grito
Como o — Basta — de Waterloo!..

Eu bem sei que Guttemberg
Que esse Fulton primoroso
Faust, Képler grandioso
Trabalhárão té vencer!
Mas embóra tropeçassem
Acurando os seus eventos,
Tinhão sempre taes portentos
A vontade por podêr!..

Eia! sim! — p'ra Liberdade
Irromper qual verbo eterno,
Como o — Fiat — superno
Pelos ares á rolar!
Eia!.. sim! — que nóssa pátria
Só precisa — mas de bravos..

E em pról desses escravos
Seu dever é trabalhar!!..

Somos filhos d'essa gléba
Magestósa aonde o genio
Como o astro do proscenio
Solta as azas, mui febril!.
Somos filhos dessas tabas
Dos selvagens Tyarayús
E dos bronzeos Guaicurús...
Somos filhos do Brasil!...

Esperemos, tudo embóra!...
Pois que a sã locomotiva
Do progresso imagem viva
Não se fez á um sôpro não!...
Aguardêmos o momento
Das mais altas epopéias
Quando o gladio das ideias
Impunhar toda a nação!...

Esperêmos mais um pouco
Q'inda ha almas brasileiras
Que se lembrão, sobranceiras
Que é preciso progredir!..
Inda ha peitos valerósos
Que combatem descobertos
Por Florestas, por desertos
Mas c'os olhos no porvir!..

Inda ha lúcidas phalanges,
Lutadôres denodados
Que ser érguem transportados
Burilando a sã rasão!..
Inda ha quem se recorde
Do E'gregio Tiradentes
Que do sangue as gôttas quentes
Derramou pela nação!!..

.

Já nas margens do Ipyranga
Patrióticos accêntos
Vão alados como os ventos
Pelos páramos azues!!..
Vamos! vamos! – eia! exulta
Joven patria dos renomes...
... Vibra a lyra – Carlos Gomes...
... Bocahyuva – espalha luz!!..

Cruz e Souza.

Grito de guerra

AOS SENHORES QUE LIBERTAM ESCRAVOS

Bem! A palavra dentro em vós escripta
em collossâes e rubros caractéres,
é valorosa, pródiga, infinita,
tem proporções de claros rosicléres.

Como uma chuva olympica de estrellas
todas as vidas livres, fulgurósas,
resplandecendo, — vós tereis de vêl-as
rolar, rolar nas vastidões gloriósas.

Basta do escravo, ao supplicante rôgo,
subindo á cima das ethereas gazas,
do sol da idéa no escaldante fôgo,
queimar, queimar as rutilantes azas.

Queimar nas chammas luminosas, francas
embora o grito da materia apague-as;
porque afinal as consciencias brancas
são imponentes como as grandes aguias.

Basta na forja, no arsenal da idéa,
fundir a idéa que mais bella achardes,
como uma enorme e fulgida Odysséa
da humanidade aos immortaes alardes.

Quem como vós principiou na festa
da liberdade victoriosa e grande,
ha de sentir no coração a orchestra
do amor que como um bom luar se expande.

Vamos! São horas de rasgar das fronte
os véos sangrentos das fataes desgraças
e encher da luz dos vastos horisontes
todos os tristes corações das raças...

A mocidade é uma phalena de ouro,
d'ella é que irrompe o sol do bem mais puro: —
Vamos! Erguei vosso ideal tão louro
para remir o universal fucturo...

O pensamento é como o mar — rebenta,
ferve, combate — herculeamente enorme
e como o mar na maior febre augmenta,
trabalha, luta com furor — não dorme.

Abri portanto a agigantada leiva,
quebrando a fundo os espectraes embargos,
pois que entraeis, numa explosão de seiva,
muito melhor, nos pantheons mais largos.

Vão desfilando como azues cohórtes
de aves alegres nas esphas calmas,
na atmospha espiritual dos fortes,
os aguerridos batalhões das almas.

Quem vai da sombra para a luz partindo
quanta amargura foi talvez deixando
pelas estradas da existencia — rindo
fóra — mas dentro, que illusões, chorando.

Da treva o escuro e aprofundado abysmo
enchei, fartaí de essenciaes auroras,
e o americano e fertil organismo
de retumbantes vibrações sonóras.

Fecundos germen rationaes produsam
n'essas cabeças, claridões de Maios...
crusem-se em vós — como também se crusam
raios e raios na amplidão dos raios.

Os britadores sociaes e rudes
da luz vital ás bellicas trombetas,
hão de fórmarm de todas as virtudes
as seculares, bronzeas picaretas.

Para que o mal nos antros se contorsa
ante o pensar que o sangue vos abala,
para subir — é necessario — é força
descer primeiro á noite da senzala.

CRUZ E SOUZA
(*Cirrus e Nimbos*)

O PADRE

A JOÃO LOPES

Um padre escravocrata!... Horror!

Um padre, o apostolo da igreja, que deveria ser o arrimo dos que sóffrem, o sacrario da bondade, o amparo da innocencia, o athleta civilisador da cruz, a cornucópia do amor, das bênçãos immaculadas, o reflexo do Christo...

Um padre que communga, que bate nos peitos, religiosamente, authomaticamente, que se confessa, que jejua, que resa o — *Orate fraters*, que préga os preceitos evangelicos, bradando aos que caem *surge et ambula*.

Um escravocrata de... batina e breviário... horror!...

Fazer da igreja uma senzala, dos dogmas sacros leis de impiedade, da estóla um vergalho, do missal um prostíbulo...

Um padre, amancebado com a tréva, de espingarda à tiracollo como um pirata negreiro, de navalha em punho, como um garôto, para assassinar a consciencia.

Um cannibal que péga nos instinctos e atira-os á valla commum da noite da matéria onde se revolvem as larvas esverdeadas e vitreas da podridão moral.

Um padre que benze-se e réza, instante a instante, que gagueja á frente do cadaver o aphorismo de Horacio — *Hodie mihi cras tibi*.

Um padre que deixando explosir todas as interjeições da ira, estigmatiza a abolição.

Ella hade fazer-se, máo grado os exorcismos crús dos padres escravocratas; depende de um esforço moral e os esforços moraes, são, quasi sempre, para a alta philosophia, — mais do que os exforços phisicos — o fio conductor da restauração politica de um paiz!...

O interesse egoistico de um individuo, não póde prevalecer sobre o interesse collectivo de uma nação, disse-o um moço de alevantado talento, Artur Rocha.

Não é com a emphase dogmatica do didactismo ou com a phraseologia technologica dos cinzelados folhetins de Theophilo Gautier que o trabalho da abolição se fará.

Mas com a palavra educada, vibrante — essa palavra que fulmina — profunda, nova, salutar como as theorias de Darwin.

Com a palavra inflammavel, com a palavra que é raio e dinamite, como o é na bocca de Gambetta, a maior concretisação do estupendo — depois do sol.

A palavra que ri... de indignação; um riso convulso... de reprobato, funambulesco... de jogral.

Um riso que atravessa seculos como o de Voltaire.

Um riso aberto, franco, eloquentemente sinistro.

O riso das trévas, na noite do calvario.

O riso de um inferno... dantêscico.

Ouves, padre?...

Comprehendes, sacerdote?...

Entendes, apostolo?...

Então para que empunhas o chicóte e váes vibrando, vibrando, sem compaixão, sem amor, sem te lembrares d'quelle olhar doce e afflictivo que tinha sobre a cruz, o filho de Maria?...

O filho de Maria, sabes?!...

Aquelle revolucionario do bem e aquelle cordeiro manso, manso como um ósculo da alvorada nas grimpas da montanha, como o luar a se esbater n'um lago diamantino...

Lembras-te?!...

E'ra tão triste aquillo...

Não éra padre, ó padre?!...

Não havia n'aquella suprema angustia, n'aquella dôr cruciante, n'quella agonia espedaçadora, as mesmas contorsões de uma cólica nefrética, os mesmos arrancos infórmes de um escravo?...

Não comprehendes que se açoitares um misero que fôr pae, uma desgraçada que fôr mãe, as boccas dos filhinhos, d'quellas criancinhas negras, synthetizando o remorso, o aguilhão da tua consciencia, se abrirão n'uns gritos desoladores que, como uns bistouris envenenados, trespassar-te-hão as carnes?...

Não comprehendes que de seus olhos, acostumados á paralisarem-se ante o terror, irromperão as lagrimas, esse liquido precioso das alminhas innocentes?!...

Pois tu, nunca choraste?!...

Nunca sentiste os engasgos de um soluço saltarem-te pela garganta, quando te lembras de trocar as tuas magnificas *conquistas*, os teus manjares especiaes, os teos licores dulçurosissimos pela noite escura, muito escura, onde grasmam surdamente as aves da treva, onde Dante se accentúa no *Lasciate ogni speranza*, onde os espiritos vis desaparecem e os Homeros e Camões e Virgilios surgem e se levantam pelo braço herculeo da posteridade, pelo folego intérmimo e secular da História?

Nunca?!...

Sim, tu estás commigo, padre!...

Estás!...

E's bondoso, eu sei, tens a alma tão serena e tão lucida como uma imagem de N. S. da Conceição.

Eu sei disso!...

Olha, quando morreres — se é que morres — irás de palmito e capella, na mudez dos justos e as virgens timidas e chloroticas, entoando grave *De profundis*, murmurarão lacrimosas:

— Coitado, foi o pae carinhoso das donzellas...

Requiescat in pace!...

Que bonito será, não!...

E depois o céu!

Sim, porque tu irás para o céu!

Não crês no céu, padre?

Pois crê, esses philologos mentem, têm principios erroneos e tu, padre, és um sábio...

Tu és bom...

Porém... por Deos, como é que vendes à Christo como um kilo de carne verde no mercado?!...

Ah! E' verdade, és muito pobre, andas com os sapatos rôtos, não tens que comer e... és muito caridoso...

Mas, escuta, vem cá: —

Eu tenho tambem minhas phantasias; gosto de sonhar ás vezes com o azul.

O Azul!...

Deslumbro-me quando o sol se atufa no oceano, espadanando os raios purpureados, como flechas de fogo, pela enormidade côncava do espaço; inebrio-me quando a natureza com seu tropicalismo, ergue-se do banho de alboradas, jorrando nos organismos de ouro o licor olympiaco e santo do ideal, as musicas maviosissimas e puras da inspiração, nos craneos estrellejados!...

Pois façamos uma cousa: —

Eu escrevo um livro de versos que intitularei:

O ABUTRE DE BATINA

puros alexandrinos, todos eguaes, correctos, com os accents indispensaveis, com aquelle *tic* da *sexta*, — typo elzevir, papel mellado — e offereço-t'ó, dout'ó.

Prescindo dos meus direitos de autor e tu o assignas!...

Com os diabos, has de ter influencia no teu circulo.

Imprimes um milhão de exemplares, vende-os e assim terás das *loiras* para a tua subsistencia, porque tu és pauperrimo, padre, e necessitas mesmo de dinheiro, porque tens família, muitos afilhados que te pedem a bênção e precisas dar-lhes no dia de teu santo nome um mimo qualqué.

Faz isso, mas... não te mettas com o abolicionismo; é a idéa que se avigóra.

Talvez digas, mastigando o teu latim: — *Primo vivere deinde philosophare.*

Mas é porque tu és myope e os myopes não podem encarar o sol...

Mas eu dou-te uns óculos, uns óculos feitos da mais fina pelle dos negros que tu azorragas...

Póde ser que a influencia animal da matéria excite o espirito e que tu... vêjas.

Póde ser...

Ha cégos de nascença que veem... pelos olhos da alma.

E se tu és padre e se tu és metaphysico... debes ter alma...

Comprehendes?...

Faz-se preciso que desapareçam os Torquemadas, os Arbues, maceradores da carne, como tu, padre.

Em vez de prédicas beatificas, em vez de reverencias hypocritas, proclama antes a insurreição...

Tens dentro de ti, bate-te no peito, nas palpitações da seiva, um coração que eu penso não ser *um musculo ôco*.

Vibra-o pois, fibra por fibra, se não queres que os meus dithyrambos e sarcasmos, quentes, inflammados, como brazas, persigam-te eternamente, por toda a parte, no fundo de tua consciencia, como uns outros medonhos Camillos de Zolá; vibra-o se não queres que eu te estoure na cabeça um conto sinistro, negro, a Edgar Poe.

E' tempo de zurzirmos os escravocratas no tronco do direito, á vergastadas de luz...

Sejam-te as virtudes theologiaes, padre, — a liberdade, a igualdade e a fraternidade — maravilhosa trilogia do amôr.

Unge-te nas claridões modernas e expansivas dessas tres veias — artérias da verdadeira Philosophia Universal.

DÔR NEGRA

E como os Areaes eternos sentissem fome e sentissem sêde de flagellar, devorando com as suas mil boccas tórridas todas as rosas da Maldição e do Esquecimento infinito, lembraram-se, então, simbolicamente da Africa !

Sanguinolento e negro, de lavas e de trévas, de torturas e de lagrimas, como o estandarte mythico do Inferno, de signo de brazão de fogo e de signo de abutre de ferro, que existir é esse, que as pedras regeitam, e pelo qual até mesmo as proprias estrellas chóram em vão millenariamente ?!

Que as estrellas e as pedras, horivelmente mudas, impassiveis, já sem duvida que por millenios se sensibilisaram diante da tua Dôr inconcebivel, Dôr que de tanto ser Dôr perdeu já a visão, o entendimento de o ser, tomou de certo outra ignóta sensação da Dôr, como um cêgo ingénito que de tanto e tanto abysmo ter de cêgo sente e vê na Dôr uma outra comprehensão da Dôr e ólha e palpa, tacteia um outro mundo de outra mais original, mais nova Dôr.

O que canta Requiem eterno e soluça e ullula, grita e ri risadas bufas e mortaes no teu sangue, calix sinistro dos calvarios do teu corpo, é a Miséria humana, acorrentando-te a grilhões e mettendo-te ferro em brasa pelo ventre, esmagando-te com o duro cothurno egoistico das Civilisações, em nome, no nome falso e mascarado de uma ridicula e rôta liberdade, e mettendo-te ferros em brasa pela bocca e mettendo-te ferros em brasa pelos olhos e dansando e saltando macabramente sobre o lodo argiloso dos cemiterios do teu Sonho.

Tres vezes sepultada, enterrada tres vezes, na especie, na barbaria e no deserto, devorada pelo incendio solar como por ardente lépra sidérea, és a alma negra dos supremos gemidos, o nirvana negro, o rio grosso e tórvo de todos os desesperados suspiros, o phantasma gigantesco e nocturno da Desolação, a cordilheira monstruosa dos ais, mumia das mumias mortas, crystalisação d'esphinges, agrilhetada na Raça e no Mundo para soffrer sem piedade a agonia de uma Dôr sobre-humana, tão venenosa e formidavel, que só ella bastaria para fazer ennegrecer o sol, fundido convulsamente e espasmodicamente á lua na cópula tremenda dos eclypses da Morte, á hora em que os estranhos córceis colossaes da Destruição, da Devastação, pelo Infinito galópam, galópam, colossaes, colossaes, colossaes. . .

Consciencia tranquilla

— O illustre, o douto homem rico, o abastado e poderoso senhor de escravos está já, segundo a previsão do seu médico, quasi às portas da morte.

Sobre o luxuoso leito largo, na alvura fria dos linhos, entre os gélidos silêncios das paredes altas, elle está mudo, semi-morto, dormindo, como que se predispondo para o somno eterno.

No confortavel aposento onde elle aguarda afinal o ultimo suspiro, vae e vem, abafando os passos, toda uma sociedade de honrados bajuladores, de calculistas espertos e frios, de interessados argutos, de herdeiros capciosos, de typos bisonhos e suspeitos, almas simplesmente consagradas ao instincto de conservação da vida no que ella tem de mais caviloso e obliquo.

Graves e grandes, como bocejos lassos, como tédios esquecidos, os momentos do moribundo se prolongam e os commentarios esfusiam e férem à surdina o ar doentio, pesado...

— Não ha duvida que vamos perder um homem util, prestimoso, eminente, carregado de saber e virtudes, bom e piedoso, ah! sobre tudo bom e piedoso. Que coração de anjo para os humildes, para os tristes, para os fracos, para os desamparados. A sua bolsa, sempre inesgotavel, dividia-se com todos. Verdadeiro apostolo da caridade, da religião e da sciencia, éra um justo na ascepção da palavra, de uma moral elevada até à santidade. Nunca me ha de esquecer de como elle foi sempre generoso para essas raparigas miseraveis, gente baixa, que nem ao menos tem a valla commum para cahir morta e que elle afinal protegia com a sua bolsa e arranjava-lhes noivos entre pobres diabos da plébe, quando por acaso ellas deixavam de ser virgens com elle... De muitas, de muitas sei eu que ele tornou felises com o seu prestigio, dando-lhes casamento e dinheiro. Sim! porque outro fosse elle, como esses bandidos que por ahi andam, que deixaria as pobresinhas ao desamparo e com filhos. Elle, não; casava-as logo e assim trasia felicidade aos casaes que constituia. Muito, muito justo, sempre foi muito justo em tudo! Homem distincto! Homem distincto! Este é dos poucos que póde morrer com a sua consciencia tranquilla, perfeitamente tranquilla!

Quem assim fallava com esta ingenua malignidade, com esta nova, inédita innocencia, com esta terrivel e eloquente ironia, por si proprio, no entanto, desconhecida, éra um homem de olhos ladinos e géstos sacudidos, prospero, rubicundo, expressão loquas de ave rapace, nariz activo, especie de sagaz furão de negocios, parecendo estar sempre occupado em absorver

e conhecer pela atilada pituitaria o ar das cousas e dos interesses immediatos.

N'um dos dêdos da sua mão ágil, prompta, precisa para o assalto á vida, com a medida exacta dos grandes golpes occultos, relusia a clara gotta d'agoa iriada de um rijo brilhante.

Mas, o trophéo de glorias deste curioso exemplar humano, éra o famoso e philaucioso cavaignac, meio diabolico, meio cynico, que elle afagava com gravidade e volupia, abrindo em léque, num goso particular, como se o cavaignac fosse o seu inspirador e o seu oraculo n'quella eloquencia.

Como todo o bandido bem acabado, perfeito, como todo o tartufo casuistico, tinha o seu sequito, os seus satéllites, que instinctiva ou calculadamente ouviam e approvavam sempre em silencio servil tudo o quanto elle disia e lhe forneciam a manhosa e mórna athmosphéra feita de rastejantes e vermiculares sentimentos na qual elle vivia á farta, n'um transbordamento de tecidos adiposos, cevando-se nas lesmentas vaidades e caprichos mesquinhos dos outros, lisongeando-lhes as pretenções, alimentando-lhes os vicios, devorando-lhes o ar, n'uma verdadeira existencia parasitaria.

Mas, agora, todas as attenções se voltavam, alvoroçadas, anciosas, para o velho moribundo, que acordáva a final em sobressaltos, o olhar desvairadamente pairado n'um ponto, como se por um esquisito phenomeno tivésse ressurgido do terror do somno eterno e viesse ainda perseguido por glaciaes phantasmas que o arrastavam pelos cabellos e pelas vestes, atraves de uma treva duramente muda e afflictiva...

E, ou fosse remorso ou fosse álgido medo da hora extrema ou fosse mesmo agudo e hystérico delyrio imaginativo de senil e tábido sclerado que vae morrer, o certo é que todos, no auge do espanto, no mais esmagador dos assombros, sem poder conter a subita e estupenda torrente que lhe foi espumando e jorrando da bocca bamba, ouviram este cruel e amorpho monologo feito de lama e podridão, de estanho inflammado, de ferro e fogo, de acres e apunhalantes sarcasmos, de ódio e visco, de mordentes perversidades, de chagas núas, de lacerações de carnes gangrenadas, de soluços e estupros, de ais e risadas, de suspiros e concupiscencias baixas, de beijos e venenos, de estertores e lagrimas, tudo rodando, rodando atraves do pesadello da Morte.

Como que a seu pesar, um phenomeno desconhecido o transfigurava, punha-lhe na boca a eloquencia viva de chammas devoradôras. Elle éra n'aquelle momento a prêsa formidanda das correntes

da materia, que os mais curiosos e estupendos sentimentos abalavam: como que uma outra natureza, sem ser propriamente, legitimamente a sua, a natureza dos mysterios, que paira acima de tudo o que nos é terrenamente accessivel, a natureza do Incognoscivel das Esphéras, dos maravilhosos Rhythmos, o inspirava, fallava pela vos d'elle, enchia-o de fluidos prodigiosos, arrebatava-o para um meio sonho e para um meio delyrio, onde, comtudo, transpareciam faces verdadeiras das cousas, já galvanisadas pelo passado.

Aquillo éra como que o exemplo vivo, inilludivel e supremo, dessa vaga névoa, dessa bruma de Abstracto, que ha em todo o Tangivel, do Sobrenatural que ha em todo o Verdadeiro.

— Ah! lá se vão ellas, vejam, lá se vão ellas! Quantas! Quantas! Eram todas minhas! Vinham entregar-se ao meu ouro que tinha, tilintava, tinha com a sua lus sonóra. Óhem, lá vão ellas! Todos aquelles corpos eu beije, eu gosei, eu depravei, eu saciei! Todos aquelles bellos corpos brancos se adelgaçáram, se quebráram, vergáram, em curvas voluptuosas de abobada estrellada, ás minhas furiosas luxurias. Parecia que corcéis de fogo disparavam no meu sangue, corriam a toda á brida nos meus nervos, tanto a sensualidade me agitava, me vertiginava, aguilhoava-me com os seus agulhões acerados. E éram todas virgens, que eu desvicei, estrábico de goso, nas formidaveis allucinações da carne. Pois se eu tinha o meu ouro, o meu ouro que agisse sem demóra e m'as troucésse vencidas; pois se eu tinha o meu ouro, o meu ouro que as escravisasse á minha lascivia, o meu ouro que as fascinasse, o meu ouro que as atrahisse, o meu ouro que as magnetisasse, o meu ouro que as cegasse, o meu ouro que as perdesse, o meu ouro que as aviltasse! Pois se eu tinha o meu ouro, que mal então que eu comprasse fórmias de argilla com o meu ouro de fórmula de sol! Pois se eu tinha o meu ouro! Pois se eu tinha o meu ouro!

Por entre os linhos alvos do leito, n'quellas brancuras preciosas, como que um rio de ouro, um cascadear de ouro, uma musica de ouro vinha então finamente e fluidamente rolando, distendendo pelo leito os seus harmoniosos e claros veios de ouro, n'uma feéria de som, de alvura e de ouro.

E o senil e tábido millionario estava alli como um célebre mago dominado pelo rhytmo allucinante, pela vara magnética desse extase de visionario moribundo, pela doentia e sonambula super-excitação nervosa, por toda essa vertigem, por todo esse deslumbramento hypnótico, fatal, enlouquecedor, do ouro. E elle ria alvarmente uma risada entre amarella e negra, que fasia lembrar o funebre caixão que o esperava...

Todos, estupefactos, suspensos, diante d'aquelle delyrante e sensacional espectáculo que não podiam encobrir nem conter, tinham a respiração suffocada, os semblantes transformados, lividos, tão lividos que pareciam outros tantos moribundos que ouviam, immoveis, n'um espasmo de angustioso terror, esse outro sinistro moribundo fallando.

Agora, porta mais negra e mais ensanguentada se abria escancaradamente, n'um rápido rasgão de raio que fende as nuvens, ao delyrio do cérebro demente do quasi-morto: éra como se nenhum escrupulo delicado, subtil, o prendesse mais á terra e aos homens; se todos os fios e laços das susceptibilidades da alma se houvésem partido, despedaçado e elle ficasse só nos instinctos, á vontade, besta desenfreada, livre de todas as correntes do Sensível, sob o impulso primitivo, selvagem, desorientado, animal, deserto, da simples matéria e da simples carnalidade:

— Ah! Ah! pois não éra o meu ouro, só o meu ouro, sempre o meu ouro que comprava tanta carne humana, despresível, que eu via entrar nas sensallas, de vólta do eito?! Negros tremulos, velhos e tristes, com o dorso curvado por uma remóta subserviencia ancestral, atavica, phantasmas de pedra, mudos e cegos na sua dôr absurda...

A's veses éra pelos amargos desfallecimentos da tarde; e, no fundo denso da noite algumas estrellas espiavam como sentinellas, de olhos accêso e vigilantes, aquella tôrva massa trôpega e tarda que caminhava como do fundo de um tempestuoso e formidavel sonho: os craneos desconformemente alongados, os perfis com deformações hediondas, talhados à bruta por mãos de genios rebéldes, infernaes e os olhos envenenados pela mais atroz, barbara e mórbida melancholia das melancholias. Como que vinham, n'um turvo e amorpho desfillar, do centro mysterioso da terra, com a côr original da terra, com a côr das trévas primitivas, esqueléticos, cadavéricos, éthicos, na assombrosa condensação de todas as creações shakespearianas, arrastando os miseraveis e ensanguentados farrapos das almas.

Párecia-me que se cavava de repente, por toda a extensão do eito, immensa, profunda cova; que essa cova éra como velha chaga secular formidavelmente grande, sinistramente sangrenta, a devorar, a devorar, a devorar carne humana, legiões e legiões de miseros, um fabuloso mar negro e selvagem de corpos e almas amaldiçoadas... E essa chaga tremenda, avassaladôra, fatal, ia então alastrando, não já sangrenta, mas verde, pôdre, gangrenada, aberta a monstruosa e purulenta bocca verde.

Não sei para que sobrehumano horrôr eu recuava, para que noite cahótica de horror animal eu mergulhava a tremer, a tremer, a tremer...

Ficava então de repente com a imaginação dominada por cruéis sobresaltos, com anciedades, delyrios a se vulcanizarem no cérebro... Subiam-me ao cerebro obsessões de loucura, como que os meus pensamentos se agachavam, se encolhiam aterrorizados a um canto do cérebro... Um medo agudo, invencível, me amarrava os nêrvos... Todo eu gelava, suava medo... E aquella bamba, trôpega e tarda massa tôrva, phenomenal, numerosa, estranha, tão estranha aos meus sentidos apavorados, dava-me a impressão phantastica de abysmos que caminhavam, de tenebrosas florestas de corpos cheias de rugidos de fêras, de garras, de dentes devoradores, que eu via de repente atirarem-se, arrojárem-se sobre mim, bramindo vingança, e despedaçarem-me, estrangularem-me todo.

Ao meu espirito atterrado, ao mundo virgem e nunca visto de visões que se me desenvolviam no deslumbrado raio visual, éra como se todos aquelles esqueletos negros se reproduzissem, surgissem por toda a parte turbilhões e turbilhões, tumultos e tumultos, mattas sevradas, compactas, sêlvas bravias de esqueletos negros, toda a Africa colossal ullulando e soluçando n'um ullulo e n'um soluço millenario... E, por sobre todos esses milhões de cabeças tenebrosas, pairava no ar, solemnemente, prognásticamente, suggestionadoramente, como o satanico e sinistro Anjo da Guarda da negra raça dos desertos, lassa e descomunal, languida e lethargica serpente, talvez dormindo e sonhando novos e mais maravilhosos venenos, com as grandes asas abertas... Ah! éram sobrenaturaes esses soffrimentos que assim me remordiam tanto com tamanhos dentes e com tamanhas garras!

Deus, a essas horas tão tremendas para a minha consciencia, alli tão humilhada, batida, cobarde de terror diante d'aquelles negros espectros, onde estava Deus, para traser-me um allivio, um consolo para ter piedade de mim, para dar me de beber da fonte clara, fresca e suave da tranquillidade, para saciar a sêde de humildade, de pobresa, de simplicidade, a sêde devoradora que me incendiava, a mim, a gula viva do ouro, a mim, a gula viva da sensualidade, a mim, a gula viva do crime!

No entanto, ah!, que visadas satanicas, diabólicas, que satisfação perversa me assaltava quando o feitor, bisarro, mephistophélico, de chicote em punho lanhava, lanhava, lanhava os miseraveis e lindos corpos de certas escravas que não queriam vir comigo! Oh! lembra-me bem de uma que mandei lanhar sem piedade. A cada grito que ella soltava eu gritava também ao feitor: — Lanha mais, lanha mais! E o bizarro feitor lanhava! O sangue, grosso e lento, como uma baba espessa, ia formando no chão um

pantano onde os pórcos vinham fustigar regaladamente! Com que fébre, com que allucinação inquisitorial eu gosava essas torturas! Até mesmo, às veses, via-me possuído de um extravagante desejo animal, de um desejo monstro de beber, como os porcos, todo aquele sangue. Lembro-me também de outra, bestialmente grávida, préstes a ser mãe, a quem eu, para saciar a minha sêde feros de ciúme, a minha sêde de raiva, a minha sêde de concupiscencia suína, mandei applicar quinhentas chicotadas, enquanto os meus dentes rangiam na volupia do ódio saciado. Desta foi tamanha e tão atros a dor, tão horriveis as contorsões, enroscando-se como serpente dentro de chammas crepitantes, que esvahiou-se toda em sangue, abortou de repente e alli mesmo morreu logo, felismente, lembro-me bem, com a bocca retorcida n'uma tromba mólle, espumando rôxo e duas gróssas lagrimas profundas a escorrerem-lhe no canto dos olhos vidrados...

E de outra ainda lembro-me também, porque eu a mandei afogar no rio das Sete Chagas, junto á figueira do inferno, com o filho, que éra, execravelmente, meu, dentro das entranhas... Mandei afogar tarde, a horas mortas, depois que certo sino cava soluçou as dose badaladas lentas e somnolentas no amortalhado luar... E devo ter algum remorso d'isso? Remorso? De que? Porque? Por quem? Meu filho? Como? Feito por um civilisado n'um barbaro, n'um selvagem? Remorso por tão pouco? Por lama vil que se jóga fóra, por bárbaro ignóbil que para nada presta?! Remorso por féses, residuos exiguos de elementos inserviveis, bilis negra, composto de productos podres, gases deletérios e inuteis, pús fétido — pois por essa asquerosa e horrenda cousa que se formou e ondulou mysteriosamente sonambula nas entranhas panthéricas de uma negra hei de ter, então, remorso, hei de ter, então, remorso?!

E os quatro enforcados da encrusilhada do engenho, com as hirtas lingoas de fóra, por uma noite de trovões e relampagos, oscillando dos galhos das arvores como pendulos da morte! E os que morrêram no tronco, com a espinha dorsal quase vergada ao meio! E aquelles que de desespero e de afflicção sem remédio se rasgaram os ventres enterrando-lhes fundo facas agudas! Os que estalávam tostados, queimados nos fórnos em brasa! Os que fôram arrastados pelos campos a fóra, a galope, atados a caudas de cavallo! Os que tivêram os ventres atravessados pelas áspas dos bois bravios! Os que se envenenaram com venenos mais mortaes que o das serpentes! Os que se degoláram na mais desesperada das agonias!

E aquella negra terrivel que morreu louca, abraçada ao filho pequeno, dando-lhe allucinadamente de mamar, núa, toda núa, com o seio a escorrer leite e ao mesmo tempo a escorrer sangue pelas feridas de

tresentas e setenta e tantas chicotadas, com os olhos esbugalhados, à olhar-me muito, à olhar-me sempre, parece que ainda horivelmente à olhar-me agora, a perseguir-me, a cortar-me de pavor como uma lamina gelada e penetrante.

Ah! e aquelle negro de cem annos, morphético, inchado como um sapo enorme, manipaço senil, a quem eu arranquei os dous olhos com a ponta de uma verruma, enquanto ele urrava e escabujava de dor como um tigre apunhalado! E isto em pleno eito, num meio-dia de ferro e fogo, que cortava e queimava, por um sol dilacerante, devorador como feras esfaimadas, sanguinolentas! E eu arranquei-lhe os olhos, enterrando-lhe fundo a verruma sem piedade, depois de já lhe haver applicado por todo o corpo apodrecido e chagado pela morphéa, seiscentas vergalhadas, de pulso musculoso e rijo e de rêlho forte aberto em trinta pérnas, terminando em agudos prégos nas pontas. Ah! como o velho manipaço se retorcia, espumava, gania, mordida a lingua, soltava pinchos por entre os torvelinhos, os circulos vertiginosos, desvairados, das trinta pontas aguçadas das pérnas rigidas do rêlho!

E ainda aquele outro negro decrepito, de uma [ilegível]mente cég[o] mudo, que foi encontrado morto no curral dos porcos, a cabeça fóra do tronco, inteiramente decepada a machado, os órgãos genitais dilacerados!³⁶⁵

Remorsos, eu, então, de toda essa tréva trágica, de toda essa lama de crimes apodrecida?! Como, remorso? Pois não éra do throno do meu ouro que eu estava rei soberano assim, com o sceptro do chicóte em punho, coroadado de ouro, arrastando um manto de purpura feito de muito sangue derramado?! Remorso? De que? Se o meu ouro tudo lavava, vencia, subjugava a todos e a tudo, emmudecia a justiça, tornava completamente servis e de pedra os homens, fazendo de cada sentimento um eunucho?!

A estas palavras como que parecêo haver um certo movimento de protesto, de altives revoltada, na pasmada assembléa que o ouvia: quasi que um vago vento de indignação passou... Mas, como entre os males da vida <<o mal de muitos consolo é>> e quasi todos que alli estavam éram parentes do moribundo, aguardavam uma parte do seu grande ouro; e como tambem nos seus cérebrosinhos empiricos lhes passasse de repente a idéa

³⁶⁵ “E ainda aquele outro negro decrepito, de uma boçalidade caduca, cego, mudo e idiota, completamente cego e mudo, que foi encontrado morto no curral dos porcos, a cabeça fora do tronco, inteiramente decepada a machado, os órgãos genitais dilacerados!”. (*Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda., 1961. p. 684).

de que talvez por um milagre da riqueza, por um extraordinario valôr e soberania de potentado, elle muito bem podia levantar-se do leito ainda e expulsal-os a chicôte d'aquelle recinto, todos se entreolhâram manhosamente e fiséram depressa espinha mais fléxivel, fingiram-se surdos o melhor que pudéram ou fingiram-se mortos o melhor que pudéram — vivos, mais mortos que o semi-morto.

Toda essa delyrante epopéa de lama, tréva e sangue, éra por elle murmurada lentamente, com voz cava, soturna, como atraves das paredes de um lôbrego subterraneo ou nas sombrias, solitárias arcadas de um convento os crepusculamentos de um Requiem...

Impellido por uma força nervosa erguêra-se um pouco no leito, talvez ainda mais envelhecido agora, tremulo, transfigurado, a olhar sempre fixo num ponto, olhar de cêgo que ólha em vão, que como que só vê para dentro de si mesmo...

Mas, de repente, o moribundo teve uma risada alvar, lugubremente idiota, entre amarella e negra, que fasia fatalmente lembrar o funebre caixão que o esperava... E, arremessando convulsamente as phrases como lançadas no ar, na violencia do esforço derradeiro, tremendo, como quem chama a si as ultimas energias da materia que desfalléce, a lingua já presa, já acorrentada pelos pesados grilhões da morte que vinha vindo, pendeo a encanecida cabeça de sclerado senil, exausto de forças, os braços mollemente cahidos ao longo do leito, os olhos e a bocca desmesuradamente abertos, a respiração siflante, n'um espasmo sinistro...

No ambiente ancioso, inquietante, do aposento, pairou uma comoção mortal...

Dos lenções alvos e frios do leito, bruscamente revôltos na allucinadôra afflicção d'aquelle velho corpo martyrisado, como que transpareciam, se levantavam brancas visões de sepulcro...

Nos circunstantes, á maneira de velhos instrumentos de córdas usadas, que vibram insólitamente, percorreu logo um pavoroso estremecimento. Todos se acercáram do leito, os rostos transfigurados, na agitação convulsa do grande final, — miseras, tristes sombras que n'um movimento arrastado, impellidas por sensações secrétas, se acercavam de uma sombra mais misera, mais triste...

E, ó ironia da Culpa original!, n'uma leve contracção da bocca, ainda com um voluptuoso e luminoso alento de vida a esvoarçar-lhe nos olhos, sem longos e torturantes estertores, deixando apenas escapar um fugitivo, breve gemido de lá bem do fundo vago, quasi apagado, longinquo, do seu Crime, na attitude de um justo, o illustre homem rico, o

abastado e poderoso senhor de escravos expirou — dir-se-hia mesmo com a sua consciencia tranquilla, completamente tranquilla...

Abolicionismo

A escravatura, escrevia o <<Correio Brasiliense>> em Londres, é um mal para o individuo que soffre e para o estado onde ella se admite, lemos no <<*Brazil e a Inglaterra ou o Trafico dos Africanos*.

No intuito de esboroar, derruir a montanha negra da escravidão no Brazil, ergueram-se em toda a parte apostolos decididos, patriotas sinceros que pregam o avançamento da luz redemptora, isto è, a abolição completa.

O Ceará que foi o berço da litteratura por que deo Alencar, quis tambem ser a cabeça libertadora da raça escrava deste paiz, e, á golpes de direito e a vergastadas de clarões, conseguiu este Alleluia supremo:

Não ha mais escravo no Ceará.

Não obstante o desenvolvimento gradual, acessivo da grande ideia da democracia sociocrata que prepara os homens, fal-os cidadãos para o trabalho moderno, educado por uma philosophia mais Spenceriana, mais na rasão do seculo evolucionador, apparece a lei do Sr. Saraiva, desmentindo todo o brio patriotico, toda a dignidade civica da nação do Sr. Pedro Segundo.

Uma lei de fancaria, essa; uma lei que escravisa os escravos e documenta com a morte, a liberdade dos mais velhos.

Uma lei que faria rir o proprio Voltaire n'uma d'aquellas suas explosões tremendas de ironia phantastica e diabolica.

Entretanto, para organizar por assim diser, mais exacta e mais verdadeira a ideia abolicionista nesta terra de Oliveira Paiva, o <<Moléque>>, que sempre alargou todos os sentimentos altruistas, pela causa da humanidade servil, que é a causa do fucturo, começa a publicar hoje alguns fragmentos de uma brilhante conferencia Abolicionista do seu pujantissimo redactor, sobre esse assumpto, feita na sala da redacção da <<Gazeta da Tarde>> da Bahia.

Concluida que seja esta, publicará um discurso do mesmo, pronunciado no theatro S. João, por occasião da libertação total do luminoso Ceará e assim, sucessivamente, o <<Moleque>> prestará o seu humanitario auxilio para movimentar de certa forma mais inteira, mais entusiasta, a abolição entre nós.

.

<<Estamos em face de um acontecimento estupendo, cidadãos:

A abolição da escravatura no Brazil.

Neste momento, do alto desta tribuna, onde se tem derramado em ondas de inspiração, o verbo vigoroso e maculo de diversos outros oradores, eu vou tentar vibrar nas vossas almas cidadãos, no fundo de vossos corações, brasileiros, os grandes sentimentos emanados da abolição; eu vou appellar pára vossas mães, para vossos filhos, para vossas esposas.

A abolição, a grande obra do progresso è uma torrente que se despenca; não ha mais pôr-lhe embaraços à sua carreira vertiginosa.

As consciencias compenentram-se dos seus altos deveres e caminham pela vereda da luz, pela vereda da Liberdade, igualdade e fraternidade, essa trilogia enorme, pregada pelo philosopho do Christianismo e ampliada pelo author dos – Chatiments, – o velho Hugo.

Já è tempo cidadãos, de impuuharmos o archote incendiario das revoluções da ideia e lançarmos a luz onde houver treva, o riso onde houver pranto a abundancia onde houver fome.

Basta de gargalhadas!

Este século, se tem rido muito, e se o riso é um caustico para a dôr physica, é um veneno para a dôr moral, e o sécl'o ri-se á porta da dor, ri-se como um Voltaire, ri-se como Polichinello.

O riso, cidadãos, torna-se a sinthese de todos os tempos.

Mas, ha occasiões, em que se observam as palavras da escriptura:

Quem com ferro fere, com ferro será ferido.

E então, o riso, esse riso secular que zombou da lagrima, levanta-se á favor della e a seu turno cancanêa, vinga-se tambem.

E' ahi que desaparecem na noite da historia os Carlos I e Luiz XVI, as Maria Antonieta e Rainha Isabel, é ahi que desaparece o sc'epetro, para dar logar á republica, a unica forma de governo compativel com a dignidade humana, na phrase de Assis Brasil, no seu bello livro – *Republica Federal*.

(Continúa)

Cruz e Souza

AO DECÊNIO DE CASTRO ALVES

Quem sempre vence é o porvir!

No espadanar das espumas
Que vão à praia saltar!
Nos ecos das tempestades
Da bela aurora ao raiar,
Um brado enorme, profundo,
Que faz tremer todo o mundo
Se deixa logo sentir!
É como o brado solene,
Ingente, celso, perene,
É como o brado: — Porvir!

Pergunta a onda: — Quem é?...

Responde o brado: — Sou eu!

Eu sou a Fama, que venho
C'roar o vate, o Criseu!
Dormi, meu Deus, por dez anos
E da natura os arcanos
Não posso todos saber!
Mas como ouvisse louvores
De glória, gritos, clamores,
Também vim louros trazer.

Fatalidade! — Desgraça!

Fatalidade, meu Deus!

Passou-se um gênio tão cedo,

Sumiu-se um astro nos céus!

As catadupas d'idéias,
De pensamento epopéias
Rolaram todas no chão!
Saindo a alma pra glória
Bradou pra pátria — vitória!
Já sou de vultos irmão!

Foi Deus que disse: — Poeta,

Vem decantar a meus pés.

Na eternidade há mais luz,
Dão mais valor ao que és.
Se lá na terra tens louros,
Receberás cá tesouros
De muitas glórias até!
Terás a lira adorada
C'o divo plectro afinado
De Dante, Tasso e Garret!

Então na terra sentiu-se
Um grande acorde final!
O belo vate brasíleo
Pendeu a fronte imortal!
O negro espaço rasgou-se
E aquele gênio internou-se
Na sempiterna mansão.
A sua fronte brilhava
E o áureo livro apertava
Serenos e ledos na mão. . .

E o mundo então sobre os eixos
Ouvira-se logo rodar!
É que ele mesmo estremece
A ver um vulto tombar.
É que na queda dos entes
Que são na vida potentes,
Que têm nas veias ardor,
Há cataclismos medonhos
Que só sentimos em sonhos
Mas que nos causam terror!. . .

E o coração s'estortega
E s'entibia a razão!
No peito o sangue enregela
E logo a história diz: — Não!
Não chore a pátria esse filho,
Se procurou outro trilho
Também mais glórias me deu!
E quando os séculos passarem

Se hão de tristes curvarem
Enquanto alegre só eu?. . .

Oh! Basta! Basta! Silêncio!
Repousa, vate, nos Céus!
Que muito além dos espaços
Os cantos subam dos teus!
Se nesta vida d'enganos
Não são bastante os humanos
Pra te render ovações!
Perdoa os fracos, ó gênio,
Que pra cantar teu decênio
Somente Elmano ou Camões!

[Carta aberta à Sociedade Carnavalesca *Diabo a Quatro*]

Desterro, 31 de Maio de 1887. – Illms. Srs. – Cumpre-me responder ao officio de VV. SS. que me foi dirigido em data de 20 deste mez. Agradecendo, summamente penhorado, as amabilidades cavalherosas e distincções que no alludido officio me fazem, cabe-me a occasião de cumprimentar, de saudar altamente, com um largo sopro de retumbante clarim de applauso, a digna e prestimosissima sociedade carnavalesca *Diabo a Quatro* á qual VV. SS. estão agremiados, pela idéa grandiosa e sympathica que tem de tratar de promover a libertação dos captivos desta capital. A Sociedade *Diabo a Quatro*, que ri, que solta a gargalhada do bom humor que abre nos corações de todos, ao sol da idéa, a luminosa e resplandecente flôr da alegria nos dias do seu curto mas pittoresco reinado de galhofa e de critica – os dias do carnaval – definio e ampliou mais a alma franca e fôrte que costuma ter nas festas de Momo, dando a essa alma toda a amplidão serena da Liberdade.

Eu faço significar, com toda a lealdade, o meu applauso a essa estimavel corporação, e ponho ao seu dispôr e ao dispôr da bella causa dos tristes, não sò a minha insignificante e deslustrada penna, não só o meu pequenino prestimo intellectivo, mas, todo o meu coração de patricio, que é para estes casos, o factor absoluto, aberto como um estandarte de paz e de democracia. A sociedade *Diabo a Quatro* que tenha sempre como divisa de luta, este principio philosophico e politico de um economista inglez: Destruir para organizar. – Deus Guarde a VV. SS. – Illms. Srs. Manoel J.

da Silveira Bittencourt e mais dignos auxiliares da Directoria da Sociedade Carnavalesca *Diabo a Quatro*. – *Cruz e Souza*.

Abolicionismo

A ação que o abolicionismo tem tomado nesta capital é profundamente significativa. Nem podia ser menos franca e menos sincera a adesão de todos a esta idéia soberana, à vista dos protestos da razão humana, do patriotismo e caráter nacional ante tão bárbara e absurda instituição – a do escravagismo.

A onda negra dos escravocratas tem de ceder lugar à onda branca, à onda de luz que vem descendo, descendo, como catadura de sol, dos altos cumes da idéia, preparando a pátria para a organização futura mais real e menos vergonhosa. Porque é preciso saber-se, em antes de se ter uma razão errada das coisas, que, o Abolicionismo não discute pessoas, não discute indivíduos nem interesses; discute princípios, discute coletividade, discute fins gerais.

Não vai unicamente por-se a favor do escravo pela sua posição tristemente humilde e acobardada pelos grandes e pelos maus, mas também pelas causas morais, que o seu individualismo traz a sociedade brasileira, atrasando-a e conspurcando-a.

Não se liberta o escravo por pose, por chiquismo, para que pareça a gente brasileira elegante e graciosa ante as nações disciplinadas e cultas. Não se compreende, nem se adaptando ao meio humanista a palavra escravo, não se adapta nem se compreende da mesma forma a palavra senhor.

Tanto tem de absurda, de inconveniente, de criminosa, como aquela.

Se a humanidade do passado por uma falsa compreensão dos direitos lógicos e naturais, considerou que podia apoderar-se de um indivíduo qualquer e escravizá-lo, compete-nos a nós que somos um povo em via de formação, sem orientação e sem caráter particular de ordem social, compete-nos a nós, dizíamos, fazer desaparecer esse erro, esse absurdo, esse crime.

Não se pense que com a libertação do escravo, virá o estado de desorganização, de desmembramento no corpo ainda não unitário do país.

Em toda a revolução, ou preparação de terreno para um progresso político seguro, em todo o desenvolvimento regulado de um sistema filosófico ou político, tem de haver certamente, razoáveis choques,

necessários desequilíbrios, do mesmo modo que pelas constantes revoluções do solo, pelos cataclismos, pelos fenômenos meteorológicos, descobrem-se terrenos desconhecidos, minerais preciosos, astros e constelações novas. O desequilíbrio ou choque que houve não pode ser provavelmente sensível, fatal para a nação. Às forças governistas competem firmar a existência de trabalho do homem tornado repentinamente livre, criando métodos intuitivos e práticos de ensino primário, colônias, rurais, estabelecimentos fabris, etc.,.

A escravidão recua, o Abolicionismo avança seguro, convicto, como uma idéia, como um princípio, como uma utilidade. Até agora o maior poder do Brasil tem sido o braço escravo: dele é que parte a manutenção e a sustentação dos indivíduos dos pais dinheirosos; com o suor escravo é que se fazem deputados, conselheiros, ministros, chefes de Estado. Por isso no país não há indústria, não há ídole de vida prática social, não há artes.

Os senhores filhos de fazendeiros não querem ser lavradores, nem artífices, nem operários, nem músicos, nem pintores, nem escultores, nem botânicos, nem floricultores, nem desenhistas, nem arquitetos, nem construtores, porque estão na vida farta e fácil, sustentada e amparada pelo escravo dos pais, que lhes enche a bolsa, que os manda para as escolas e para as academias.

De sorte que, se muitas vezes esses filhos têm vocação para uma arte que lhes seja nobre, que os engrandeça mais do que um diploma oficial, são obrigados a doutorarem-se porque se lhes diz que isso não custa e que poderão, tendo o título, ganhar mais facilmente e até sem merecimento, posições muito elevadas; e mesmo porque, ser artista, ser arquiteto, ser industrial, etc., é uma coisa que, no pensar acanhado dos escravocratas, dos retrógrados e dos egoístas, não fica bem a um nhonhô nascido e criado no conforto, no bem-estar, no gozo material da moeda dada pelo braço escravo.

Histórias simples

Para solenizar gentilmente, com todas as delicadezas do espírito, a fulgorantíssima idéia de libertar escravos nesta aprazível terra, vamos contar aos amabilíssimos senhores e particularmente às Exmas. senhoras, umas “histórias simples”, interessantes e leves e fáceis e claras, uma espécie de croquis ligeiro do escravo no lar e na sociedade, com a mesma luz geral do método racionalista, intuitivo e prático do grande

alemão Froebel, um belo homem que à luz do Jardim da Infância estabeleceu a fisionomia lógica do ensino primário nas sociedades infantis do mundo, com a sua ciência liberal e fecunda de transcendentalismo pedagógico.

As “histórias simples” desfilarão por estas colunas como um cortejo de bênçãos e de ironias, picantes e dóceis, como um perfume de corilopsis ou como um perfume de violeta.

Serão trabalhadas de estilo, brandamente esmaltadas de idéias como um céu esmaltado de estrelas.

Baterão no assunto pelo que ele tiver de mais verdade, de mais penetrabilidade, de mais objetivismo, de mais caráter. Descerão do trono de papelão o ridículo manequim do preconceito oficial e improgressivo, numa grande risada salutar e vitoriosa, bem da alma, bem de crítica e de análise.

Eis, pois, as

Histórias simples

I

À IAIÁ

Vós sabeis, Iaiá, como o mar é indomável e mal.

O vosso admirável paisinho, uma gentil pessoinha fraca de nervos, impressionada e enjoada pelos grandes e fortes balanços do navio no mar alto, o vosso pai, quando volta de viagem, vos tem de certo contado as inclemências do oceano, as suas lutas, os seus uivos despedaçando-se e abrindo-se em diamantes de espuma no costado das embarcações. E ele tem um riso de alma contente para vós, unicamente porque se lembra do que haveríeis de sentir, do quanto o vosso histerismo se abalaria se oacompanhásseis, a ele já velho e doente, na costumada peregrinação sobre as águas que gemem saudades. Pois ouvi-me Iaiá: um belo dia, pacífico e doce, cheio talvez da doçura infinita do vosso olhar, pela hora calma e solene do meio-dia, um grupo de homens, pescadores, marinheiros, operários, trabalhadores de toda a casta, lutadores de toda a vida, fisionomias rudes e chãs, agrestes como as altas árvores selvagens, se ocupavam à beira de uma praia em observar qualquer coisa estranha e inexplicável.

O sol direito jorrando do alto como que apagava, pela força da luz, os traços ou as sombras carregadas e duras dos seus rostos. Mas, queridíssima Iaiá, um agrupamento de indivíduos em certos lugares e em certas ocasiões, influi, pelas circunstâncias de mistério de que se cerca, nas nossas naturezas ocidentais e brasileiras, ávidas de surpresa, de acontecimentos, de fantasmagoria. A indecisão de conhecer a verdade, arrasta-nos e, nós lá vamos, sôfregos, ofegantes, impacientes, saber do ocorrido que tem para nós uma ardente e atormentadora tentação de pecado.

O caso era o seguinte:

Tinha dado a uma outra praia deserta e longínqua e fora transportado para aquela, até ser entregue à família que quem sabe se ele a teria, ou simplesmente atirado à implacável e fria indiferença da terra, o cadáver de um homem, velho e negro, envolto numa noite física que parecia rir muito, com um riso aflitivo e trêmulo, em toda a extensão da pele do seu corpo. Era tragicamente lindo de ver-se, Iaiá, o seu cadáver sinistro mas calmo, mas sereno, como um deus terrível dos destinos, em cujos olhe vidrados e mudos o sol punha vivos reflexos luzidios.

.....

Depois, interessante e amável e bela Iaiá, os boatos correram no cruzamento e, na acumulação dos tempos, e a história verdadeira dos fato que abre luz nos assuntos da treva, veio dizer-nos que aquele desgraçada não era, nada mais nada menos do que... um escravo que procurava na desventura da vida, a liberdade da morte, no mar, no mesmo mar indomável e mal aberto à existência quase marítima do vosso pai.

Regeneração, Desterro, 23 de junho de 1887.

I I

À Sinhá

Foi pelo inverno que se deu esta cena triste e lúgubre, Sinhá.

Tinha eu ido passar a internada de Junho, num dos nossos sítios tranquilos e modestos, cheios da placidez melancólica da vida humilde e serena, duma paz virginal, lá onde o verde da paisagem não é mais casta nem mais doce que as naturezas francas dos matutos.

No dia em que se deu o fato que vou relatar, chovera.

Miudinhas cintilações de diamantes, de prata, como vidro liquefeito, tremeluziam vivamente nos troncos e nos galhos das árvores. Havia então um ar de frescura, de purificação, de nitidez em toda a atmosfera e escala ascendente do verde, desde o verde-paris, claro e forte, até ao verde-mar, ao verde-bronze, mais carregado e compacto.

Não sei se naquele sítio de um aspecto pueril e dócil, poderia haver a invasão da maldade e do egoísmo do homem, Sinhá; mas sei entretanto que os meus olhos e que o meu coração, doídos e magoados, tiveram de presenciar isto: Um homem rude, de fisionomia cruel e trágica, apresentando todo o irracionalismo e temperamento animal explosivo, vergastava a duros golpes de relho, de pé atrás para retesar e dar toda a elasticidade e esgrima melhor ao músculo do braço, uma frágil mulher, escrava indefesa que não sei se ria ou chorava, se blasfemava ou suplicava, tanta era a descarga de impropérios que o terrível homem lhe rebentava as faces, como o estado de brusca excitação nervosa em que os meus sentimentos se achavam diante da mais ignóbil das cenas.

Oh! era brutal, não, Sinhá?

A Sinhá é casada ou é solteira ou é viúva. Tem de cuidar do seu maridinho querido ou do seu vestido *creme* com rendas da Inglaterra para o baile do primo João que é seu noivo, ou tem de cuidar de chorar elegantemente o passado através do véu negro, rodeada talvez de filhitos louros que o defunto deixou; tem de pensar nestas feminilidades, nestas miudezas, nestes *chics* de mulher, nestes nadinhas bonitos e encantadores mas sempre criancis, mas sempre ingênuos; não tem a preocupação crua ematerial do outro sexo, os negócios, a vida prática, a responsabilidade da inteligência mais culta para dirigir nações, para fazer livros, para fazer leis. A sinhá não tem, por isso, a rija couraça de aço da luta que põe na consciência de certos homens, um terror obtuso e bronco pela moral, pelo caráter, pelo amor. E o amor é para a Sinhá, eu sei, o primeiro princípio da sabedoria feminina.

E mal sabe agora a Sinhá, o que me ocorreu à ideia quando vi o caso que lhe contei: É que aquele desgraçado ente era uma mulher e vivia sob a pressão do chicote, num sítio afastado e pobre; e a Sinhá é uma mulher também e vive na cidade dos ricos, das luzes e dos rumores, sob a

música e harmoniosíssima influência de um piano de Erard que geme *scherzos* dolentes atravessados de um luar de amor ou de uma balada meiga e saudosa cantada por nereidas de voz de prata e lábios de aurora, numa barca, à flor de espuma do mar azul.

A Regeneração (o recorte não traz indicação de data).

III

À Nicóta

Loura Nicóta, venta muito lá fora. O leste frenético e convulsivo arrepia e desgrenha as árvores, fazendo hieróglifos de rugas trêmulas nas águas turvas dos rios. Não chove. Mas esse leste que zune, efusiva e zarguncha num desespero nevrótico de doido, zangaleando as vidraças, esse leste, loura Nicóta, devasta tanto como as grandes chuvas copiosas que caem dos torvos ares elétricos. É noite, escura e erma; e alguns vultos que passam nela, encolhidos, esguios, a largos passos para casa, semelham duendes, antigos fantasmas das belas histórias patuscas contadas por nossas avós junto à fogueira crepitante e alegre das noites de São João.

Loura Nicóta, venta muito lá fora; e tu estarás talvez dormindo e tu não sentirás o zum-rum do leste; dormirás no teu leito de alvas cobertas de renda, num quarto arejado, de papel escarlata com estrelinhas douradas, janelas para o nascente, sonhando, quem sabe, este sonho que tem o mesmo ar vago, inconsciente e o mesmo tom indeciso do vento. Sonhavas que eras escrava, pobre loura Nicóta, que ias vendida para longe, para além, para onde tu não sabias. Haviam te amarrado os pés para não fugires. Tinhas no rosto um rasgão de sangue; e a tua fina pele delicada e cetinosa doía-se toda naquela crueldade imprudente. E tu gemias e tu choravas e tu suplicavas. Em vão tudo. Iam te levar para lá. Tu não sabias bem onde era lá, mas ias. O teu filho, porque tu tinhas um filho, gritava por ti, soluçava e tinha quase uns magoados e surdos ganidos de cãozinho amado e mimoso que o pé brutal de um estranho fere de rijo na pequenina pata dianteira.

E tu eras mãe, tinhas um filho, querias ficar ou levá-lo; mas lá estava o olhar imperioso de um sujeito de cara de pedra impassível e tredo, que te ordenava que seguisses sem ele. Era daí a instantes. Tinhas que embarcar. Lá estava o mar brasileiro, o mar latino a te

chamar na coroa espumada das suas ondas onde o sol abria coruscações. Lá estavam as velas enfunadas dos barcos que se meneavam, as saliências rubras das boias, a nuvem branca e macia de algum cano de vapor a sair, os botes com a mastroação armada, de remos nas toleteiras, toda a paisagem marítima, fresca e saudável, desenrolada como um cosmorama diante dos teus olhos pisados do choro.

E tu embarcaste.

Nisto as névoas do teu sonho se desfizeram como se desfazem as neblinas da manhã destacando o dorso azulado das montanhas, e tu, impressionada, levemente comovida, fizeste-te a honra de chorar uma lagrimazinha, um diamante redondo que te tremia na asa rosada do nariz, como se tu foras a desventurada que, não em sonhos, mas em realidades, alguém houvesse escravizado e enviado a senhor estranho, da outra banda do mar, loura Nicóta, fora da terra em que nasceste e na qual tivesses deixado um filho!

A Regeneração, nº 141, Domingo, 3 de julho de 1887

IV

À Bilu

Vamos no trem, Bilu. A locomotiva corta as distâncias, de um fôlego, atravessando o ar cálido dos túneis, subindo e descendo montanhas, na grande coragem de ferro do seu ventre pelo trilho em fora, aos guinchos da máquina que apita e expele ondas de fumaça adiante.

No carro em que eu vou, ao meu lado direito, um francezito de cabeça pelintra, louro e moço passeia o seu olhar viajado e latino pela fremente natureza que acordara com o dia.

As janelas do *wagon* estão abertas. Veem-se extensões de terreno agricultado, terras aradeadas e lavrados, pastagens, gado que muge, pinheirais imensos, um mar tremulante e verde de canas, despenhadeiros, grotas onde a água cai cascadeando branca e cristalina, cumes de serras altas onde os ventos afiam, povoados, casarias brancas alinhando ao alto das encostas, rindo na luz clara da manhã, um idílio fresco de mulheres, de raparigas novas que levam cabras ao monte, cantando, todo um bucolismo e um lirismo campestre que o largo concerto Wagneriano da

floresta enche dos pomposos sons metálicos das aves, que estridulam notas no espaço, voando.

O francezito louro, duma aparência fina de duque, com toilette leve de verão, assesta repetidas vezes o seu *lorgnon* para fora, para as amplidões de verdura e particularmente para mim.

Eu indago de mim mesmo o que será. Ele retorna a acertar-me o vidro redondo, sem aro, apenas com uma pequenina argola de metal de onde pende uma delgada fita preta. Há uma atmosfera de curiosidade. Os viajantes interrogam-se com o olhar despindo os guarda-pós pela razão da calma que já vai no dia, um forte dia de verão. Mas o francezito não se pode conter e olha desta vez para mim num *seigneur* de admiração e de surpresa.

Eu não dou cavaco e faço não entender. Ele então levanta-se do seu posto, vem a mim e pergunta-me baixo, mas em louvável português, apontando para um vasto terreno onde uns homens negros, mais de cem, trabalhavam sob a ardente chama do faiscante sol abrasador. O que é aquilo, homens negros, trabalhando assim, ao sol, quase nus! Oh! São escravos brasileiros, respondi-lhe eu no mesmo tom. Então os brasileiros são escravos!... Eu disse-lhe que sim. Falei-lhe da França, mostrei-lhe os seus homens, Thiers, Gambetta, Michelet, os grandes patriotas, os belos corações do amor da igualitaridade humana. Toquei-lhe em Girardin. Teve uma comoçãozita nervosa. Riu-se. Disse mesmo, Girardin é o Jornal, é o princípio, é a doutrina. Falei-lhe de Zola, de Goncourt, de Daudet, de Maupassant, de Mendes, de Richepin, de Rollinat.

Falei-lhe da Inglaterra. Olhando-me e disse: da Inglaterra só o *sportman* e o *punch*, não o jornal, acrescentou com espírito, mas o *punch* feito com rum e conhaque, chamejante, de vivas chamas azuis e amarelas.

Compreendi. Mas ele voltou-me aos homens negros que trabalhavam.

Eu então expliquei-lhe que eram escravos no eito, trabalhando sem cessar, desde o romper da aurora até a noite, quase nus vivendo em senzalas, buracos escuros e subterrâneos onde não há ar e onde uma eterna umidade de terrenos palustres põe nos pulmões a mordente tarântula da tísica. Expliquei-lhe mais que não havia nas fazendas, como se chamavam os centros em que residem escravos, ordem de doenças, de agonias, de prazeres, de entusiasmos. Aqueles indivíduos cor de treva eram maquinados, dizia eu; tinham um cordel nos olhos, outro na

boca, outro na cabeça, outro nas pernas, outro nas mãos. Quando o feitor queria que eles rissem puxava um cordel, quando queria que chorassem puxava outro, quando queria que pensassem puxava outro, quando queria que andassem puxava outro, quando queria que falassem puxava outro.

O francezito ria devagar e entredentes.

Depois, senhor, explicava-lhe ainda eu, não têm vontade própria par coisa alguma, comem os restos mal cheirosos de comidas de muitos dias, são separados brutalmente, os filhos de suas mães, as mães de seus filhos e quando alguém intercede piedosamente por eles, há um personagem notável, Sua Majestade o feitor, que os amarra a troncos de árvores e lhe abre as carnes, a chicote, em fundas chagas de sangue.

E o francezito ria. E perguntava, de olhar aceso e indagador, com um sarcasmo agudo na ponta do nariz de celta: E a polícia? Eu ria-me também, dizendo-lhe: Mas isso é lei, é muito legal tudo quanto explico ao senhor; pois se os donos de escravos têm até direito de propriedade! Eles compraram a mercadoria, compraram a carne, podem fazê-la apodrecer nas senzalas.

Nisto anuncia-se a estação a que eu me destinava e tive de separar-me do amável francês que ficou no trem; ia desembarcar mais adiante.

Porém ainda hoje, prezada Bilu, parece-me ver o francezito de cabeça pelintra, louro e moço, o francezito chamado *Ideal pátrio*, rir muito, rir ironicamente do país da luzida pessoa do D. Pedro II, assestando o seu pedaço de vidro redondo, na noite, numa careta diabólica, para os homens negros escravizados à vergonha da História.

Regeneração, n^o 144, Desterro, Quinta-feira, 7 de julho de 1887.

V

À Santa

Nós, adorada Santa, tu e eu somos, livres, escravizados apenas pelo amor. Bom é agora, neste caso, que eu te conte umas coisas bonitas sobre liberdade e sobre escravidão. Escuta.

— * —

O nazareno Jesus, de maneiras singelas e cândidas, de voz persuasiva e penetrante, de palavra fácil e clara como a luz, representa o poderoso e grande princípio da moral dos povos. A sua vida, urna de piedade, de simplicidade e de amor, será, pelos tempos em fora, a filosofia abençoada da humanidade. Ele veio da Galileia, veio do povo hebreu, cheio de mistérios sagrados. O divino operário, o filho humilíssimo e calmo do carpinteiro José, tinha ao redor de si uma atmosfera de honestidade e de paz.

Os fracos, os pequenos, os tristes, os sofredores, os lacrimosos, todos ele cobria e aquecia do frio da desolação com o seu olhar bom como a sua doutrina, doce como o seu rosto e como os seus cabelos encrespados e lindos.

Deixai vir a mim os pequenos, dizia ele. E as crianças dóceis e pobres aproximavam-se risonhas desse Cristo que era a esperança, que era a caridade, que era a crença e que era a fé.

Nunca fora sonhado outro céu mais largo e mais puro do que a alma cristã do Messias cuja vinda a profecia anunciara, pela voz dos sábios do Oriente, em letras de verdade e de luz.

Desde a Caldeia até a Síria a sua fama e o ar brando e simpático do seu tipo, ressoavam, casta e sonorosamente, como uma música vinda dos astros; alastravam-se nos corações como eternos rosais que o sol fecunda e faz vigorizar. Cristo! Cristo! Cristo! Jesus! Jesus! Jesus! Assim iam de boca em boca estas sílabas, como preces, como ladainhas católico-romanas.

Quando ele aparecia era como uma aurora iluminando tudo. Abriam-se os casais e as almas para recebê-lo como para receber o dia. Paravam as gentes nas estradas, os betânios, os de Jaffa, para vê-lo de perto e para ouvi-lo falar; ou sentavam-se junto às piscinas, ou debaixo dos sicômoros, ou à sombra das palmeiras deliciados pela sua frase nua e tosca onde havia tanta união do bem, tanta humanidade, tanta fraternidade e grandeza.

E o Cristo tinha sempre diante de si, dos seus olhos meigos e ternos que sabiam ver longe e fundo, a humanidade triste e paciente que sofria e chorava na obscuridade da noite, lá, quem sabe onde, muito além, na pátria da miséria, longe da vida e bem perto da morte.

E ninguém diga que ele foi um revolucionário.

Ele foi um revolucionário se acaso o sol com a sua viva claridade pode fazer revolução nos vegetais. Não! Ele não foi petroleiro, não foi

incendiário; transformava mas não revoltava. Como pensador, pensava; como pastor de almas, apascentava o seu rebanho.

Jesus era escravo do seu ideal, era escravo da sua religião, da sua igreja, do seu apostolado, da humanidade enfim; mas Jesus amava e queria, pelo amor, a liberdade dessa própria humanidade.

Uma bela mulher morena e pecadora lhe acendera uma chama tão veemente e tão nobre que Jesus se considerava um Deus, tanta era a altura do afeto que o santificava todo.

Jesus, escravo, queria ser livre também para o amor como a outra gente; queria amar muito, amar sempre, amar na eternidade; porque Jesus, como Deus, tinha essas consoladoras palavras, falava em eternidade, falava em céu. Queria a vida eterna e a alma imortal.

Madalena, que outra não era a sua amada, tinha pelo nazareno muito respeito e muita adoração. O amor entre eles dois era a liberdade. Mas a Judeia era a escravidão, a escravidão de princípio de doutrina, de uma certa ordem de ideias práticas e puras da vida e que Jesus apregoava, esclarecia e exemplificava com as suas parábolas e com as suas prédicas.

Por isso a Judeia crucificou Jesus e por isso Jesus não fecundou o ser de Madalena; de sorte que não ficou sobre a terra homem nenhum tão profundamente e tão santamente imaculado e sereno como ele.

E essa mesma lenda da ressurreição que a Bíblia conta e que só poderia ser feita por filósofos evangelistas embriagados pelos eflúvios transcendentais do cristianismo, tal é o seu alcance, a sua natureza racional, nada mais que dizer senão que aquele que adora, protege e combate a liberdade, triunfa e ressuscita até da morte que é a única escravidão eterna, onde habita o verme; porque, se não ressuscita em matéria, ressuscita em espírito no coração de todas as eras.

Eis pois, aí tens, Santa, oh doce filha do meu amor, o que é liberdade e o que é escravidão!

Regeneração n° 146, Desterro, Sábado, 9 de julho de 1887.

VI

À BIBI

A Bibi foi criada desde pequenina com a sua escrava Maria. Maria é uma crioula muito viva, de olhos rasgados, raiados de sangue,

acusando temperamento ardente e tresloucado. Nunca Bibi deixara Maria. Eram os “irmãos siameses”, costumava a afirmar com autoridade o senhor, o Castro, advogado, quando voltava dos clientes para a família.

Bibi era uma raparigota faísca, barulhenta, mexendo em tudo, algazarrenta, trepando aos *etagères* para brincar com os copos limpos e arrumados ali, derrubando de sobre o *gueridon* o elegante álbum de couro da Rússia com fecho de metal branco, alvoroçando as aves domésticas no quintal, amarrotando e quizilando as visitas com implicância, com ditos com esquisitas comparações desastrosas. Porque afinal os pais faziam-lhe a vontade, deixavam-lhe o gênio à rédea solta, não lhe ralhavam, não viam aquilo. Demais, Bibi era o mimo da casa, a filha única, não queriam contrariá-la, coitadinha; também, era uma criança, diziam, tinha tanta graça.

E Maria e Bibi completavam-se. Nunca se via uma sem a outra.

Influenciada por Maria, Bibi fazia tudo. Maria mandava-a tirar às escondidas da sinhá velha um torrão de açúcar, Bibi tirava; Maria mandava tirar uma ave qualquer do quintal para fazer com as meninas da vizinhança um festejo de bonecas, Bibi tirava; Maria mandava tirar um vintém ou dois ou três ou quatro ou cinco, do resto das compras do dia, de sobre a mesa da sala de jantar, Bibi tirava. Ambas inclinadas ao mal desenvolviam-se no mesmo meio como uma planta enxertada na outra. E Bibi tornava-se imprudente, de maus costumes, mentirosa e vingativa. Maria era a causa, Bibi o efeito.

Bibi ia fazer quinze anos. Tinha todos os predicados complementares da feminil idade verde: a excessiva vaidade, o amor pelos galanteios, o romantismo dos recitativos langorosos e sem metro acompanhados ao piano numa melopeia monótona e esfalfada, os passeios ao luar calmo e voluptuoso de tranças soltas pelas espáduas; os espetáculos de dramas sinistros, impossíveis, os bailes, os romances manhosos e desenxabidos de causar nevroses, vertigens, febres, um pouquinho de *spleen* pela virtude e de nostalgia pelo vício.

Pelas quinze primaveras de Bibi, dançara-se muito, fizera-se estilo palaciano nas salas do Castro. Ele e a mulher tinham o coração transbordando de entusiasmos paternos pela filha, como os convivas tinham as

taças transbordando de *champagne rosê* e de *chambertue*, nos *hips* e nos *hurrahs*.

E as luzes das serpentinas crivando prismas faiscantes nos pingentes que tilintavam com o ruído das valsas dulçorosas que faziam palpar os seios e gemer as sedas, descreviam hieróglifos de sonhos confusos, cheios de névoas, como castelos no ar, nas imaginações picadas de vinho e atordoadas naquela quente temperatura coreográfica.

Um dia Bibi teve um namorado. Soube-se que era pobre, os pais não queriam. A gente de Bibi também não é rica; mas afetava de modo luzente discreto. Pobre de Bibi.

Que de choros, de agoniazinhas, de raivas naquela natureza fremente desregrada... Que bater de pé!

Mas Bibi não perdera todos os recursos, tinha a sua íntima, a sua Maria. Foi a ela, aconselhar-se com ela, abriu-se, disse-lhe tudo. Maria ouvia Bibi, reluzindo toda no ônix de sua cor.

Deu-lhe planos, conselhos, ensinou-a em coisas que sabia, de muito efeito.

Disse-lhe que escrevesse que ela levaria a carta e traria alguma que ele tivesse. Ficaram nisto.

Passados tempos soube-se que Bibi fugira com um palhaço e que Maria dissera ao vê-la partir:

- Tenho saudades dela mas não perdi o negócio. O meu plano valeu-me cinco notas de dez tostões, novinhas em folha. Muito bom aquele *seu* Chico palhaço!

— * —

Este interessante caso da outra Bibi de teu nome fez-me despertar no cérebro a ideia de que todas as Bibis como tu, criadas desde a infância com alguma escrava Maria, recebem os costumes e os instintos maus dessa própria Maria; porque o elemento escravo, pernicioso e fatal como é, contagia de vícios a família brasileira da qual tu, meiguíssima, boa e excepcional Bibi, puramente descendes.

Regeneração, nº 150, Desterro, quinta-feira, 14 de julho de 1887.

VII

À NENEM

Hoje é domingo, Nenem. Celebra-se a Semana Santa.

Estamos na Ressurreição.

São cinco horas da manhã.

Na rua, há ainda um ar vago de alvorada que põe uma *guipure* de névoa nos aspectos variados da natureza.

Entremos na igreja.

Na igreja, há também o mesmo ar vago trazido pela larga e polida vidraçaria do templo que se conserva aberta; ar com tudo menos vago talvez pela razão dos lustres acesos e da gala sagrada que enche de resplandecimentos e solenidades toda a extensa nave onde os fiéis rumorejam num crescendo de mar tormentoso e cavado.

O altar-mor está vistosamente ornado, rutilante, cheio de flores colocadas em jarros dourados, rodeado de grandes tocheiros que faíscam e reluzem com as suas chamas ensanguentadas e amarelas.

Lá em cima, até onde os olhos sobem mais, num trono de luzes, entre uma pesada cortina escarlate caída em pregas longas e fundas, vê-se o Cristo, ressuscitado e chagado, tendo numa das mãos um ramo verde.

Nos altares laterais, os santos parecem ainda possuir a auréola triunfal de aleluia de ontem e sorriem seraficamente, meigos, tanto os mártires como os gloriosos.

Pelo teto abobadado, como convém às construções de certos edifícios em consequência da acústica, da repercussão dos sons entre as harmonias melífluas, sentimentosas, ternas e docemente melancólicas dos violoncelos e das rabecas, das flautas e do harmonicorde que chora, pianíssimo, na majestade sagrada das suas notas, ecoam sonoramente as vozes que vêm do coro, beatíficas e sérias, entoando-o *Kirie eleison*, num misticismo de bandolins empíricos cujas cordas flébeis os ventos celestes fazem gemer e soluçar tremulante.

Os sacerdotes festivamente paramentados, com as suas capas lustrosas e relampejantes, verdes, encarnadas, brancas e roxas, bordadas a flores de ouro, de estolas pendidas no braço, ou com as suas sobrepelizes alvas e rendadas destacando forte na batina preta, curvam-se em genuflexões religiosas diante do altar-mor e, levantando-se depois com mesuras suaves e medidas, lê um deles a “sacra”, em voz pouco alta: *In principio erat verbo et verbo*, etc., enquanto os acólitos, em

linha e reverentes, agitam, fazem balançar cadenciada e ritmadamente os lavrados turíbulo de prata donde partem brancas e leves espirais de incenso.

E o cerimonial prossegue com toda a minudência escrupulosa do rito romano.

Mas a minha atenção prende-se agora a um vulto feminino ajoelhado para lá do cruzeiro.

Olha, não estás vendo Nenem aquela senhora idosa, de cabelo repartido em bandós, de vestido preto e de amplo mantelete de vidrilhos, ali perto da capela do santíssimo?

Bem que tu a conheces!

Repara bem como ela reza com devoção.

O longo rosário de padre-nossos e de ave-marias pende-lhe das mãos engelhadas e trêmulas que o reviram sempre de um lado para outro enquanto os seus lábios frouxos e desmaiados balbuciam com furor histérico intermináveis orações que falam de amor divino, da tentação da carne, do inferno e da glória eterna.

Em cada ruga profunda do seu rosto há um mistério, talvez um remorso, um crime talvez.

Ela mal pode ter-se de joelhos, as pernas fraqueiam-se-lhe, o seu tronco curva-se e curva-se mais como se se quisesse dobrar e partir; e no entanto essa senhora reza sempre, sem levantar os olhos para ninguém, nem para os santos, preocupada no seu mister beato e salvador, apenas olhando obliquamente, de soslaio, como uma pessoa vesga, de modo invejoso e cruel, para algum chapéu Pierrete, de rosas e clematites, colocado vitoriosamente, com um atrevimento e uma brejeirice e petulância *chic*, *nacabeça* grácil de alguma mulher bela e nova.

Oh! essa velha tem uma história lúgubre, Nenem.

Ali onde a vês já está sem dúvida com cinco comunhões e seis confissões.

Vem todos os dias às igreja, muito cedo; às vezes ainda há crepúsculo matutino, confessar-se pelos seus grandes pecados e obter a absolvição e as indulgências do senhor padre.

Ah! ele que a confessa não tem culpa, não.

Não tem porque conhece certamente, embora o fumo espesso da teologia lhe tirasse ao espírito certa lucidez filosófica mais necessária, ele conhece como é feita toda essa manobra da religião, não a religião alegre, piedosa e consoladora do Cristo que eu e tu adoramos, Nenem, mas a triste e perversa religião hipócrita dos homens.

Nenem, tu és uma moça de espírito, tocas muito bem Schubert e Verdi, tens uma paixão artística pelo “*sento una forza indômita*” do Guarani e pelos musicais esplendores gregos da Aída; teu pai, um capitalista grave e *lord*, de cheques ao portador, parecido com um certo nobre de teatro, educou-te muitíssimo bem, com capricho e dedicação mesmo; fez-te aprender o francês, o inglês, pôs às tuas ordens um magnífico professor de música vocal, mandou-te ensinar um pouco de geografia física, de geografia matemática, de geografia política e de história e creio mesmo que até chegou a conseguir que tu folheasses com atenção, por muitas vezes, um tratado de fisiologia e de patologia, porque o teu belo pai tinha um orgulho e um desejo extravagante e clássico de te fazer médica.

Até mesmo me afirmaram que certos folhetins que os periódicos literários publicam são escritos por ti, como “As borboletas”, “Os ninhos de colibris”, “Os querubins do lar”, etc. com a maneira gentil de Valentina de Lucena, de Guiomar Torresão, de Júlia da Costa e sobre o pseudônimo esbelto e aristocrático de — Rosalina do Val.

Portanto, educada assim como és, inteligente e ponderosa, hás de saber por certo o que é um caso patológico.

Sabes, não é?

Pois essa velha é isso, é um caso patológico terrível que ainda o mais sábio homem de ciência não poderá estudar facilmente.

Essa velha tem a nevrose da maldade.

Ela é devota assim como tu vês, não é verdade?...

Mas se tu a viesses em casa!

Em casa ela muda de figura, transforma-se, não é aquela que lá está, não é a mesma.

Todo aquele aparato de beatice, some-se como numa mágica, pelo alçapão do cálculo e do interesse egoísta e fica só em cena, no tablado da sala, da varanda ou da cozinha, uma mulherzinha pantérica, sinistra e fatal que não é mais trêmula como a outra nem mais curvada também; mas uma mulher que se impertiga, que anda rápida e desembaraçada, falando forte, de relâmpagos na voz e com um olhar onde há o sangue dessorado e venenoso de muita raiva concentrada e de muita inveja dos outros.

Essa velha possui escravos que castiga atrozmente, de uma maneira desumana e brutal.

E quando volta da igreja, com o ar ressabiado e hostil por ter ouvido repreensões ásperas do confessor que a conhece e que não lhe

permite fazer todas as maldades e barbaridades que ela quer, a velha, despeitada por ele não estar sempre do seu lado, a seu favor naquele modo de vida, de mulher irascível e má, chama uma pobre escrava doente e encanecida pela idade e pelos sofrimentos e dá-lhe pela cara com um vergalho de couro molhado e passado em areia ou chega-lhe aos seios e às pernas umpedação de lenha ardente em brasa, dizendo-lhe entre um riso satânico e feroz: Anda negrinha, pula agora aí e lembra-te do pai Antônio que não te quis; também o padre não me quer mais a mim.

Regeneração, n° 162, Desterro, Quinta-feira, 28 de julho de 1887.

VIII

ZEZÉ

Neste momento Zezé, tenho sobre a mesa de escrita, diante dos olhos, um pequeno folheto cuja capa da frente forma o desenho sereno de uma nuvem prateada no meio da qual um bando alegre de serafins celestes, de crianças louras e rechonchudas voa com as suas asas rosadas, suspendendo no ar uma fita azul-claro que diz — Lisboa-Creche.

Lisboa-Creche é um jornal-miniatura, galantezinho, leve e acariciador como um ninho de ave, onde uma turba luminosa de indivíduos que escrevem deixou toda a cintilação de seu espírito doce e cantante como uma revoada zumbente de abelhas douradas.

Esmaltam a *Creche*, além dos escritos *mignons*, preciosíssimas aquarelistas, espécie de cromos encantadores, das quais ressalta a *Tarantella*, interessante dança de costumes napolitanos, meridional e vibrante, ruidosa de primor e de graça, pintada com muito *chic* pelo pincel elegante e radioso de Bordallo Pinheiro, cheia de um sol de talento artístico como de um sol dos trópicos.

E para que se fez esse jornal miniatura?

Eu te digo.

Um dia, em Portugal, lá onde canta a cotovia “tão límpido, tão alto que parece que é a estrela no céu que está cantando” uma rainha amável e pia como o seu nome deu-se ao bom humor, lembrou-se de

descer simpaticamente até ao povo e abriu os seus braços fidalgos às crianças sem asilo e sem pão.

Porém, tantas e tão pobres eram elas que não bastariam por certo o socorro e o amparo de uma rainha. Conquanto benévola e poderosa fosse, porque essa rainha não sustentaria, ela só, nos seus ombros débeis e delicados, o peso de tanta desventura e tanta necessidade juntas.

Então agruparam-se em redor dela os artistas, os escritores, os poetas — todos eles floridos e frementes de idéias — contentes e gloriosos como se fossem desenterrar de cova do passado, com a enxada da fantasia, todas as lembranças queridas e saudosas da sua infância.

E daí nasceu, como homenagem à ideia da rainha, o Lisboa-Creche.

Bem vês, Zezé, que a intenção, que a razão principal desse jornalzinho não pode ser mais pura; é tão pura, tão casta e tão cândida mesmo uma magnólia aberta, orvalhada ao luar.

Ocorre-me isto à memória, apraz-me narrar-te, conversar amigavelmente e fraternalmente contigo estas coisas, porque sei que também tens um coração generoso como a rainha.

Tens sim.

E para prova disso, basta olhar para as lindas chinelas de lã, bordadas a missanga, que tu trabalhas com tanto gosto e orgulho.

As tuas mãos giram e tornam a girar o tapete de um para outro lado, esse tapete por hora tosco e simples, mas que há de ficar estrelado daqui a pouco dos fulguramentos da tua habilidade.

Os fios de lã caem de entre os teus dedos, flexivelmente, como fios de luz, enquanto o retrós colorido e fino, com tons de íris etéreo, confunde-se em meadas, cujo segredo da ponta só tu conheces, dentro da tua cesta de vime.

E para que fazes isso, Zezé?

Tu mesma nada me dirás, nada me responderás, nada me contará a tua boca, porque desejas conservar mistério nessas chinelas até um certo tempo, até ao dia em que elas tiverem de levar o destino que tu imaginas e queres; mas, não obstante essa tua persistência em nada me revelares, eu sei de boa fonte, de fonte bem cristalina, sei do teu próprio coração que não mente nunca nem engana a ninguém, que tu caprichas nesse objeto porque tencionas dá-lo ao bazar a favor dos escravos e lá deve haver com certeza ricos objetos aprimorados, muito preciosos e muito lindos com os quais esse não poderia naturalmente

competir jamais, senão fosse, como está sendo, trabalhado caprichosamente.

Regeneração, nº 193, Desterro, Sábado, 3 de setembro de 1887.

Questão Brocardo

— Pife, pufe, pafe, péfe
Pafe, péfe, pife, pufe —
A cacholêta no chéfe —
— pife, pufe, pafe, péfe
estoure como um tabéfe
e o ventre de raiva entufe —
— Pife, pufe, pafe, pèfe
pafe, péfe, pife, pufe!

Zot

Questão Brocardo

Triolet fura essa pansa
do Delegado — és um russo;
revolução n'esta dança...
Triolet fura essa pansa,
fura, fura como a lança
ou como no boi um chuço;
Triolet fura essa pansa
do Delegado — és um russo.

Zat

A's Devotas

I

Emquanto o sino bimbalha,
bimbalha, bimbalha e tine,
lançai do olhar a migalha
— enquanto o sino bimbalha —
 à raça que se amortalha
no horrôr que não se define...
 emquanto o sino bimbalha
 bimbalha, bimbalha e tine.

II

Perto da Igreja a senzala,
o Christo junto aos escravos
e, pois, deveis visitá-la,
perto da Igreja, a senzala
e procurar transformá-la
da luz às palmas, aos bravos!...
Perto da Igreja a senzala,
O Christo junto aos escravos.

III

E tão-somente por isto
emquanto o sino bimbalha,
bem antes de terdes visto
— e tão-somente por isto —
todo o martyrio do Christo,
o vosso amor que lhes valha,
e tão-somente por isto,
emquanto o sino bimbalha.

Zat.

[Levantem esta bandeira]

Levantem esta bandeira
da posição de farrapo;
da terra azul brasileira
levantem esta bandeira
que sente o horror da esterqueira
da escravidão — negro sapo.
Levantem esta bandeira
da posição de farrapo.

Zat.

À pátria livre

Nem mais escravos e nem mais senhores!
Jesus desceu as regiões celestes,
Fez das sagradas, perfumosas vestes
Um sudário de luz pra tantas dores.

A terra toda rebentou em flores!
E onde havia só cardos e ciprestes,
Onde eram tristes solidões agrestes
Brotou a vida cheia de esplendores.

Então Jesus que sempre em todo mundo
Quis ver o amor ser nobre e ser profundo,
Falou depois a escravas gerações:

— Homens! A natureza é apenas uma...
Se não existe distinção alguma
Por que não se hão de unir os corações?!

1888

Libertas

Ao insigne dramaturgo e notável publicista Arthur Rocha

Em face da história, em face do direito,
Em face deste séc'lo que banha-se de luz,
Eu venho, recordando-vos o prólogo da cruz
Trazer-vos a odisseia qu'irrompe-me do peito.

É feita de sorrisos, de prantos de crianças,
De cânticos de amor, de brandas alvoradas,
De cousas alvo-azuis, de nuvens iriadas,
De pérolas de luz, de rubras esperanças.

É feita de perfumes e brandos magnetismos,
De raios de luar e cândidos lirismos,
De auroras, de harmonias, de sol e de poder!

É feita de justiça, virtude e consciência,
De sãs convicções na máxima eminência:
Chama-se liberdade e é filha do dever!

In: *Artista* (Rio Grande do Sul) e datado: “Rio Grande, 2 de junho de 83”.

Trovas

Um brigue de velas pandas,
E bandeirolas nos mastros,
Andou por aquelas bandas,
Rutinado pelos astros.

Rutinou sempre pra Leste,
Com marujosos portugueses,
E ao cabo de muitos meses
Voltou com vento Nordeste.

E o trouxe ele no bojo?
— Trouxe quarenta cativos;
Peitos tristes, aflitivos,
No mais tristíssimo apoio.

E assim que foram chegados
Batizou-os o vigário.
E depois de batizados,
Que suplício extraordinário!

Todos à roça, ao trabalho,
Doentes ou não doentes,
Sob o maldito espantalho
Dos chicotes reluzentes.

E quem, triste, se queixava
De não ter força e saúde,
Incontinente apanhava
A chicotada mais rude.

Aleluia!

Senhores! – Já que a odisséia
Do bem esplende qual sol
E a liberdade, essa idéia
Em proporções de farol;

Senhores! – Já que o trabalho
Da etereal redenção,
Combate a treva, espantalho
Do tribunal da razão;

Senhores! – Já que o direito,
Prepara e amolda o futuro,
Valente e audaz peito a peito
– Num corolário seguro;

Senhores! – Já que estas festas
São largos prólogos são
Da luz que há de arestas
Cravar nos ímpios irmãos;

– Senhores! – Já que a era nova

Sepulta os erros nas lousas
E se levantam da cova
As grandes almas das cousas;

Deixai que eu venha trazer-vos
Com meus sorrisos de Abril,
Com este *ensemble* de nervos
E um coração varonil,

As minhas rimas humildes
As minhas c'roas e bravos,
Que arrojarei aos das lides
Da redenção dos escravos.

E nos triunfos mais brancos
Dos seus litígios supernos,
Lhes caíam louros, nos flancos,
Os bons aplausos modernos!...

NOTAS:

Creanças negras: Poema publicado por Andrade Muricy no volume 2 de *Obras Poéticas* (1945). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: Manuscrito autógrafo de Cruz e Sousa existente no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Titans Negros: Poema publicado por Andrade Muricy no volume 2 de *Obras Poéticas* (1945). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: Manuscrito autógrafo de Cruz e Sousa existente no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Escravocratas: Poema publicado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda., 1961. (Edição comemorativa do Centenário. Organização geral, Introdução, Notas, Cronologia e Bibliografia por Andrade Muricy). p. 225.

Da senzala. . .: Poema publicado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda., 1961. (Edição comemorativa do Centenário. Organização geral, Introdução, Notas, Cronologia e Bibliografia por Andrade Muricy). p. 226.

Dilema: Poema publicado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda., 1961. (Edição comemorativa do Centenário. Organização geral, Introdução, Notas, Cronologia e Bibliografia por Andrade Muricy). p. 226.

Auréola equatorial: Poema publicado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda., 1961. (Edição comemorativa do Centenário. Organização geral, Introdução, Notas, Cronologia e Bibliografia por Andrade Muricy). p. 234.

25 de Março: Poema publicado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda., 1961. (Edição comemorativa do Centenário. Organização geral, Introdução, Notas, Cronologia e Bibliografia por Andrade Muricy). p. 245-246.

Entre a luz e sombra: Poema reeditado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Cruz e Souza). Entre a luz e sombra. *A Regeneração*, Desterro, 7 set. 1882.

Sete de Setembro: Poema reeditado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Cruz e Souza). Sete de Setembro. *A Regeneração*, Desterro, 10 set. 1882.

Grito de guerra: Poema reeditado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Cruz e Souza). Grito de guerra. *Jornal do Commercio*, Desterro, 9 jun. 1885.

O Padre: Conto reeditado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Cruz e Souza). O padre. In: Trópos e Phantasias. Desterro, Typ. da Regeneração, 1885. p. 55-64.

Dôr Negra: Poema reeditado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Cruz e Souza). Dôr Negra. In: *Evocações*. 1. ed. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1898. p. 122-124.

Consciencia tranquilla: Conto publicado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: Manuscrito autógrafo de Cruz e Sousa existente no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Abolicionismo: Artigo reeditado por Andrade Muricy em *Obra Completa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Cruz e Souza). Abolicionismo. *O Moléque*, Desterro, n. 43, 19 out. 1885.

Ao decênio de Castro Alves: Poema reeditado por Raimundo Magalhães Júnior em *Poesia e vida de Cruz e Sousa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. Ao decênio de Castro Alves. In: *Poesia Completa*. 12. ed. Florianópolis: FCC: FBB, 1993. (Edição comemorativa do Centenário de *Broquéis*. Organização, Introdução e Bibliografia por Zahidé Lupinnacci Muzart). p. 214-215.

[Carta aberta à Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro]: Correspondência reeditada por Raimundo Magalhães Júnior em *Poesia e vida de Cruz e Sousa* (1961). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. [Carta] 31 de mai. 1887, Desterro [para] SOCIEDADE CARNAVALESCA DIABO A QUATRO. Desterro. In: *Jornal do Commercio*, Desterro, 2 jun. 1887.

Abolicionismo: Artigo reeditado por Iaponan Soares (*Diário Catarinense*, Florianópolis, 20 mar. 1988). Referência da primeira publicação: *A Regeneração*, Desterro, 22 jun. 1887. Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. Abolicionismo. In: SOARES,

Iaponan; NUNES, Zilma Gesser. (Org.). *Dispersos de Cruz e Sousa: poesia & prosa*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 138-141.

Histórias simples: Série de contos reeditada por Iaponan Soares em *Ao redor de Cruz e Sousa* (1988). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. Histórias simples. In: SOARES, Iaponan. *Ao Redor de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 81-102.

Questão Brocardo: Poema reeditado por Zahidé Lupinnacci Muzart na décima segunda edição de *Poesia Completa* (1993). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Zot). Questão Brocardo. *O Moléque*, n. 20, Desterro, 3 mai. 1885.

Questão Brocardo: Poema reeditado por Zahidé Lupinnacci Muzart na décima segunda edição de *Poesia Completa* (1993). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Zat). Questão Brocardo. *O Moléque*, n. 21, Desterro, 10 mai. 1885.

A's Devotas: Poema reeditado por Zahidé Lupinnacci Muzart na décima segunda edição de *Poesia Completa* (1993). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Zat). A's Devotas. *O Moléque*, n. 22, Desterro, 17 mai. 1885.

[Levantem esta bandeira]: Poema reeditado por Zahidé Lupinnacci Muzart na décima segunda edição de *Poesia Completa* (1993). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. (Zat). *O Moléque*, Desterro, n. 24, 31 mai. 1885.

À pátria livre: Poema publicado por Uelinton Farias Alves em *Poemas Inéditos* (1996). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. *Poemas Inéditos*. Florianópolis, Santa Catarina: Papa-Livro Editora, 1996. (Apresentação, introdução e notas por Uelinton Farias Alves). p. 27.

Libertas: Poema publicado por Uelinton Farias Alves em *Poemas Inéditos* (1996). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. *Poemas Inéditos*. Florianópolis, Santa Catarina: Papa-Livro Editora, 1996. (Apresentação, introdução e notas por Uelinton Farias Alves). p. 53.

Trovas: Poema publicado por Uelinton Farias Alves em *Poemas Inéditos* (1996). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: CRUZ E SOUSA, João da. *Poemas Inéditos*. Florianópolis, Santa Catarina: Papa-Livro Editora, 1996. (Apresentação, introdução e notas por Uelinton Farias Alves). p. 95.

Aleluia!: Poema publicado, integralmente, por Uelinton Farias Alves em *Cruz e Sousa, Dante Negro do Brasil* (2008). Texto-fonte utilizado para esta transcrição: ALVES, Uelinton Farias. *Cruz e Sousa: Dante Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008. p. 90-91.

**ANEXO 9 – Textos antiescravistas de João da Cruz e Sousa
(transcrições inéditas de notas, artigos e editoriais publicados em *O Moléque*)**

Piparotes

Senhor club abolicionista, como vae você, rapaz.

Já não me dá um ar da sua graça, de você, ou da sua desgraça, também de você.

Antônse; meu fio...

Ué, pois você não se criou e se creou para apparecer à gente, andar entre as pessoas acceiadas e de collarinho lavado...

Pois você mesmo, seu club, terá vergonha de appresentar-se aos póvos, você que é tão elegante, tão *chic*, e até, que direi eu, tão gostoso...

Nada... não engulo o carapetão, o *canard* (não leias o francês, meu fio, não leias... è o diabo) da vergonha... nada... eu creio que... já não a tens muito perfeita.

E que tal, não é assim.

Olha, menino, anda-me para a frente, sáe da incubação, caminha, prossegue, homem; pois queres deitar-te a dormir.

O que é isso?!...

E a tua coragem e o teu amor philarmonico... ou philanthrópico... como se diz nas comédias... theatraes.

E o teu espírito de... raça, o teu patriotismo têsô e inglez.

Pois, meu club, tu não sabes que as cousas feitas com a pedanteria do orgulho de proteger e não com a sinceridade da magnitude humana, são cousas... parentes d'aquellas cousas feias que se jógam à praia nas aguas sujas?!...

Acceléra a marcha sociocratica, transmuta o trabalho escravo, pelo trabalho francamente, luminosamente livre.

E... não faças do progresso... um kagado tranquillo.

Emociona-te, urge que te emociones, club.

Vamos lá!...

[...]

Trac

CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 23, 24 mai. 1885.

Piparotes

Appareceo "A Voz do Povo" ou antes "A Nóz do Povo" porque parêce que o Imperadôr do Divino quér... dar nózes á quem não tem dentes, como diz o vulgo.

Mas nòs cá estamos.

Depois das chapas sacramentaes, das pilulas rethoricas e da peroração chata, "A Vòz do Povo" que já sabe (quem ensinou, seu Zéca) que a escravidão é um cancro social, uma nodoa que mancha uma das paginas da nossa história e outras cousas pifias e lorpamente velhas e tôlas, depois de um estylo quinhentista de Garção, affirma de uma maneira pavonesca e ridicula a existencia da propriedade escrava, disendo-se, o órgão coroadado, republicano intransigente, mettendo a baila a indemnisação, provando pouco senso, criterio e sentimentos de homem decente e bem intencionado.

O homem nunca foi propriedade de outro homem.

Não temos a culpa que os nossos antepassados commettessem um roubo, um crime perante o direito, abrissem um abysmo de lama a nossos pés; cumpre-nos a nós, e, unicamente a nòs, brasileiros, tapar esse abysmo, encher-o de auroras de redempção, cobril-o com as irradiações da liberdade.

A Indemnisação é um absurdo...

Desde a lei de 28 de Setembro, que os possuidores de escravos, deveriam prevenir-se, observar as cousas, pois, era facto que, mais cedo ou mais tarde, com o cumprimento daquella lei, haveria transformação nessa mal encarada propriedade.

A Indemnização é uma burla.

Indemnizar os senhores?...

E quem indemnizarà os miseros escravos da sua eterna noite de treva, das suas agonias, das suas afflicções, das suas lagrimas?!

Vamos, responda o Imperador do Divino, fale o sr. Coutinho republicano, responda o homem do sceptro e do barrete.

[...]

CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Molêque*, Desterro, n. 25, 7 jun. 1885.

Piparotes

Curva-te, Molêque.

O Snr. Marcianno de Carvalho, acaba de dar liberdade, isto é, de enveredar a luz, dous escravos que possuia.

Magnifico.

Nós que não somos como a imprensa narcotica que não aureóla com as flores da palavra e da escripta, fatos como estes, talvez, pela unica razão de não ser, quem o praticou, nenhum barão ou commendador pifio e sucio, nós, repicando alegremente todos os sinos sonoros da deslumbrante cathedral dos jubilos – a alma – diante da figura sympathica e distinctamente cavalheirosa, do honrado cidadão, fazemos das nossas esperanças e das nossas crenças, como a entrada do Christo em Jerusalem, um tapete franco e largo para a sua passagem triumphante no caminho do direito.

Curva-te, Moleque.

[...]

A Associação Dramatica Catharinense effectuou domingo último, o seu espectáculo de Estréa, com a peça em tres actos *Luiz ou o Cruzado Juramento*, revertendo o producto desse espectáculo em favôr de um escravo.

Fallaram sobre o assumpto os conhecidos snrs. Horacio Nunes, Carlos de Faria e o nosso luminoso redactor Cruz e Souza.

As palmas e os bravos que receberam os dignos môços, no correr da representação, que foi feliz e entusiastica, mostraram de um modo bem patente e franco a sympathia com que são sempre recebidas as ideias democratas, em relatividade, com a epocha que o paiz atravessa.

Salve, a bella phalange,

Flôres, para os que libertam.

Venturas, para os livres.

[...]

Trac

CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 26, 14 jun. 1885.

Zigue-Zagues

Não se falla mais no Club Abolicionista.

Aqui nesta terra as ideias não chegam a tomar as proporções de borboleta, ficam na lagarta.

Ha uma sombra enorme de indiferentismo que oprime e entenebrece tudo.

Como que não existe aspirações.

Não se faz nenhum ensopado mais ou menos soffrível sem o tempero da politica que promove todas as cousas, que as eleva ou que as abate.

Vive-se n'uma lethargia e desprendimento de gosto, para aquillo que è útil e bello.

Não se conhece nem se admite o dever.

A iniciativa para o progresso é um problema insolúvel.

Quem evolue e quem progride, é sempre um tolo, um pedante, um empolado.

Nada de analyse no fundo de qualquer questão social, scientifica ou litteraria.

Convenção por toda a parte, impostura, hypocrisia, *ficelles*.

Ridiculo para o que é analyticamente valioso, aplausos para a banalidade es[ilegível]rna que se quer universalizar [ilegível]s e chapas hediondas, pifias, que [ilegível]idéa exacta do que se quer ex[ilegível]em são aproveitadas nos certa[ilegível]tellectuais hodiernos.

Fallar-se em Abolicionismo aqui è um caso tão estupendo como os phenomenos pathologicos a cujos estudos esta terra precisa prestar-se.

Realmente só um phenomeno de pathologia ou um exame ethnographico, isto è, da raça, usos e costumes desta nossa gente, nos daria uma comprehensão dos elementos de desenvolvimento, de

animalidade, de encephalagia, que influem, de uma forma tão poderosa e cruel no seu organismo vital.

O meio, o temperamento, as condições de vida, a hygiene, o oxigenio, principio gerador do acido, alicerce do ar da vitalidade, uma das particulas da agua, o azote, maravilhoso fluido que prepara a composição do ar athmospherico que tem influencias inevitaveis com os pulmões e com o sangue, o clima que produz nevroses ou irritabilidades sanguineas, tudo isso que a philosophia moderna observa, firmada nos preceitos da verdade racional, nos fatos e nos principios que lhe estabelecem as geneses cosmonicas, são as causas primordiais do nosso atrasamento e incuria moral e espiritual.

E' tão claro, tão direito, tão logico, tão mathematico isso, que ainda não vingou aqui, livremente, a semente que se atira, nesta terra improductiva, calcarea, pedregosa.

Não ha picaretas que derrubem os medonhos muros de bronze, da inepecia e da indifferença.

Se ha enthusiasmos, são *ad hoc*, começados de vespera, estudados, pensados, ensaiados de modo, a ter no dia um resultado satisfatorio e brilhante.

Não se conhece a deducção e intuição natural.

São cousas que nem sequer vegetalisam nesta grande estufa catharinense.

O Egoismo se nos proporciona, como um polvo enorme, cujos tentaculos vermelhos, absorvem tudo, tudo...

Não palpita a paixão religiosa pelos assumptos de progresso.

O Estomago e a algibeira, são os generaes em chefe em todos os commettimentos.

A vanguarda lhes pertence, de muito.

Paira sobre todos a tremenda duvida do *Hamlet*, o symphatico principe da Dinamarca, que vara todas as consciencias como um milhão de espadas frias e agudas, na phrase de um escriptor da Peninsula.

E é por isso que o Club Abolicionista, como tudo o que tiver uma aspiração, um fim bonito, uma idéa vibrante, rubra, com èchos sonoros e fortes de clarins de batalha, cheirando á polvora da evolução, á dinamite do progresso, ao petroleo da liberdade, igualdade e fraternidade – essas tres auroras da communhão social, essa consubstanciação dos povos, – é por isso que tudo, aqui, neste torrão... essencialmente catholico, apostolico... catharinense, está dentro desta palavra, sinistra mente esmagadora:

Túmulo!!!!

Zé K.

[...]

Piparotes

[...]

O sr. João do Prado Lemos, deo liberdade a cinco escravizados.

Magnífico.

Só por isso S.S. tem todo o direito à um aperto de mão do Moleque.

E, venha elle, o aperto de mão, franco, sincero e robusto como o acto do digno negociante.

E andar assim que é bom.

Applausos, applausos.

[...]

Trac

CRUZ E SOUSA, João da. *O Moléque*, Desterro, n. 29, 5 jul. 1885.

Piparotes

[...]

Segundo noticiaram os nossos collegas, hoje á noite haverá no theatro Santa Isabel, uma festa abolicionista, com o concurso amável da S. D. P. Alvaro de Carvalho.

Sim, é bom isso...

Mas que no fim dos enthusiasmos justos, não saiam o respeitavel publico e os organisadores da festa com cincoenta arrobas de gelo nas... idéas... patrioticas e humanitarias.

Sentido com essa causa do Direito.

Uma vez na frente della, è fechar com força os olhos aos ridiculos interesses e aos chatos egoismos e romper na treva uma catadupa de de luz.

Eia, minha gente desta America de Tiradentes, façam isso de forma que o Brasil, não explusa mais pela teba da Miseria, pelo grito formidavel do desespero daniesco e genial de Castro Alves, estes versos, encharcados de sangue e fé!:

<<Mas que bandeira é esta que impudente na gavea tripudia...

Silencio Musa, chora e chora tanto que o pavilhão se lave no seu pranto>>.

Uma aurora de benções, unja a festa abolicionista.

[...]

Trac

CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 33, 2 ago. 1885.

Piparotes

[...]

Desappareceu a <<Lucta>> por algum tempo, isto è, suspendeu-se a publicação da <<Lucta>> o que quer dizer que d'aqui por diante terèmos <<Lucta>> pelo ar.

Antes assim.

*

Morrem ou desaparecem umas cousas, para apparecerem outras:
Mais um Club e um Club republicano, que já tem a sua directoria.
Pois sim, que Deus o ajude e... á nós não desampare...

*

Outro Club e desta vez é abolicionista. – Centro Abolicionista. –
Ahi está a occasião de dizer-se aquella tolice de Pelletan:
Le monde marche.

Os clubs abolicionistas por aqui são assim um tanto comêtas:

Apparecem e... sõem se como appareceram e a respeito de fazer alguma cousa de novo, relativo á abolição: – agora mana, quem disse...

Patranhas, homem, patranhas e tem-se dito tudo.
Deus o crie para bem.
E... tome lá uma figa para livrar de feitiços.
Pois não é?!...
Ah! é verdade tambem já tem a sua directoria d'elle, o club.

[...]

Trac.

CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 36, 27 ago. 1885.

Piparotes

[...]

No dia 7, á uma hora da tarde, houve em Palacio a entrega de 28 cartas de liberdade, pela caixa-fundo de emancipação provincial.

Foram distribuidas pelo Dr. Chefe de Policia que dêo fulgôres ao acto, proferindo um bonito discurso aos libertandos.

E' agora a occasião de felicitar a Provincia e pedir-lhe, em nome da Liberdade que tem vivido a chorar á sombra do anachronismo escravocrata, toda sympathia todo o amor, todo o carinho pela redempção da desgraçada raça dos tristes.

Vinte e oito cartas de liberdade, são vinte e oito benções de consolo, de purificação moral!

Vamos, Santa Catharina, mais um esforço sobre ti mesma e galgará o pedestal do Capitolio da Luz Democratica que encoraja os fracos e illumina os fortes, e aquelles que estão sob a terrível noite das desesperanças e das duvidas!

Mais um passo para a igualdade dos direitos, para a communhão das almas.

Obrigado, pelos libertandos do dia 7.

[...]

Trac.

CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 38, 13 set. 1885.

Piparotes

A Exm^a. Snr^a. D. Rita, esposa do Snr. José Manoel de Souza, ex-comandante do corpo policial, concedêo liberdade á sua escrava Ursula.

O <<Moléque>> tendo sciencia desse facto um tanto tarde, cumprimenta respeitoso a digna Snr^a estrugindo no ar gyrandolas de applausos!...

Parabens á Ursula.

Abençoados os que libertam escravos.

Como que honram a memoria de Guilherme Tell, o grandioso libertadôr da Suissa.

[...]

Trac.

CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 41, 6 out. 1885.

Piparotes

[...]

Foi demittido do cargo de commandante da Policia, o digno cidadão o illm. sr. Almeida.

A não ser por uma raivinha de dentes dessa grande creança a politica, não achamos rasão para encaixar esse acto da presidencia.

O sr. capitão Almeida, é uma individualidade credora de estima e sympathia porque liga á firmeza de character a firmeza do trato.

Nunca tivemos ludibrio nem ovações para os que não merecem.

Não precisamos curvar a nossa espinha á bajulação servil e torpe.

Caim merece ser punido, punimos Caim;
Abel merece ser laureado, lauremos Abel.
Nisto, a nossa consideração para os bons, o nosso sarcasmo
para os máos.

Muitos perguntam ás vezes quando nos leem, em que nos fiamos.

Fiamo'-nos em nos mesmos, no direito commum do pensamento
humano, na confraternisação dos grandes principios da igualdade, que
presamos, que admiramos.

Fiamo'-nos ainda, nisto:

Na communhão livre das almas, na crença de que na terra só vemos
espíritos e corações e não preconceitos de côres e arreganhos de
potentados.

Fiamo'-nos neste poder absoluto da sciencia sociologica:

Todos os homens são iguaes em face da natureza.

Trac.

CRUZ E SOUSA, João da. (Trac). Piparotes. *O Moléque*, Desterro, n. 43,
19 out. 1885.